

RUBIAMARA PASINATTO

**RELAÇÕES DE TRABALHO E IMAGINÁRIO DE LÍNGUA
NA CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

PORTO ALEGRE, 2019.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
AREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS ENUNCIATIVAS**

**RELAÇÕES DE TRABALHO E IMAGINÁRIO DE LÍNGUA
NA CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

RUBIAMARA PASINATTO

ORIENTADOR (A): PROF^a. DRA. ANA ZANDWAIS

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Letras: Estudos da Linguagem: Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2019**

RUBIAMARA PASINATTO

**RELAÇÕES DE TRABALHO E IMAGINÁRIO DE LÍNGUA
NA CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Letras: Estudos da Linguagem: Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 29 de abril de 2019.

Ana Zandwais, UFRGS, Dra.
Presidente/Orientadora

Florence Carboni, UFRGS, Dra.
Membro titular

Verli Petri, UFSM, Dra.
Membro titular

Gesualda Rasia, UFPR, Dra.
Membro titular

CIP - Catalogação na Publicação

Pasinatto, Rubiamara
RELAÇÕES DE TRABALHO E IMAGINÁRIO DE LÍNGUA NA
CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS / Rubiamara Pasinatto. -- 2019.
300 f.
Orientadora: Ana Zandwais.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Análise de Discurso. 2. Catadores de Materiais
Recicláveis. 3. Materialismo Histórico. 4. Língua. 5.
Forças Sociais. I. Zandwais, Ana, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedico este trabalho à minha família,
apoio e amor incondicionais.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer. É dizer o quão grata sou àqueles que caminharam comigo até aqui. Foram muitas pessoas, mas há aqueles cujas participações são muito marcantes e, por isso, mesmo que as palavras não sejam capazes de transmitir tudo o que sinto em tê-los comigo, preciso agradecer...

À professora Ana Zandwais, pelos ensinamentos, pelas provocações teóricas, pelas reflexões no campo da prática. Enfim, por me fazer pensar e aprender a cada linha desta Tese. Minha eterna gratidão e admiração pela forma como me conduziu neste trabalho, permitindo, que além de um encontro teórico, eu pudesse fortalecer meu engajamento político.

A eles, os coautores deste trabalho: os catadores de materiais recicláveis. Homens, mulheres e crianças que desembarçaram minha visão. Obrigada por sua entrega, pela simplicidade, por seus saberes. Nunca mais serei a mesma!

Às professoras Florence Carboni (UFRGS) e Verli Petri (UFSC), pelas contribuições e provocações teóricas durante a banca de qualificação, as quais permitiram repensar alguns caminhos e dar andamento a este trabalho.

À professora Carme Schons (*in memoriam*), minha orientadora no Mestrado e grande amiga. Aquela que me encorajou a vir para Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que foi a responsável pelos meus primeiros contatos com o Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Carrego comigo aquilo que dizias durante nossas discussões teóricas: “a vida vai muito além do *Lattes*”.

Às colegas de doutorado Lisiane Schuster Gobatto e a Luciana Vedovato, pelos conhecimentos compartilhados e por serem a escuta atenta e carinhosa durante a realização deste trabalho.

À coordenação e equipe da Incubadora e Aceleradora Tecnológica de Negócios Sociais da Universidade de Cruz Alta e do projeto “Profissão Catador: entre o viver e sobreviver do lixo”, pela receptividade e disponibilidade em prestar todas as informações necessárias à realização desta pesquisa.

À minha família. Não me canso de dizer: vocês são meu porto seguro, o abraço e o afago nos momentos difíceis que passei, mas, também, o sorriso e o aplauso a cada conquista. Em especial, quero agradecer à minha mãe Carmem e ao meu pai Luiz por serem os meus maiores incentivadores, por me ensinarem desde cedo a importância dos livros, do aprender e da humildade. E, à minha irmã Lia e ao meu cunhado Jacir, pelo ombro amigo, pelo apoio “logístico” e, é claro, por terem me presenteado com meu sobrinho Caetano, o qual entre sorrisos e peripécias me ensina a cada dia a beleza da vida.

Ao meu amado Rangel, meu companheiro de jornada terrena. Gratidão e carinho pela escuta sempre paciente e amorosa. “Sim, como sempre te digo: você coloriu os meus dias!” Aprendo a ser melhor diariamente com você!

Por fim, a todos os meus amigos, colegas e alunos das escolas nas quais atuei pela compreensão e carinho recebido.

“O corpo embrutecido do gari, o olhar recolhido, seu silêncio percorreram uma longa jornada de violência, são evidências de humilhações sobredeterminadas. Viagem pela dor, a dor dos invisíveis. Difícil dizer que há deliberação em silenciar, tanto quanto é temerária a afirmação de que o silêncio fosse automático. Há dor, sofrimento psicológico intenso, sofrimento psicossocial [...]. A experiência da humilhação aparece materialmente para o gari, é uma realidade inapelável, fincada na carne, vivida como uma espécie de queimadura: arde, marca-lhe o corpo como cicatriz, rouba-lhe sensibilidade (a sensibilidade do corpo próprio), torna corpo e alma vulneráveis, frágeis. A experiência de ser humilhado fere a percepção de si mesmo, fere a estima por si próprio: minha imagem refletida no outro com distorção. Melhor seria se, de fato, pudesse ser invisível, apagado ao olhar ardido do outro. Melhor seria se, de fato, pudesse estar salvo dos olhos lancinantes. Quem fica invisível para os outros de certa medida busca manter-se ainda mais invisível: tentativa desesperada, expediente último para evitar o sofrimento prolongado de humilhação. Um corpo surrado precisa de proteção e repouso. A alma rebaixada quer paz, em algum canto escondido, um esconderijo, algum lugar ermo, qualquer lugar distante, desde que longe dos olhares que perturbam. [...] Os garis abriram meus olhos. Alguma consciência emergiu. Passei a ver coisas que não via. Passei a ouvir coisas que não ouvia. Passei a sofrer por coisas pelas quais não sofria. Pano de fundo tornou-se figura. O drama da luta de classes, já tão enraizado socialmente, contaminando a seiva que vitaliza nossas relações com o outro, transformando nossa visão em cegueira, escancarou-se.”

(DA COSTA, Fernando Braga. **Homens invisíveis:** relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2008.)

RESUMO

Este estudo está alicerçado no campo teórico da Análise de Discurso Francesa e da Semiótica Russa e tem como objetivo investigar as relações dos sujeitos catadores de materiais recicláveis com o trabalho e o imaginário de língua a partir de suas experiências vividas. O *corpus* discursivo de análise é composto de interlocuções realizadas com 12 (doze) catadores que integram as Associações organizadas pelo projeto “Profissão Catador: entre o viver e sobreviver do lixo” na cidade Cruz Alta – RS. Para tratar de concepções materialistas de língua, a Tese está amparada em autores como Bakhtin/Volochínov (2014), dos quais nos servimos do conceito de língua viva, inscrita na ordem sócio-histórica e dotada de valores simbólicos e, a partir da qual é possível compreender como funciona a arena da luta de classes. Outro autor central é Pêcheux (1990, 1995), precursor da Análise de Discurso, para o qual a língua, inscrita na história e com funcionamento discursivo-ideológico, é a base material onde se realizam os efeitos de sentidos dos processos discursivos. Considerando nosso foco de pesquisa, procuramos, a partir de Althusser (1992, 1999), entender como o Aparelho ideológico Escolar, funciona também fora dos limites físicos da escola, hierarquizando e dividindo os sujeitos conforme as relações que estabelecem com a língua escolarizada. As análises das sequências discursivas de referência evidenciaram que o imaginário de língua dos investigados é um dos pontos determinantes tanto na constituição da identidade dos catadores quanto para determinar as suas relações de trabalho. Nesse sentido, é preciso que sejam encontradas alternativas para que esses saberes sedimentados na sociedade sobre a língua não sejam capazes de silenciar e cercear as oportunidades de fala desses sujeitos. Isso, inclui viabilizar mais possibilidades de qualificação que tenham como foco a formação política, administrativa e, sobretudo, para que os catadores desenvolvam as habilidades de falar em público, bem como a autoconfiança ao ponto de sentirem-se preparados para usar os espaços de fala, independente das circunstâncias que se apresentarem.

Palavras-chave: Catadores de materiais recicláveis. Língua. Escola. Ideologia. Imaginário de Língua.

RÉSUMÉ

Cette étude s'appuie sur le champ théorique de l'analyse du discours français et de la sémiotique russe. Nous proposons d'examiner les relations des ramasseurs de matériaux recyclables avec le travail et l'imaginaire langagier issu de leurs expériences. Le corpus d'analyse discursive est composé d'interlocutions effectuées avec douze (12) ramasseurs qui intègrent les associations organisées par le projet "Profession Ramasseur: entre vivre et survivre des déchets" dans la ville de Cruz Alta - RS, au Sud du Brésil. Pour traiter des conceptions matérialistes de la langue, la thèse est soutenue par des auteurs tels que Bakhtin / Volochinov (2014), de qui nous utilisons le concept de langue vivante, inscrite dans l'ordre socio-historique et dotée de valeurs symboliques. Grâce à elle, on peut comprendre comment fonctionne l'arène de la lutte des classes. Pêcheux (1990, 1995), précurseur de l'analyse du discours, est un autre auteur central pour lequel la langue, inscrite dans l'histoire et au fonctionnement discursif-idéologique, constitue la base matérielle où se produisent les effets des sens des processus discursifs. En considérant notre travail de recherche, chez Althusser (1992, 1999), nous essayons de comprendre comment l'appareil idéologique scolaire fonctionne également en dehors des limites physiques de l'école, hiérarchisant et divisant les sujets en fonction des relations qu'ils établissent avec la langue de l'école. L'analyse des séquences de référence discursives a montré que la langue imaginaire de l'enquêté est l'un des points déterminants de la constitution de l'identité des ramasseurs et de la détermination de leurs relations de travail. En ce sens, il est nécessaire de trouver des alternatives pour que ces connaissances sur la langue, sédimentées dans la société, ne soient pas capables de se taire et de limiter les opportunités de parole de ces sujets. Cela inclut de meilleures chances de qualification axées sur les domaines politique et administratif et, surtout, sur le fait que les ramasseurs développent les compétences pour parler en public, ainsi que la confiance en soi au point de se sentir prêt à utiliser les espaces de parole, peu importe les circonstances qui puissent survenir.

Mots clés: Ramasseurs de matériaux recyclables. Langue. École. Idéologie. Langage imaginaire.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise de Discurso

AIE – Aparelho Ideológico de Estado

AIEs – Aparelhos Ideológicos de Estado

AGETREC – Autogestão para Geração de Trabalho e Renda com Catadores de Materiais Recicláveis

AP – Ação Pedagógica

ARE – Aparelho Repressor de Estado

CLG – Curso de Linguística Geral

CP – Condições de Produção

DP – Discurso Pedagógico

EM – Ensino Médio

FD - Formação Discursiva

FDs - Formações Discursivas

FDr - Formação Discursiva de Referência

FId - Formação Ideológica

FIds - Formações Ideológicas

Inatecsocial - Incubadora e Aceleradora Tecnológica de Negócios Sociais da Universidade de Cruz Alta

LP – Língua Portuguesa

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNRS – Plano Nacional de Resíduos Sólidos

PSC – Posição-sujeito Catador

PScir - Posição-Sujeito Circunstancial

R – Recorte Discursivo

Sd – Sequência Discursiva

Sds – Sequências Discursivas

Sdr – Sequência Discursiva de Referência

Sdrs – Sequências Discursivas de Referência

TP – Trabalho Pedagógico

Unicruz - Universidade de Cruz Alta

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Poema "Cantiga para não morrer".....	123
Figura 2 - Atividades relativas ao poema "Cantiga para não morrer".....	124
Figura 3 - Jogo Imaginário do percurso dos conteúdos pedagógicos.....	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Representação das formações imaginárias dos interlocutores sobre os referentes.....	56
Quadro 2 - Quadro-síntese de conceitos, sentidos e saberes acerca de “Associação.....	181
Quadro 3 - Quadro-síntese de saberes relacionados à filiação à Associação de Catadores.....	191

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 O MATERIALISMO HISTÓRICO E A DIALÉTICA: UM OLHAR PARA A LINGUAGEM A PARTIR DE LEITURAS MATERIALISTAS.....	22
1.1 Partindo da base: o Materialismo Histórico.....	22
1.2 A sequência do caminho: pensando na Dialética.....	32
1.3 O ser humano, a sociedade e o trabalho.....	38
1.4 Linguagem e trabalho	42
1.5 Concepções materialistas de língua.....	44
1.5.1 A língua em Bakhtin/Volochínov: possíveis leituras.....	44
1.5.2 A língua na Análise de Discurso.....	54
1.6 Políticas linguísticas: a colonização, os nativos e a língua.....	62
1.6.1 O trabalho dos instrumentos linguísticos na constituição de uma concepção de língua.....	82
1.7 Língua(gem), identidade e poder simbólico: dos pressupostos sociológicos aos pressupostos linguístico-discursivos.....	89
1.7.1 Formas de subjetivação e identificação do sujeito a partir de M. Pêcheux	101
CAPÍTULO 2 O FUNCIONAMENTO DA IDEOLOGIA: UM CONTRAPONTO DO CAMPO TEÓRICO PARA AS PRÁTICAS.....	112
2.1 O funcionamento da ideologia em Althusser.....	112
2.1.1 O Aparelho ideológico Escolar como regulamentador das práticas linguísticas.....	119
2.1.2 O discurso pedagógico: efeito de neutralidade e contenção da polissemia	133
CAPÍTULO 3 O CONTEXTO SOCIAL DE EMERGÊNCIA DO SUJEITO CATA-DOR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	140
3.1 Do lixo ao catador de materiais recicláveis: as condições de emergência desse sujeito.....	140
3.2 O projeto “Profissão Catador: entre o viver e o sobreviver do lixo”	144
3.2.1 A organização do trabalho nas Associações de Cruz Alta.....	145

3.3 A constituição de um <i>corpus</i> na Análise de Discurso.....	147
3.3.1 Sobre a constituição do <i>corpus</i> de pesquisa.....	151
3.4 As falas de si: projeções imaginárias do sujeito catador no discurso.....	154
3.5 Olhares sobre as relações de produção dos catadores de materiais recicláveis.....	169
3.5.1 Associar-se: o embrião para despertar a consciência de classe?.....	169
3.5.2 A heterogeneidade constitutiva da Formação Discursiva do Catador: atravessamento de saberes e a presença da Incubadora Social do discurso dos catadores	194
3.6 A escolarização e os modos de apropriação da língua.....	212
3.6.1 Um (des)encontro com a escola: histórias de abandono e “insucesso” na educação formal	212
3.6.2 Para além da norma: a língua do cotidiano enquanto constitutiva da identidade dos catadores de materiais recicláveis.....	219
3.6.3 A voz silencia, mas os sentidos não cessam.....	233
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	245
REFERÊNCIAS.....	253
ANEXOS.....	262
Anexo I Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	263
Anexo II Roteiro de questões norteadoras feitas aos catadores.....	265
Anexo III Respostas dos catadores às questões norteadoras.....	266
Catador 1.....	266
Catador 2.....	269
Catador 3	271
Catador 4	273
Catador 5	275
Catador 6	277
Catador 7	278
Catador 8	281
Catador 9	282
Catador 10	284

Catador 11	285
Catador 12	287
Anexo IV Reportagem sobre o projeto “Educação Formal às famílias do Projeto Profissão Catador: organizando saberes para uma educação cidadã”.....	289
Anexo V Detalhamento das ações e objetivos do Projeto Profissão Catador.....	290

INTRODUÇÃO

O trabalho com a catação, separação e venda de materiais recicláveis tem sido alternativa de sobrevivência para um grande contingente de pessoas em todo o Brasil. O surgimento dos catadores tem relação direta com as questões que envolvem o consumismo, que tomou forma como um dos principais determinantes do crescimento de produção dos resíduos. Outro fator que incidiu no aparecimento desse ofício é que a catação se apresentou como uma alternativa de trabalho para aqueles que, em virtude de diferentes motivos, entre os quais figuram a baixa escolaridade e a falta de formação especializada, acabaram encontrando na rua um espaço de trabalho e de garantia do sustento. São homens, mulheres e até mesmo crianças, que todos os dias, sob sol ou chuva, frio ou calor, percorrem as ruas e calçadas das cidades, remexendo aquilo que é depositado na porta das casas ou dispensado em lixeiras e *containers*, em busca de materiais e objetos que tenham valor comercial para indústria recicladora.

A conjuntura descrita acima não é uma realidade restrita apenas aos grandes centros urbanos. Em médias e pequenas cidades, como é o caso de Cruz Alta – RS, onde está o grupo de catadores de materiais recicláveis cujo discurso investigamos nesta Tese, esse contexto também está consolidado, e a catação tem sido alternativa de renda para um contingente considerável de pessoas.

Historicamente, o fato de circularem pelas ruas, remexendo lixeiras em busca de materiais com valor de venda, manuseando objetos que foram dispensados/descartados por outras pessoas e, às vezes, até concorrendo com cães e gatos, já se encarregou de fazer com que se cristalizasse na sociedade um imaginário a respeito desses sujeitos. Inclusive, incidindo na própria designação que receberam, sendo chamados de lixeiros e catadores de lixo.

Para efeito de contextualização, nossas investigações acerca dos catadores de materiais recicláveis iniciaram no Mestrado¹, quando tivemos como objetivo analisar como a organização desses sujeitos em associações, a partir da iniciativa do projeto “Profissão Catador: entre o viver e o sobreviver do Lixo”, passou a interferir nos seus discursos. Nessa época, durante a constituição do *corpus* que foi analisado na Dissertação, o qual foi composto por entrevistas, bem como por cartas², acompanhamos pedidos de desculpas dos catadores por não saberem escrever e/ou falar a língua da norma³ culta. Como se o fato de não dominarem a Língua Portuguesa sistematizada a partir de instâncias como a sintaxe, a morfologia e a fonética, representasse um “delito”, ainda, que o domínio enquanto tal seja um efeito de ilusão. Além disso, ao serem perguntados sobre as mudanças ocasionadas no trabalho após a participação de oficinas de qualificação sobre gestão e negociação, organizadas pelo Projeto do qual passaram a fazer parte, muitos revelaram não sentirem-se aptos a assumir a negociação dos materiais com as empresas recicladoras, mesmo tendo sido capacitados. O motivo indicado era o pouco contato com a Escola, incorrendo em enunciações como: “*é difícil pra gente passar de catador para negociador, porque eu não fui na escola*”.

São situações como as descritas acima, sobre as quais não refletimos no Mestrado, que foram amadurecendo e tornaram-se o ponto provocador deste estudo, no qual queremos observar sobre o modo como os catadores de

¹ A dissertação foi defendida em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, sob o título “*O poder simbólico do lixo: a (re)emergência do sujeito excluído pelo urbano*”.

² Faziam parte de um sistema de avaliação do Projeto e eram enviadas à Petrobras a cada três meses. No caso dos catadores que não sabem escrever, as cartas transcritas pelos monitores do Projeto.

³ Estamos entendendo norma a partir de Coseriu (1979), a partir da obra “*Sincronia, Diacronia e História: o problema da mudança lingüística*”. Coseriu propôs um acréscimo à dicotomia saussuriana, tratando da relação tripartida entre sistema / norma / fala. Segundo o autor, existem realizações consagradas pelo uso e que, dessa forma, são normais em determinadas circunstâncias linguísticas, previstas pelo sistema funcional. Seguindo esta perspectiva, nas palavras de Carvalho (2003, p. 55), “É à norma que nos prendemos de forma imediata, conforme o grupo social de que fazemos parte e a região onde vivemos. A forma seria assim um primeiro grau de abstração da fala. Considerando-se a língua (o sistema) um conjunto de possibilidades abstratas, a forma seria então um conjunto de realizações concretas e de caráter coletivo da língua.” Desse modo, a norma são modelos abstratos não manifestações concretas e representam obrigações impostas numa dada comunidade sócio-lingüístico-cultural.

materiais recicláveis do projeto “Profissão Catador” se constituem como sujeitos a partir de suas relações com o trabalho e com a língua.

É importante registrar que o anseio de tomar essas questões como foco de pesquisa no Doutorado ganhou ainda mais sentido quando passamos a atuar como professora no ensino público estadual, no ano de 2014. Diante da prática diária de ensinar a língua materna, por várias ocasiões temos refletido a respeito de qual a contribuição, enquanto professores, estamos construindo para a ruptura em torno do imaginário de língua sem falhas e que gera segregação dos já excluídos.

Diante deste contexto, convém pontuar que, historicamente, a língua é um instrumento de dominação e coerção, no qual, além de questões linguísticas, estão envolvidos aspectos políticos. Para ilustrar esse engendramento do linguístico com o político quando tratamos de língua, podemos trazer a dominação e o silenciamento do indígena em nome da língua Portuguesa, na época da colonização. Um segundo exemplo, já no regime presidencial, são as práticas do Governo Vargas na tentativa de silenciar e de interdição dos imigrantes europeus, que nos estados do Sul do País incidiram, especialmente, sobre imigrantes alemães e italianos, em nome da identidade nacional. Essas práticas de interdição, entretanto, tornaram-se recorrentes tanto nos espaços de trabalho como no ambiente escolar, já que aqueles que se sentem desaparelhados linguístico e intelectualmente, como é o caso dos catadores, não são estimulados a pensar sobre sua relação com a língua.

Pensando nesses aspectos pontuados até aqui, tomamos como questão central deste estudo analisar o discurso produzido pelos catadores de materiais recicláveis nas falas desses sujeitos acerca das relações de trabalho e do imaginário de língua. Também temos como finalidades refletir sobre como a relação dos catadores com a escola é determinante para a relação com a língua; analisar o modo de representação da língua nos processos de subjetivação dos catadores de materiais recicláveis; e, observar a movimentação do sujeito catador, a partir da tomada de posições, quando fala sobre sua relação com a língua no processo de constituição de sua identidade.

Para que possamos atender aos objetivos apresentados acima, o *corpus* de pesquisa é constituído de entrevistas com 12 catadores de materiais

recicláveis, pertencentes às quatro associações organizadas pelo projeto “Profissão Catador” em Cruz Alta. O roteiro de coleta do *corpus* envolve uma interlocução inicial, denominada “Fala de si”, e 7 (sete) questionamentos, nos quais observamos as relações de produção em que estão envolvidos estes sujeitos e os modos como se apropriam da língua Portuguesa. A partir disso, após a transcrição das respostas às interlocuções, foram recortadas 33 sequências discursivas de referência que integram a parte analítica deste estudo.

A título de contextualização, cumpre registrar que a grande maioria dos entrevistados são mulheres, mães, com idades entre 19 e 69 anos, às quais cabe, geralmente, o sustento do grupo familiar. No geral, com raras exceções, estes sujeitos tiveram pequenos contatos com a educação formal, isto é, frequentaram a escola por um período bastante breve, algo em torno de 2 (dois), 3 (três) até 5 (cinco) anos. A relação dos investigados com a catação enquanto fonte de renda é diversa, ou seja, alguns sempre trabalharam como catadores, já, outros, acabaram migrando para este ramo devido à falta de oportunidades em outras áreas.

Feitas essas considerações, passamos a descrever como este estudo está organizado.

No Capítulo 1, intitulado “*O Materialismo Histórico e a Dialética: um olhar para a linguagem a partir de leituras materialistas*” focamos, inicialmente, acerca do materialismo histórico e da dialética. Isso, especialmente, a partir do aparato teórico, em diferentes obras, de nomes como Karl Marx, Friedrich Engels e Georg Hegel. Esses autores abrem espaço para que, a partir de Lukács (2013), possamos pensar no ponto de intersecção entre a linguagem e o trabalho. Na sequência, trabalhamos com concepções materialistas de língua, sobretudo, olhando para as contribuições de Bakhtin/Volochínov (2014) e o conceito de língua viva, bem como para as reflexões de Pêcheux (1990, 1995), no terreno da Análise de Discurso Francesa, para pensar na língua inscrita na história e com funcionamento discursivo ideológico. A escrita prossegue com discussões acerca das políticas linguísticas, com aporte de pesquisadores como Aurox (1992), Orlandi (1990, 2007a), Orlandi e Guimarães (2001) e Zandwais (2003a, 2012b, 2013). Fechamos o capítulo, discutindo as questões de língua e identidade. Tal abordagem é realizada do

ponto de vista sociológico, com contribuições de Bauman (2005, 2007, 2008) e Hall (2011); e, pelo viés discursivo, a partir de Pêcheux (1990, 1995).

Já no Capítulo 2, cujo título é “*O funcionamento da ideologia: um contraponto do campo teórico para as práticas*”, as reflexões tomaram como base Althusser (1992, 1999). O aparato da teoria althusseriana é usado tanto para pensar na concepção de ideologia quanto para discutir sobre o funcionamento da ideologia no seio do AIE Escolar. Na sequência, para abordar a relação entre língua e violência simbólica, tomamos as contribuições de Bourdieu (1983, 1989), Bourdieu e Passeron (2008).

Cabe destacar que, embora nosso momento analítico de maior ênfase se dará no Capítulo 3, o qual trataremos na sequência, já nos Capítulos 1 e 2, nos preocupamos em apresentar ao leitor recortes do *corpus* de pesquisa que ilustram questões discutidas nas seções e subseções teóricas e mostram de que forma pretendemos dirigir as análises posteriores.

Passemos, então, à apresentação do Capítulo 3. Denominado “*O contexto social de emergência do sujeito catador de materiais recicláveis*”, trata, inicialmente, a partir de Pinhel (2013), acerca das condições históricas de emergência dos catadores de materiais recicláveis. Posteriormente, a escrita se volta para a contextualização do espaço em que estão inseridos os sujeitos desta pesquisa, destacando como estão organizados nas Associações articuladas pelo projeto “Profissão Catador”. Prosseguimos com a abordagem sobre a perspectiva teórica da constituição do *corpus* de pesquisa, por meio das contribuições de Courtine (2014), bem como explicitamos o modo de organização das sequências discursivas de referência a partir de 7 (sete) perguntas, as quais questionam os investigados sobre suas relações de produção e acerca do modo como se relacionam com a escola e a língua. Uma segunda parte dentro deste mesmo capítulo abarca as análises propriamente ditas. Esse momento analítico compreende, primeiramente, um espaço com foco nas falas produzidas pelos catadores no contato inicial com esta pesquisadora, no qual foi possível conhecer um pouco das histórias de vida destes sujeitos e acerca da relação constituída com a catação de materiais recicláveis ao longo dos tempos. A partir das sequências discursivas envolvendo respostas dos catadores às questões norteadoras, foram organizadas duas seções. Na seção intitulada “*Olhares sobre as relações de*

produção dos catadores de materiais recicláveis”, analisamos, em duas subseções, recortes que investigam temas como a relação entre associação e consciência de classe, a heterogeneidade enquanto constitutiva da Formação Discursiva do Catador, entre outros. A outra seção, a qual denominamos “*A escolarização e os modos de apropriação da língua*”, está dividida em três subseções, as quais tratam das relações dos catadores com a educação formal, a língua como constitutiva da identidade destes sujeitos e a relação dos catadores com o dizer e com as formas de silenciamento.

Por fim, como efeito de fechamento deste trabalho, apresentamos as “*Considerações Finais*”, item em que retomamos os objetivos de pesquisa e destacamos os principais aspectos apreendidos por meio das análises das sequências discursivas. Acerca disso, preliminarmente, queremos pontuar que o imaginário de língua dos catadores de materiais recicláveis do projeto é um dos pontos determinantes tanto na construção da identidade destes sujeitos quanto das suas relações de trabalho, entretanto, não é o único, outras questões que merecem destaque e são levantadas e discutidas no decorrer deste estudo.

1 O MATERIALISMO HISTÓRICO E A DIALÉTICA: UM OLHAR PARA A LINGUAGEM A PARTIR DE LEITURAS MATERIALISTAS

“[...] a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder. (GNERRE, 1991, p. 22).

1.1 Partindo da base: o Materialismo Histórico

O Materialismo Histórico tem importantes raízes fixadas no contexto soviético. Nele acompanhamos a presença de princípios da dialética de Karl Marx como aporte ao estudo da vida da sociedade, de sua história e, sobretudo, para o estudo da linguagem.

Pensar no Materialismo Histórico implica em entender as bases constitutivas do Marxismo, as quais, conforme ressalta Lênin (1979), em seu texto *“As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo”*⁴, estão ligadas ao mesmo tempo à filosofia alemã, à economia política inglesa e ao socialismo francês.

A concepção marxista irá propor o entendimento do mundo pelos domínios da experiência e a partir da matéria em movimento, isto é, em transformação, contrapondo, dessa forma, o idealismo hegeliano⁵, o qual assentou-se em premissas como a de que o espírito cria a matéria, que o mundo não existe fora do pensamento dos seres humanos e que são as ideias que criam as coisas.

⁴ O texto foi publicado originalmente no número 3 da revista russa “Prosveschenie”, em março de 1913.

⁵ Tem como base os pensamentos do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Nascido em 27 de agosto de 1770, em Stuttgart, na Alemanha, frequentou as aulas de Teologia, Literatura e Filosofias Gregas na Universidade de Tubingen. De maneira geral, as obras de Hegel tiveram a influência de dois autores, Baruch Spinoza e Immanuel Kant. Em suas reflexões, o filósofo tentou reduzir a realidade a uma unidade sintética dentro de um sistema denominado idealismo. (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. In: Dicionário Político. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/h/hegel.htm>>. Acesso em: 11 maio 2018).

Segundo afirma o historiador marxista Jacob Gorender⁶, a obra “*A Ideologia Alemã*” (2001)⁷, de Karl Marx e de Friedrich Engels, é o marco inicial do materialismo, enquanto uma teoria e uma metodologia das Ciências Sociais. O registro é feito por Gorender na seção de Introdução do clássico⁸, em sua tradução para o Português, a partir da seguinte afirmação: “Pertence ao consenso geral dos estudiosos do marxismo a tese de que *A Ideologia Alemã* assinalou o nascimento do materialismo histórico, teoria e metodologia da ciência social associada aos nomes de Marx e Engels.” (p. VII).

De fato, na obra, Marx e Engels (2001) abordam as questões que contribuíram para o surgimento do materialismo, apontando para os estudos do filósofo alemão Ludwig Andreas Feuerbach⁹, do qual Marx e Engels foram discípulos. Teriam sido eles, os primeiros a aplicarem no campo dos fenômenos sociais, o materialismo pensado por Feuerbach, filósofo cujos estudos realizados seriam uma espécie de “ponte” entre os estudos realizados por Hegel e Marx.

Se antes fizemos referência ao idealismo de Hegel, é importante trazeremos à baila das discussões este autor, o qual tem na dialética o fundamento de seus estudos filosóficos. Teria sido a partir dos estudos de

⁶ É um dos importantes autores marxistas brasileiros. Nasceu em Salvador em 1923 e faleceu em junho de 2013. Foi engajado no movimento estudantil brasileiro e no Partido Comunista Brasileiro. Teve formação de base stalinista em Moscou, embora tenha rompido com o stalinismo quando empreendeu um movimento de uma espécie de autossuperação político-ideológica, retomando laços com o passado que havia rejeitado. Fez parte da comissão que elaborou a Declaração de Março de 1958, tendo participado ativamente dos principais debates políticos e teóricos que marcaram a esquerda brasileira, por meio de sua militância política. (GORENDER, Jacob. In: *Marxismo 21*. [S. l.]: [s.n], 2013. Disponível em: < <http://marxismo21.org/jacob-gorender-historiografia-critica-e-politica/>>. Acesso em: 11 jan. 2017).

⁷ Neste estudo trabalhamos com a edição traduzida para o Português, da editora Martins Fontes, publicada em 2001. Entretanto, cabe destacar, que o manuscrito da obra foi elaborado pelos autores entre os anos de 1845-1846, com o título original é “*Die deutsche Ideologie*”. A primeira edição foi publicada na íntegra somente em 1933, simultaneamente em Leipzig (Alemanha) e Moscou (Rússia).

⁸ Nos referimos à obra “*Ideologia Alemã*” de Karl Marx e de Friedrich Engels.

⁹ Nascido em Landshut, Baviera – Alemanha, Feuerbach postula que o pensamento nasce do ser e não o ser do pensamento. Além disso, afirma que o pensamento é o produto da natureza e a religião é o reflexo fantástico da natureza humana. Preocupado com questões religiosas, ressalta ainda que não foi Deus quem criou o homem, mas o homem quem criou Deus à sua imagem. Os estudos realizados pelo filósofo representaram um elo intermediário entre a filosofia de Hegel e a de Marx. (LÉNIN. L. I. *Materialismo e Empirocriticismo: Notas e Críticas Sobre uma Filosofia Reacionária*. Tradução Abgvar Bastos. [S.l.]: Editorial Calvino Ltda, 1946. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1909/empiro/index.htm>>. Acesso em: 01 oct. 2017).

Hegel em relação à dialética, que Marx, posteriormente, desenvolvendo outro olhar sob esse princípio, teria pensado em sua teoria materialista.

Na obra “*Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*” (1995)¹⁰, Hegel afirma que a dialética é antes de tudo a natureza própria e verdadeira das determinações do entendimento, isto é, das coisas e do finito em geral. “O dialético constitui pois a alma motriz do progredir científico; e é o único princípio pelo qual entram no conteúdo da ciência a conexão e a necessidade imanentes [...]” (HEGEL, 1995, p. 163).

Dessa forma, pela perspectiva hegeliana, tudo o que nos rodeia pode ser considerado resultado da dialética, pois ela está em todos os contextos, sejam eles do mundo natural ou espiritual, enquanto princípio do movimento e da vida, se configurando, inclusive, como parte essencial dos processos científicos. Assim, as coisas que são finitas, ao contrário de serem firmes e últimas, antes de tudo, são variáveis e passageiras.

Para Hegel (1995), toda a dialética tem como resultado a negação. Entretanto, cabe pontuar, que ela presume também a existência do positivo, tendo em vista que contém como suprassumido em si aquilo de que resulta. Embora o resultado final do processo seja negativo, há, durante o decorrer, a existência do positivo, que pode ser determinado ou devido ao seu conteúdo, ou pelo seu resultado não ser vazio, abstrato, representando a negação de certas determinações as quais estão nos resultados dos processos dialéticos.

A dialética hegeliana se apresenta então pelo jogo de opostos diante da natureza das coisas, na filosofia, na ciência, na religião, e nos diferentes momentos da história da humanidade, inclusive na concepção do Estado Moderno. Ela estaria composta de unidades, dentre as quais o autor pontua a tese, a antítese e a síntese. O filósofo (1995), em “*Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*”, trata a tese como um momento de afirmação. Já a antítese seria a negação dessa afirmação, ou seja, da tese. O tensionar desse processo origina a síntese, a qual se configura em uma negação da negação e um momento em que emerge a razão absoluta. Portanto, sob o ponto de vista de Hegel, a única maneira de estudar uma realidade, a qual está em constante

¹⁰ Neste estudo adotamos a edição traduzida para o Português pela Editora Loyola, em 1995. Originalmente, a obra teve sua primeira edição publicada no ano de 1817, com o título “*Encyclopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse*”. Registramos também que há edições subsequentes, datadas dos anos de 1827 e 1830.

devir, isto é, em movimento ininterrupto, seria a partir da lógica dialética, representada pelo tripé tese-antítese-síntese, que constituem a base do seu método dialético.

Um aspecto essencial da filosofia hegeliana, é o fato de postular que a partir da razão é possível explicar o mundo. É também sob esse prisma que o filósofo afirma que a razão explicaria a si mesma, bem como dirigiria a história.

Nesse contexto, em que a partir da razão se poderia explicar tudo, é preciso considerar a possibilidade da existência de duas proposições opostas a respeito de um mesmo objeto, isto é, de antinomias. “Daí resulta que o conteúdo do mundo, cujas determinações caem em tal contradição, não poderia ser **em si**, mas ser apenas fenômeno. A **solução** é que a contradição não incide no objeto [...] mas só na razão cognoscente.” (HEGEL, 1995, p. 118-119, grifos do autor).

O significado positivo e verdadeiro das antinomias, de acordo com Hegel (1995), consiste em que todo o efeito possui determinações opostas. Justamente por isso, o conhecer ou o conceituar de um objeto só significam o mesmo que tomar consciência de que ele é uma unidade concreta de contradições.

Como já pontuado, é a partir das leituras de Hegel, que Marx, posteriormente, toma o que considera a “espinha dorsal” dos estudos hegelianos, isto é, a dialética, para pensá-la a partir de uma concepção materialista.

Nessa conjuntura, cabe assinalar também a importância dos estudos de Feuerbach¹¹ no processo desta espécie de “transição” de um materialismo mecânico para um materialismo histórico-dialético. Isso, porque foi justamente ele que passou a entender que o materialismo era fundamentado no homem e que este era um ser sensível, contrariando o materialismo mecanicista que reduzia o homem às circunstâncias, enquanto um indivíduo passivo. O que houve foi então uma saída da dialética das especulações filosóficas de tradição

¹¹ Nos referimos às seguintes obras que trazem a base dos estudos do filósofo alemão: FEUERBACH, L. . Princípios da filosofia do futuro. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. *A essência do cristianismo*. Tradução José da Silva Brandão. Campinas, SP: Papirus, 1988.

_____. *Filosofia da Sensibilidade*. Escritos Tradução de Adriana Veríssimo Serrão. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2005.

iluminista, para fundamentar-se no humanismo, ou seja, nas potencialidades e faculdades do ser humano, tirando-o da condição passividade.

Por ocasião da publicação de “*Manuscritos econômicos-filosóficos*”, em meados de 1844, Marx inclusive reconhece a influência de Feuerbach para os seus estudos sobre o materialismo. Na obra, o autor afirma que ele teria sido o único a abordar de forma séria a dialética hegeliana e ressalta que Feuerbach seria o responsável por propor uma filosofia na qual há espaço para a emancipação dos sentidos e do homem, reconfigurando a filosofia especulativa de Hegel, na qual o material e o real são diluídos à manifestação do Espírito. Diferente do antigo materialismo em que o indivíduo era reduzido à condição passiva, modelado unicamente pelo exterior, a partir da perspectiva feuerbachiana, o ser humano passou a ser considerado como sensível, não simplesmente limitado a circunstâncias. Um ser material, cuja faculdade de pensar estaria ligada à sua natureza.

Assim, Marx reconhece a importância de Feuerbach para o materialismo, contudo caminha em seus estudos propondo não apenas olhar para o homem como um ser sensível, mas considerá-lo em seu contexto social.

Para seguirmos as discussões, retomamos “*A Ideologia Alemã*”, na qual Marx e Engels (2001) ressaltam que Feuerbach teria se contentado com a teoria, e jamais chegado a considerar o mundo sensível numa perspectiva real, do ponto de vista das relações do homem para com o homem. Conforme os autores, o filósofo alemão não considerou o mundo sensível como a soma das atividades dos homens, justamente por isso teria ficado no domínio da abstração.

Mas não há como abordarmos as reflexões feitas por Marx e Engels (2001) a respeito das contribuições de Feuerbach para o materialismo, aprofundamento necessário diante de nosso estudo, sem trazermos as *Teses sobre Feuerbach*¹². E o faremos pelas “lentes” de Ernst Bloch¹³, que em sua

¹² O texto que serviu de referência está nos anexos da obra: MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo, HUCITEC, 2001, p. 99-103.

¹³ Filósofo marxista, nasceu em julho de 1885 em Ludwigshafen, na Alemanha, em uma família judia. Teve grande envolvimento com o movimento estudantil alemão. Manifestou-se contra a ameaça nazista num artigo intitulado “*A violência de Hitler*”, o que obrigou o filósofo, em 1933, a buscar exílio em Paris e Praga e, posteriormente, nos Estados Unidos, onde iniciou o manuscrito de sua obra máxima, “*O princípio esperança*”, cujo primeiro de três volumes foi lançado em 1954. Mais tarde, retornou à Alemanha, onde faleceu em agosto de 1977, na

obra “*Princípio Esperança*”, em específico no capítulo “*A transformação do mundo*”, analisa as teses.

Bloch (2005), tomando a leitura de Marx e Engels, propõe uma separação das teses em grupos, de acordo com suas temáticas filosóficas, portanto não acompanhando a sequência numérica.

No primeiro grupo, estão as notas filosóficas I, III e V, as quais abordam a superação do idealismo e do materialismo anterior ao de Marx, propondo um novo materialismo fundamentado na *práxis*. Conforme podemos observar a seguir:

I. [...] o principal defeito de todo materialismo até aqui (inclusive o de Feuerbach) é que o objeto, a realidade, a sensibilidade, só são apreendidos sob a forma **de objeto ou de intuição**, mas não como **atividade humana sensível**, como **práxis**, de maneira não subjetiva. Em vista disso, o aspecto *ativo*, foi desenvolvido pelo idealismo, em oposição ao materialismo – mas só abstratamente, pois o idealismo naturalmente não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis, realmente distintos dos objetos do pensamento; mas ele não considera a própria atividade humana como atividade **objetiva**. É por isso que em *A essência do cristianismo* ele considera como autenticamente humana apenas a atividade teórica, ao passo que a *práxis* só é por ele apreendida e firmada em sua manifestação judaica sórdida. É por isso que ele não compreende a importância da atividade “revolucionária”, da atividade ‘revolucionária, ‘prático-crítica’.[...]

III. A doutrina materialista que pretende que os homens sejam produtos das circunstâncias e da educação, e que, conseqüentemente, homens transformados sejam produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado. É por isso que ela tende inevitavelmente a dividir a sociedade em duas partes. Uma das quais está acima da sociedade (por exemplo, em Robert Owen).

A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou da automudança só pode ser considerada e compreendida racionalmente como *práxis revolucionária*.

V. Feuerbach que não se satisfaz com o **pensamento abstrato**, recorre à **intuição sensível**; mas não considera a sensibilidade como atividade *prática* humana e sensível. (MARX, ENGELS, 2001, p. 99-101, grifos dos autores).

Como dito, nesse conjunto de teses, observamos as reflexões de Marx e Engels acerca da relação teoria x *práxis*. Em outras palavras, os autores

fundamentam a teoria do conhecimento no campo da prática, diante de um homem livre, que para conhecer o mundo precisa agir sobre o meio. É importante pontuar que uma concepção de mundo em que o homem não é livre para agir e na qual deixa-se moldar pelas circunstâncias, nos remete ao materialismo mecanicista e não ao materialismo histórico-dialético. Também nessa conjuntura, cumpre destacar que a ação de conhecer não representa o distanciamento da realidade, mas se trata de captar e transformar o mundo conscientemente a partir do trabalho, enquanto “*atividade humana sensível*”, ou seja, como “*práxis, de maneira não subjetiva*”. No recorte também acompanhamos, em específico na Tese III, uma crítica de Marx ao materialismo em que o homem não é o centro da doutrina, o que representa esquecer que “*são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado.*” A transposição do pensamento concreto por meio da *práxis* pode resultar em mudança e “*a coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou da automudança só pode ser considerada e compreendida racionalmente como práxis revolucionária*”. Dessa forma, esse conjunto de teses de ordem epistemológica ressalta a importância da *práxis* (relação teoria x *práxis*) para o novo materialismo proposto por Marx, o qual critica as formas passivas de pensamento, apenas contemplativas, que não levam em consideração a atividade humana consciente.

Tomamos então o segundo grupo proposto por Bloch (2005), do qual fazem parte as notas filosóficas IV, VI, VII, IX, X, as quais têm caráter antropológico-histórico e serão apresentadas na sequência do texto:

IV. Feuerbach parte do fato de que a religião torna o homem estranho a si mesmo e duplica o mundo em um mundo religioso, objeto de representação e um mundo profano. Seu trabalho consiste em reduzir os mundos religiosos à sua base profana. Ele não vê que, uma vez realizado este trabalho, o principal ainda está por fazer. O fato, principalmente, de que a base profana se desliga dela própria e se fixa nas nuvens, constituindo assim um reino autônomo, só pode se explicar precisamente pelo auto-rompimento e pela autocontradição dessa base profana. É preciso, portanto primeiro compreender essa base na sua contradição para depois revolucioná-la praticamente, suprimindo a contradição. Portanto, uma vez que se descobriu, por exemplo, que o segredo da família terrestre é a família celeste, é da primeira que doravante se deve fazer a crítica teórica e é ela que se deve revolucionar na prática.

VI. Feuerbach converte a essência religiosa em essência **humana**. Mas a essência do homem não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Na sua realidade, ela é o conjunto de relações sociais.

Feuerbach, que não compreende a crítica desse ser real, é por conseguinte obrigado:

1. A abstrair-se do curso da história e a tratar o espírito e a tratar o espírito religioso como uma realidade que existe por si mesma, supondo a existência de um indivíduo humano abstrato, **isolado**.

2. A considerar, por conseguinte, o ser humano unicamente como “gênero”, como universalidade interna, muda, ligando **de modo natural** a multidão dos indivíduos.

VII. É por isso que Feuerbach não vê que o “espírito religioso” é ele próprio um **produto social** e que o indivíduo abstrato que ele analisa pertence na realidade a uma forma social determinada.

IX. O máximo alcançado pelo materialismo **contemplativo**, isto é, o materialismo que não concebe a sensibilidade como atividade prática, é a contemplação dos indivíduos isolados e da sociedade.

X. O ponto de vista do velho materialismo antigo é a sociedade “**civil**”. O ponto de vista do novo materialismo é a sociedade **humana**, ou a humanidade social. (MARX; ENGELS; 2001, p. 101-103, grifos dos autores).

Temos, como ponto crítico a ser observado nessas passagens, o papel hegemônico que a religião assume e que precisa ser desconstruído. Na Tese IV, Marx e Engels criticam o fato de Feuerbach ter partido da premissa de que “*a religião torna o homem estranho a si mesmo*”, separando, dessa forma, o que é religioso do que é profano. Isso, acabou por “*reduzir os mundos religiosos à sua base profana*”, ficando de fora o aspecto de que é preciso, primeiramente, “*compreender essa base na sua contradição para depois revolucioná-la*”. Assim, se “*o segredo da família terrestre é a família celeste, é da primeira que doravante se deve fazer a crítica teórica e é ela que se deve revolucionar na prática*”, haja vista que somente aquilo que se apresenta na realidade é passível de revolução. Nas notas VI e VII, Marx e Engels pontuam que a realidade da essência do ser humano é essencialmente prática, isto é,

está nas relações do homem dentro da sociedade e, não, enquanto um indivíduo isolado, abstrato. Conforme os autores, Feuerbach não percebe “*que o espírito religioso é ele próprio um produto social*” e, diante disso, “*o indivíduo abstrato que ele analisa pertence na realidade a uma forma social determinada*”. Nas Teses finais deste conjunto, respectivamente a IX e a X, também há uma crítica voltada ao materialismo contemplativo como doutrina que vê o homem e a sociedade isoladamente. Os autores ressaltam ainda que o novo materialismo, no qual há a relação entre o sensível e a prática, pois o homem passa a ser tomado pelas suas relações sociais. Nesse sentido, as notas desse grupo apresentam uma crítica de Marx e Engels quanto à forma como Feuerbach tratou a religião enquanto essência imediata do homem, ignorando a dimensão social. Essa concepção de religião, segundo os autores, aliena o homem e só pode ser explicada diante de uma situação concreta, isto é, da realidade. Ademais, o recorte também debate o novo materialismo como uma prática revolucionária, que toma o homem em sociedade, no conjunto de ações humanas.

O terceiro grupo proposto por Bloch (2005), o qual traremos abaixo, reúne as notas II e VIII, cujo tema está centrado na interligação dialética entre a teoria e a prática.

II. A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade de seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento - isolado da práxis - é puramente escolástica. [...]

VII. Toda a vida social é essencialmente **prática**. Todos os mistérios que conduzem aos misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis. (MARX, ENGELS, 2001, p. 101-102, grifo dos autores).

A partir dessas Teses, Marx e Engels afirmam que é na *práxis* que o homem prova a verdade, pois o pensamento humano não se reduz a uma questão teórica, é embasado na prática. Dito de outra maneira, teoria e prática são elementos complementares e o pensamento não se sustenta apenas pela teoria, precisa estar ligado a uma prática. Diante daquilo que postulam os autores, a solução de todos os mistérios está na racionalidade da prática humana, bem como na compreensão dessa prática.

A Tese XI, cujo texto é “Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras, do que se trata e de *transformá-lo*.” (MARX, ENGELS, 2001, p. 103, grifos dos autores), corresponde à última nota filosófica e está relacionada ao caráter transformador e revolucionário do método marxista. Ela é considerada por Bloch (2005) como a mais importante de todas, tendo em vista que demonstra que a filosofia é imprescindível para intervir na ordem das coisas e não somente para buscar explicá-las, funcionando enquanto elemento de transformação e revolução.

Em linhas gerais, o que podemos perceber diante dessa abordagem das notas filosóficas, é que a grande diferença do materialismo histórico pensado por Marx em relação ao proposto Feuerbach e seus antecessores, é justamente o olhar para a *práxis*, isto é, para a atividade humana social, nas suas relações com o meio. A perspectiva marxista busca compreender e olhar para a sociedade a partir da atividade humana concreta, como prática e não apenas observando o homem enquanto objeto ou ser sensível, que tem relações apenas fisiológicas com a natureza. O homem não é mais um ser biológico, puro da natureza, mas é um indivíduo que é ativo em sua relação com o meio em que está inserido, intervindo sobre ele.

Outro ponto importante que diz respeito às concepções feuerbachianas e que é abordado por Marx e Engels (2001), é que Feuerbach concebe o materialismo e a história como duas coisas diferentes. Para ele, assinalam os autores, a história não passa de uma sucessão das diferentes gerações, sendo que cada uma explora os materiais, os capitais e as forças produtivas que são herdadas das gerações anteriores.

Em contraponto a essa perspectiva, o marxismo entende que a história evolui dialeticamente, a partir da luta de classes, isto é, pelas relações de contradição. Ela estaria ligada à *práxis*, tendo em vista que é feita por indivíduos reais, cuja atuação e condições materiais são concretas e num contexto em que as relações de produção são determinantes. Conforme observam Marx e Engels em “*A Ideologia Alemã*”:

Esta concepção da história, portanto, tem por base o desenvolvimento do processo real da produção, e isso partindo da produção material da vida imediata; ela concebe as formas dos intercâmbios ligada a esse modo de produção e por ele engendrada, isto é, a sociedade civil em seus diferentes estágios como sendo o fundamento de toda a história [...] Ela não é obrigada, como acontece com a concepção idealista da história, a procurar uma categoria em cada período, mas permanece constantemente no terreno real da história [...].” (MARX, ENGELS, 2001, p. 35-36)

A abordagem materialista da história pelos estudos marxistas aponta que são as relações de produção que fundamentam todo o desenvolvimento e as transformações sociais e históricas. Assim, aquilo que os indivíduos são, bem como a sua concepção de história, estariam ligados diretamente às condições materiais de produção em que estão inseridos. Esta história é, antes de tudo, a da sociedade civil, do homem que é ser social e que faz história, e não aquela do Estado ou das superestruturas.

Nesse sentido, a superação da fase contemplativa do materialismo, de nuances apenas teóricas, implica entender que para olhar a sociedade pelo viés da prática, é preciso admitir que nas relações de produção há espaço para a dialética, isto é, para a contradição, tendo em vista a matéria em movimento. Em outras palavras, é ir além do conhecimento teórico sem bases científicas como aquele de cunho teológico, que inclusive explica a existência do homem como criação divina e também ir além do idealismo que trata o homem simplesmente como ser sensível. É observar e analisar a atividade humana concreta como prática.

Em vista disso, a próxima seção deste trabalho abordará a dialética sob diferentes óticas. Primeiro, contextualizando etimologicamente a palavra e, num segundo momento, mostrando a partir da cronologia e pelas concepções de diferentes autores, o seu entrelaçamento com o materialismo histórico.

1.2 A sequência do caminho: pensando na Dialética

Marx (1996a), em “*O Capital*”¹⁴, afirma que a dialética apreende as formas existentes no fluxo do movimento. É, ao mesmo tempo, crítica e

¹⁴ Neste estudo estamos usando como referência a tradução da obra para o Português da editora Nova Cultural, de 1996. Destaca-se, que originalmente a obra teve o Tomo I publicado

revolucionária, e se apresenta em todas as instâncias da vida dos indivíduos, se configurando inclusive em uma ameaça à burguesia. O autor assinala que mesmo que a dialética tenha sofrido mistificação nas mãos de Hegel, isso não retira dele o feito de ter sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Entretanto, Marx ressalva que é preciso invertê-la, tirando-a da forma mistificada da moda alemã.

Ao construir sua crítica à dialética hegeliana, Marx registra em “*O Capital*” então que seu método dialético é o oposto do hegeliano.

[...] meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 1996a, p. 140).

Nesse sentido, embora reconheça que Hegel foi o primeiro a expor as formas gerais de movimento da dialética, o autor propõe uma inversão das premissas hegelianas, justamente por isso afirma que seu método dialético é uma antítese do hegeliano. Dito de outro modo, do ponto de vista marxista, o elemento real, isto é, a sociedade, é o verdadeiro sujeito, no qual o pensamento (Estado político) é sua manifestação. Assim, ao contrário daquilo que propõe Hegel, Marx aponta que a realidade é o demiurgo do pensamento, ou seja, é o artífice ou criador do pensamento e este está relacionado com a vida material e acontece inscrito nas relações sociais de trabalho.

Feito esse preâmbulo, precisamos aprofundar qual é o ponto de origem da dialética pelo olhar de outros autores. Partiremos, inicialmente, pela etimologia da palavra.

Na obra “*A dialética*”, o filósofo francês Foulquié (1978), conhecido por estudar a metafísica, a epistemologia, o existencialismo e a psicologia, explica que, do ponto de vista etimológico, a palavra dialética vem do grego *dialegein* e significa trocar palavras ou razões, conversar ou discutir.

em 1867, com o título “*Das kapital. Kritik der politischen Oekonomie*”, em Hamburgo (Alemanha).

Já Konder (2008), em “*O que é a dialética*”, remete a definição do termo à Grécia antiga, em específico a Heráclito de Efeso¹⁵, o qual em seus fragmentos deixou registrado que a dialética remete a tudo o que está em constante mudança, assinalando já em 540-480 a.C. (aproximadamente), a relação da dialética com a contradição. Neste caso, o conflito é o pai e o rei de todas as coisas.

Conforme o autor, temos no fragmento número 91 dos escritos do filósofo Heráclito de Efeso, uma passagem que expressa o pensamento em torno da dialética, oportunidade em que Heráclito menciona que “[...] um homem não toma banho duas vezes no mesmo rio. Por quê? Porque da segunda vez não será o mesmo homem e nem estará se banhando no mesmo rio (ambos terão mudado).” (KONDER, 2008, p. 9). Na sequência de seu pensamento, observa que na “[...] aceção moderna, [...] dialética significa [...] o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.” (KONDER, 2008, p. 8).

Embora as concepções de Heráclito estejam, na atualidade, bastante condizentes com a linha com a qual propomos conduzir este estudo, Konder (2008) ressalva que a negação de qualquer estabilidade no ser realizada pelo filósofo fez com que os gregos aderissem às ideias de outro pensador da mesma época, Parmênides¹⁶. Para este, identificado com o campo da metafísica, a essência do ser humano era imutável e o movimento de mudança apenas de superfície.

Conforme explica Chauí (2000), em “*Convite à Filosofia*”, Parmênides propunha que só podemos pensar sobre aquilo que permanece idêntico a si mesmo. Assim, aquilo que “[...] é contrário a si mesmo, ou se torna o contrário do que era, não pode ser (existir), não pode ser pensado nem dito porque é

¹⁵ Filósofo pré-socrático considerado o "Pai da dialética", para o qual a Natureza (o mundo, a realidade) como um “fluxo perpétuo”, o escoamento contínuo dos seres em mudança perpétua. Comparava o mundo à chama de uma vela que queima sem cessar, transformando a cera em fogo, o fogo em fumaça e a fumaça em ar. Assim, perante seu pensamento, tudo se transforma no seu contrário. (CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000).

¹⁶ Parmênides de Eleia foi um filósofo grego, cujos estudos foram importantes, inclusive, para o surgimento da lógica. Foi o primeiro a afirmar que o mundo percebido por nossos sentidos é ilusório, feito de aparências, sobre as quais formulamos nossas opiniões. Também foi protagonista quando contrariou a ideia de um pensamento e de um discurso verdadeiros referidos àquilo que é realmente, ao Ser, contrapondo a percepção de um mundo mutável. (CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000).

contraditório, e a contradição é o impensável e o indizível, [...] torna-se nada.” (CHAUÍ, 2000, p. 228).

Essa concepção metafísica prevaleceu ao longo da história, porque, segundo Konder (2008, p. 9), nas sociedades divididas em classes, era representativa dos interesses das classes dominantes, “[...] sempre preocupadas em organizar duradouramente o que já está funcionando, [...] para impedir que os homens cedessem à tentação de querer mudar o regime social vigente.”

Cabe destacar que, durante muito tempo, a dialética passou a ocupar um lugar secundário nos estudos filosóficos, tendo em vista que a metafísica alcançou supremacia entre os interesses burgueses científicos.

No século XVI, com o Renascimento, é que a dialética ressurgiu, conquistando posições que lhe permitiram seguir viva nos séculos seguintes, a partir de pensadores como Pascal¹⁷ e Giambattista Vico¹⁸, os quais reconheceram a contraditoriedade da condição humana, bem como que o homem precisava conhecer sua própria história. Entretanto, por meio de uma ciência amparada na metafísica esse processo não seria totalmente possível, pois era necessário um método para se chegar a esse objetivo. Por isso, ambos pensadores, cada um ao seu modo, contribuiu para o fortalecimento da dialética.

Nessa trajetória, é importante citar o alemão Immanuel Kant (1724-1804), considerado entre os estudiosos um dos mais importantes metafísicos modernos, para quem, de acordo com Konder (2008), o centro da Filosofia não poderia ser outro se não o da reflexão sobre o conhecimento humano e da exata natureza. Em vista disso, Kant teria centrado seus estudos na “razão

¹⁷ Filósofo francês do período do Racionalismo Clássico, se destacou em ciências como a Física, a Matemática e a Teologia. Dizia que o homem é como um caníço, contudo um caníço pensante. Também defendia que o coração tem suas próprias razões, ou seja, as emoções, os sentimentos ou as paixões são causas de muito do que fazemos, dizemos, queremos e pensamos. Outra ideia importante de Pascal é a de que a consciência intelectual e moral é diferente das paixões e dos sentimentos. Ela seria capaz de uma atividade própria não motivada e causada pelas emoções, mas possuindo seus motivos ou suas próprias razões. (CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000).

¹⁸ Filósofo italiano, pensador do período iluminista, que também teve contribuições relevantes nas áreas da Retórica, da História e do Direito. Sua principal obra foi “*Scienza Nuova*” (Ciência Nova), na qual propôs um estudo científico da História. Em pleno apogeu do Racionalismo cartesiano, Giambattista traçou novos caminhos para o conhecimento científico, revalorizando a filosofia da História e do Direito. (BRAVO, Carlos López. *Filosofía de la historia y filosofía del derecho en Giambattista Vico*. Sevilla:Tapa Blanda, 2003).

pura”. O filósofo se convenceu de que na própria razão havia certas contradições, as quais não poderiam ser retiradas do pensamento humano independente das questões da lógica.

Cabe registrar que na obra “*Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*” (1995), Hegel construiu críticas a Kant, voltadas às questões da função constitutiva de conhecimento da razão e ao tratamento racional dedicado à razão¹⁹.

Segundo afirma o autor, é imprescindível que estejam reunidas no conhecimento as formas de pensamento e sua crítica. O próprio filósofo alerta que as formas de pensar não deveriam ser usadas sem um exame, o qual já representa um conhecimento. Para Hegel, o pensar enquanto entendimento deve necessariamente cair na contradição, no negativo de si, isto é, na dialética.

Em sua determinidade peculiar, a dialética é antes a natureza própria e verdadeira das determinações-do-entendimento — das coisas e do finito em geral. [...] O dialético constitui pois a alma motriz do progredir científico; e é o único princípio pelo qual entram no conteúdo da ciência a conexão e a necessidade imanentes [...].” (HEGEL, 1995, p. 163).

Em outras palavras, a dialética de Hegel se ampara nos opostos, entende que o mundo é o resultado de ideias contrárias e, como pontuamos na seção anterior, se representa pelo tripé tese-antítese-síntese, do qual não participa o procedimento de análise.

Diante dessa conjuntura, é importante assinalar que as concepções idealistas de Hegel foram o ponto de partida para que Marx elaborasse sua concepção materialista de dialética, conduzindo-a para o caminho da realidade material.

No percurso teórico de definição da dialética, podemos ainda trazer Engels, o qual em “*Do socialismo utópico ao socialismo científico*”²⁰ (1990), ao contrário de Hegel, que limitou a dialética apenas ao pensamento, observa a

¹⁹ Já abordamos concepções a respeito dialética hegeliana na seção 1.1 *Partindo da base: o materialismo histórico*.

²⁰ O texto que usamos para este estudo é uma tradução contida em “*Obras Escolhidas-Volume 2*” (1990), publicado pela editora Alfa-Omega. Originalmente, o livro de Engels é denominado “*Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft*” e foi publicado em 1880, na Alemanha.

sua presença também no desenvolvimento da sociedade e da natureza. Sobre esta última, refere que:

A natureza é a pedra de toque da dialética e as modernas ciências naturais nos oferecem para essa prova um acervo de dados extraordinariamente copiosos que enriquece a cada dia que passa, demonstrando com isso que a natureza move, em última instância, pelos caminhos dialéticos e não pelas veredas metafísicas, que não se move na eterna monotonia de um ciclo constantemente repetido, mas percorre uma verdadeira história. (ENGELS, 1990, p.316).

Na perspectiva engelsiana, a natureza não se move de maneira monótona, em movimentos repetitivos nos trilhos da metafísica, mas percorrendo uma história que circula por canais dialéticos, cujas ciências naturais, como a Física e Química e a Biologia, podem servir de exemplos, pois nelas acompanhamos o movimento de transição das mudanças quantitativas para as qualitativas²¹.

Para ilustrar esta perspectiva, podemos pensar em uma reação química. Nela, temos um determinado número de elementos com suas respectivas quantidades que são misturados e que como produto final geram um novo composto, o qual pode ser observado do ponto de vista qualitativo, já que é possível avaliar em diferentes aspectos, como alteração de temperatura, cor, estado físico, emissão de gases, entre outros, um novo estado do ser.

Assim, a partir daquilo que nos apontaram os autores, é possível dizer que, independente de qual seja o fenômeno, o objeto, o processo da natureza, da sociedade ou o pensamento filosófico que estivermos estudando, há, pela perspectiva dialética, sempre um choque entre pontos contraditórios, sobretudo no processo que envolve a transição do capitalismo para o socialismo. A

²¹ Estamos entendendo esses conceitos a partir de Triviños (1987), em *“Introdução à pesquisa em Ciências Sociais”*, o qual explica que a Lei da passagem das mudanças quantitativas às qualitativas estabelece, num primeiro momento, a maneira como se realiza, isto é, que mecanismos atuam no processo das formações materiais. Um objeto, além de qualidade, que seria a primeira fase de conhecimento do objeto, existe a quantidade, que também significa avançar no conhecimento do objeto, pois ela caracteriza o objeto sob o ponto de vista do grau de desenvolvimento ou de intensidade das propriedades que lhe são inerentes. A passagem das mudanças quantitativas para as qualitativas é uma lei geral do mundo material, contudo as mudanças qualitativas também produzem mudanças quantitativas. Assim, as mudanças quantitativas e qualitativas estão ligadas entre si. “A passagem das mudanças quantitativas às qualitativas é uma lei geral do desenvolvimento do mundo material.” (p. 66). TRIVIÑOS, N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação*. Atlas: São Paulo, 1987.

contradição acontece internamente e é o ponto chave para que aconteça a transformação, a qual não é harmônica, e se organiza de forma não linear.

O percurso feito até aqui também nos permitiu entender que o Materialismo Histórico e Dialético é resultante da articulação da dialética com as questões de teoria e da práxis. Por isso, uma investigação que segue essas premissas tem como propósito, ao menos, abrir margem à contradição e provocar discussões, dando voz às forças sociais. É importante pontuar que em nosso estudo, as forças sociais estão representadas pelos catadores de materiais recicláveis, pela voz que têm, pelos lugares que eles ocupam nas relações de produção e por seu imaginário e relações com a língua.

1.3 O ser humano, a sociedade e o trabalho

Não há como pensarmos na vida do homem em sociedade sem adentrar a sua relação com o trabalho, tendo em vista que entendemos que esta é uma categoria fundante nos estudos marxistas.

Como ponto de partida para delinear esse contexto, trazemos Marx e Engels (2001), os quais, em “*A Ideologia Alemã*”, afirmam que o que diferencia o homem dos animais é a consciência e a possibilidade de produzir sua própria vida material. Os autores destacam ainda que a forma como os homens produzem seus meios de existência depende, sobretudo, da natureza daqueles já encontrados e que eles precisam reproduzir.

Diante dessa perspectiva, o modo como os indivíduos produzem e suas condições de existência refletem naquilo que eles são e, conseqüentemente, aquilo que são coincide com o que produzem e a maneira como o fazem. Assim, o que os indivíduos são está diretamente ligado às condições materiais de sua produção.

Na obra “*Contribuição à crítica da economia política*”²², Marx (2008) afirma que o conjunto das relações de produção é o responsável pela estrutura econômica da sociedade, a qual serve de base para a superestrutura jurídica e

²² Para este estudo estamos nos pautando pela tradução realizada por Floristan Fernandes, publicada em 2008 pela editora Expressão Popular. Originalmente, o texto foi publicado por Marx em alemão no ano 1859, sob o título “*Kritik der Politischen Ökonomie*”.

política. Assim, o modo de produção é o que condiciona a vida social, política e intelectual dos homens.

Do ponto de vista marxista, cabe pontuar que durante o seu desenvolvimento, as forças produtivas da sociedade entraram em contradição com as relações de produção, passando a representar um empecilho para o modo de produção capitalista e, a partir disso, houve o início da era de revolução social, com transformações ligadas à base econômica. Sobre isso, Marx afirma que:

A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. [...] Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (2008, p. 47-48).

É justamente a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção que abre precedência para as transformações que se dão na base econômica da sociedade. Essas transformações oferecem possibilidades concretas para mudanças nos modos de produção, sendo que para tal processo a ação das classes sociais dominadas é determinante, pois possuem um caráter revolucionário.

Nesse contexto, cabe trazer a obra "*Manifesto Comunista*"²³, na qual Marx e Engels (2007, p. 40) afirmam que a "[...] história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes [...] opressores e oprimidos, têm vivido numa guerra ininterrupta [...]." Essa guerra, a qual os autores se referem, termina sempre por transformação revolucionária ou por destruição das classes conflitantes.

Em todos os momentos da História, a organização da sociedade se dá a partir de classes sociais distintas. Na sociedade burguesa, a qual teria ressurgido da sociedade feudal, Marx e Engels (2007) ressaltam que não houve a extinção dos antagonismos de classes, contudo aconteceu uma

²³ Fazemos referência à tradução da obra para a língua Portuguesa publicada pela editora Boitempo, em 2007. Cabe ressaltar, que o texto original foi publicado em alemão, no ano de 1848, com o título "*Manifest der Kommunistischen Partei*", em Londres.

transformação da sociedade na história da luta de classes. Segundo os autores, as classes teriam surgido a partir da divisão social do trabalho, o que significa a repartição da sociedade entre o empregador, ou seja, o detentor dos meios de produção, e o empregado, protagonizando o que conhecemos como classes dominantes e dominadas.

Para Marx (1996a, p. 470), “A divisão do trabalho no interior da sociedade é mediada pela compra e venda dos produtos de diferentes ramos de trabalho, [...]” Cabe destacar que para o autor, “A base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo.” (p. 467). Em “*A ideologia alemã*”, Marx e Engels (2001), assinalam que a oposição entre cidade e campo só existe no âmbito da propriedade privada e representa a manifestação mais explícita da subordinação do homem à divisão do trabalho, a qual só se configura como tal no momento em que existe a separação entre o trabalho material e trabalho intelectual.

Dessa forma, a divisão do trabalho se apresenta pela venda da força do homem, enquanto trabalhador, como uma espécie de mercadoria através da qual obtém um salário. Nesse contexto, temos a especialização do trabalho, a partir da qual o homem não pode satisfazer suas necessidades por meio da sua produção, ao contrário do que tínhamos no período escravocrata ou feudal, no qual a produção era para satisfazer as necessidades dos exploradores e dos explorados.

Mas, não há como abordarmos as forças produtivas, as relações de produção, sem olharmos para o trabalho, tendo em vista que é ele o ponto nodal nas discussões de cunho marxista, as quais estão norteando nosso estudo.

Na obra “*O capital*”, Marx (1996a) considera que o trabalho é o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral, configurando-se como condição de existência do homem nas diferentes modos de produção, seja no feudalismo ou no capitalismo, evidentemente, que guardadas as diferentes relações de produção. Além do mais, não há como ignorar a relação direta do trabalho com a natureza. Sobre o trabalho, o autor explica que:

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1996a, p. 297).

Diante disso, o trabalho é antes de tudo, um processo de interação do homem com a natureza, a partir do qual, por meio da ação de sua força sobre a matéria natural, cria os elementos de que necessita para sua vida. Também é pelo trabalho que o homem se diferencia dos animais, já que por ele exerce sua força criadora.

Precisamos assinalar ainda o caráter dialético na relação do ser humano com a natureza, já que como Marx (1996a) postula, há movimento e transformação, que não são somente de ordem externa, mas que se estendem para a própria essência do homem.

Na mesma perspectiva de Marx, Engels (1990), no texto “*Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*”²⁴, afirma que o trabalho humano não desenvolveu apenas uma grande diversidade de técnicas e ferramentas, mas também diferentes formas de organização das sociedades. Se os animais podem modificar a natureza pelo fato de estar nela, o homem modifica a natureza dominando-a, servindo-se dela. “E aí está [...] a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, [...] resulta do trabalho.” (ENGELS, 1990, p. 277).

Ainda sobre isso, Engels (1990) ressalta que o trabalho, seguido da articulação da palavra, são os estímulos mais importantes que acabaram influenciando a transformação do cérebro do macaco em cérebro humano. Assim, pela perspectiva do autor, o trabalho influenciou o desenvolvimento do homem, sobretudo de órgãos do sentido.

Também parece ser frutífero, nessa abordagem e perseguindo o caminho que queremos fazer para chegar ao ponto de encontro do trabalho

²⁴ Originalmente o texto foi escrito por Engels em 1876 e publicado pela primeira vez em 1896, em Neue Zeit.

com a linguagem, trazemos Lukács (2013), o qual na obra "*Para uma ontologia do ser social II*"²⁵, assinala que Engels vinculou corretamente o surgimento da linguagem ao do trabalho, quando o homem precisou dizer algo para os outros, isto é, comunicar-se.

1.4 Linguagem e trabalho

A partir do percurso feito na seção anterior foi possível entender que as questões do trabalho não ficam distantes da linguagem, que se apresenta como um elemento capaz de simbolizar a realidade vivida pelo homem, bem como permite que o indivíduo simbolize por meio dela. Em nosso entendimento, a linguagem é muito mais do que um aspecto que nos diferencia dos animais, ou seja, além de ser a condição simbólica constitutiva do sujeito, ela funciona e vem funcionando, com o passar da história, como um instrumento de dominação, não só do trabalho e de suas técnicas, mas dos homens sobre outros.

Sobre essa relação, Lukács (2013, p. 84) defende que é indiscutível a premissa de que a linguagem e o pensamento conceitual surgiram para as necessidades do trabalho numa relação que é contínua, não cessa. Logo, podemos dizer que "[...] o trabalho influi continuamente sobre a linguagem e o pensamento conceitual e vice-versa."

Se mostra de grande valia também uma outra ponderação do autor, a qual vai ao encontro do que já pontuamos anteriormente, relacionada ao fato de que a linguagem é a satisfação de uma necessidade social inerente ao ser humano, que se realiza a partir da sua relação com a natureza e entre si, numa duplicidade de exigências contrapostas e, portanto, dialéticas. Ao conduzir seu texto por esse caminho, reportando as contradições do duplo encontro do ser humano com a natureza e consigo mesmo, Lukács toca naquele que é objeto de investigação deste estudo: a língua. Conforme podemos acompanhar no seguinte trecho, presente em "*Para a antologia do ser social II*":

²⁵ Para fins deste estudo estamos utilizando a tradução para a língua Portuguesa, a qual foi publicada pela editora Boitempo em 2013. Originalmente, a obra foi escrita no curso da década de 1960 e publicada sob o título "*Zur Ontologie des gesellschaftlichen Sein*", na Alemanha.

É por isso que o duplo movimento em direções contrapostas caracteriza o desenvolvimento de toda língua viva. Por um lado, expressões da vida cotidiana deslocam-se ininterruptamente para uma esfera de generalização cada vez maior, ininterruptamente palavras da linguagem cotidiana adquirem tal significado extremamente generalizado [...] Por outro lado e simultaneamente, dá-se um movimento oposto na direção de um determinar individualizante, como surgimento de novas palavras ou de novas nuances de significado de palavras já em uso. (LUKÁCS, 2013, p. 214-215).

É justamente a língua viva que nos interessa, por isso este estudo se localiza na esfera das teorias materialistas, porque, como já dissemos, não queremos estudar o óbvio, o logicamente estabilizado pelos documentos gramaticais, isto é, a norma culta que serve como um instrumento de coerção e de manutenção do poder. Nos propomos a investigar o funcionamento da língua na infraestrutura.

Nessa conjuntura, cumpre registrar que nosso entendimento para infraestrutura se dá a partir de Marx e Engels (2001), para os o termo está relacionado às forças de produção e às relações sociais de produção de uma determinada sociedade. Assim, ao pontuarmos que o presente estudo investiga a língua na infraestrutura, queremos dizer que nosso olhar será para as forças sociais.

Não nos interessa, portanto, simplesmente a gramática ou a sintaxe presentes na língua, mas estudá-la em uso, nas relações sociais, enquanto material simbólico fundamental para compreender como se travam as correlações de forças na arena da luta de classes. Logo, não queremos apenas definir a relação do homem com a linguagem, mas, pensar, a partir deste estudo, como a linguagem se reflete, é falada e fala sobre os catadores de materiais recicláveis, considerando que são uma classe marginalizada, sem expressão reconhecida.

Diante disso, na sequência de nossa escrita nos ocuparemos em pensar a respeito de concepções de língua pelo viés das teorias materialistas, primeiro a partir de um olhar de Bakhtin/Volochínov e, posteriormente, pela perspectiva discursiva, por meio da Análise de Discurso de linha Francesa.

1.5 Concepções materialistas de língua

1.5.1 A língua em Bakhtin/Volochínov: possíveis leituras

Como já dito, para refletir sobre a língua, nos orientaremos pelas contribuições de Bakhtin/Volochínov (2014) registradas em “*Marxismo e Filosofia da Linguagem*” (*MFL*)²⁶. A obra norteará as discussões desta seção, sobretudo para pensar na língua como expressão das relações e das lutas sociais.

Em *MFL* a língua é vista como um elemento vivo, a partir do qual emergem posições ideológicas dos sujeitos nas esferas sociais. Ao se inscrever na ordem sócio-histórica, a língua se dota de valores simbólicos.

Segundo Bakhtin/Volochínov (2014, p. 96) “[...], o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto.” Na percepção dos autores, é nas relações de mediação que a linguagem passa a ser simbólica, sendo o exterior um elemento constitutivo da língua. Dito de outra maneira, sem uma situação social concreta, as palavras são apenas signos neutros e abstratos e somente ao serem proferidas por alguém, num processo de interação com o outro, assumem uma posição. Assim, o signo é dialético, articulado por laços simbólicos (estruturais e sócio-históricos).

Ao pontuarmos o signo enquanto espaço de dialética estamos retomando-o como lugar em que “[...] confrontam-se índices de valor contraditórios.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 47), isto é, com diferentes nuances ideológicas. Assim, por ser um elemento vivo e dinâmico, funciona como instrumento de refração e deformação do real, podendo, inclusive, abafar ou ocultar a luta de classes sociais.

Os signos, segundo Bakhtin/Volochínov (2014), que estariam ao lado de fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, são sobretudo objetos naturais que não figuram apenas como parte de uma

²⁶ Publicado na Rússia – Leningrado, em 1929-1930, durante o regime de Joseph Vissorionovich Djougachvilli (Stalin), a obra foi assinada por V. N. Volochinov e, posteriormente, atribuída a M. Bakhtin, por esse motivo, ao referirmos à autoria, usaremos Bakhtin/Volochinov. Originalmente a obra recebeu o título de “*Marksizm i filossófia iaziká*”.

realidade, mas também refletem e refratam outras, ou seja, podem distorcer, reproduzir fielmente ou mostrar um ponto de vista específico.

Para que os signos se constituam, os autores (2014) afirmam que é essencial que os indivíduos estejam organizados socialmente, pois pela consciência individual nada pode ser explicado, ao contrário, ela deve ser explicada a partir do meio ideológico e social. Dito de outro modo, os signos só emergem diante de uma consciência individual e uma outra, com a prerrogativa que estes indivíduos formem uma unidade social, se relacionem.

Pela perspectiva de Bakhtin/Volochínov (2014), todo o signo está submetido a critérios de avaliação ideológica e, como já pontuamos, não representa apenas um reflexo espelhado da realidade, pode refletir um fragmento. Dessa forma, é de natureza ideológica e pode abrigar a contradição, ou seja, nele se confrontam índices de valor contraditórios como se fossem duas faces, embora a classe dominante atue no sentido de torná-lo monovalente.

Cabe destacar, entretanto, que “Esta **dialética interna** do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 48, grifos dos autores). Em condições habituais, a contradição do signo ideológico não se revela, tendo em vista a ideologia dominante que garante uma ideia de falsa estabilidade e somente em um momento de quebra, de revolução, a dialética interior do signo é evidenciada.

Nesse ponto, é importante registrarmos que, assim como o signo linguístico é dialético, a palavra, enquanto um fenômeno ideológico por excelência, também tem o seu funcionamento dialético. Bakhtin/Volochínov (2014, p. 36) postulam que isso acontece porque a palavra é, “[...] por sua função de signo, [...] o modo mais puro e sensível de relação social.” Desse modo, como já vimos dizendo, o signo, somente converte-se em ideológico, ao incorporar os valores contraditórios dos que o utilizam, isto é, na mediação, refletindo e refratando a ordem do real de formas distintas e até mesmo paradoxais.

Ao abordar o signo linguístico, Bakhtin/Volochínov (2014) assinalam dois tipos de ideologia. A respeito da primeira concepção, no texto “*Contribuições de teorias de vertente marxista para os estudos da linguagem*”, Zandwais

(2014, p. 53) explica que “[...] a ideologia é tomada como Ciência dos signos [...] que permite compreender a atividade simbólica de representação e de produção dos sentidos nas diferentes esferas da sociedade, [...] remetendo, necessariamente, para relações históricas e dialéticas.” Já a segunda concepção é “[...] produzida no cotidiano da vida pelas forças sociais, [...] remete às experiências vivenciadas de modo direto pelos sujeitos, [...] mediatizadas ou interpretadas por meio de sua inscrição em uma ordem simbólico-histórica.” (ZANDWAIS, 2014, p. 53). Dito de outro modo, seguindo o que explica a autora, ao ser tomada como Ciências dos signos, a ideologia possibilita explicar o funcionamento das diferentes formas de expressão semiótica da criatividade ideológica, remetendo a relações históricas e dialéticas. Por outro lado, a outra concepção está relacionada ao dia a dia das forças sociais, às experiências que os sujeitos vivenciam diretamente no cotidiano da vida.

Lähteenmäki (2012), retomando Voloshinov (1973), menciona que a relação entre as ideologias é recíproca em sua natureza. Se de um lado a ideologia da vida, ligada às experiências de vida e às expressões ligadas a elas, fornece à ideologia propriamente dita (são as esferas da atividade simbólica, a arte, a ética, o direito), os significados ideológicos (matérias-primas), de outro, esta representa influência de retomada da experiência, refletindo na atividade simbólica da vida cotidiana.

Diante da perspectiva de Bakhtin/Volochínov (2014), só está no domínio da ideologia aquilo que adquire um valor social e histórico. Assim, podemos dizer que a ideologia é histórica e social, já que os seus elementos constitutivos, os signos adquirem valores distintos segundo determinadas condições de produção. Além disso, ratificando algo que já pontuamos, os signos ideológicos refletem e refratam realidades exteriores e neles se confrontam índices de valor contraditórios, ou seja, o signo se torna um objeto simbólico que permite compreender como funciona a arena da luta de classes.

Se o signo é vivo e dinâmico, está a serviço das classes dominantes, podendo ocultar a luta dos índices sociais, nos parece que não há, indiscutivelmente, como separar as questões linguísticas das sociais, históricas e econômicas, já que a língua é a materialidade de que se servem a

superestrutura e a infraestrutura para caracterizar, naturalizar e legitimar os ordenamentos políticos.

Tamanha a importância da discussão sobre as relações de superestrutura e infraestrutura para os estudos marxistas, que em *MFL*, há um capítulo para abordá-la. Já na abertura da seção Bakhtin/Volochínov (2014) demarcam que essa relação está intimamente ligada aos problemas da filosofia da linguagem. Os autores chamam atenção para a complexidade desse problema:

O **problema da relação** recíproca entre a infra-estrutura e as superestruturas, problema dos mais complexos e que exige, para sua resolução fecunda [...] a essência deste problema [...] liga-se à questão de saber como a realidade (a infra-estrutura) determina o signo, como o signo reflete e refrata a realidade em transformação. (BAKHTIN / VOLOCHÍNOV, 2014, p. 40, grifos dos autores).

É a palavra, enquanto signo ideológico, um dos materiais capazes de orientar este problema segundo esta perspectiva, tendo em vista que ela está em todas as relações entre os indivíduos. “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios.” (BAKHTIN/ VOLOCHÍNOV, 2014, p.42).

Diante dessa ótica, temos na palavra então o modo mais sensível de relação social. Ela pode preencher qualquer espécie de função ideológica especializada, como a estética, a científica, a moral ou a religiosa. É o material da comunicação na vida cotidiana, sem o qual a própria consciência não poderia se desenvolver. Se constitui, dessa forma, como instrumento da consciência que está ligado à criação ideológica, tendo em vista que se presentifica na totalidade de todos os atos de compreensão e de interpretação. Podemos ilustrar esse princípio a partir da palavra “assentar”. Se buscarmos em um dicionário o seu significado, sem olharmos para as condições de produção em que foi usada, possivelmente, encontraremos, na grande maioria das publicações, a definição em torno de alicerce (estrutura de tijolos) ou sentar-se na cadeira, banco. Entretanto, se levarmos em conta questões como a historicidade e a nuance ideológica (em que situação e quem a usou), há outros sentidos que emergem, como por exemplo a relação da palavra com a Reforma Agrária, no sentido de dar terra àqueles que não têm.

Portanto, além de se apresentar como modo de relação social, a palavra, conforme registrado em “MFL”, também “[...] é o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais [...]” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, P. 42), pois ela registra as fases de transição mais íntimas e efêmeras da sociedade.

Amparado em Voloshinov (1973), Lähteenmäki (2012), no texto “*Valentin Voloshinov: signos, ideologias e sentido*”²⁷ afirma que a situação sociopolítica de uma sociedade está totalmente ligada à estratificação social e funcional de uma língua, isto é, cada grupo social tem um conjunto de formas discursivas para fins de comunicação. Dito de outro modo, as modificações linguísticas têm relação com aquelas que ocorrem na base socioeconômica, mas não de forma direta e imediata, pois são concretizadas pelas relações de produção. Assim, podemos entender que, as palavras, enquanto signos ideológicos, mudam de acordo com as relações de dominação.

É justamente o que observa o autor, o qual ressalta que o objetivo daqueles que dominam, é imprimir a própria interpretação ideológica, por meio da língua, da realidade para as demais classes apresentando-a como “natural” ou “normal”.

Faz-se necessário registrar que, embora as classes dominantes dediquem esforços no sentido de garantir a uniacentuação dos signos, imprimindo a sua interpretação ideológica, eles seguem pluriacentuados. Isso quer dizer que, enquanto elementos vivos, os signos são palco de encontro de valores contraditórios, nos quais se desenrola a luta de classes. A pluriacentuação garante então que eles sejam lugar de entrecruzamento de valores contraditórios, os quais apontam para interesses contraditórios, valores distintos e até mesmo paradoxos do signo.

Podemos ilustrar nosso pensamento a respeito da língua enquanto instrumento de dominação, a partir da passagem do descobrimento do Brasil no século XV, quando a língua portuguesa foi imposta às línguas nativas dos índios. Fato que é discutido por Orlandi em sua obra “*Terra à vista*” (1990). Em específico, queremos trazer presente as observações da autora quanto ao apagamento do papel social do índio e de sua língua no contexto histórico

²⁷ O texto é parte da obra *História das ideias: diálogos entre linguagem, cultura e história*. Passo Fundo- RS: UPF, 2012.

brasileiro. “O índio, na constituição mestiça da nacionalidade, não se misturou, ele sumiu.” (ORLANDI, 1990, p. 58).

Na mesma obra, na seção intitulada “*A Dança das Gramáticas*”, na qual faz referência às questões voltadas à língua, a autora alerta que o contato entre os índios e os brancos traz à tona, entre tantas coisas, os jogos de poder que se construíram à propósito dos índios. Orlandi (1990) evidencia em seu texto que as práticas discursivas missionárias foram determinantes para o apagamento das línguas e da cultura indígenas.

Muito além das questões de evangelização, os missionários também “domesticavam” os índios no âmbito linguístico. “No seu conjunto, todos produziram a domesticação da língua indígena pela gramática ocidental [...]” (ORLANDI, 1990, p. 76). Hoje, o que temos, assinala a autora, é uma marginalização da influência do tupi no português do Brasil, ficando restrito a listas de palavras e sufixos que não têm outra função, se não explicitar a diversidade da fauna e da flora. Esta parte da história é refratada nos manuais de linguística, nos estudos filológicos e nos textos históricos que ao abordarem tal assunto deixam de fora esse olhar para a infraestrutura.

No percurso que estamos nos propondo, de pensar a língua viva, ainda precisamos trazer presentes os estudos de Bakhtin no que concerne às questões do pluralismo linguístico, plurilinguismo e heteroglossia. Ambos estão ligados à diversidade na linguagem e, por conseguinte, à língua do cotidiano. Sobre isso, é importante destacar que, num primeiro momento, o autor aborda o plurilinguismo no contexto literário e discursivo-literário, mais especificamente em “*Questões de Literatura e Estética: a teoria do romance*” (2002), o que não nos impede de deslocarmos este conceito para os estudos discursivos, tendo em vista que, sob nossa ótica, independente de obras literárias ou da comunicação do cotidiano, o objeto de organização e construção das mesmas é a língua.

Na obra, o autor observa que o plurilinguismo é a diversidade social de linguagens, de línguas e vozes individuais que podem estar presentes em um romance e, porque não dizer, na comunicação do dia a dia. Assim o plurilinguismo está ligado à

[...] estratificação interna de uma língua única em dialetos sociais, maneirismos de grupos, jargões profissionais, linguagens de gêneros, fala de gerações, das idades, das tendências, das autoridades, [...] enfim, toda a estratificação interna de cada língua em cada momento dado [...] a estratificação e o pluringüismo ampliam-se e aprofundam-se na medida em que a língua está viva e desenvolvendo-se [...]. (BAKHTIN, 2002, p.74-82).

Podemos depreender então que os sujeitos podem ser configurados a partir do modo como mobilizam a língua, a qual pode ser seccionada a partir de diferentes influências, demarcadas pela comunicação específica de grupos sociais, profissionais, entre outros.

É, novamente, desconstruída a ideia de uma língua unitária, apenas amparada na gramática e, na qual, o falante, ao usá-la, apenas atualiza o sistema gramatical. Isso, porque diante da perspectiva que vimos trabalhando, a língua é social e adquire nuances ideológicas a partir das condições históricas, pois cada grupo tem seu repertório de formas discursivas que estão ligadas às suas formas de produção. Os catadores de materiais recicláveis, por exemplo, têm sua própria metalinguagem, o que caracteriza, justamente, a língua viva, que mesmo não sendo amparada em regras gramaticais prescritivas²⁸, não é menos significativa, pois é repleta de sentidos e nuances ideológicas desse grupo social. Assim, podemos dizer que a língua é atravessada por valores sociais contraditórios, ou seja, é híbrida e tem funcionamento heteroglóssico.

No texto “*Contribuições de teorias de vertente marxista para os estudos da linguagem*”, Zandwais (2014, p. 55) ressalta que a heteroglossia é a condição híbrida de toda língua, que só “[...] pode ser compreendida como um conjunto heterogêneo e estratificado de línguas que a constituem como um todo complexo, e cuja unidade se produz pela diferença.” No âmbito do discurso, a pesquisadora ainda menciona a heterofonia, pela sua característica de ser multifacetado, ou seja, pode abrigar em seu interior vozes múltiplas, que remetem a inscrição deste ou daquele discurso em outros. Podemos tomar como exemplo de heterofonia, as situações em que os sujeitos de nossa pesquisa dizem que não sabem falar, reproduzindo no seu discurso algo que a

²⁸ Convém dizer que a língua usada pelos catadores tem sua própria gramática, ou seja, ela segue regras, mas que não àquelas que são recomendadas pela gramática prescritiva.

escola diz sobre eles. É a presença do discurso excludente da escola que se materializa no dizer do catador de materiais recicláveis.

Portanto, as noções de plurilinguismo e heteroglossia apontam para uma língua constituída pela diversidade, enquanto materialidade de comunicação que lhe é própria está sempre se recriando a partir das relações sociais. Isso significa, que desde a ótica de uma ou outra classe nem sempre a língua observará o sistema gramatical, tendo em vista que está ligada à práxis, às experiências da infraestrutura, sendo capaz de retratar tanto as relações de produção do povo como suas contradições, como signo que abriga então a luta de classes.

Prosseguimos as discussões, recorrendo novamente a Zandwais (2012a), que em "*Subjetividade, sentido e linguagem: desconstruindo o mito da homogeneidade da língua*", ao abordar o mito da homogeneidade da língua, observa que um sujeito não é somente reconhecido como tal apenas pelo registro cartorial, suas filiações históricas, lugar social que ocupa e de onde enuncia, "[...] ele pode ser mais ou menos sujeito pelo código que domina." (p. 181), isto é, a língua. A pesquisadora propõe uma reflexão sobre isso: "[...] o sujeito de direito, para que seja considerado realmente de direito, precisa ser um sujeito falante capaz de compreender uma língua que deve ser sua, mas que não é bem sua... Como pode ocorrer isso?". (p. 181).

Por meio dessa reflexão da autora, podemos pensar sobre a língua usada entre os catadores de materiais recicláveis, cujo discurso sobre ela é objeto de análise neste estudo. Indiscutivelmente, o fato de não dominarem a língua normatizada, aquela amparada pelos instrumentos linguísticos como as gramáticas e os dicionários, é um dos motivos que os coloca na condição de excluídos pelas classes dominantes e contribui para a cristalização de um imaginário determinado a respeito da língua.

Cabe salientar que o fato de não serem bem aparelhados linguisticamente não significa que não tenham formas próprias de comunicação tão significativas quanto aquelas utilizadas pelas classes dominantes social e culturalmente, já que como assinalamos anteriormente, cada grupo cria seu repertório discursivo sempre carregado de valor ideológico. É justamente o que ressalta Gnerre (1998, p.4) na obra "*Linguagem, escrita e poder*". Conforme o autor, o que acontece, é que "Uma variedade lingüística "vale" o que "valem" na

sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm.”

Assim, se olharmos do ponto de vista da superestrutura, a língua falada pelos catadores ou qualquer outro grupo econômica e socialmente marginal, não tem representatividade se confrontada à língua falada pelos grupos social e culturalmente hegemônicos. Isso, porque os catadores de materiais recicláveis são desaparelhados linguisticamente, não dominam as regras recomendadas pela gramática prescritiva e também não ocupam um lugar social de destaque, ou seja, o lugar de onde falam não tem expressão nem econômica, nem social e nem cultural.

Além disso, diante desse contexto, podemos nos valer de outra contribuição de Gnerre (1998) também bastante pertinente. Segundo o autor, a linguagem também pode ser usada, pelas classes dominantes, como forma de impedir a comunicação para grandes setores da população, passando a funcionar como uma espécie de filtro.

Para Gnerre “[...] a linguagem se constitui no arame farpado mais poderoso para bloquear o poder.” (1998, p. 22). Em outras palavras, isso quer dizer que a norma culta é usada para reproduzir e reforçar as diferenças, bem como para filtrar as informações que chegarão à massa, como é o caso, por exemplo, dos veículos de comunicação que, para falarem em política ou economia, optam por escolhas lexicais restritas ao grupo que possui certo aparato linguístico e conhecimentos sócio-políticos prévios.

Tomemos como exemplo a reportagem²⁹ veiculada no Jornal Nacional³⁰ em 12 de maio de 2016, intitulada “*Especialistas mostram o que dizem os números sobre a economia*”, do jornalista Roberto Kovalick. Para abordar a situação da economia brasileira, o jornalista e os entrevistados usam termos como: Produto Interno Bruto, recessão, errático, economia saudável. Escolhas lexicais que não são de entendimento de toda a população, visto que é preciso um certo conhecimento sobre a metalinguagem da Economia e das Finanças para “decodificar” o conteúdo da matéria jornalística. A linguagem usada na

²⁹ A íntegra da reportagem está disponível no site G1, no endereço: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/05/especialistas-mostram-o-que-dizem-os-numeros-sobre-economia-brasileira.html>>.

³⁰ Telejornal exibido pela Rede Globo, de segunda a sábado à noite, por volta das 20h45min.

reportagem funciona como uma espécie de filtro, o qual promove a exclusão dos sujeitos os coloca à margem da informação.

Isso pode nos levar a compreender que o modo como são feitas as escolhas lexicais do discurso delimitará os efeitos que ele produzirá para este ou aquele interlocutor. A maneira como essa notícia é apresentada, com formulação em uma ordem indireta e com construções encaixadas, faz com que somente uma parte minoritária dos telespectadores compreendam aquilo que está sendo tratado.

Cumpramos observar, que esse preciosismo linguístico por uma linguagem que não é acessível à maioria da população não é uma prática restrita apenas aos veículos de comunicação. Temos essa tendência no âmbito jurídico, na Academia, entre outros campos, que adotam essa prática no sentido de promover exclusões pelas escolhas lexicais e construções sintáticas complexas, com o uso de metáforas, de implícitos, de metonímias, os quais garantem a opacidade de sentidos e o distanciamento de seus interlocutores desapealhados linguisticamente e que não dominam os modos de formulação dos sentidos.

Nesse sentido, a partir do caminho que construímos, diante das perspectivas bakhtinianas/volochinovianas, então a língua não é homogênea, do contrário seria apenas uma abstração científica. Não é monológica e nem individual, tendo em vista que se dá efetivamente a partir da *práxis*, momento em que se inscreve numa ordem sócio-histórica e se dota de valor simbólico. Isso implica admitir que ela tem uma realidade variável. Portanto não é apenas objeto de investigações metacognitivas, pois funciona na história, em diferentes contextos sociais, refletindo e refratando os valores de uma época, nas diferentes formações sociais.

Na sequência, seguimos discutindo sobre concepções materialistas de língua. Em específico, nos dedicaremos a estudá-la por meio do aparato teórico da Análise de Discurso de linha francesa filiada a Michel Pêcheux. Entendemos ser importante trazer as contribuições dessa disciplina para discutir as questões de língua, tendo em vista que elas vêm ao encontro das reflexões feitas por Bakhtin/Volochinov, as quais discutimos nesta seção.

1.5.2 A língua na Análise de Discurso

Aqueles que possuem um conhecimento prévio sobre os pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD) diriam que o grande objeto de investigação da disciplina é o discurso. E de fato é. Esta seção não pretende centrar-se nessa discussão, nem tampouco abordar as categorias fundamentais da AD, as quais trataremos posteriormente, em um próximo momento. Nossa proposta, neste espaço, é discutir sobre a língua a partir de pressupostos da Análise de Discurso.

A língua que trabalha a Análise de Discurso, obviamente não é aquela da Linguística, que se preocupa com as sistematicidades gramaticais e sintáticas, nem com o sentido literal ou imediato. Enquanto uma disciplina de corrente epistemológica materialista, a AD observa a língua inscrita na história e com funcionamento discursivo ideológico.

É pertinente, como ponto de partida, formularmos algumas questões, as quais nortearão nossa escrita nesta seção: Quais seriam os objetos centrais de investigação da AD? Que papel a língua assume no delineamento de seu objeto de estudo, ou seja, o discurso?

Como ponto de partida, tomamos o texto “*A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e perspectivas (1975)*”, publicado na obra “*Por uma Análise Automática do Discurso*”, no qual Pêcheux e Fuchs (1990) afirmam que a língua é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentidos dos processos discursivos.

Em outro texto da mesma obra, intitulado “*Análise Automática do Discurso (AAD-69)*”, Pêcheux (1990) assinala que para os estudos que tomaram por base o “*Curso de Linguística Geral*” (CLG)³¹ de Ferdinand de Saussure, estudar língua era, geralmente, trabalhar com o sistema, diante de questões ligadas à estrutura e à gramática, isto é, investigações descritivas e normativas. Nessa perspectiva, há uma espécie de separação entre a prática e teoria da linguagem, pois a língua é pensada como sistema, do qual é possível descrever seu funcionamento, conforme podemos acompanhar em CLG: “A

³¹ A obra é considerada o marco da linguística moderna. Originalmente intitulada “*Cours de Linguistique Générale*”, foi publicada em 1916, pela Payot, Paris-França, sob a organização de Charles Bally e Albert Sechehaye, os quais foram alunos de Saussure.

língua [...] é um todo por si e um princípio de classificação. [...] constitui algo adquirido e convencional [...] existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro [...].” (SAUSSURE, 2006, p. 17-27). Ao propor a separação de língua da fala, embora reconheça que elas estão interligadas, o autor adverte que a língua merece ser estudada por representar um sistema de signos, os quais expressam ideias. Além disso, pode ser tomada como norma de todas as outras manifestações da linguagem, enquanto uma parte determinada dela e, dessa forma, seria a única passível de uma definição autônoma, apresentando-se como um objeto científico de estudo homogêneo.

Ao examinar as concepções saussurianas, Pêcheux (1990) propõe um deslocamento da dicotomia língua-fala para língua-discurso, dirigindo um olhar para além da sistematicidade da língua. O foco de análise da AD se volta então para a língua como a materialidade do discurso, o qual se apresenta como lugar de manifestação da ideologia e emergência dos sentidos, enquanto elemento que possibilita ao homem significar no mundo.

Ainda no texto “*Análise Automática do Discurso (AAD-69)*”, Pêcheux (1990) afirma que em todos os processos discursivos, dos quais a língua é a base, supõem-se a existência de formações imaginárias, as quais têm ligação direta com as condições de produção do discurso. Conforme o autor, “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro* [...].” (PÊCHEUX, 1990, p. 82). Em outras palavras, as formações imaginárias dizem respeito à imagem que A e B “[...] fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (PÊCHEUX, 1990, p. 82).

Pêcheux (1990, p. 83) organiza as formações imaginárias da seguinte maneira:

Quadro 1: Representação das formações imaginárias dos interlocutores sobre os referentes

Representação da expressão	Significação da expressão	Questão - formação imaginária correspondente
IA(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	Quem sou eu para lhe falar assim?
IA(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	Quem é ele para que eu lhe fale assim?
IB(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	Quem sou eu para que ele me fale assim?
IB(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B:	Quem é ele para que me fale assim?

Fonte: Adaptado de Pêcheux (1990, p. 83).

Desse modo, a formação imaginária está ligada à representação que os sujeitos têm dos outros sujeitos. São mecanismos de funcionamento discursivo que não estão relacionados ao físico ou ao lugar empírico, mas às imagens resultantes de suas projeções, por exemplo, entre um sujeito e outro (A e B).

Ao apontar a língua como base para os processos discursivos, em “*Semântica e Discurso*”, Pêcheux (1995) aborda as questões de articulação da Linguística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos, enquanto parte da ciência das formações sociais. Segundo o autor:

[...] o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um reconhecimento dado e para aquele que dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo **discurso**: a língua se apresenta, assim, como *base* comum de **processos** discursivos diferenciados [...]. (1995, p. 91, grifos do autor).

A exemplo do que o próprio Pêcheux destaca na sequência do texto, ao trazermos a oposição entre base linguística e processo discursivo, estamos nos guiando pelos estudos de Henry (1990), publicados no texto “*Construções relativas e articulações discursivas*”, o qual aponta que todo o sistema linguístico é dotado de uma autonomia relativa. Sobre isso, é importante

salientar que a língua é uma condição para os processos discursivos, porém não é a única.

A autonomia relativa da língua a que se refere Henry (1990) está relacionada às relações de dependência que se criam para a língua ao inscrever-se na história. Em outras palavras, a língua não é autônoma quanto ao seu modo de funcionamento no discurso, pois o deslocamento proposto pela AD, isto é, a sua saída do campo estreitamente linguístico e estável, significa a entrada em um terreno em que não é mais vista como uma estrutura fechada, mas que passa a ser tomada pelo seu funcionamento no discurso, que se dá pelas relações com a exterioridade, tendo em vista que está inscrita na história.

Em “*O discurso: estrutura ou acontecimento?*” Pêcheux (2008) afirma que em toda a descrição, seja ela de objetos, acontecimentos ou de ordem discursivo-textual, não existe metalinguagem, tendo em vista que todo o enunciado pode estar exposto ao equívoco do acontecimento. Nas palavras do autor, “[...] toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar de interpretação.” (p. 53).

É, portanto, a possibilidade da falha e do deslize na língua tomado no acontecimento, o que justamente abre “portas” para o lugar da interpretação. Assim, podemos dizer que a equivocidade diz respeito então ao vínculo que o sujeito estabelece com o funcionamento da língua inscrita na história. Cumpre destacar que é o olhar do analista sobre as condições de produção históricas dos textos e dos discursos que permite diferentes gestos de interpretação.

Nas palavras de Orlandi (2001c, p.10), em “*Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*”, “O homem não pode evitar [...] a interpretação ou ser indiferente a ela. Mesmo que ele nem perceba que está interpretando – é esse um trabalho contínuo na relação com o simbólico.” Dessa forma, os gestos de interpretação são cotidianos, mas é preciso pensar que não há uma relação direta do homem com o mundo, com a linguagem, com o pensamento, é necessário entender que essa relação é mediada pelo discurso, haja vista que é por meio dele, enquanto uma das instâncias materiais/concretas, que se pode compreender melhor essa relação entre linguagem – pensamento – mundo, tanto em termos sociais quanto políticos. A autora ressalta que a

interpretação é uma injunção, ou seja, diante de qualquer objeto simbólico, o sujeito encontra a necessidade de “dar sentido”, construindo sítios de significação e delimitando domínios, os quais possibilitam os gestos de interpretação, diante da incompletude da linguagem que torna o discurso o lugar do possível, portanto, do interpretável.

Ainda sobre a interpretação, na obra “*Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*”, Orlandi (2001a, p. 59) afirma que interpretar é construir um dispositivo de análise que coloque em relação o dito ao não dito, procurando “[...] ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui [...] os sentidos de suas palavras.” Dito de outro modo, interpretar é trabalhar a partir da premissa de que a materialidade linguística não é transparente, constitui-se em uma superfície porosa, a qual, para acessarmos, precisamos construir um dispositivo de interpretação³², trabalhando a espessura linguístico-histórica do discurso.

Prosseguindo as discussões sobre a língua, precisamos tratar a respeito das definições de língua fluida e língua imaginária, conceitos que são essenciais em nosso estudo e que têm sido foco de reflexões de Eni Orlandi, pesquisadora precursora da AD no Brasil. Orlandi (1990), na obra “*Terra à vista*”, ao tratar das propriedades das línguas tomadas como objeto de conhecimento e das línguas fluidas, faz questionamentos ligados ao fato de que língua foi apagada para que tivéssemos a língua nacional e de que língua foi necessário o distanciamento para se chegar à portuguesa?

Na tentativa de responder a essas questões, a autora afirma a importância de esclarecer sobre as concepções de língua imaginária e fluida. “A **língua imaginária** é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações [...]” (ORLANDI, 1990, p.75, grifos da autora). Segundo a autora, ao lado da língua imaginária estão “[...] os modelos de sistematização, fundados nos estudos linguísticos (gramaticais), [...] objetos-ficção não-contextualizados [...] línguas sistemas, normas, coerções, línguas-instituições, a-históricas.” (ORLANDI, 1990, p.75). Em outras palavras, é a língua que se

³² É constituído pelo dispositivo teórico e pelo dispositivo analítico. Segundo Orlandi (2010), o dispositivo teórico é formado por noções e conceitos que constituem os princípios da AD. Ele orienta o dispositivo analítico, que corresponde à parcela que cada analista constrói para a análise específica do material linguístico. (ORLANDI, E. P. *Introdução às Ciências da Linguagem: discurso e textualidade*. 2. ed. Campinas – SP: Pontes, 2010).

ampara nos instrumentos linguísticos e que não admite nuances ideológicas, culturais, sociais e cujos estudos não levam em consideração a exterioridade.

Essa concepção aponta para uma língua homogênea, que não varia, tendo em vista que ela se apresenta como um sistema fechado. É com a língua imaginária que os gramáticos trabalham, visto que o foco de interesse desses pesquisadores é a sistematicidade, a regra, e é justamente isso que a torna imaginária, porque perde sua fluidez quando não é estudada do ponto de vista da práxis, das relações entre os homens em diferentes contextos.

No texto “*Subjetividade, sentido e linguagem: desconstruindo o mito da homogeneidade da língua*”, Zandwais (2012a) explica que na perspectiva de língua imaginária não são consideradas a heterogeneidade, o seu funcionamento real e a heteroglossia dos falantes, os quais podem ser mais os menos excluídos de acordo com o modo com que são linguisticamente aparelhados. Ainda segundo a autora, a língua imaginária, isto é, aquela estável e invariável, serve apenas para estudos metacognitivos.

Instrumentos linguísticos, como as gramáticas e os dicionários, são os responsáveis por garantir essa acepção imaginária da língua. Isso, porque contêm a sua sistematização e são os documentos que norteiam o ensino da língua nas escolas.

No texto “*Aparelhos Ideológicos de Estado*”, que integra a obra “*Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*”, Althusser (1992) ressalta que os mecanismos do regime capitalista são encobertos e dissimulados pela escola, que se apresenta como “neutra e desprovida de ideologia”, entretanto, na verdade, acaba por reproduzir as relações de produção e assinalar as diferenças. Dito de outro modo, na escola, são repassados a crianças e jovens, saberes que refletem a ideologia dominante nos conteúdos programáticos das diferentes disciplinas, fazendo com que esses sujeitos depois de escolarizados entrem no mercado como força de trabalho servil, não questionadora, sujeita os interesses das classes dominantes.

Do ponto de vista da língua materna, em específico, a escola tem servido para determinar, amparada nos instrumentos linguísticos, por meio de um processo avaliativo quase sempre excludente, quem sabe e quem não sabe usá-la. Diante disso, aqueles que não a dominam acabam construindo um

imaginário sobre ela, tendo em vista que ao “impor” um modelo único de língua, em nome de uma unidade nacional a Escola não leva em conta a sua heterogeneidade, isto é, a maneira como os sujeitos convivem e se apropriam dela, enfim, própria realidade das relações entre sujeito e língua no campo da *práxis*.

Tomamos como exemplo daquilo que viemos discutindo um fato explicitado por Dorneles (2011), no texto “*Discurso sobre a língua e a constituição da língua da escola*”. A autora relata a respeito de uma catadora, que ao ser chamada para compor a mesa de autoridades durante um evento, enquanto presidente de uma das associações do projeto³³ “Profissão Catador: entre o viver e sobreviver do lixo”, disse que não poderia falar. Ecoa nesse acontecimento, conforme a pesquisadora, um imaginário³⁴ de língua ideal para usar naquele espaço de fala, por tratar-se de um evento dentro de uma instituição de ensino superior em que se pressupõe que circule a língua culta. Desse modo, o imaginário construído pela catadora a respeito da língua ideal para ser usada no evento, bem como o fato de pressupor não ter o conhecimento linguístico necessário para falar em nome da associação, enquanto presidente, a fez renunciar a vez de fala.

Nesse contexto, cumpre trazer às discussões a concepção de língua fluida, a qual é definida, em “*Terra à vista*”, por Orlandi (1990, p. 75), como aquela que está sempre em movimento contínuo, que “[...] pode ser observada quando se focaliza a história dos processos discursivos que constituem as formas dos sentidos da linguagem no seu contexto.” Essa é a língua usada pela catadora de materiais recicláveis da situação citada por Dorneles, a qual não está imobilizada nas redes dos sistemas e das fórmulas, pois é um elemento vivo da prática real do cotidiano na relação entre os homens. Cabe ratificar, que embora não siga as regras gramaticais, isso não representa que a língua fluida usada pelos catadores e por um grande contingente de pessoas marginalizadas social e culturalmente, seja menos significativa do que a

³³ O projeto tem como sede a cidade de Cruz Alta-RS, é custeado por programas de Responsabilidade Social da Petrobras e executado pela Universidade de Cruz Alta por meio da Inatecsocial e parceria da Administração Pública Municipal.

vernacular, pois cada grupo cria suas próprias formas linguísticas, igualmente repletas de sentidos e que cumprem o objetivo de proporcionar a comunicação.

Assim, o processo de sistematização que fixa a língua em uma estrutura é o responsável por fazer com que ela perca sua fluidez e se transforme em uma língua imaginária, engessada, enquanto um artefato que serve unicamente para estudos descritivos e normativos e, portanto, que está distante das situações reais de uso. Por outro lado, a língua fluida é aquela que não está presa a formas e cujos sentidos se constroem nos processos discursivos, levando em consideração as condições de produção, a ideologia e os sujeitos. Dito de outro modo, pensar na língua fluida é tomá-la a partir de seu funcionamento discursivo, o que implica em admitir que ela é um corpo heterogêneo, passível de falhas e incompleto.

Diante desta conjuntura, não podemos nos furtar de traçar uma aproximação das discussões de Bakhtin/Volochínov (2014) em “*Marxismo e Filosofia da Linguagem*” sobre a língua viva, presente nas relações sociais, com a proposta de língua fluida trazida por Orlandi (1990). Dizemos isto, porque como as duas concepções são construídas a partir de um viés materialista, as reflexões partem sempre no sentido de desconstruir o mito da homogeneidade da língua e isso implica pensá-la enquanto um elemento vivo, que reflete os valores e as relações de poder da sociedade em que está inscrita.

A proximidade que entendemos existir entre língua viva e a língua fluida está localizada no olhar para as situações reais de interação, considerando a diversidade de falantes e de situações e, portanto, diferentes nuances ideológicas. Trabalhar com uma perspectiva materialista é observar a língua a partir das forças sociais, ou seja, da infraestrutura. Somente diante desta perspectiva, será possível compreendermos as diferentes formas como os sujeitos se subjetivam diante das circunstâncias vividas e dos lugares sociais e históricos a partir dos quais se reconhecem.

Na sequência da escrita abordaremos as políticas linguísticas que foram investidas ao longo da história do Brasil por parte do Estado, as quais tinham como objetivo a criação de uma unidade linguística, ou seja, de uma língua homogênea.

1.6 Políticas linguísticas: a colonização, os nativos e a língua

A perspectiva que estamos pensando ao propor esta seção quer trazer à baila das discussões as principais ações do Estado que serviram como base para a tentativa de criação de uma unidade linguística no Brasil, bem como a reverberação das mesmas por meio de instrumentos linguísticos, como as gramáticas, dicionários e, porque não dizer, os livros didáticos, e o uso dos mesmos nos ambientes formais de ensino para a construção de um imaginário de unidade linguística. Além disso, queremos também pensar na língua enquanto um corpo-simbólico político que está presente nas relações sociais e, conseqüentemente, na história das sociedades.

Em nosso cotidiano, diariamente, vemos referências a políticas de saúde, de educação, de aceleração do desenvolvimento, de erradicação da pobreza, entre outras. Embora muitos desconheçam, esse contexto não foi diferente em relação à língua Portuguesa aqui no Brasil. Houve, historicamente, a criação de diferentes iniciativas, por parte do Estado, no sentido de implementar projetos para dar sustentação às políticas linguísticas no País.

Antes de abordar este contexto histórico da política linguística, queremos ratificar, e faremos isso a partir de uma afirmação de Orlandi (2007a), presente no texto *“Teorias da linguagem e discurso do multilingüismo na contemporaneidade”*, que a unidade do Estado se materializa em diferentes políticas, entre as quais a política linguística. Nas palavras da autora a “[...] unidade do Estado se materializa em várias instâncias institucionais. Entre essas, a construção da unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de seu ensino [...]” (ORLANDI, 2007a, p.54). Isso quer dizer que além de uma delimitação territorial, uma Constituição Federal e proximidades culturais, a língua também é um dos elementos que participa na constituição de uma nação.

Para aprofundar esta discussão trazemos Zandwais (2013, p. 265), que no texto *“Como caracterizar uma nação: entre os domínios históricos e discursivos”*, observa que não existem critérios constantes que caracterizam uma nação, visto que “[...] o princípio da unidade somente pode tornar-se dominante como um efeito da refração das relações desiguais que permeiam o

modo de constituição das nações [...]” Justamente por isso, a autora salienta que é necessário que aconteça uma reflexão em torno das condições que fazem com que alguns critérios se sobressaiam em relação a outros, e por quais razões determinados saberes que assinalam as diferenças tornam-se opacos.

Desse modo, é importante que entendamos quais os motivos que fazem com que as nações escolham determinados paradigmas e de que forma os estruturam, diante das práticas e propriamente dos discursos produzidos, o que reflete diretamente no imaginário de nação.

Segundo Zandwais (2013), dentre os paradigmas que configuram a ação da superestrutura³⁵ na construção de um imaginário de nação, se constituindo como obrigatórios para que os indivíduos sejam interpelados ou se identifiquem como integrantes de uma Nação, três elementos merecem destaque:

Reportamo-nos às categorias de etnia, território, e língua como paradigmas indispensáveis para os indivíduos sejam interpelados ou identificados como sujeitos desta ou daquela Nação, e para que cada Estado possa ser identificado com uma “unidade” que não se pode separar simplesmente em termos de fronteiras ou de registros jurídicos que atestam que um determinado indivíduo possua esta ou aquela nacionalidade. [...] as categorias de etnia e de território dão ao Estado uma “resposta vital”, a fim de se produza a construção de um imaginário social de um povo e de nação, mas também diremos que, quaisquer que sejam os acontecimentos históricos e os paradigmas que definem uma nação, a categoria de língua está sempre articulada a estes, a fim de que possamos entender o real funcionamento de uma nação [...]. (ZANDWAIS, 2013, p. 266).

Por essa ótica, os aspectos de etnia e de território contribuem para a construção de um imaginário social de povo e de nação. Contudo, independente das condições históricas e dos paradigmas que o Estado escolha,

³⁵ Embora nesta seção estejamos construindo um percurso para mostrar o trabalho da superestrutura na construção de paradigmas que são estruturantes do imaginário de nação e que caracterizam um efeito de unidade, há que se pontuar, de acordo com Zandwais (2013), que em determinadas contingências históricas, a infraestrutura também torna-se protagonista das formas de representação e de produção simbólica. Para ilustrar trazemos o exemplo que autora cita da derrubada de Mubarak pelo povo egípcio, que por meio de uma revolta popular, passou a intervir na produção de uma consciência social e política da nação egípcia.

a língua nunca poderá ser um aspecto deixado de lado, visto que todo o Estado-nação precisa uma unidade linguística, pois é a partir desse elemento simbólico que os sujeitos identificam-se com a nação e entre si.

Nas palavras de Zandwais (2013), a língua é o objeto simbólico que atribui “personalidade” a uma nação, também se trata de um elemento que é partilhado pelos membros de um Estado-nação com o objetivo de comunicação, se constituindo, dessa maneira, em um aspecto que desagua na identidade dos sujeitos e na identificação destes com os demais. Assim, “Um imaginário de nação [...] somente pode ser produzido pela discursividade, pela identificação dos membros de um Estado com a língua-mãe [...] a língua [...] confere referências culturais, uma herança histórica, um lugar de filiação.” (ZANDWAIS, 2013, p. 272).

Diante desse contexto, ainda fazendo referência à Zandwais (2013), há que se pontuar uma importante reflexão da autora, a qual ressalta que a língua a que nos referimos como aquela que confere unidade linguística para uma Nação constitui-se em algo idealizado. Isso, porque no momento em que pensamos em unidade estamos ignorando a língua enquanto um componente vivo, ou seja, do ponto de vista da *práxis* e, portanto, que varia conforme situações históricas, culturais e sociais e que se mostra a partir de diferentes nuances ideológicas, refletindo, inclusive, as relações de desigualdade entre as classes e os sujeitos.

Esta questão levantada pela pesquisadora é, sem dúvida, essencial diante do grupo que estamos investigando, isto é, os catadores de materiais recicláveis, visto que se formos analisar, temos neles um exemplo que converge para a diversidade da “língua nacional”. Neste ponto, cabe destacar, que a língua se mostra como um elemento de estratificação social, tendo em vista que os catadores são desaparelhados linguisticamente e, portanto, não correspondem ao ideal de língua que seria aquele que configura o imaginário de constituição da nação como unidade. Por outro lado, como língua viva, fluida, ela funciona de modo diferente, permitindo a identificação do grupo de catadores entre si e sem que deixe de ser um elemento simbólico. Diante desse contexto, é importante ressaltar que o lugar marginal que os catadores ocupam, não somente em relação à língua, mas de modo geral, é efeito das suas próprias construções imaginárias que acabam atendendo aos interesses

de algumas classes em detrimento de outras, visto que, segundo Pêcheux (1990) afirma em “*Por uma análise automática do discurso*”, as formações imaginárias dizem respeito à imagem que A e B fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Feitas essas considerações, sem as quais não poderíamos seguir adiante em nossa escrita, passemos então a pontuar como se deu, diante da perspectiva superestrutural, correspondendo a um imaginário idealizado e fictício, a tentativa de criação de uma unidade linguística no Brasil, que condiz com o ideal de “língua nacional”.

Ao chegarem nas terras tupiniquins, por volta de 1.500, como nos aponta a história³⁶, mais do que uma conquista de novas terras, os portugueses também expandiram e fixaram aqui o seu idioma.

Para prosseguirmos, novamente fazemos referência à publicação de Orlandi “*Terra à Vista*” (1990), na qual, em seu capítulo inicial, com mesmo título, mas desta vez acompanhado pelo sinal de exclamação, reflete sobre os sentidos compreendidos no enunciado “Terra à Vista”. A autora ressalta que essa declaração é parte dos discursos dos descobridores e pode indicar dois lados: um primeiro ligado à chegada à terra firme, de chegada a algum lugar; um segundo, à entrada, à invasão que foi muito além do território, funcionando como uma forma de apropriação de terras alheias.

Dessa forma, o discurso dos colonizadores, assim como todo e qualquer discurso, estabelece e tem uma relação própria com a história. Não há como pensarmos em discurso, ao menos no estudo que estamos nos propondo a realizar, sem considerar a história. Tampouco, também, não temos como pensar na língua e fugirmos de sua relação com a história, pois a produção de sentidos se manifesta na linguagem, tendo como materialidade a língua, que sem a história não significa.

Mas de que história estamos falando? A dos colonizadores ou dos colonizados? Em que elas se diferem? O discurso oficial nos apresenta a

³⁶A história a que nos referimos aqui é aquela positivista, que corresponde ao discurso “oficial”, que é ensinado na Escola. Aquela que é lógica, fundada em princípios cartesianos, construída num eixo sem interrupções e que corresponde aos interesses da superestrutura e, portanto, não parte de uma concepção que olha para as forças sociais.

história do ponto de vista dos colonizadores³⁷, ou seja, do europeu que “descobre” uma terra rica em flora, fauna e que é habitada por “gente nua” que foi seduzida por pequenos presentes e agrados feitos pelo homem branco e que “não ofereceu resistência” aos ideais colonizadores, visto que como relatado por Colombo, “não tinham praticamente nada”³⁸. Mas e se fizermos o caminho contrário, olhando do ponto de vista do colonizado?

A obra “*Discurso sobre o colonialismo*” de Césaire (1978) nos apresenta um caminho para pensarmos o ponto de vista do colonizado. A partir de um questionamento a respeito do que vem a ser a colonização, o autor ressalta o quão injusto e devastador é esse processo que se apresenta sob a proposta de um “projeto civilizatório” e de “salvação dos bárbaros”:

[...] o que é, no seu princípio, a colonização? Concordemos no que ela não é; nem evangelização, nem empresa filantrópica, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença, da tirania, nem propagação de **Deus**, nem extensão do **Direito**; admitamos, uma vez por todas, sem vontade de fugir às consequências, que o gesto decisivo, aqui, é o do aventureiro e do pirata, do comerciante e do armador, do pesquisador de ouro e do mercador, do apetite e da força, tendo por detrás a sombra projectada, maléfica, de uma forma de civilização que a dado momento de sua história se vê obrigada, internamente, a alargar à escala mundial a concorrência das suas economias antagónicas. [...] Entre a colonização e o colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. [...] **colonização=coisificação**. (CÉSAIRE, 1978, p. 14-15, 25, grifos do autor).

³⁷ O relato a que nos referimos está na obra “*Diários da Descoberta da América*” (2010), na qual Cristóvão Colombo registra, dia a dia, a viagem de “descoberta” das Américas. Em específico, nos reportamos ao registro de 11 de outubro de 1492, dia em que Colombo relata o primeiro contato com os habitantes da terra “descoberta”, conforme o trecho que segue: “Às duas horas da madrugada surgiu terra, da qual estariam a apenas duas léguas de distância. [...] quando chegaram a uma ilhota dos Lucaios [...]. Logo apareceu gente nua [...] nos demonstraram grande amizade, pois percebi que eram pessoas que melhor se entregariam e converteriam à nossa fé pelo amor e não pela força, dei a algumas delas uns gorros coloridos e umas miçangas que puseram no pescoço, além de outras coisas de pouco valor, o que lhes causou grande prazer e ficaram tão nossos amigos que era uma maravilha. [...] Enfim, tudo aceitavam e davam do que tinham com a maior boa vontade. Mas me pareceu que era gente que não possuía praticamente nada. Andavam nus como a mãe lhes deu à luz; inclusive as mulheres, embora só tenha visto uma robusta rapariga.” (COLOMBO, 2010, p. 44-45). O termo lucaios ou “lequios” significa habitantes de ilhas mitológicas que a tradição situava entre a Europa e a Ásia.

³⁸ Outro documento que relata o contato do europeu com os índios, diante da perspectiva da história oficial, é a carta do descobrimento do Brasil, escrita por Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel de Portugal. (CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel*. Dominus: São Paulo, 1963).

Desse modo, olhando por essa perspectiva, um outro contexto se desenha, nos mostrando o lado daquele que teve que se submeter à humilhação, que foi violentando, escravizado, que teve que abdicar de seus costumes, inclusive da sua língua. É, portanto, um panorama que vai de encontro ao relato feito pelo colonizador, que se alicerça na violência, a partir do trabalho forçado, dos castigos, mas que também se mostra pelo simbólico, já que os nativos tiveram que silenciar seus costumes, sua língua, em detrimento daquilo que lhes foi imposto pelo europeu.

Diante desse contexto, é justamente para a língua que vamos voltar nossa escrita, olhando para o panorama de funcionamento da língua Portuguesa a partir da colonização, ou seja, de que modo, aos poucos, diante de medidas políticas e/ou coercitivas, o idioma foi imposto àqueles que aqui viviam. Conforme a linha de pensamento de Orlandi e Guimarães (2001), registrada em *“Formação de um espaço de produção linguística: A gramática no Brasil”*, as condições de funcionamento da língua Portuguesa ao longo dos séculos de colonização não são homogêneas. Os autores afirmam que é possível distinguir, de 1532 até o final do século XIX, quatro momentos diferentes, os quais passaremos a pontuar na sequência deste texto.

O primeiro período referido pelos autores é o que vai da colonização até a expulsão dos holandeses, por volta de 1654. Época em que a língua Portuguesa era falada apenas por um pequeno contingente e havia predominância das línguas dos índios, mais especificamente, com o uso da “língua geral” ou o “nheengatu”³⁹, o qual não ficou livre da influência dos colonizadores portugueses, visto que havia nela termos emprestados do Português lusitano. A língua geral não teria sido usada apenas pelos indígenas, mas também pelos portugueses, jesuítas e negros que aqui estavam.

Orlandi e Guimarães (2001) ressaltam que no espaço deste primeiro período, a colonização portuguesa conviveu com a concorrência de outros projetos coloniais, como por exemplo o dos holandeses. Mesmo assim, no decorrer deste tempo, a língua Portuguesa passou a ser ensinada nas escolas

³⁹ Nheengatu: nheen = falar, língua + katu = bom. A Língua Geral ou Nheengatu é considerada uma língua franca, já nasceu do contato entre grupos linguisticamente distintos (lusitanos e indígenas).

católicas e empregada em documentos oficiais, aparecendo como língua de Estado.

Sobre este período também podemos trazer as contribuições de Dias (2001), o qual, no texto “*Gramática e política de língua: Institucionalização do lingüístico e constituição de evidências linguísticas*”, pontua que os dois primeiros séculos do descobrimento do Brasil foram marcados pela figura “do língua”, isto é, pessoas deixadas pelas expedições de navegadores portugueses, com o objetivo de aprenderem a língua dos índios e servirem de tradutores nas próximas expedições. O autor introduz um dado histórico importante para que possamos compreender o processo, que é o fato de que com a chegada dos jesuítas, por volta de 1549, liderados por Manoel da Nóbrega, o papel “do língua” foi modificado, o qual passou a aprender a língua do colonizado para fins de uma espécie de “política da salvação” religiosa.

Queremos chamar atenção para a importância de entendermos que a “política da salvação” religiosa não se tratava de aprender a língua do colonizado para fins de comunicação, mas para fins religiosos. Tal processo tem relação direta com a perda da identidade dos indígenas, visto que, além da língua, silenciou as crenças e os rituais espirituais desses sujeitos, os quais também são importantes elementos constituintes da identidade indígena.

O segundo momento referido por Orlandi e Guimarães (2001), no texto “*Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil*”, é compreendido de 1654 a 1808, ano de chegada da família Real portuguesa às terras brasileiras. Nesse período a relação entre o português e as diferentes línguas faladas no Brasil é modificada, tendo em vista a chegada de mais portugueses, os quais vinham de diferentes locais de Portugal, e de escravos⁴⁰ vindos da África, os quais vinham notadamente da Nigéria, trazendo a influência das línguas irorubá e de Angola, de onde trouxeram o quimbundo angolano. Não podemos deixar de assinalar, que a vinda de africanos para o trabalho escravo no Brasil veio fortalecer a política de exploração do trabalho

⁴⁰ O período de Escravidão no Brasil está compreendido entre os anos de 1530 a 1888. A escravidão foi abolida com a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão na América, sendo um dos maiores importadores de mão-de-obra escrava, que serviu aos interesses dos “senhores brancos” por mais de três séculos. Cabe ressaltar que, embora a Lei Áurea tenha libertado oficialmente os escravos, ela não preocupou-se em integrá-los à sociedade, os quais acabaram sendo colocados à margem, num processo de segregação racial, que mesmo velado, se mantém até hoje.

humano e a força do colonialismo, as quais garantiram a produção da desigualdade social e cultural no País, a qual se perpetua ao longo da história. Além disso, esse processo corrobora para o nepotismo do branco, que se dá a partir de relações de abuso e de exploração, como o açoitamento de escravos, a negociação em praça pública transformando-os em objetos, etc.

No período em questão, são sentidas, de maneira mais explícita, as ações do Estado nas escolas jesuítas, impondo a obrigatoriedade do ensino da língua Portuguesa e, por outro lado, proibindo o ensino das línguas indígenas. Isso aconteceu quando Sebastião Joseph de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal assumiu a função de ministro de D. José I.

A obrigatoriedade do ensino e o uso do Português no Brasil foram implementadas por Marques de Pombal através do Diretório de 3 de maio de 1758, o qual, posteriormente, foi confirmado pelo rei D. José em 17 de agosto de 1758. Também conhecido como Diretório dos Índios, o documento, que foi organizado em 95 artigos, teve como objetivo primordial “integrar” os índios à sociedade portuguesa, sobretudo nas povoações do Pará e do Maranhão, numa tentativa de “extinção das diferenças” entre índios e brancos. Dentre as diretrizes, o texto propunha inclusive os casamentos mistos, envolvendo índios e brancos, além de estratégias para a difusão do trabalho agrícola como forma de ação civilizatória e desenvolvimento econômico. Mas são as ações em favor da obrigatoriedade do uso do idioma português e a proibição do uso da língua Geral que queremos destacar, conforme podemos acompanhar no seguinte fragmento do Diretório dos Índios, que integra do parágrafo 6 do documento:

Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens , que conquiftáraõ novos Dominios, introduzir logo nos Póvos conquiftados o feu proprio idiôma, por fer indifputável, que efte he hum dos meios mais efficazes para defterrar dos Póvos rúfticos a barbaridade dos feus antigos coftumes; e ter moftado a experiencia, que ao mesmo paffo, que fe introduz nelles o ufo da Lingua do Principe, que os conquiftou, fe lhes radîca tambem o affecto, a veneraçãõ, e a obediencia ao mefmo Principe. Obfervando pois todas as Naçoens polídas do mundo efte prudente, e fólido fyftema, nefta Conquifta fe praticou tanto pelo contrário, que fó cuidáraõ os primeiros Conquiftadores eftabelecer nella o ulo da Lingua, que chamarãõ geral; invençãõ verdadeiramente abominavel, e diabólica, para que privados os Indios de todos aquelles meios, que os podiaõ civilizar, permaneceffem na rúftica, e barbara fujeiçãõ, em que até agora fe confervávaõ. Para defterrar efte perniciofiffimo abufo, ferá hum dos principaes cuidados dos directores, eftabelecer nas fuas refpectivas Povoaçõens o ufo da Lingua Portugueza, não confentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencem ás Efcólas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de intrucçãõ nefta materia, ufem da Lingua propria das fuas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na fórma, que Sua Majeftade tem recômendado em repetidas Ordens, que até agora fe não obferváraõ com total ruina Efpirtual, e Temporal do Eftado.⁴¹ (p.3).

Neste parágrafo, temos a imposição da língua Portuguesa e a interdição da língua Geral como um elemento marcante no projeto de colonização portuguesa e escravidão dos índios. O trecho “[...] *introduzir logo nos Póvos conquiftados o feu proprio idiôma, por fer indifputável, que efte he hum dos meios mais efficazes para defterrar dos Póvos rúfticos a barbaridade dos feus antigos coftumes [...]*” ilustra a ideia de que impor a língua Portuguesa aos indígenas é uma das formas mais eficazes de expulsão dos “antigos costumes” dos colonizados, considerados povos rústicos e bárbaros. Por outro lado, o fragmento “[...] *o ufo da Lingua, que chamarãõ geral; invençãõ verdadeiramente abominavel, e diabólica [...]*” qualifica a língua Geral, por ser uma língua mestiça, como algo abominável, diabólico, inferior, e que os impede de serem civilizados, apresentando, dessa forma, a língua Portuguesa como uma “chance” de deixarem a rústica e bárbara sujeição em que estavam, passando a integrar o “mundo”. Ainda é preciso destacar que texto determina que meninos, meninas e índios que sejam capazes de aprender, sejam instruídos, sem qualquer exceção, a partir da língua Portuguesa. A partir da passagem “[...] *naõ confentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas,*

⁴¹ A íntegra do documento está disponível na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados na Coleção Livros Raros, no seguinte endereço <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1929>>.

[...] e todos aquellos Indios, que forem capazes de instrucção [...] ufem da Lingua propria das fuas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza.”, podemos entender que, de modo algum, a língua Geral poderia ser usada no ambiente de ensino, inclusive a expressão “*naõ confentindo por modo algum*” nos faz crer que os resistentes ao idioma do colonizador poderiam ser repreendidos com violência. Eis formas concretas de produção de práticas políticas xenofóbicas, que vêm colocar em cena o paradoxo dos colonizadores em relação aos colonizados, demonstrando não somente o desprezo pela língua do outro, mas também o desprezo pelo outro.

Dessa forma, a Diretriz de Pombal se constituiu em uma tentativa portuguesa de desintegrar a identidade indígena. Ao mesmo tempo em que proíbe o uso da língua Geral e ordena o uso da língua Portuguesa, o documento denega um elemento constitutivo do espaço de identificação indígena, ou seja, a língua, representando, portanto, a materialização tanto da violência física quanto simbólica, que se manifestam através de práticas de abuso e coerção, tendo em vista a mestiçagem entre os léxicos lusitano e indígena.

Retomando as reflexões de Orlandi e Guimarães (2001), temos o terceiro momento, no qual chega ao Brasil a família real. É nesta época, compreendida entre 1808 até por volta de 1826, que a língua Portuguesa é oficializada. Os autores ressaltam que com vinda da Coroa portuguesa ao Brasil, houve modificações nas relações entre as línguas faladas no Rio de Janeiro, tendo em vista que junto à família real também vieram cerca de 15 mil portugueses que se instalaram na sede da Coroa.

Além da vinda da Coroa portuguesa em 1808, e da Independência no Brasil em 1822, esse terceiro momento constitutivo da instalação da língua Portuguesa no Brasil, foi marcado por outros dois acontecimentos importantes por meio de rei Dom João VI: a criação da Imprensa Régia e a fundação da Biblioteca Nacional. Também são datados deste período, a criação do primeiro Banco no Brasil, da Academia Real Militar e a mudança na denominação das unidades territoriais, as quais deixaram de ser chamadas de “capitanias” e passaram a ser chamadas de “províncias”. Estas questões têm importância para assinalar a emergência de novas classes sociais e de instituições que atendem aos interesses de tais classes.

Orlandi e Guimarães (2001, p. 23), afirmam que a chegada e instalação da Coroa portuguesa no RJ, bem como o contexto que se organiza posteriormente, com a Independência, acabaram por resultar em uma unicidade do Português no Brasil, corroborando, dessa forma, para a construção dos primeiros passos na constituição de um imaginário de homogeneidade de língua. Dito de outro modo, o imaginário de língua homogênea foi construído em torno do império, de uma língua única que corresponde à língua que o rei falava.

Ao passarmos para aquele que é referido por Orlandi e Guimarães (2001) como o quarto momento, temos a emergência da força do nacionalismo, que se iniciou quatro anos após a independência do Brasil, mais especificamente, em 1826. Nesse período, a partir de uma proposta do Parlamento, isto é, por meio da força de Estado, se oficializou que diplomas de médicos fossem redigidos em língua Brasileira. Além disso, conforme os autores, começou a ser discutida a questão da “língua nacional”, ou seja, a língua Brasileira. Inclusive foi criada uma lei que estabelecia que os professores deveriam ensinar a ler e a escrever com base na gramática desta língua e não no português lusitano, o que justifica que mais tarde o léxico lusitano venha a ser banido do léxico falado em território brasileiro.

Nesta conjuntura em que se iniciam as discussões em torno de uma língua nacional é fundado, em 1837, o Colégio Pedro II⁴², instituição que passou a ser uma referência para os estudos relacionados à língua nacional⁴³. Também integra este contexto no período da Monarquia, segundo pontuam Orlandi e Guimarães em “*Institucionalização dos Estudos da Linguagem*” (2002), o Colégio e Seminário Caraça, fundando em Minas Gerais, no ano de 1820. Além disso, na época, surgem gramáticas que simbolizaram uma tentativa de fortalecimento da língua nacional e de evidenciar que existem diferenças entre a língua praticada no Brasil e em Portugal.

Portanto, este quarto momento configurou-se como um momento de resistência ao colonialismo lusitano, concretizado também nos âmbitos Parlamentar e da lei. A proclamação da Independência em 1822 não significou

⁴² Criado a partir da transformação do Seminário São Joaquim, no Rio de Janeiro.

apenas que o Brasil deixou de ser uma colônia portuguesa, mas também representou um passo importante para que o país passasse a buscar uma língua própria, mobilizando esforços para a consolidação da língua nacional a partir de gramáticas e de investidas do Parlamento.

É datada desta época, mais especificamente em 1857, segundo registra Guimarães (1996), no texto “*Sinopse dos estudos do português no Brasil: A gramatização brasileira*”, a publicação do “*Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*” de Brás da Costa Rubim. Também integra este contexto a polêmica entre o escritor brasileiro José de Alencar e o português Pinheiro Chagas acerca da linguagem empregada na obra “*Iracema*”, cujas críticas do gramático estão registradas na obra “*Novos ensaios críticos*”, conforme podemos observar a partir de trechos como:

[...] o defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela!) chegarão a ser risíveis [...].

[...] Essa transformação pô-la Deus nas mãos dos ignorantes. O nível da linguagem eleva-se, não se abaixa. É ao povo, esse ignorante sublime, que está confiado o sagrado depósito. Os sábios **enriquecem** um idioma, só o povo o **transforma**. As formas gramaticais não se alteram a bel-prazer dos escritores; a índole de uma língua não são eles que a modificam por decreto. Parece-me necessário que os escritores brasileiros se compenetrem bem desta verdade hoje elementar. (CHAGAS, 1867, p. 221-222, grifos do autor).

Cabe ressaltar, que o julgamento de Chagas estava centrado nos neologismos, ou seja, em palavras criadas⁴⁴ como é o caso de “escumilhar”⁴⁵, “garrilar”⁴⁶, “núbil”⁴⁷, “palejar”⁴⁸, “pubescência”⁴⁹, e certas construções

⁴⁴ As pesquisadoras Vanise Medeiros e Verli Petri abordam esta questão no texto “*La langue au XIX e siècle a partir des écrits de José de Alencar*”, publicado na Revista do Programa de Pós Graduação em Letras da UFSM – Fragmentum, n. Especial. Jul./Dez. 2018. Santa Maria. (<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/36615/19849>).

⁴⁵ Relacionado a bordar sobre tecido, escumilha.

⁴⁶ Tagarelar, murmurar.

⁴⁷ Aquele que já possui a idade para contrair matrimônio, casar-se.

⁴⁸ Ficar pálido, com coloração da pele próxima ao branco.

⁴⁹ Relativo à puberdade, período compreendido entre a infância e a adolescência.

gramaticais, relacionadas ao uso do artigo, a omissão do “se” reflexivo de certos verbos e a colocação dos pronomes pessoais. Essas inovações e usos, segundo o gramático lusitano, o qual defendia que as formas gramaticais não poderiam ser modificadas à revelia, eram injustificáveis, visto que representavam uma tentativa “desastrosa”, passível inclusive de riso, e que empobrecia a língua Portuguesa.

Em relação a essa questão é pertinente assinalar que as obras⁵⁰ de José de Alencar estão compreendidas no período literário do Romantismo, no qual um dos traços principais foi o nacionalismo, ou seja, momento em que a produção literária esteve identificada com as raízes históricas, linguísticas e culturais brasileiras, numa tentativa de afastamento da linguagem literária nacional dos padrões portugueses. Desse modo, a escrita do autor, junto às gramáticas lançadas na época, tiveram um papel importante na afirmação da identidade brasileira a partir do idioma, incidindo na constituição de um imaginário de nacionalidade.

Posteriormente, já em 1881, podemos mencionar também, de acordo com o que Guimarães (1996) registra em “*Sinopse dos estudos do português no Brasil: A gramatização brasileira*”, a publicação da “*Grammática Portuguesa*” de Júlio Ribeiro, na qual em sua segunda edição, o autor critica as gramáticas portuguesas e argumenta que elas pareciam exposições de metafísica e não publicações que tratavam da língua, registrando quais teriam sido suas bases teóricas para a elaboração de sua gramática, conforme podemos acompanhar no seguinte fragmento:

As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições do uso da língua. [...] Abandonei por abstractas e vagas as definições que eu tomara de Burgraff: preferi amoldar-me às de Whitney, mais concretas e mais claras. O systema syntaxe é o systema germanico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por C.P.Manson e adoptado por Whitney, por Bain [...] por todas as sumidades da grammatigraphia saxônia. O meu modo de expor, a ordem que segui em distribuir as materias é de Bain. (RIBEIRO, 1885, p. II).

⁵⁰ Além da obra *Iracema*, também nos referimos a outras como “*O guarani*”, “*Lucíola*”, “*Senhora*”, “*Ubirajara*”, “*O gaúcho*”.

A exposição deste julgamento de Ribeiro acerca das gramáticas lusitanas marcou a tentativa de oposição e distanciamento em relação à tradição portuguesa e, da mesma forma, a busca por outras influências teóricas para as futuras publicações acerca da língua Portuguesa usada no Brasil, que se concentraram em Karl Becker⁵¹ na Alemanha, e em Charles P. Mason⁵² e Willian Whitney⁵³, na Inglaterra. Assim, a “*Grammática Portuguesa*” de Júlio Ribeiro, foi um marco para o início da constituição da gramatização brasileira, visto que funcionou como base para as futuras gramáticas, representou um gesto fundador em relação aos saberes relacionados à língua nacional Brasileira e emancipatório quando às influências gramaticais lusitanas.

Retomando o texto “*Formação de um espaço de produção linguística: A gramática no Brasil*”, Orlandi e Guimarães (2001) explicam que as discussões em torno da língua nacional não significam apenas a ascensão de uma língua que passa a se sobrepôr a outras, elas representam a língua enquanto signo de nacionalidade e a emergência de uma nova identidade, ainda que pelo viés acadêmico, através dos instrumentos linguísticos de gramatização. Dito de outro modo, mesmo que pelo saber metalinguístico a respeito da língua, representando pelas gramáticas, a publicação desses documentos linguísticos representou um passo importante para a expressão da identidade brasileira, forma concreta de emancipar a academia brasileira da lusitana.

Também faz parte deste contexto, conforme afirmam Orlandi e Guimarães (2001), o “Programa de Português para os Exames Preparatórios”, o qual era uma condição para o ingresso em cursos superiores da época. Organizado por volta de 1887, pelo professor Fausto Barreto, catedrático do Colégio Pedro II, a pedido do Diretor-Geral da Instrução Pública, Emídio Vitorio, o Programa estabelecia duas provas, sendo uma escrita e uma oral.

Em um artigo publicado na obra “*Cartas Sertanejas; Procellarias*”, em que apresenta o Programa para os Exames Preparatórios, Julio Ribeiro (2007, p. 86) explica que a prova escrita tratava-se de “[...] uma composição livre

⁵¹ Karl Becker, médico, educador e filólogo alemão, autor da obra “*A Grammar of the German Language*” (1830), de quem Ribeiro teria adotado o sistema de sintaxe.

⁵² Charles Peter Manson, linguista norte-americano que realizou seus estudos na Alemanha e que teria modificado e introduzido na Inglaterra os estudos acerca da sintaxe, devolvidos por Becker.

⁵³ Willian Whitney, linguista, filólogo e lexicógrafo americano, de quem Julio Ribeiro teria tomado a definição de gramática.

sobre assumpto que a sorte designar dentre os pontos organizados diariamente pela comissão julgadora[...].” Por outro lado, a avaliação oral era composta de duas partes, a primeira de “[...] analyse phonetica, etymologica e syntatica de um trecho de extensão razoável, escolhido pela commissão julgadora em uma pagina sorteada [...].” (RIBEIRO, 2007, p. 87), e, a segunda, pela exposição de um dos pontos, entre quarenta e seis citados no Programa. A respeito da avaliação oral, cabe destacar que o trecho para análise poderia ser retirado de uma lista de livros indicada⁵⁴, publicados entre os séculos XVI e XIX, sendo que o candidato poderia ser questionado a respeito do significado preciso das palavras pertencentes ao fragmento sorteado ou de sua significação diante do contexto geral do mesmo.

É neste período, isto é, no final do século XIX, que também surgem uma série de gramáticas, todas seguindo as recomendações do Programa lançado por Fausto Barreto, com objetivo de destituir a tradição das gramáticas europeias, principalmente das gramáticas filosóficas portuguesas, e de construir novas bases históricas e filológicas capazes de dar sustentação para o uso do Português no Brasil. Assim, a partir desses instrumentos de gramatização foi possível registrar e comprovar não somente as diferenças entre a língua Portuguesa brasileira e a lusitana, constituindo o saber metalinguístico sobre a língua do Brasil como também compreender as bases que deram sustentação ao imaginário de “norma padrão” no país e suas relações com esferas acadêmicas e as classes dominantes do império.

Convém assinalar que, no período que compreende a virada do Império para os regimes presidenciais, no qual temos o surgimento do Estado-Nação, sob uma nova legislatura política e configuração econômica, foi conservada a busca por um lugar comum, isto é, a identidade nacional. Assim, mesmo com a queda do Império e a implantação da República no Brasil, os ideais em torno da constituição uma unidade linguística e da identidade nacional prosseguiram.

Nessa linha de ações, já no regime presidencial, é fundamental conhecer a política educacional do governo de Getúlio Vargas. Em específico, queremos chamar atenção para aquela desenvolvida na Segunda República,

⁵⁴ Podemos citar como obras indicadas para as provas orais do Programa de Português para os Exames Preparatórios: “*Lusíadas*”, de Camões; “*História do padre Francisco Xavier*”, de Lucena; “*A Ulisséia*”, de Gabriel de Castro; “*O Caramuru*”, de Santa Rita Durão; entre outras.

quando, ao chegar ao poder, após o golpe, Vargas criou o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública⁵⁵, por meio do Decreto de Lei 19.402 de 14 de novembro de 1930⁵⁶. A partir do Estado Novo, o governo Vargas perseguiu os objetivos de uma política nacionalista, através de ações ligadas ao campo da educação e, portanto, vinculadas ao Ministério que havia criado. Entre as iniciativas adotadas neste contexto e que nos interessa para este estudo, está a interdição oficial das línguas dos imigrantes, para qual foi criada inclusive uma legislação específica e campanhas de nacionalização do ensino primário. O período foi marcado pela interdição de toda a memória discursiva dos imigrantes que viam-se obrigados a falar a língua Portuguesa, num processo de apagamento forçado, justamente, porque a língua é, segundo afirma Zandweis (2012b), no texto “*Ler o acontecimento. Memória nacional e construção identitária no Estado Novo: formas de significar o sujeito imigrante através de dispositivos jurídico-políticos*”, o alicerce a partir do qual se organizam os símbolos que permitem a construção de um imaginário de unidade de uma nação.

Para efeitos de ilustração dessa política de Vargas, trazemos fragmentos do Decreto-lei 1.545 de 25 de agosto de 1939⁵⁷, o qual tratava sobre a adaptação ao meio nacional dos imigrantes e descendentes de imigrantes nascidos no Brasil e se constituiu em um dispositivo político e jurídico do Estado não com o objetivo de adaptar, mas de “legislar” acerca da vida dos mesmos:

⁵⁵ O órgão tinha entre suas responsabilidades o estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar e substituiu o Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça, que até então tratava das questões ligadas à Educação no País.

⁵⁶ A íntegra do Decreto-lei está disponível na página eletrônica do Senado Federal, no seguinte endereço: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=19402&tipo_norma=DEC&data=19301114&link=s>.

⁵⁷ A íntegra do Decreto-lei pode ser consultada na página eletrônica da Câmara dos Deputados, no seguinte endereço: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Art. 1 Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum. [...]

Art. 4 Incumbe ao Ministério da Educação e Saúde [...] e) exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil;

Art. 8 Incumbe ao Conselho de Imigração e Colonização, diretamente ou pelos órgãos que coordena: a) evitar a aglomeração de imigrantes da mesma origem num só Estado ou numa só região; [...] d) fiscalizar as zonas de colonização estrangeira, efetuando, si necessário, inspeções secretas; exercer vigilância sobre os agentes estrangeiros em visita às zonas de colonização; [...]

Art.12. Aos estabelecimentos de ensino localizados nas regiões mais sujeitas á desnacionalização, a educação física, na fórmula obrigatória prescrita, poderá ser ministrada por oficiais ou sargentos designados pelos Comandantes de Região. [...]

Art. 16. Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional. [...]

Art. 18. O Governo Federal ou os Governos Estaduais localizarão famílias brasileiras nas zonas do território nacional em que houver aglomeração de descendentes de estrangeiros. [...]

Embora o discurso em torno do Decreto tenha sido produzido para convencer o povo sobre a necessidade de cuidar da adaptação dos estrangeiros no Brasil, podemos observar que o documento se apresenta como uma deliberação de como devem ser “vigilados” os estrangeiros, legislando em favor da formação da “consciência comum”, com vistas a atender os objetivos da política nacionalista de Vargas.

Nos artigos 1 e 16 , a partir de medidas de cunho educacional e cultural, temos um delineamento de como deve ser a “adaptação” dos sujeitos imigrantes, que dar-se-á “[...] pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico [...] para a formação de uma consciência comum [...]”, ou seja, para a criação de um imaginário de nação, que fala a mesma língua, que ensina e conta a mesma história “oficial” e que venera e ama sua pátria, por meio de “bens culturais” comuns a todo o território brasileiro. Já o discurso dos artigos 4 e 8 é centrado, de maneira mais contundente, em ações de vigilância em torno do ensino da língua nacional, da história e da geografia do Brasil e de “[...] evitar a aglomeração de imigrantes da mesma origem num só Estado ou numa

só região [...]”, bem como “[...] fiscalizar as zonas de colonização estrangeira [...]”, as quais representariam uma ameaça à política nacionalista de Vargas, na medida em que poderiam promover a “circulação” de “elementos” internacionais no território brasileiro, como a língua e a cultura do país de origem dos imigrantes. Mas, além de “cuidar” do uso da língua e para que não houvesse a aglomeração de imigrantes, que outras medidas foram sustentadas pelo Decreto-lei, para evitar a “desnacionalização”? É justamente disso que tratam os artigos 12 e 18, nos quais é indicada que, nas regiões sujeitas a esse processo, como forma da presença do Estado, a disciplina de educação física fosse ministrada por oficiais ou sargentos do Exército e que famílias brasileiras fossem alocadas em regiões em que havia concentração de estrangeiros.

Retomamos o texto *“Ler o acontecimento. Memória nacional e construção identitária no Estado Novo: formas de significar o sujeito imigrante através de dispositivos jurídico-políticos”*, de Zandwais (2012b), no qual reflete em torno das implicações do acontecimento histórico que se discursiviza através do Decreto-lei 1.545 e afirma que há um processo contraditório com o imigrante no governo Vargas. Segundo a autora, uma das formas de apreender esse processo está ligada às medidas para a proteção do território nacional, as quais não estariam ligadas à invasão de outro povo inimigo, de bárbaros ou de salteadores, mas pela chegada de estrangeiros e de imigrantes no país. Tal discurso, que se sustenta a partir do argumento de proteger o território é, de acordo com Zandwais (2012b), o momento em que instalam, por forma da lei, os fundamentos xenofóbicos que alicerçam a nação brasileira no Estado Novo, que não são apenas evidenciados em relação àqueles que vêm de outros países na condição de imigrantes, mas também aos que descendem destes. É preciso ressaltar ainda, que a xenofobia não se faz presente somente nos artigos que tratam da proteção do território, conforme a autora, os trechos que dispõem acerca de medidas culturais e educacionais também permitem observar o discurso xenofóbico, tendo em vista que, conforme Zandwais (2012b), língua e cultura passam ter um papel indispensável para definir um modelo de cidadão brasileiro, e, dessa forma, também é definido aquilo que imigrantes e seus descendentes não podem ser em terras brasileiras.

Tomemos como exemplo da política nacionalista de Vargas as ações no estado de Santa Catarina. De acordo com o que expõe Fáveri (2002) em sua

tese de Doutorado intitulada “*Memória de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*”, no período de um ano, compreendido entre janeiro de 1942 e janeiro de 1943, chegou a ter 1.227 detenções e abertos 27 inquéritos por reincidência do uso do idioma alemão ou italiano. As prisões foram feitas principalmente nas cidades de Blumenau, Joinville, Harmônia, São Bento, Rio do Sul e Rodeio.

O mesmo aconteceu no Rio Grande do Sul, também reduto da colonização europeia, conforme podemos analisar na pesquisa de doutoramento de Gaelzer (2012), cujo título é “*Construções imaginárias e memória discursiva de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul*”, a qual ressalta que a política da Era Vargas de interdição sobre a língua interviu no processo identitário dos teuto-alemães-brasileiros, trazendo consequências que até hoje emergem em seus discursos.

Nos casos expostos pelos estudos de Fáveri (2002) em Santa Catarina, e de Gaelzer (2012) no Rio Grande do Sul, temos a interdição da língua dos imigrantes em cumprimento ao Art. 15⁵⁸, no qual é explicitada a proibição do uso das línguas estrangeiras em locais públicos, casernas e no exercício do serviço militar e do Art. 16, que proíbe o uso de línguas estrangeiras para o culto religioso. Mais do que a possibilidade da violência física no caso de descumprimento do Decreto-Lei em questão, fica explícita, no momento de imposição do idioma português aos imigrantes europeus, a materialização da prática xenofóbica, visto que serem obrigados a “esquecer” sua “língua mãe” representa uma tentativa de apagamento da própria identidade desses imigrantes e de construção de um imaginário de brasilidade alicerçado na língua Portuguesa e numa identidade nacional pautada por valores como a hegemonia da língua, o cultivo dos costumes cívicos (cantar o hino nacional) e a importância dos símbolos como a bandeira nacional. Entretanto, como a língua existe pela memória discursiva, a qual é inseparável do sujeito, é impossível que esses imigrantes tivessem vindo sem sua língua materna, já que ela é parte da constituição da identidade dos mesmos. Dito de outro modo, não há identidade sem língua, pois é pela ordem do simbólico que o sujeito se reconhece.

⁵⁸ Os artigos referem-se ao Decreto-lei 1.545 de 25 de agosto de 1939.

Nessa conjuntura, ainda queremos trazer presentes os Programas de Ensino de Língua Portuguesa nos livros didáticos e na escola durante o Estado Novo, os quais, assim como as medidas do Decreto-lei 1.545, que “legislou” acerca da vida dos imigrantes e descendentes de imigrantes nascidos no Brasil, também integraram a política nacionalista do governo Vargas, padronizando os saberes linguísticos e literários do ensino brasileiro.

Segundo afirma Zandwais (2003a), em seu texto “*Linguagem e ensino: saberes linguísticos e literários dominantes em compêndios escolares*”, é por meio da criação de um projeto nacional, que serviu de referência para os programas de ensino de língua Portuguesa no Brasil, que são consagradas as diretrizes para as disciplinas na área de estudos da linguagem no âmbito escolar no Estado Novo. Entretanto, é preciso considerar, que essa política de ensino ao mesmo em que promove um imaginário de língua homogênea, visto que visa padronizar o ensino e, ao mesmo tempo, a aprendizagem, também não atende aos interesses da clientela das escolas públicas⁵⁹, que se proliferam a partir do regime de Vargas para atender à classe operária, conforme ressalta a autora:

Cabe observar que [...] se o processo de uniformização do que se ensina/aprende em matéria e linguagem produz um efeito de homogeneidade que, aparentemente, parece silenciar as diferenças entre os indivíduos, em termos instrucionais, fundamentalmente em virtude de: a) um número expressivo de livros didáticos apresentarem a mesma sistemática de elaboração; b) os programas de ensino serem padronizados; c) os compêndios privilegiarem, de modo uniforme, os estudos morfológicos e a análise lógica das estruturas da língua; d) os exercícios de leitura e compreensão de textos darem ênfase, além das questões gramaticais, à apropriação de itens lexicais representativos do uso culto e às condições de emprego em textos literários. [...] embora sejam utilizados pela escola pública, estes não atendem aos interesses da clientela a que se destinam, nem possibilitam estimular a criatividade ou o autodidatismo [...].” (ZANDWAIS, 2003a, p. 26).

Desse modo, a possibilidade de acesso ao ensino que figurou como uma espécie de projeto popular que garantiu “oportunidade” para os sujeitos proletários, trouxe à tona, segundo assinala Zandwais (2003a), um jogo contraditório que se apresenta em torno de forças de exclusão e dominação.

⁵⁹ Queremos destacar, sobretudo, a proliferação das escolas públicas noturnas com o objetivo de “garantir” instrução à classe operária, que trabalha durante o dia.

Isso, porque, de acordo com a autora, o resultado mais visível de apagamento da identidade do sujeito proletário acontece a partir do momento em que este passa a ter contato com os ensinamentos acerca da língua Portuguesa na escola, os quais se reforçam por meio dos compêndios escolares. É, portanto, um projeto que quer moldar os indivíduos a partir de um padrão de referência identitária em que “[...] o sujeito proletário aceita os “benefícios” educacionais que lhe são ofertados, sem entender que o caráter de uniformidade nacional conferido à educação não coincide com um ideal de ação para transformação da realidade [...]” (ZANDWAIS, 2003a, p. 36-37), mas sim, está a serviço da massificação e das forças hegemônicas do Estado e, dessa forma, não corresponde aos interesses das forças sociais.

Diante dessas questões, é possível constatar que a política nacionalista do governo Vargas, foi estruturada, principalmente, a partir de ações centradas na criação de um imaginário de língua homogênea, visto que, como já dito, a língua se constitui em um dos alicerces a partir do qual se organizam os símbolos que permitem a construção de um imaginário de unidade de uma nação. Sob esta ótica, faz-se necessário colocar em destaque que os regimes jurídicos e parlamentares que privilegiam a construção de um imaginário de língua homogênea, sem hibridez, variações dialetais, empréstimos linguísticos, sob outras conjunturas históricas, solidificam a construção de uma sociedade xenófoba e excludente, que legisla acerca da vida dos imigrantes e seus descendentes, combatendo via violência física e simbólica qualquer forma de desnacionalização e “moldando” seus sujeitos, por meio da padronização dos saberes linguísticos e literários através da escola.

Entre as políticas de Estado em favor de uma unidade linguística, outros elementos foram indispensáveis para a cristalização do *status* de uma língua homogênea, como por exemplo os instrumentos linguísticos. Em especial, nos referimos à gramática e ao dicionário, focos do próximo item deste estudo.

1.6.1 O trabalho dos instrumentos linguísticos na constituição de uma concepção de língua

Retomando a questão por outro prisma, é preciso pensar sobre como as gramáticas e os dicionários de língua Portuguesa se tornaram instrumentos

linguísticos importantes. Essa discussão é essencial para que possamos refletir sobre os processos de normatização da língua, os quais se por um lado garantiram a autonomia da língua Portuguesa falada e escrita no Brasil, assim como vimos na seção anterior, também são aspectos que junto às práticas escolares contribuem para a construção de uma aceção de língua homogênea e, portanto, que não admite a hibridez, as diferenças dialetais.

Encontramos uma definição para o termo instrumentos linguísticos em “*A Revolução tecnológica da gramatização*” de Sylvain Auroux (1992). Na obra, o autor explica que eles são produto da gramatização de uma língua, que consiste no processo de descrição e instrumentação na base de duas tecnologias, isto é, a gramática e o dicionário, os quais são o alicerce dos saberes metalinguísticos.

Segundo Auroux (1992), a gramatização massiva das línguas do mundo iniciou a partir da Europa e é contemporânea à exploração do planeta, isto é, dos continentes da África, América e Ásia, bem como da colonização de grandes territórios pelo Ocidente. Dessa forma, os processos de colonização, exploração e de contatos comerciais têm relação com o conhecimento das línguas, entretanto não podemos dizer que eles conduziram à gramatização das mesmas, embora o autor admita que este processo no vernáculo europeu tenha um papel decisivo.

Ao discutir sobre a gramatização, Auroux (1992) admite que em espaços que não são regulados por intervenções tecnológicas, isto é, pelas gramáticas e dicionários, há liberdade de variação. Isso, porque a regulação imposta por esses instrumentos linguísticos, acaba por gerar discussões sobre o que seria o “bom uso da língua”, o que conseqüentemente ocasiona a redução da variação.

De acordo com o autor, a gramática⁶⁰ “[...] prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor.” (AUROUX, 1992, p.69). Se trata de um instrumento técnico em que temos conhecimentos teóricos explícitos sobre a língua. Em outras palavras, é nela que encontramos a descrição do funcionamento de uma

⁶⁰ Embora saibamos que existem diferentes tipos de gramáticas (Normativa, Descritiva, Histórica, Comparativa), ao utilizarmos o termo estamos nos referindo à gramática de maneira geral. Assim, no caso de um tipo em específico, faremos detalhamento no texto.

língua, tendo em vista que, primordialmente, sua função é regular e orientar o uso da mesma, propondo padrões de escrita e de fala para os seus usuários. Entretanto, cabe destacar que ao determinar um padrão de uso, baseado na descrição e sistematização da língua, a gramática exclui todas as formas de falar que não privilegiam a variante linguística culta, desconsiderando, portanto, a língua como um elemento vivo, heterogêneo e que se diversifica a partir das práticas sociais.

Já no caso dos dicionários, Auroux (1992) explica que o quadro se apresenta ainda mais latente do que o referido na gramática, visto que independente da competência linguística do usuário, ele não conhece o grande número de palavras que estão compiladas nos dicionários. A esse respeito podemos trazer as reflexões de Pêcheux (1995) em *Semântica e Discurso*, no qual o autor afirma que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo, não está na base da língua, mas sim é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras estão envolvidas. Assim, os sentidos de uma palavra não podem ser restritos aos dicionários, já que emergem a partir das relações estabelecidas com outras expressões em determinada situação de comunicação.

Dessa forma, a realidade de uma língua não está expressa nos instrumentos linguísticos, visto que estes servem a fins políticos. O real de uma língua se dá por meio da *práxis*, isto é, das práticas sociais nas quais ela pode se materializar e se diversificar e que permitem, inclusive, a subjetivação dos indivíduos, como é caso dos catadores de materiais recicláveis.

Para pensarmos a respeito da presença dos instrumentos linguísticos no processo de determinação de políticas linguísticas no Brasil, nos interessa trazer presente a perspectiva dos estudos do Programa de História das Ideias Linguísticas⁶¹, cujas pesquisas têm como foco investigações a respeito da história do saber metalinguístico com a história da constituição da língua Portuguesa.

⁶¹ O Programa de História das Ideias Linguísticas reúne pesquisadores interessados no estudo da história dos estudos da linguagem do Brasil e da França e foi estabelecido em 1988. A partir do HIL nasceu o projeto "História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e a Constituição da Língua Nacional", coordenado por Eni Orlandi no Brasil e Sylvain Auroux na França. Mais informações podem ser encontradas em: < www.unicamp.br/iel/hil/>.

Como já assinalado, a construção dos instrumentos tecnológicos de gramatização está ligada à forma como a sociedade se constitui historicamente, atendendo sempre aos interesses das hegemonias, a partir de formas-padrão de dominação. Nesse sentido, estudar esses instrumentos, de acordo com o que expõe Orlandi (2013) na obra *“Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil”*, é importante porque eles também são lugares privilegiados em que podemos perceber como essa sociedade produz conhecimento e como se estratifica em relação ao domínio da língua. Dito de outro modo, a gramatização de uma língua oferece muito mais do que subsídios para investigações no campo linguístico, ela possibilita estudar, por exemplo, a própria constituição dos sujeitos e da forma da sociedade em que estão inseridos.

Desse modo, observar tanto a gramática como o dicionário diante do ponto de vista discursivo, é vê-los enquanto objetos simbólicos. É pensar não nas suas funções descritivas e de instrumentação da língua, mas concebê-los como elementos sócio-históricos, que significam e que são perpassados pela ideologia.

Está cristalizado no imaginário dos falantes que a partir dos saberes metalinguísticos acerca de uma língua, dos quais as gramáticas e dicionários são tidos como “exímios representantes”, é possível se dominar uma língua. Entretanto, segundo declara Orlandi (2013), essas novas perspectivas de estudo dos instrumentos tecnológico-linguísticos, dentre as quais está a perspectiva discursiva, possibilitam o acesso à forma como é construído o imaginário da língua para os indivíduos que a falam. Assim, entender como funciona esse processo que cria a ilusão de que é possível se dominar uma língua a partir de seus instrumentos linguísticos, pode possibilitar “[...] deslocar esse imaginário em seus efeitos, mostrando esses instrumentos como produzidos numa certa história de relação com a língua em suas práticas e com distintos modos de produção [...] de conhecimento sobre ela.” (ORLANDI, 2013, p. 117). Para fins de ilustração, podemos pensar sobre o funcionamento de uma língua: a) estudando os instrumentos linguísticos tecnológicos como gramáticas e dicionários; b) escutando a língua das forças sociais, ou seja, olhando para as variações dialetais, jargões, entre outros.

A hipótese levantada pela autora vai justamente ao encontro dos discursos produzidos a respeito da língua pelos sujeitos de nossa pesquisa, os catadores de materiais recicláveis⁶², os quais construíram um imaginário de que para usar a língua é necessário dominá-la a partir do conhecimento dos saberes metalinguísticos. São recorrentes nas falas desses sujeitos, as referências ao fato de que “não sabem falar” por não terem frequentado a escola. Isto, porque construíram o imaginário de que aquele que não frequenta ou permanece pouco tempo nas instituições escolares, não conhece o bastante para utilizá-la. Cabe pontuar, que esses instrumentos linguísticos são a base para a construção do conhecimento sobre a língua e norteiam o ensino da mesma nos “bancos escolares”.

Nesta referência que trouxemos à discussão, fica evidente o quanto essas tecnologias, que são a base para os saberes metalinguísticos, contribuem para a construção de um imaginário de uma língua homogênea e funcionam enquanto elementos coercitivos, já que não contemplam a língua do cotidiano, das forças sociais. Trabalham na descrição e instrumentação da língua, por conseguinte, desconsideram a sua hibridez, ou seja, a sua condição fluida e orgânica, já que segundo Zandwais (2013, p. 187) destaca no texto “*Subjetividade, sentido e linguagem: desconstruindo o mito da homogeneidade da língua*”, a língua carrega marcas do corpo social:

E este corpo maior que atribui valores às palavras, que as torna coletivas, concretas, mutáveis, vivas e sensíveis a todo tipo de mudança. É este corpo maior, enfim, que inscreve as palavras em sítios ideológicos distintos, tornando-as objetos de heteroglossia. É, pois, pela concepção de heteroglossia que se pode apreender a condição orgânica, real de funcionamento de uma língua. (ZANDWAIS, 2013, p. 187).

Por essa ótica, a língua é um elemento heteroglóssico que se apresenta como constitutivamente híbrida, ou seja, há muitas línguas em uma, servindo como forma de estratificação social. Contudo, só podemos observá-la a partir desta perspectiva, diante de condições reais de uso, portanto, da língua posta

⁶² Queremos retomar que os sujeitos a que nos referimos integram o projeto “Profissão catador: entre o viver e sobreviver do lixo”, na cidade de Cruz Alta - RS, cujos discursos vimos trabalhando desde 2013, em nossos estudos de mestrado, e que seguimos investigando nesta pesquisa de doutorado.

em funcionamento. Do contrário, estaremos tratando-a como um corpo monoglóssico, que não admite variações e nem serve como espaço para a subjetivação dos sujeitos, estando sempre a serviço da ordem superestrutural como forma de reforçar a hegemonia dos grupos linguisticamente aparelhados, enquanto um instrumento de alienação.

Segundo Orlandi (2013) registra em "*Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*", as situações enunciativas diferentes nos fazem pensar a respeito da historicidade na língua e, queremos acrescentar aqui, também as questões da heterogeneidade e heteroglossia. A autora afirma que a forma dessas situações pode significar muito a respeito das relações sociais estabelecidas pelos indivíduos que a falam. Além disso, possibilitam a observação de como um saber metalinguístico participa da historicidade da língua e vice-versa.

O processo de gramatização de uma língua, neste caso o português brasileiro, tem relações que extravasam a construção de um saber sobre a língua nacional e que incidem, inclusive, na constituição do sujeito nacional, ou seja, o brasileiro. "São processos de individualização que são desencadeados: individualiza-se o país, seu saber seu sujeito político e social." (ORLANDI, 2013, p. 177).

As afirmações da autora, de que a língua está ligada a processos de individualização, isto é, funciona como elemento que carrega subjetividade nos remetem a pensar na língua viva, retomando Bakhtin/Volochínov (2014), os quais, em "*Marxismo e Filosofia da Linguagem*", ressaltam que a língua não pode ser tratada como algo acabado. Essa é uma posição conservadora de caráter formal-sistemático, tendo em vista que não é uma visão compatível com a abordagem histórica e viva da língua, ou seja, aquela em que o sentido e as significações de uma palavra são determinados por quantos contextos forem possíveis que ela participe nas práticas linguísticas e não a partir do dicionário. Cabe salientar, que há, entre esses contextos, sempre uma relação de interação em que são passíveis conflitos, totalmente determinados pelas nuances ideológicas que as palavras adquirem conforme as situações de comunicação.

Portanto, pensar na língua viva, a partir da concepção de Bakhtin/Volochínov (2014), é considerá-la como elemento ideológico, como

produto sócio-histórico, cuja verdadeira realidade se dá a partir da interação, o que implica em admitir, segundo aponta Zandwais (2016, p. 103) em seu texto “*O sistema da língua, o diálogo e o discurso*”, que o diálogo não é apenas ressonância, pois “[...] a palavra do outro adquire sentido em nossas palavras.” Então, ao mesmo tempo em que pode ser encarada como representação simbólica em contextos sociais distintos, também pode se definir por meio de experiências vivenciadas pelo sujeito nos diferentes campos. Desse modo, a palavra viva “[...] é uma forma de combinação entre experiências, imagens, representações e signos verbais que refletem sobre quem somos.” (ZANDWAIS, 2016, p. 103).

É, justamente por isso, que entendemos que a questão trazida por Orlandi (2013), no texto “*Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*”, no qual afirma que o processo de gramatização extravasa um saber sobre a língua, vai ao encontro das concepções de língua viva de Bakhtin/Volochínov (2014) em “*Marxismo e Filosofia da Linguagem*”. A língua individualiza os sujeitos, isto é, ela pressupõe mais do que um diálogo entre um locutor/interlocutor e vice-versa, pois as palavras carregam nuances ideológicas que mudam diante das contingências e permitem que os sujeitos sejam reconhecidos pela coletividade.

Assim, a partir do olhar do cientista da linguagem, os instrumentos linguísticos são elementos que trabalham no sentido do saber metalinguístico sobre a língua, o que em outras palavras significa usá-la para falar a respeito de si mesma. Entretanto, embora sejam importantes no sentido de institucionalização e legitimação da língua nacional, são dispensáveis à sua aprendizagem no âmbito da *práxis*, já que a função dos mesmos está ligada à descrição e instrumentação da língua enquanto sistema. Assim, eles não dão conta do trabalho da língua nas práticas sociais do cotidiano, aquela que perdura através de um processo evolutivo e contínuo em que se torna matéria-viva, resultado da pluralidade de acentos avaliativos que cada palavra se reveste a partir de situações de comunicação diferentes.

1.7 Língua(gem), identidade e poder simbólico: dos pressupostos sociológicos aos pressupostos linguístico-discursivos

A perspectiva a partir da qual estamos pensando a palavra identidade nesta seção está alicerçada nos terrenos da sociológicos e linguístico-discursivos, embora saibamos que a definição do termo é bastante complexa. Também é a partir destes campos do conhecimento e, levando em consideração as discussões acerca da língua pela perspectiva materialista, as quais já foram feitas nas seções anteriores, que pretendemos refletir a respeito de como se produzem as relações entre língua e identidade no processo de construção da identidade dos sujeitos.

Na obra *"Identidade"*, Bauman (2005) atrela a questão da identidade aos tipos de comunidades que existem: as de vida e as de destino. No primeiro tipo, os membros vivem absolutamente juntos e, no segundo tipo, as comunidades são organizadas em torno de ideias e diversidade de princípios. Segundo o autor, os questionamentos a respeito da sua própria identidade, os quais também têm tomado os sujeitos, só vieram à tona a partir do momento em que o primeiro tipo de comunidade lhe foi negado, o que fez com que ficasse exposto às comunidades da segunda ordem, isto é, àquelas que são fundidas por ideias ou por uma variedade de princípios. Há, nestas comunidades, mais de uma ideia capaz de evocar e mantê-las unidas, justamente devido a um mundo que se mostra repleto de questionamentos, diversidade de práticas e de aceitação das diferenças. Essa pluralidade de ideias e princípios que se apresenta na contemporaneidade "obriga" o indivíduo a comparar, fazer escolhas e, muitas vezes, até reconsiderar àquilo que já escolheu, possibilitando a existência demandas contraditórias.

Ao percorrer o caminho em busca de um conceito de identidade, o autor aborda também o termo pertencimento, observando que ambos não são sólidos como uma rocha, nem garantidos para toda a vida, são negociáveis e revogáveis. Pelo ponto de vista de Bauman (2005), as decisões do indivíduo, ou seja, os caminhos que percorre e a maneira como age, são pontos decisivos tanto para a identidade quanto para o pertencimento.

Com o objetivo de ilustrar esse contexto, Bauman (2005) retoma na obra *"Identidade"* uma passagem em meados de 1968, em que prestes à

aposentadoria na Universidade de Varsóvia, teve sua identidade polonesa colocada em dúvida⁶³ durante uma cerimônia na Universidade de Charles, em Praga, na qual receberia o título de doutor *honoris causa*. Pela tradição daquela Universidade, o hino nacional do país de origem da pessoa que está recebendo o título é tocado durante a cerimônia, contudo, ao ser questionado sobre qual hino deveria ser executado na sua cerimônia de outorga, Bauman se viu dividido entre os hinos da Grã-Bretanha e da Polônia, conforme é possível observar no fragmento a seguir, extraído da obra “*Identidade*”:

A Grã-Bretanha foi o país que escolhi e pelo qual fui escolhido por meio de uma oferta para lecionar, já que eu não poderia permanecer na Polônia, país em que nasci, pois tinham me tirado o direito de ensinar. Mas lá na Grã-Bretanha, eu era um estrangeiro, um recém-chegado, não fazia muito tempo, um refugiado de outro país, um estranho. [...] Então, talvez devessem tocar o hino polonês? Mas isso também significaria um ato de fingimento: trinta e tantos anos antes da cerimônia de Praga eu tinha sido privado de minha cidadania polonesa. Minha exclusão foi oficial, promovida e confirmada pelo poder habilitado a separar quem está “dentro” de quem está “fora”, quem faz parte de quem não faz - e assim eu não tinha mais direito ao hino nacional polonês. (BAUMAN, 2005, p. 15-16).

Desse modo, a solução para resolver o impasse foi escolher o hino da Europa, pois, assim, não estaria renegando nem seu país de origem, nem àquele que o acolheu. O fato o fez refletir sobre as questões de identidade, mais especificamente do ponto de vista da sua nacionalidade, já que ao ter sido expulso do país em que nasceu, teve, devido a oportunidades de trabalho, que se estabelecer na Grã-Bretanha, mesmo que de acordo com o próprio autor, em todo o lugar que estivesse sentia-se de certa forma “deslocado”. O sentimento nunca era de pertencimento como um todo, não estava ajustado por inteiro. A situação que se desenha é de um sujeito dividido, fragmentado, que foi rejeitado por sua nação de origem devido à condição de judeu, mas que mesmo aceito na Grã-Bretanha não sente-se totalmente parte dela, nem

⁶³ De origem pobre e judaica, em 1939, aos 14 anos, Sygmunt Bauman foi obrigado a fugir da Polônia, juntamente com sua família, para a União Soviética, durante a invasão dos alemães, no início da Segunda Guerra Mundial. Quatro anos mais tarde se alistou no exército polonês e lutou contra a Alemanha na frente russa. Em 1946, depois de retornar à Varsóvia, começou seus estudos na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade de Varsóvia, na qual, mais tarde, veio a trabalhar como professor da cadeira de Sociologia Geral até o ano de 1968, quando, novamente, precisou se exilar devido às perseguições contra intelectuais, professores e estudantes judeus.

tampouco se reconhece como europeu integralmente, já que o berço do judaísmo é o continente asiático. Diante deste contexto exposto, queremos então fazer alguns questionamentos, os quais, mesmo que não consigamos responder ao longo desta escrita, precisam ser registrados, pois nos fazem refletir: O que fez Bauman sentir-se fora do lugar, se não a exclusão e o antissemitismo? Que razões o fizeram sentir-se deslocado? E, pensando nas minorias, como os catadores de materiais recicláveis, o que faz com que sintam-se fora de lugar? Como esses sujeitos podem incluir-se em um contexto social que vai além da língua? Um contexto em que não são excluídos somente por questões econômicas, nem meramente linguísticas, mas que diz respeito a toda uma relação construída através das práticas sociais.

Inserimos a seguir um recorte⁶⁴ tomado a partir das questões norteadoras feitas aos sujeitos catadores, nas quais assumem sua identidade de excluídos:

R1- “Eu morava em Júlio de Castilhos. Então eu tive que trabalhar muito cedo. Tive que ajudar no sustento da casa, porque a mãe era doente e daí não deu pra estudar. Mas eu queria te estudar.”

(Catador 1, maio de 2018)

O panorama exposto por Bauman faz parte de um processo de globalização que atinge a sociedade pós-moderna, denominada pelo autor de era “líquido-moderna”, na qual a vida está em condição líquida, repleta de incertezas, dificuldades de relacionamento e, por conseguinte, de subjetividades que mostram fluidas. Do mesmo modo em que há incompreensão das singularidades, há também relações cada vez mais superficiais e frias. É justamente essa a abordagem que Bauman (2007) faz em sua obra “*Vida Líquida*”, na qual afirma que na contemporaneidade estamos diante de uma vida precária, de constantes fins e reinícios implicados pela volatilidade de relações, de sentimentos e de objetos que dão origem ao próprio lixo, material de trabalho dos sujeitos desta pesquisa. “Do princípio ao

⁶⁴ O recorte foi retirado das respostas dos catadores às questões norteadoras realizadas em Cruz Alta – RS, nas quatro Associações dos Catadores de Materiais Recicláveis. Por questões éticas, os sujeitos desta pesquisa não serão identificados pelo nome, mas sim, serão designados como “Catador”, seguindo uma sequência numérica que vai de 1 a 12.

fim, a ênfase recai em esquecer, apagar, desistir e substituir. [...] A vida numa sociedade líquido-moderna não pode ficar parada.” (p.9).

Queremos dar ênfase, por outro lado, que na sociedade latino-americana que reproduz os paradigmas de estratificação das sociedades consumistas, a exclusão é mais forte, considerando os patamares elevados de desigualdade social no contexto brasileiro.

Para Bauman (2007), a ordem é sempre a modernização, o fim ou o “descarte” de alguém ou algo, finalizando um ciclo, para uma ligeira substituição, que dá margem ao início de outro. O tempo de existência é sempre muito curto, essa, de acordo com Bauman (2007, p. 9), talvez seja “[...] a glória de uma vida líquida de sucesso [...] mais bem transmitida pela invisibilidade das tumbas que assinalam seu progresso do que pela ostentação das lápides que celebram os conteúdos dessas tumbas.” Portanto, imperam nesta era líquido-moderna conceitos como rapidez, velocidade, descarte, substituição. Há ainda o aspecto da superficialidade, caso observemos do ponto de vista dos sentimentos e das relações contemporâneas, os quais, devido à efemeridade com que se desenvolvem, são cada vez mais rasos. Este, é o mesmo contexto que envolve a própria identidade, que ao mesmo tempo em que é montada e assumida pelos sujeitos, também tem prazo de validade e, deve, segundo os preceitos da vida líquida, despir-se dos atributos que ultrapassam a data de vencimento.

Portanto, a partir da leitura de Bauman sobre as formas efêmeras de construção de relações e do modo de identificação dos sujeitos, pode-se compreender que a sociedade líquida é uma sociedade em permanente processo de destruição.

Cabe destacar também determinados aspectos abordados por Bauman (2005) na obra “*Identidade*”, que nos interessam, os quais estão ligados às relações que podem ser estabelecidas entre a estratificação social e a identificação. Conforme o autor, em um dos polos da hierarquia global emergente estão os que constituem e desarticulam as suas identidades de forma volátil. Já no outro, se “abarrota” os que não tiveram a oportunidade de explorar determinadas formas de identificação a partir de suas vivências, isto é, aqueles que não têm o direito de manifestação, que se veem oprimidos por identidades que esteriotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam e que

são aplicadas e impostas por outros, como é caso dos catadores de materiais recicláveis.

Na sequência, trazemos alguns excertos⁶⁵ das entrevistas realizadas com os catadores que nos permitem compreender melhor as considerações feitas por Bauman sobre a exclusão, a estereotipia e a humilhação:

R2 - *“Eu me sinto diminuída, porque tem muita coisa assim que tu vai falar pra mim e eu não sei o que é. Eu não entendi. Entende? Palavras, outras palavras assim, que daí eu até posso atira o que é. Até posso entende, ma da maneira que tu fala aí eu não entendo. Eu gostaria de, de, de te estudado pra não me sentir assim nesta questão aí.”* (Catador 1, maio de 2018)

R3 - *“Eu fiz até o 3º ano e daí depois não estudei mais. Eu morava na Campanha. Daí eu parei porque tive começa trabalha. Nós perdem toda as terra que tinha lá na Campanha daí nós fiquemo trabalhando de empregado dos colono.”* (Catador 4, maio de 2018)

R4 - *“Eu me sinto constrangida, porque muitas palavra que eu não sei dizê, né. [...] Eu fico escondida, sabe? Como um bichinho escondido. Daí eu não consigo, não consigo fala.”* (Catador 4, maio de 2018)

Se aproximarmos as reflexões do autor de nossos sujeitos de pesquisa, podemos observar que os catadores de materiais recicláveis constituem uma formação social e um contingente de mão-de-obra que está “no outro lado”, isto é, aqueles que não tiveram opção. E, queremos dizer muito mais do que isso, esses sujeitos formam uma grande massa que não tem escolha sobre praticamente nada, faltam as condições básicas de vida, como alimento, moradia, emprego, entre outros bens essenciais à sobrevivência. A identidade dos catadores é de marginalizados, de indivíduos que mexem e remexem naquilo que é descartado, os quais além de não terem acesso à vida digna, também não dominam um dos principais elementos que incide, segundo prescrito nos documentos oficiais⁶⁶, na construção da identidade nacional, isto é, a língua do país em que moram.

⁶⁵ Os recortes foram retirados das respostas dos catadores às questões norteadoras realizadas em Cruz Alta – RS, nas quatro Associações dos Catadores de Materiais Recicláveis.

⁶⁶ Nos referimos ao Art. 13 da Constituição Federal, o qual prevê que a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Por outro lado, cabe pontuar que, embora não dominem a língua imaginária, aquela que é presa a sistematicidades e “protegida” pelos instrumentos linguísticos, isso não significa que a língua que falamos não é constitutiva de suas identidades, nem tampouco representa que ela não é carregada de sentidos, pois, como assinalado anteriormente, o simbólico não está simplesmente na estrutura da língua, ele está na *práxis*, na língua posta em funcionamento no cotidiano da vida. Em outras palavras, o que queremos dizer é que as palavras não carregam sentidos sozinhas, é a partir das determinações sócio-históricas e ideológicas que elas passam a “significar” no discurso dos sujeitos.

Ainda na tentativa de apontar caminhos para uma definição de identidade do ponto de vista sociológico, podemos também recorrer a Hall (2011), que em “*A identidade cultural na pós-modernidade*”, encaminha suas discussões acerca do termo em torno de duas concepções, as quais estão ligadas ao âmbito cultural. A primeira delas aproxima a questão da identidade do sujeito do Iluminismo, isto é, um indivíduo centrado e dotado de capacidades de razão em que o eu é centro da identidade. A segunda perspectiva apontada é o sujeito sociológico, o qual faz parte do mundo moderno e que é dependente das relações que estabelece com os outros, portanto o seu eu interior está sempre em diálogo com o mundo e as culturas exteriores. Esta concepção que apresenta a identidade cultural como algo provisório e variável mostra um sujeito fragmentado e, por sua vez, conduz para a última concepção, o sujeito pós-moderno, aquele que não possui uma identidade fixa e que se forma e transforma a partir da interpelação dos mundos culturais que o cercam.

Pela concepção do autor, as velhas identidades, responsáveis pela estabilidade da sociedade estão em declínio, o que acaba contribuindo para uma espécie de fragmentação que se apresenta no sujeito moderno, o qual, com o passar dos tempos, assume diferentes identidades que não são unificadas, convivem na contradição. Isso quer dizer que em torno dos indivíduos existem múltiplas identidades e, à medida que os sistemas de significação e representações culturais se ampliam, também cresce o número de identidades possíveis. Diante disso, se mostra um mito a ideia de que uma identidade é unificada, completa; ao contrário, ela se movimenta ao longo da

vida dos indivíduos, dependendo dos contextos sociais em que estão envolvidos.

De Hall (2011), interessa-nos também a afirmação de que tratar da identidade é também trazer aspectos ligados ao pertencimento dos indivíduos a culturas étnicas, linguísticas, religiosas, bem como nacionais. Por outro lado, não há como distanciarmos as questões de identidade de questões de língua, visto que uma língua é uma expressão da cultura e, conseqüentemente, da identidade cultural de um povo.

Desse modo, podemos constatar que, guardadas as suas especificidades, do ponto de vista sociológico, as concepções de Bauman e, posteriormente de Hall, apontam para uma ideia de identidade centrada na modernidade líquida, na qual os sujeitos têm dificuldades cada vez maiores de se “encontrarem”, bem como de compreenderem a subjetividade do outro. Assim, ambos autores encaminham suas discussões em torno de uma espécie de crise de identidade, visto que não existe uma identidade que se apresente de forma fixa, principalmente pela fluidez que impera nas relações contemporâneas.

Já pensando acerca da relação entre língua, identidade e cultura, diante de uma perspectiva linguístico-discursiva, podemos recorrer a Bajtín / Voloshínov (1998), que no texto “*Que es el lenguaje?*”⁶⁷, afirmam que a linguagem é o material característico e particular da criatividade artística. Se apresenta como o menor sistema capaz de esclarecer um fenômeno, permitindo a observação do processo de formação e desenvolvimento do mesmo. Tanto a linguagem quanto a cultura estão relacionadas com a atividade laboral, a qual é apontada como a base do desenvolvimento cultural humano, conforme ressaltam os autores:

⁶⁷ O texto foi publicado originalmente em 1929 com o título de “*Chtó takoie iazik*”, no *Literatúrnaia Uchoba*, n. 2, em Leningrado.

Em la base del desarrollo cultural humano – la actividad laboral - existe la necesidad de unirse em grupo, em una comunidad que se crea com um entrecruzamento de tipo primitivo. Junto com el entrecruzamento de grupos humanos completos (externos; **tribales, estatales**; internos: **profesionales, de classe**), ilego además el entrecruzamento de elementos lingüísticos, que son distintos para cada reagrupación. Como resultado, el bagaje lexical se enriquece, aparecen las palabras **entrecruzadas**, constituidas por **algunos** elementos fundamentales. [...] Estos encadeamientos truncos son sentidos como palabras nuevas y completas, que pueden a su vez servir como base para lá formación de otras palabras. (BAJTÍN e VOLOSHÍNOV, 1998, p. 21, grifos dos autores).

Por essa ótica, podemos entender que não só a linguagem, mas também a cultura, são produtos da vida social dos homens diante da atividade laboral, ou seja, do trabalho, que fez com que surgisse a necessidade de comunicação entre os grupos que foram sendo formados. Pensando mais especificamente na linguagem (língua), enquanto um produto da vida social, temos nela um material que reflete não apenas o campo semântico e as formas gramaticais, mas, ao mesmo tempo, as condições em que os sujeitos produzem e se identificam uns com os outros no desenvolvimento da vida econômica e sócio-política das sociedades.

Segundo Bajtín/Voloshínov (1998), na história humana, a linguagem cooperou para criar os embriões da divisão das classes sociais e dos patrimônios da sociedade. Um exemplo dessa influência é o período da história da humanidade em que surgiram a propriedade privada e a formação do Estado, momento em que houve a necessidade da fixação jurídica das relações de propriedade que foram expressas a partir de uma língua oficial. Conforme os autores, de certo modo, a palavra veio sacramentar, com sua autoridade “mágica”, as leis vantajosas para uma minoria, favorecendo a sujeição das maiorias. Portanto, a linguagem está intimamente ligada às relações de produção, funcionando como um elemento que assinala a sociedade de classes e configura a identidade dos sujeitos.

Estabelecendo algumas relações entre a abordagem proposta por Bajtín/Voloshínov e por Bauman e Hall, faz-se necessário dizer que há dois pontos aos quais precisamos dar destaque à teoria de Bajtín/Voloshínov:

a) a questão da luta de classes e as relações entre língua e estratificação social;

b) a importância que os autores atribuem língua para configurar as relações simbólicas que se constituem nas relações de produção.

Seguindo as discussões do ponto de vista linguístico-discursivo, Orlandi (2002), no texto “*Identidade lingüística escolar*”, define identidade como um movimento na história, que não acontece sempre igual, está em constante deslocamento e transformação. Desse modo, pensar que a identidade é algo imóvel se trata de uma ilusão, entretanto, é uma ilusão necessária que parte do imaginário, assegurando a unidade indispensável para os processos identitários. Por outro lado, é preciso pontuar que assim como garante os processos identitários, a ideia de imobilidade da identidade se caracteriza como ponto de “ancoragem” para o preconceito e para a exclusão.

Essa relação, ao mesmo tempo, de unidade e dispersão, que se faz como um percurso na história, é algo indispensável para o campo discursivo e para as reflexões acerca de identidade, pois, se levarmos em conta, embora haja unidade na língua, há a dispersão pela diferença diante da forma que cada um fala. Nas palavras de Orlandi (2002, p. 204), “É preciso que haja uma unidade do sujeito, para que, no movimento de sua identidade, ele se desloque nas distintas posições: somos professores na universidade, somos pais e mães em casa, [...]”

Segundo a autora, os processos de identificação incidem ao mesmo tempo na configuração dos sujeitos e dos sentidos. Assim, dizemos que os mecanismos que produzem os sentidos são também aqueles de produção de sujeitos, pois:

[...] é nesse jogo entre a língua e a história que, ao produzirmos sentidos, nos produzimos como sujeitos. Somos pegos pelo real da língua e pelo real da história sem todavia termos acesso ao modo pelo qual a língua nos afeta nessa relação com a história. Identificamo-nos com certas idéias, com certos assuntos, porque temos a sensação de que eles ‘batem’ com algo que temos em nós. Ora este algo é o que chamamos de interdiscurso, o saber discursivo, a memória dos sentidos que foram se constituindo em nossa relação com a linguagem. Assim nos filiamos a redes de sentidos, nos identificamos com processos de significação e nos constituímos como posições de sujeitos relativas às formações, em face das quais os sentidos fazem sentidos. (ORLANDI, 2002, p. 206).

A produção de sentidos, enquanto trajetos simbólicos e históricos, constitui os processos de significação e também está relacionada aos sujeitos.

Dito de outro modo, ao significar o sujeito se significa, ou seja, os sentidos não existem distantes do sujeito. Logo, os processos de identificação estão relacionados com a produção simbólica e discursiva dos sujeitos e não há como conceber, ou melhor, pensar em identidade, sem considerar esta relação de sujeito e sentidos que se constituem ao mesmo tempo na e pela linguagem levando em consideração a língua afetada pela história.

A fim de ilustrar a discussão de Orlandi acima, trazemos um recorte⁶⁸ da fala de um sujeito catador, ao ser interpelado acerca do seguinte questionamento “Você é um bom falante da língua Portuguesa?”:

R5 - “Não, só burra. Desde que eu era mais pequena eu já não falava as coisa direito. Era as única matéria Português e Matemática que ia mal. E dai, às vezes, ainda eu falo erra, mas alguns dizem que é porque a mãe criou a gente não vindo pra cidade, a gente fico retirado, só prá fora. Não saia. Eu nasci e me criei lá na Abegay⁶⁹, nasci e me criei lá. A mãe não deixava a gente vim pro centro. E daí fiquemo lá. Daí tem muita coisa que eu não falo direito. Sô burra mesmo. Eu posso até tenta fala, mais não sai direitinho. [risos]. Não sai.” (Catador 5, maio de 2018)

Também diante dessa ótica, Gaelzer (2012, p.41), ao tratar da questão de identidade entre imigrantes alemães em sua tese, assinala que as identidades sociais são constituídas no discurso e por meio dele e a língua “[...] atesta a identidade do sujeito, ela diz como os sujeitos se estratificam no interior de uma nação”. Para amarrar as questões de língua e identidade, a pesquisadora utiliza uma passagem bíblica, mais especificamente de Lucas no Novo Testamento, em que próximo à festa da Páscoa, Jesus foi capturado no Monte das Oliveiras e levado à casa do príncipe dos sacerdotes, sendo exposto no meio do pátio, próximo a uma fogueira. Pedro acompanhou Jesus de longe durante todo o percurso e também sentou-se próximo à fogueira para observá-lo, porém negou que o conhecia, segundo podemos constatar no fragmento abaixo:

⁶⁸ O recorte foi retirado das entrevistas realizadas como os catadores em Cruz Alta – RS, nas quatro Associações dos Catadores de Materiais Recicláveis.

⁶⁹ Bairro da cidade de Cruz Alta que fica mais distante do centro. Concentra, em sua maioria, famílias de baixa renda.

Uma criada percebeu-o sentado junto ao fogo, encarou-o de perto e disse: “Também este homem estava com ele.” Mas ele negou-o: “Mulher, não o conheço.” Pouco depois viu-o outro e disse-lhe: “Também tu és um deles.” Pedro respondeu: “Não, eu não sou.” Passada quase uma hora, afirmava um outro: Certamente também este homem estava com ele, pois também é galileu. (BÍBLIA, Lucas, 22,56-58, 1988, p. 1380).

No trecho bíblico, o Apóstolo Pedro, ao ser perguntado por uma das criadas sobre sua procedência, responde de maneira breve, contudo, mesmo assim, sua fala de pescador da Galileia o denunciou, pois sua pronúncia era diferente, carregava marcas próprias de seu grupo. A passagem exposta consiste em uma materialização de como a língua representa um elemento de identificação e exposição, funcionando como uma espécie de distintivo que anuncia o pertencimento dos sujeitos a determinados grupos. Dito de outro modo, a língua “denunciou” a identidade de Pedro, “[...] na medida em que se inscreveu no grupo social de pescadores, de socialmente excluídos por terem pouca instrução e viverem em uma região atrasada do mundo judaico.” (GAELZER, 2012, p. 39).

Diante dessas reflexões, queremos trazer presente que o modo como falam os catadores de materiais recicláveis, os quais, assim como Pedro, pescador da Galileia, também são desaparelhados linguisticamente, os identifica como sujeitos de um mesmo grupo. Além disso, funciona, diante dos aparelhos que estão a serviço da ordem superestrutural, como um aspecto que define que lugar esses indivíduos devem ocupar na sociedade, ou seja, a periferia, a margem.

O contexto em questão nos remete ao texto de “*O mercado lingüístico*” de Bourdieu (1983), no qual o autor aponta para o aspecto de que as línguas integram aquilo que o autor chamou de mercado linguístico, no qual o poder de um indivíduo e da língua que fala podem influenciar e determinar a recepção. Cada produção linguística tem um determinado valor e, conforme o sociólogo, existe uma ligação bastante evidente entre os mecanismos de dominação política e os de formação dos valores linguísticos característicos de uma situação social específica. Além disso, assim como existem monopólios no mercado econômico, também é no mercado linguístico, sendo que o valor de cada produto linguístico é determinado pelas relações de forças que dominam

o mercado e determinam o valor dos mesmos. Em outras palavras, são as relações de força, dominantes do mercado, que fazem com que determinados produtores e produtos, ou seja, falantes e suas línguas, tenham mais ou menos valor, sejam mais ou menos aceitos pelo código que dominam.

A língua é um bem que representa poder, funciona como um instrumento de dominação, que junto a outros sistemas simbólicos, como a arte, a religião e as leis, conforme afirmam Bourdieu e Passeron (2008), na obra “*A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*”, se processa por meio de um poder invisível, isto é, um poder simbólico, o qual domina os sujeitos sem que percebam que estão assujeitados a ele e nem que usam dele para exprimir poder, mas que está sempre ali, lá, acolá, nas práticas linguísticas.

É neste contexto, que retomamos um conceito importante que não podemos deixar de trazer às discussões, o de violência simbólica. O termo é proposto por Bourdieu e, justamente, representa o tipo de violência que é exercida por aqueles que o autor chamou de sistemas simbólicos, entre os quais está a língua. Esses sistemas não impõem seu poder por meio da força física, mas ao contrário, exercem supremacia incidindo no sujeito pela violência psicológica ou moral. Tomando esta perspectiva, a violência simbólica reside no fato de que a classe economicamente dominante impõe, invisivelmente, sua cultura aos dominados por meio de símbolos, como por exemplo a língua, os quais têm função social e política e fazem parte do modo como representamos o mundo e a realidade.

Segundo Bourdieu (1989) registra em “*O poder simbólico*”, a cultura dominante contribui para integração fictícia da sociedade o que resulta na desmobilização das classes que são dominadas e incide na legitimação da ordem estabelecida pelos aparelhos ideológicos que estão a serviço da superestrutura. “As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses [...]” (p. 11). Além disso, impõem, por meio de estratégias de reprodução, o campo das tomadas de posições ideológicas, fortalecendo, dessa forma, dentro e fora da classe, a ideia de legitimidade da classe dominante, ou seja, pelo trabalho dos aparelhos ideológicos de Estado.

Dessa forma, a língua, enquanto um elemento constitutivo da identidade e um sistema simbólico, tem funções políticas, sociais e culturais, e consiste em um instrumento que legitima a dominação, assegurando a sobreposição de uma classe sobre a outra. Quando nossos sujeitos de pesquisa desculpam-se por não saberem a língua antes de falarem ou quando silenciam mesmo tendo oportunidade de fala⁷⁰, percebemos a materialização da violência simbólica.

O fato dos catadores serem desaparelhados linguisticamente não quer dizer que não tenham uma identidade e nem significa que, embora a forma como utilizam a língua explicita uma relação singular do sujeito com a língua posta como padrão ou como língua culta, que é apontada como constitutiva da nacionalidade brasileira, eles sejam “menos” cidadãos do que aqueles que dominam o vernáculo padrão. E, mesmo que saibamos que, por força das instituições, eles sejam pouco respeitados e, na maioria das vezes, nada reconhecidos pela forma com que se comunicam, isso não representa a inexistência de uma identificação enquanto grupo por meio da língua que usam.

1.7.1 Formas de subjetivação e identificação do sujeito a partir de M. Pêcheux

Em Análise de Discurso o sujeito é constituído pelo esquecimento daquilo que o determina. O processo de esquecimento, segundo Pêcheux (1995) afirma em “*Semântica e Discurso*”, não designa a perda de alguma coisa que se saiba e que foi esquecida, como quando se fala de “perda de memória”, mas funciona para o sujeito como uma ilusão de que este é a origem do seu dizer, que pode controlar os sentidos daquilo que diz e que há uma relação “natural” entre as palavras e as coisas.

Há dois tipos de esquecimento, os quais são estruturantes do discurso: o esquecimento número 1 e o esquecimento número 2, propostos por Pêcheux em “*Por uma análise automática do discurso*” (1990) e retomados em “*Semântica e discurso*” (1995). O esquecimento 1 é de ordem do ideológico e do inconsciente, e “[...] dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por

⁷⁰ Nos referimos ao episódio narrado por Dorneles (2011) no texto “*Discurso sobre a língua e a constituição da língua da escola*”, o qual abordamos anteriormente na seção 1.5.2

definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina.” (PÊCHEUX, 1995, p.173).

A partir desse esquecimento, o sujeito tem a ilusão de ser o “dono” daquilo que diz, entretanto, pelo funcionamento da ideologia, não se dá conta de que na verdade seu discurso não é “novo”. Dito de outro modo, pelo esquecimento 1, o sujeito acredita que os sentidos se originam nele, quando está apenas (re)dizendo algo já dito e, diante disso, as palavras não significam apenas aquilo que queremos, elas carregam redes de sentidos que são pré-existentes.

Já o esquecimento 2 é constituído no momento da enunciação e nos dá a ilusão da certeza de que aquilo que queremos dizer tem apenas uma forma de ser dito. É o esquecimento pelo qual “[...] todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina [...] formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase [...].” (PÊCHEUX, 1995, p.173). Dito de outro modo, a partir de nossas escolhas discursivas, esse esquecimento nos dá a impressão de que aquilo que dizemos só pode ser dito daquela maneira, como se houvesse uma ligação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo.

No texto “*A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas [1975]*”, Pêcheux e Fuchs (1990, p. 166), afirmam que a partir da interpelação ideológica o sujeito é conduzido, sem que se dê conta disso, e tomado pela impressão de que está agindo segundo sua vontade, “[...] **a ocupar o seu lugar** em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção [...].⁷¹ (grifos dos autores). Os autores tomam a questão da interpelação do sujeito pela ideologia, de Louis Althusser (1992, p. 104), que, na obra “*Aparelhos ideológicos de Estado*”, ressalta que “[...] o indivíduo é

⁷¹ É importante trazer presente o que é assinalado pelos autores nas notas explicativas deste texto, especificamente a partir do exposto na nota de número 6: “A ideologia burguesa, como forma mais completamente desenvolvida, instrui-nos não apenas acerca do funcionamento da instância ideológica em geral, mas também sobre as formas históricas que a precederam. Todavia, não se deve projetar as formas burguesas de interpelação sobre as formas anteriores. Não é evidente, por exemplo, que a interpelação consiste sempre em aplicar sobre o próprio sujeito a sua determinação. A autonomia do sujeito como “representação da relação imaginária” é, de fato, estritamente ligada à aparição e à extensão da ideologia jurídico-política burguesa. Nas formações sociais dominadas por outros modos de produção, o sujeito pode se representar sua própria determinação como se impondo a ele na forma de uma restrição ou de uma vontade externa, sem que, para tanto, a relação assim representada deixe de ser imaginária.” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 237).

interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão, para que ele “realize por si mesmo” os gestos e atos de sua submissão.” (grifos do autor). Assim, segundo a perspectiva althusseriana, os sujeitos são constituídos por um processo de identificação plena com o Sujeito Universal, ou seja, trata-se daquilo que a AD denomina de assujeitamento, a partir do qual o sujeito não tem “controle” sobre o que diz ou pensa, justamente devido ao atravessamento da ideologia.

Mais tarde, já em “*Semântica e Discurso*”, Pêcheux (1995), retoma a discussão sobre a ideologia, ao abordar os fundamentos que permitem sustentar uma teoria materialista do discurso, ocasião em que remonta novamente a Althusser para aprofundar questões lacunares na teoria deste. Em sua discussão, Pêcheux esclarece que a ideologia não é o único elemento dentro do qual se efetiva a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social, haja vista que há também determinações econômicas que não podem ser ignoradas.

Segundo afirma Pêcheux (1995), todo o modo de produção se baseia em uma divisão em classes, a partir do princípio da luta de classes. Pensar nessa questão, tomando a ideologia, conforme proposto por Althusser (1992), significa entender que a luta de classes passa pelos aparelhos ideológicos de Estado (AIE) e, do mesmo modo, que a ideologia se presentifica no seio desses AIE por práticas que ganham existência material concreta. Assim, a instância ideológica existe sob forma de formações ideológicas na teoria althusseriana.

É importante observar, diante dessa conjuntura, que cada AIE contribui de maneira diferente para a reprodução e transformação das relações de produção, pois as propriedades “regionais”, isto é, as especializações na religião, na política, no direito, entre outras áreas, condicionam a importância dos Aparelhos, considerando o estado da luta de classes em cada formação social no interior dos aparelhos.

Feitas essas considerações iniciais, antes de prosseguirmos e, para que possamos mais tarde tratar das modalidades de tomada de posição do sujeito, é preciso abordar dois conceitos que são determinantes na Análise de discurso: formação ideológica e formação discursiva.

Antes de mais nada, convém destacar que os dois conceitos pressupõem o engendramento com a ideologia e permitem compreender o processo de produção de sentidos no discurso.

Pêcheux e Fuchs (1990), retomando Althusser, ressaltam que a formação ideológica (FId) se trata de um conjunto (complexo) de atitudes e representações que não seriam nem 'individuais' e nem 'universais', mas que se relacionam com as posições de classes que estão em conflito umas com as outras. Nas palavras dos autores, a FId é definida como “[...] um elemento [...] suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 166). As formações discursivas (FDs) intervêm enquanto componentes nas formações ideológicas (FIds) e, além disso, funcionam determinando o que pode e deve ser dito, diante de uma relação de lugares no interior de um AIE e de uma inscrição em uma relação de classes.

Acerca do conceito de formação discursiva é importante registrar que, assim como outras categorias da Análise de Discurso, sua definição foi sendo repensada por Pêcheux com o passar do tempo e, até hoje, não há um conceito unânime entre os pesquisadores da AD. Entretanto, convém destacar que, inicialmente, essa noção foi formulada por Michel Foucault (1997) na obra “*Arqueologia do saber*”⁷². Em sua definição, Foucault (1997, p. 43) propõe que uma FD se estabelece quando, diante de um certo número de enunciados, “[...] e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade [...] diremos, por convenção, que se trata de uma **formação discursiva** [...]” (grifos do autor). Dessa forma, a definição do autor para FD está relacionada, diante de um certo número de enunciados tomados em um sistema de dispersão, à possibilidade de estabelecer um conjunto semelhante a partir de determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. As regras de formação a que estão submetidos os elementos desse sistema de dispersão

⁷² Para fins deste estudo estamos trabalhando com uma tradução desta obra para o Português, contudo é importante registrar que o seu título original é “*L'archéologie du savoir*”, cujo lançamento se deu em 1969 na França.

são as condições de existência, mas também de coexistência, de modificações e de desaparecimento de uma determinada forma de repartição discursiva.

Pêcheux (1995), em “*Semântica e Discurso*”, mesmo sem mencionar a obra de Foucault, vem propor a sua noção de formação discursiva⁷³ relacionando-a diretamente com a categoria de formação ideológica. Segundo essa ótica, a formação discursiva é então “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina **o que pode e deve ser dito** [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 1995, p. 160, grifos do autor). Dessa forma, o conceito proposto por Pêcheux, introduz a condição da ideologia e os fundamentos que instituem o sujeito como princípios organizadores da formação discursiva.

Segundo afirma Zandwais (2012c, p. 51) no texto “*Reconfigurando a noção de Formação Discursiva: deslocamentos produzidos a partir de um contraponto*”, como para Pêcheux não há ritual sem “falhas,” a relação do sujeito com as formações discursivas com as quais se reconhece “[...] podem ser de dúvida, de questionamento, de contestação dos saberes destas Fds [...]” e, isso, “[...] vem a caracterizar novas possibilidades de relação do sujeito com as Fds, e, desse modo, novas formas de produção de sentido, que lhe permitem re-simbolizar o já simbolizado.”

Desse modo, assim como as relações do sujeito com as formações discursivas em que se reconhece podem ser de dúvida, de questionamento e contestação, os sentidos também não são estáveis. Isso, porque conforme Pêcheux (1995), as palavras não têm sentidos que lhe sejam próprios, presos à literalidade. Seus sentidos, determinados ideologicamente, são dados a partir das formações discursivas em se inscrevem. Para ilustrar a instabilidade dos sentidos dentro de uma mesma FD podemos tomar a palavra “lixo”, nos recortes abaixo, que se reportam a entrevistas realizadas com catadores de materiais recicláveis:

⁷³ É importante dizer que primeiras formulações de Pêcheux sobre a noção de formação discursiva estão no texto “*A propósito da Análise Automática do Discurso (1975)*”, o qual tem a coautoria de Catherine Fuchs.

R6: “[...] *credo como que tu pode trabalha com lixo[...]?*” (Catador 2, maio de 2018, grifo nosso)

R7: “[...] *porque aquilo pro pessoal lá fora é lixo pra nós é material, gera renda né.*” (Catador 7, maio de 2018, grifo nosso)

Em R1, a palavra “lixo” aciona uma rede de sentidos que remetem a algo que é “resto de algo”, detrito, retomando àquilo que não tem mais condições de ser aproveitado e, portanto, no sentido pejorativo que a palavra pode ter e que é asseverado pelo uso da expressão “credo”, a qual remete ao preconceito que as pessoas têm em relação ao lixo.

Já em R2, a palavra “lixo” assume mais de um sentido: a) remonta ao dejetivo; b) remonta ao material reciclável, a algo que serve como alternativa para que muitas pessoas obtenham renda.

Como é possível perceber neste simples gesto analítico, uma palavra pode, mesmo dentro da mesma FD, retomar sentidos diferentes, “[...] *segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido[...] em referência às **formações ideológicas** [...] nas quais essas posições se inscrevem.” (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifos do autor). Portanto, as palavras não carregam um sentido que lhes seja próprio, ao contrário, o sentido se constitui nas relações (históricas) que elas mantêm com outra palavra ou expressões dentro da FD, haja vista que cada momento de enunciação é único, ou seja, as condições de produção de cada palavra/enunciado não são as mesmas, e o que existe é apenas um efeito de evidência de sentido único, de transparência, como se não houvesse outro possível. Dito de outro modo, as palavras assumem sentidos no discurso e, em cada nova enunciação, os sujeitos atualizam esses sentidos, pois as palavras são ditas em novas condições e contextos.

É importante dizer que, assim como as palavras e expressões podem mudar de sentido, também pode ocorrer o inverso, ou seja, palavras e expressões diferentes no interior de uma mesma FD podem ter sentidos aproximados.

Para efeito das análises desta pesquisa, cujo *corpus* é constituído por discursos dos catadores de materiais recicláveis que atuam na cidade de Cruz

Alta-RS, organizados pelo projeto “Profissão Catador: entre o viver e sobreviver do lixo”, chamaremos a Formação Discursiva de Referência⁷⁴ (FDr) como Formação Discursiva do Catador (FDC), na qual há circulação de saberes tanto relacionados à historicidade do ofício da catação, que remetem a um sujeito discriminado, marginalizado, analfabeto, constituindo, em nosso delineamento, a forma-sujeito da FD, quanto saberes relativos a um sujeito que, ao integrar o Projeto “Profissão Catador”, passa a ter contato, mesmo que de forma superficial, com saberes do associativismo e formação política. É justamente essa multiplicidade de saberes que é constitutiva da heterogeneidade da FDC.

Portanto, nossa proposta é de que a FDC articula saberes de classe, profissionais, sindicais, políticos e linguísticos e dizeres de sujeitos que têm como fonte de sobrevivência o fato de catar materiais recicláveis, mas que têm relações diferentes tanto com o trabalho de catação quanto com a língua. Essas diferentes relações permitem compreender a própria condição de heterogeneidade da FD.

Do ponto de vista do trabalho, é preciso considerar que a catação envolve desde coletores de latas de alumínio (recipientes de bebidas), catadores de materiais recicláveis autônomos, até os catadores de materiais associados ao Projeto.

Além disso, também podemos levar em consideração que, entre os associados, há aqueles que têm a catação como uma profissão e há aqueles que pretendem permanecer nesse trabalho somente até ter oportunidade em outro ramo. Se pensarmos na relação dos investigados de nossa pesquisa com a língua, também notamos a heterogeneidade, ao menos do ponto de vista de permanência na escola, pois como dito na seção de Apresentação deste trabalho, as associações têm desde catadores que tiveram pouco ou nenhum contato⁷⁵ com a Escola até aqueles que concluíram o Ensino Médio⁷⁶.

⁷⁴ Tomamos o termo Formação Discursiva de Referência (FDr) de Courtine (2014), na obra *“Análise do discurso político: o discurso endereçado aos cristãos”*. Estamos usando a versão deste texto em sua tradução para o português. O texto foi publicado originalmente em 1981, em Paris, sob o título *“Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours: à propos du discours communiste adressé aux chrétiens”*, na Revista *Langages*. Conforme o autor, a relação dos discursos e dos dizeres são regradas a partir das posições em que os sujeitos se inscrevem, nas quais estabelecem-se os jogos de repetição, aliança, confronto, reformulação, etc, norteados pelas formações discursivas de referência (FDr).

⁷⁵ Podemos tomar como exemplo os Catadores 4 e 5 – Anexo III.

⁷⁶ A exemplo do Catador 10 – Anexo III.

Dito isso, passemos a pensar no modo como o sujeito se relaciona com os diferentes saberes que circulam em uma determinada formação discursiva. É sempre pertinente ratificar que em AD a interpelação do indivíduo em sujeito do discurso se dá por meio da identificação do sujeito com a FD e, do mesmo modo, é dentro da formação discursiva que os sentidos se constituem por meio das formas como o sujeito se reconhece frente às práticas e saberes.

A inscrição do sujeito em uma determinada FD se dá a partir do preenchimento do sujeito por aquilo que Pêcheux (1995) chama de forma-sujeito, ou seja, trata-se do sujeito do saber de uma formação discursiva na terminologia de Courtine (2014)⁷⁷.

É, portanto, a partir da forma-sujeito do discurso que se reconhece, dentro da FD, as práticas e saberes que identificam os modos de subjetivação do sujeito. Dito de outro modo, na prática discursiva, a interpelação do sujeito em sujeito do discurso, supõe, segundo Pêcheux (1995), um desdobramento do sujeito em locutor e forma-sujeito, sendo que um representa o “locutor”, ou seja, o “sujeito da enunciação”, já o outro, representa o chamado “sujeito universal”.

Entretanto, é importante pontuar, segundo explica Zandwais (2003b), no texto *“A forma-sujeito e suas modalidades de subjetivação”*, que para Pêcheux o desdobramento do sujeito entre o sujeito universal e o sujeito-enunciador não é simples e nem mesmo homogêneo, haja vista que este passa a ser representado por diferentes modalidades de recobrimento/ subjetivação. De acordo com a autora essas modalidades de subjetivação permitem que seja possível apresentar aspectos dessa relação que denomina complexa e, metodologicamente, dividida, o que permite “[...] ser possível, a um mesmo sujeito, colocar-se sob diferentes formas da “captura” ao longo de sua história.” (ZANDWAIS, 2003b, p. 5). Dessa forma, por essa perspectiva, a partir do desdobramento entre “sujeito da enunciação” e “sujeito universal”, o sujeito pode relacionar-se com os saberes da FD de modos distintos.

Na primeira modalidade há o que o Pêcheux (1995) chama de superposição entre sujeito da enunciação e sujeito universal (sujeito do saber). Assim, a tomada de posição do sujeito se dá pelo seu assujeitamento sob a

⁷⁷ Na obra *“Análise do discurso político: o discurso endereçado aos cristãos”*.

forma do “livremente consentido”. É sujeito a que Pêcheux chama de bom sujeito, pois ele se identifica plenamente com o sujeito do saber da formação discursiva. Para ilustrar essa modalidade, trazemos um recorte dos questionamentos feitos aos catadores:

R8- *“Então chamavam a gente: Ah! O que que quer com **esse lixeiro aí?**”* (Catador 1, maio de 2018, grifos nossos)

O recorte ilustra, justamente, essa superposição do sujeito da enunciação e do sujeito universal da Formação Discursiva Catador, cuja forma-sujeito, como já assinalado acima, remete a saberes relacionados à historicidade do ofício da catação, portanto a um sujeito discriminado, marginalizado. Ou seja, o sujeito catador reconhece-se na figura “esse lixeiro aí”.

A segunda modalidade de desdobramento Pêcheux (1995) denomina de “mau sujeito”, pois nessa tomada de posição o sujeito do discurso se contrapõe ao sujeito universal da FD, assinalando a heterogeneidade ou, nas palavras do autor, “[...] **o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal** [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 215, grifos do autor). Existe, portanto, um distanciamento entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito da formação discursiva, o que leva-o a contraidentificar-se com esta. O recorte pode ser tomado como um exemplo em que ocorre esse desdobramento:

R9- *“A gente é **importante porque protege o meio ambiente né, tiremo um bom, porque aquilo pro pessoal lá fora é lixo pra nós é material, gera renda né.**”* (Catador 1, maio de 2018, grifos nossos)

Conforme pode-se observar acima, no dizer desse catador não há mais a superposição do sujeito da enunciação e do sujeito universal da FDC, haja vista que ele reconhece sua importância para a sociedade “*porque protege o meio ambiente*”. Além disso, na fala “*porque aquilo pro pessoal lá fora é lixo pra nós é material*”, nota-se uma mudança de designação, de “lixo” para “material” (material reciclável), demonstrando que o catador não se reconhece como lixeiro, mas como um sujeito que trabalha com materiais recicláveis. Portanto,

esse sujeito do discurso se contraindifica com a forma-sujeito da Formação Discursiva do Catador, pois questiona os saberes da forma-sujeito da FD, ligados à discriminação e marginalização do ofício da catação.

A terceira modalidade da tomada de posição, a qual, conforme Pêcheux (1995), funciona sob a designação de desidentificação, seria como uma interpelação da ideologia ao contrário, com deslocamento da forma-sujeito que passa a se desidentificar com o sujeito universal, podendo se filiar a outra FD. Essa modalidade “[...] constitui um **trabalho** (transformação-deslocamento) **da forma-sujeito** e não a sua pura **anulação**. (PÊCHEUX, 1995, p. 217, grifos do autor).

E, conforme observa Zandwais (2009, p. 36), no texto, intitulado “*Perspectivas da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso*”⁷⁸, essa modalidade de subjetivação do sujeito “[...] configura tanto a identidade do sujeito da prática política revolucionária, como as formas através das quais ele intervém sobre os universos logicamente estabilizados.” A prática revolucionária a que se refere a autora é um processo de ruptura, de desarranjo e rearranjo de saberes que se reorganizam em “outro sítio ideológico”, isto é, em outra formação discursiva. Na sequência, a partir de um recorte em que o catador relata como é feita a negociação dos materiais pelas associações, ilustramos essa terceira modalidade de desdobramento do sujeito:

R10- “**A gente pesquisa os compradores. Nós aqui que lidemo com isso. Eles⁷⁹ não se metem com isso.**” (Catador 11, maio de 2018, grifos nossos)

A partir do recorte é possível observar um sujeito que já é “dono” do seu trabalho, que discute/busca a partir da sua associação a negociação daquilo que cata e separa, ou seja, já se sente autônomo para negociar o “valor” por aquilo que faz. O fragmento faz circular saberes do associativismo, da união de forças para resolução daquilo que está relacionado ao trabalho, ideia que é

⁷⁸ O presente texto é a transcrição de palestra proferida pela Dra. Ana Zandwais durante a Aula Magna que marcou a inauguração da sede do Laboratório Corpus - Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem, vinculado do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, em maio de 2008 e publicada em 2009.

⁷⁹ Referência aos monitores e demais colaboradores do Projeto Profissão Catador e da Inatecsocial.

ratificada por expressões como “a *gente*” e “*nós*”. Este breve gesto analítico nos leva a pensar, a partir daquilo que propõem Pêcheux, que esse sujeito já se reconhece como profissional e associado e está rompendo com a FDC e passando a inscrever-se em outra formação discursiva, que em um primeiro momento, chamaremos de Formação Discursiva do Catador Associado (FDCA).

Dessa forma, para efeito de fechamento desta seção é importante ratificar que falar em modos de subjetivação do sujeito em Michel Pêcheux é, desde sempre, trazer presente a ideologia. É também admitir que os sentidos são construídos a partir da fala do outro, de um já-dito, que atravessa o discurso atual a partir da memória.

2 O FUNCIONAMENTO DA IDEOLOGIA: UM CONTRAPONTO DO CAMPO TEÓRICO PARA AS PRÁTICAS

*Todos os aparelhos ideológicos de Estado, sejam eles quais forem, concorrem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de **exploração** capitalistas; [...] um Aparelho de Estado desempenha efetivamente o papel dominante, embora ninguém ou quase ninguém preste atenção à sua música, tão silenciosa ela é! Trata-se da **Escola**. (ALTHUSSER, 1999, p. 167-168, grifos do autor).*

2.1 O funcionamento da ideologia em Althusser

Para discutir acerca da ideologia em Louis Althusser e de seu entrelaçamento com o discurso, antes de mais nada, é preciso delimitar qual é o entendimento do termo para o autor. Este percurso também é importante para que posteriormente possamos compreender seu funcionamento nas práticas sociais inscritas em instituições concretas, ou seja, a sua existência material no seio dos Aparelhos ideológicos de Estado.

No texto “*Aparelhos Ideológicos de Estado*”⁸⁰, Althusser (1992) afirma que o termo ideologia, inicialmente, tinha como objeto a teoria das ideias⁸¹ e, nos anos de 1850, teria sido retomado por Marx, o qual, mesmo em suas escritas da juventude, lhe concedeu um sentido distinto. Nesse primeiro olhar marxista, a ideologia estaria ligada a “[...] um sistema de idéias, de representações que domina o espírito do homem ou de um grupo social.” (ALTHUSSER, 1992, p. 81). Entretanto, segundo o Althusser (1992), a própria luta político-ideológica de Marx fez com que ele revisse esse entendimento inicial para o termo.

⁸⁰ O texto que estamos usando como referência integra a seguinte obra: *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 6. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

⁸¹ Althusser refere que o termo ideologia teria sido inventado pelos filósofos franceses Pierre Jean George Cabanis, Destutt de Tracy e seus amigos. (ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. In: _____. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 6. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

Conforme pontua Althusser (1992), Marx viu a ideologia como uma espécie de *bricolage*, ou seja, algo construído a partir da união de fragmentos e assevera que em *A ideologia Alemã*, a ideologia não tem história. Esta tese, segundo o ponto de vista althusseriano, seria puramente negativa, conforme exposto em *Aparelhos Ideológicos de Estado*:

Na ***Ideologia alemã*** a tese de que a ideologia não tem história é portanto uma tese puramente negativa que significa ao mesmo tempo que;

1. – a ideologia, não é nada mais que um puro sonho (fabricada não se sabe por que poder a não ser pela alienação da divisão do trabalho, porém esta determinação é uma determinação **negativa**).
2. – a ideologia não tem história, o que não quer dizer que ela não tenha uma história (pelo contrário, uma vez ela não é mais do que o pálido reflexo vazio invertido da história real) mas que ela não tem uma história **sua**. (ALTHUSSER, 1992, p. 84, grifos do autor).

A tese defendida por Althusser é, portanto, diferente daquela expressa em “*A ideologia Alemã*”. O autor afirma, a partir de seus estudos a respeito dos Aparelhos Ideológicos de Estado, que as ideologias têm uma história própria e, ao mesmo tempo, acredita que também pode sustentar “[...] que a ideologia de modo geral não tem história, não em um sentido negativo (o de que a sua história está fora dela), mas num sentido totalmente positivo.” (ALTHUSSER, 1992, p. 84), isto porque considera que as ideologias têm estrutura e funcionamento, os quais fazem com que ela tenha uma realidade não-histórica, ou seja, está onipresente em todos os momentos da sociedade. Em outras palavras, isso significa que ao afirmar que ideologia é eterna, o autor refere-se a algo que transcende toda a extensão da história, não do ponto de vista temporal, mas diante da ideia de presença e funcionamento em cada momento da sociedade classes.

Dessa forma, como o próprio Althusser (1992, p.85) registra em “*Aparelhos Ideológicos de Estado*”, para simplificar a expressão, assinala que o termo ideologia em geral designa “[...] a ideologia propriamente dita, que conforme o dissemos não tem história, [...] é eterna, onipresente sob sua forma imutável, em toda a história (= a história das formações sociais de classe.”. Para tratar aquilo que considera central a respeito da estrutura e funcionamento da ideologia, o autor apresenta duas teses. A primeira aborda a

ideologia enquanto representativa da “[...] relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.” (ALTHUSSER, 1992, p. 85). Essa tese aponta para a perspectiva de que a ideologia não reflete o mundo real, ela é representativa de uma relação imaginária entre os sujeitos para o mundo. Assim, como há diferentes ideologias, por exemplo a ideologia jurídica, a política, a moral, a religiosa, há diferentes representações da realidade imaginária. Já a segunda tese é a de que a ideologia tem existência material e se presentifica em diferentes práticas no seio dos AIE. Dito de outro modo, a sua existência material se efetiva em práticas sociais inscritas em instituições concretas, as quais são reguladas por rituais no seio dos Aparelhos.

Cabe destacar, diante deste quadro, que essas práticas sociais só existem por meio da ideologia, que é constitutiva dos indivíduos concretos em sujeitos. Há, portanto, uma dupla articulação, haja vista que, ao mesmo tempo em que a ideologia é constitutiva dos sujeitos concretos é também a “base” para o funcionamento de suas práticas, conforme apontado em *“Aparelhos Ideológicos de Estado”*:

[...] a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta distinção da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela **categoria de sujeito** e de seu funcionamento. [...] a categoria de sujeito é constitutiva de toda a ideologia, mas, ao mesmo tempo, é imediatamente, - acrescentamos **que a categoria de sujeito não é constitutiva de toda a ideologia, uma vez que toda ideologia tem por função (é o que a define) “constituir” indivíduos concretos em sujeitos**. É neste jogo de dupla constituição que se localiza o funcionamento de toda a ideologia, não sendo a ideologia mais do que o seu funcionamento nas formas materiais de existência deste mesmo funcionamento. [...] Tomando um exemplo bastante “concreto”, quando nossos amigos batem à nossa porta, quando perguntamos, através da porta fechada, “quem é?” eles respondem (“é evidente”) “sou seu!” Com efeito reconhecemos que “é ele” ou “é ela”. Abrimos a porta, e “verdadeiramente era ele quem batia”. [...] Por este preâmbulo e estas ilustrações concretas, que assinalar que você e eu já somos **sempre** sujeitos e que, enquanto tais, praticamos interruptamente os rituais do reconhecimento ideológico, que garantem que somos de fato sujeitos concretos [...]” (ALTHUSSER, 1992, p. 93-95, grifos do autor).

A ideologia, portanto, é responsável por interpelar os indivíduos em sujeitos concretos. É a condição de existência dos mesmos, pois o sujeito não vive fora da ideologia e toda a sua relação de pertencimento se dá por meio dela. Faz-se necessário ressaltar, sobretudo, que a ideologia não se reduz ao

universo das ideias, visto que se efetiva, como já assinalado, nas práticas sociais inscritas em instituições concretas, por isso dizemos que ela tem existência material e funciona através da regularidade de rituais no seio dos AIEs.

Althusser (1999, p. 163) registra no texto “*A propósito das relações de produção*”, que “Todos os Aparelhos de Estado funcionam, simultaneamente, por meio da repressão e por meio da ideologia [...]”. Entretanto, há uma diferença entre o Aparelho repressor de Estado (ARE)⁸² e o Aparelho Ideológico de Estado (AIE)⁸³. O ARE funciona por meio da repressão, garantindo, a partir da força, seja ela física ou não, ou seja, por meio da violência, ordens e proibições administrativas, que geram as condições necessárias para a reprodução das relações de produção. Além disso, através da repressão, garante as condições políticas essenciais para o funcionamento dos AIEs, as quais tem seu funcionamento predominantemente a partir das ideologias a que servem.

Conforme Althusser (1999), existem, nas formações sociais capitalistas contemporâneas, um número grande de Aparelhos ideológicos de Estado, dentre os quais podemos citar o Aparelho religioso, o Aparelho escolar, o Aparelho familiar, o Aparelho sindical, o Aparelho político, o Aparelho da informação, etc. Cabe ressaltar, que no regime feudal, o Aparelho ideológico religioso exercia papel dominante, sendo responsável não apenas por funções religiosas, como também escolares e, em grande parte, funcionando como uma espécie de filtro para o acesso à informação e à “cultura” da população. Nesse contexto, convém lembrar que no período em questão, a Igreja já se configurava como uma instituição econômica de suma importância, já que era parte integrante das formas de exploração do campesinato pelos senhores feudais. Contudo, de acordo com o que podemos acompanhar em “*A propósito das relações de produção*”, a partir da emergência da sociedade industrial e dissolução do feudalismo, no final do século XVIII e início do século XIX, a expressividade da Igreja, enquanto AIE mais importante, foi perdendo força:

⁸² Usaremos a sigla ARE para designar o Aparelho repressor de Estado.

⁸³ O termo Aparelhos ideológicos de Estado será representado pela sigla AIEs.

Toda a luta ideológica do século XVI ao século XVIII, desde o primeiro abalo provocado pela Reforma, concentrou-se em uma luta anticlerical e anti-religiosa, em função da posição **absolutamente dominante** do Aparelho ideológico de Estado religioso. A Revolução francesa teve, antes de tudo, como objetivo e resultado não só a transferência do poder do Estado da aristocracia feudal para a burguesia capitalista-comercial, assim como a destruição do antigo Aparelho repressor de Estado e sua substituição por um novo (por exemplo, as Forças Armadas nacionais populares), mas também o ataque ao Aparelho ideológico de Estado nº 1: **a Igreja**. Daí, a constituição civil do clero, a confiscação dos Bens da Igreja e a criação de novos Aparelhos ideológicos de Estado para substituir o Aparelho ideológico de Estado religioso **no desempenho do seu papel dominante**. (ALTHUSSER, 1999, p. 165-166, grifos do autor).

Desse modo, a Igreja, que tinha posição de comando enquanto Aparelho ideológico de Estado até o século XVIII, teve seu poder enfraquecido, dando lugar, segundo Althusser (1999), a outro Aparelho Ideológico de Estado que passou a assumir um dos papéis dominantes nas formações capitalistas, o Aparelho ideológico Escolar. Para o autor, este AIE, juntamente com a família, substituiu o par igreja-família.

Ao explicar sua tese sobre o novo Aparelho ideológico dominante, Althusser (1999) afirma que o funcionamento do AIE Escolar se organiza a partir de rituais pedagógicos, que se apresentam aos indivíduos desde o Maternal e seguem nos demais anos de ensino, representados por componentes curriculares como cálculo, história natural, ciências, literatura, os quais estão embasados em saberes que atendem aos interesses das classes dominantes. Precisamos também pontuar, que há oportunidades, como é o caso da Moral e Cívica e da Filosofia, em que as ideologias dominantes se apresentam sem máscaras, ou como o autor aponta “[...] em estado puro [...]” (ALTHUSSER, 1999, p. 168). A disciplina de Moral e Cívica⁸⁴, por exemplo, foi criada durante o período de Ditadura Militar, a partir do Decreto-lei nº 869⁸⁵, de 12 de setembro de 1969 e funcionava por meio de práticas escolares que tinham como tema central a educação cívico-patriótica e moral. O objetivo era controlar, política e ideologicamente, as escolas, tendo em vista a formação de

⁸⁴ A íntegra do texto desta lei está disponível no seguinte endereço: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10869.htm>.

⁸⁵ A disciplina de Moral e Cívica permaneceu no currículo oficial em todos os níveis de ensino por 24 anos, até 1993, quando foi revogada pela Lei nº 8.663.

um “espírito nacional” e a uniformização de comportamentos de crianças e jovens para a “preparação” dos mesmos à idade adulta, a partir do cultivo de valores morais de um “bom cidadão”, como a passividade, a obediência e o respeito à instituição familiar.

Corroborando com as ideias de Althusser, Bourdieu e Passeron (2008), ao examinarem o sistema de ensino francês em “*A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*”⁸⁶, destacam que a escola atua de maneira disfarçada, indiretamente, por meio de uma ação pedagógica que consiste em uma violência simbólica, visto que as ideologias se materializam pela imposição de um poder arbitrário que coloca em perspectiva valores culturais das classes dominantes. Os autores afirmam que o sistema escolar cumpre duas funções imprescindíveis na sociedade capitalista em que estamos inseridos: o de reprodutor da cultura e o de reprodutor da estrutura de classes. Há que se somar à escola a ação dos seus agentes, isto é, do corpo professoral, como colaboradores da reprodução social.

Segundo explicam Bourdieu e Passeron (2008), o trabalho pedagógico (TP) a partir do qual acontece a ação pedagógica (AP) dominante tem sempre a função primordial de manter “a ordem social”, ou seja, reproduzir a estrutura das relações de forças entre grupos ou classes, por meio da inculcação ou da exclusão, impondo aos seus membros o reconhecimento e legitimação da cultura dominante. Além disso, de formas variáveis, também cumpre o papel de fazer com que os sujeitos interiorizem disciplinas e censuras, as quais servem aos interesses das classes dominantes tanto do ponto de vista material quanto simbólico.

A ação da escola por meio do ensino de conteúdos e a repetição de rituais, como o sinal para entrada, saída e intervalo, a disposição das classes, as provas, não despertam a atenção dos indivíduos, visto que não se usam da força física, contudo a ideologia está sempre lá, revestindo ou se manifestando visivelmente nos ensinamentos e processos educativos. Sobre os rituais é importante dizer que, por serem sistemáticos, massificam os comportamentos e garantem a reprodução das condições de produção.

⁸⁶ A obra foi publicada originalmente em francês, no ano de 1970, pela Les Éditions de Minuit, com o título “*La reproduction – Éléments pour une théorie du système d’enseignement*”.

Portando, o funcionamento da ideologia no seio do AIE Escolar, já sabemos, se dá desde que a criança ingressa no Maternal e segue por todos os demais níveis de ensino, inclusive o superior. Entretanto, cabe lembrar que há um grande percentual de indivíduos que fica na “metade do caminho”, ou seja, não completa seus estudos, nem sequer os primários, como é caso de grande parte dos sujeitos desta pesquisa. Sem falar daqueles que nem chegam a frequentar a escola, são excluídos do processo antes mesmo de chegarem até ele. E, esses sujeitos, que tiveram pouco ou nenhum contato com a escola, acabam servindo como força de trabalho, explorados pelo modo de produção capitalista e reforçando a reprodução da estrutura de classes.

Retornando ao texto “*A propósito das relações de produção*”, para ilustrar o contexto que acabamos de trazer, no momento em que situa o Aparelho Escolar como aquele que passa a ocupar lugar dominante frente à Igreja, Althusser (1999) ressalta que próxima da idade de quatorze anos, uma quantidade grande de crianças acaba indo para a “produção”, isto é, passam a constituir os operários e os camponeses que irão engrossar o contingente que serve aos interesses da mais-valia. Uma outra parcela segue na escola por um pouco mais de tempo. São aqueles, que conforme o autor, ocupam os cargos de pequenos e médios empregados e pequenos burgueses. Apenas uma pequena parcela chega ao “topo”, ou seja, conclui os estudos, os quais tornam-se subocupados ou semidesempregados intelectuais, fornecem os agentes de exploração e de repressão. Além disso, neste grupo estão os profissionais da ideologia que se apresentam em duas categorias, os que realizam doutrinação religiosa, como os padres, pastores, rabinos; e, os agentes da prática científica, grupo em que estão educadores, professores, psicólogos, sociólogos, etc.

Althusser (1999) afirma que embora existam outros Aparelhos ideológicos, como por exemplo o Familiar, nos quais os indivíduos aprendem uma série de virtudes, que em alguns momentos podem ser até contrastantes (modéstia, resignação, cinismo, desprezo, entre outras), o Aparelho Escolar está presente na vida das pessoas durante várias horas por dia.

[...] nenhum Aparelho ideológico de Estado dispõe, durante **um número tão grande de anos**, da audiência **obrigatória** (e, realmente, por menos importante que isso seja, **gratuita**...) 6 dias em um total de 7, durante 8 horas por dia, **da totalidade das crianças da formação social capitalista**. (ALTHUSSER, 1999, p. 169, grifos do autor).

O fato de estar presente quase que na totalidade dos dias da semana e durante muitas horas por dia, certamente, é determinante para que o Aparelho Escolar tenha passado a ocupar uma posição de dominação. Evidentemente, que devido ao fato do sistema de ensino atual obrigar que as crianças comecem a frequentar a escola cada vez mais cedo, quando são mais vulneráveis, facilita o funcionamento da ideologia que, inicialmente reveste as propostas lúdicas das escolas de Educação Infantil, as quais “preparam” as crianças para os rituais e ensinamentos que receberão nas demais etapas de ensino.

Feitas estas importantes discussões acerca da escola enquanto um Aparelho ideológico de Estado, cabe, a partir daqui, voltarmos nossos olhares ao ensino da língua materna, refletindo como se dá o funcionamento da ideologia nesse processo. Queremos também discutir sobre quais seriam as práticas e documentos norteadores que têm sido utilizados pela escola como reguladores das práticas linguísticas. É, em torno desses questionamentos, que vamos desenvolver a seção seguinte.

2.1.1 O Aparelho ideológico Escolar como regulamentador das práticas linguísticas

A forma com que a escola vem ensinando e avaliando os conhecimentos dos alunos acerca da língua materna está servindo para, entre tantas coisas, dividir os corpos no espaço entre aqueles que sabem e os que não sabem a língua. Isso, se deve, em grande parte, porque o ensino é voltado à descrição estrutural da língua e aos saberes metalinguísticos sobre esta, privilegiando dessa forma, os estudos formais. Além disso, cabe pontuar que, os instrumentos avaliativos, ou seja, a forma com que o conhecimento a respeito da língua materna é “cobrado” nas avaliações escolares, também potencializa

a ação da escola enquanto um Aparelho ideológico de Estado que atende aos interesses das classes dominantes na luta de classes.

Da mesma forma que trabalha demarcando internamente aqueles que sabem e os que não sabem a língua materna, a escola também atua fora do ambiente escolar incidindo sobre o imaginário dos sujeitos, que pelo fato de terem pouco ou nenhum contato com a língua escolarizada, reproduzem nos seus discursos esse processo de exclusão. Podemos, novamente, tomar como exemplo, os catadores de materiais recicláveis, que como já dissemos, ao usarem a língua incorrem em enunciados através dos quais se desculpam por não saberem falar porque não foram à escola ou porque não se julgam capazes de negociar o material que catam com aqueles que tiveram oportunidade de frequentar e permanecer na escola e que imaginariamente estariam autorizados a falar e a usar a língua, ao contrário dos que não tiveram oportunidade.

As reflexões de Bourdieu e Passeron (2008) em “*A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*” vão justamente ao encontro da reflexão que fizemos acima, já que, segundo os autores, o valor social dos diversos códigos linguísticos disponíveis em uma sociedade está relacionado à proximidade ou não das normas linguísticas impostas pela escola, fato que já materializa um modo de dominação simbólica. Além disso, é pelo domínio de um código hegemônico da língua que os sujeitos têm, conforme os pesquisadores, a sua primeira educação de classe, numa hierarquização social que é determinada e asseverada pelo conhecimento e domínio do código linguístico escolar.

Há, segundo Bourdieu e Passeron (2008), formas bem definidas de falar⁸⁷, o modo burguês e o vulgar, os quais são determinados, justamente, pela proximidade ou não da Escola. A língua dos representantes das classes burguesas, representada pela norma culta, só pode ser usada adequadamente por aqueles que, a partir da Escola, trouxeram para o domínio prático da linguagem um manuseio quase erudito desta, o que representa uma proximidade da norma linguística imposta nos critérios escolares reconhecidos

⁸⁷ Ressaltamos que esta proposta de Bourdieu e Passeron (2008) em “*A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*” trata das questões do sistema de ensino na França, mas entendemos que elas são totalmente concernentes e aplicáveis ao ensino da língua materna no Brasil.

de “correção” linguística. Assim, a escola se configura como um lugar em que o ideal é “falar como um livro”, ou seja, enquanto um espaço em que “[...] o único discurso plenamente legítimo é aquele que supõe, em cada um de seus momentos, todo o contexto de cultura legítima [...]” (BOURDIEU, PASSERON, 2008, p. 154).

Cabe destacar, que desde Aristóteles as qualidades da língua são colocadas em evidência. Segundo afirma Jakubinskij⁸⁸ (2015) na obra “*Sobre a fala dialogal*”, em seus estudos acerca da Teoria da Literatura, Aristóteles, enquanto um representante da Academia grega, distingue duas “qualidades” da língua nas produções poéticas: a clareza e a nobreza. A clareza seria conferida à língua concentrada em palavras e expressões simples e naturais. Já a nobreza estaria relacionada a expressões mais complexas, como por exemplo metáforas, empréstimos linguísticos e alongamentos, conferindo, assim, um tom mais refinado à língua. Diante disso, conforme ressalta Jakubinskij (2015), se por um lado Aristóteles assinala que o refinamento das expressões é uma característica inerente à linguagem poética, por outro, afirma que a presença da linguagem do cotidiano é necessária nesse tipo de manifestação, haja vista que ela torna a compreensão possível e clara. Dessa forma, ao contrapor a linguagem poética, refinada pelos empréstimos linguísticos, metáforas, à linguagem do cotidiano, clara e trivial, Aristóteles aponta para o fato de que, mesmo que a manifestação poética seja representativa da cultura letrada, ela não pode prescindir da linguagem do cotidiano⁸⁹. Além disso, ao construir tal contraponto, também podemos dizer que Aristóteles aponta para a heterogeneidade da língua, já que reconhece dentro das produções poéticas a presença de outras formas linguísticas, como a linguagem cotidiana.

⁸⁸ O russo Lev Petrovič Jakubinskij fundou, ao lado de Roman Jakobson, V. Shklovskij e Ju Tynianov, o formalismo russo, entretanto voltou seus estudos aos “processos vivos da fala”. Segundo afirma Irina Ivanova, no Prefácio da obra “*Sobre a fala dialogal*” (2015), de autoria de Jakubinskij, ele permanece pouco conhecido entre os estudiosos da Linguística, contudo teve um papel preeminente na linguística soviética nos anos de 1920 e 1930. Ainda de acordo com Ivanova, os estudos de Jakubinskij reapareceram na história a partir do interesse dos pesquisadores contemporâneos, tanto na Linguística quanto na Análise Literária, pelas obras de Bakhtin/Volochínov e pelos trabalhos do Círculo de Bakhtin sobre a dialogia que são a fonte das reflexões do Círculo de Bakhtin.

⁸⁹ Cabe pontuar que, mesmo que Aristóteles tenha assinalado a importância da linguagem do cotidiano para a língua se torne clara e de fácil compreensão, as obras poéticas e os textos de autores produzidos na posteridade, tornam-se reacionários frente ao olhar de Aristóteles, visto que tentavam sustentar uma oposição de caráter excludente, valorizando o elemento figurado.

As discussões de Jakubinskij sobre os estudos de Aristóteles quanto à linguagem poética nos fazem refletir acerca das concepções de língua adotadas pela escola, bem como sobre o modo que a língua materna é ensinada. Se já Aristóteles admitiu a hibridez da língua, inclusive afirmando que a linguagem do cotidiano garante compreensão e clareza aos textos poéticos, entendemos que a escola não deve situar suas práticas de ensino da língua materna na sistematicidade e na metalinguagem, nem tampouco restringir-se a uma linguagem refinada, pois é no cotidiano que a língua deixa de ser idealizada, abstrata, normativa, e pode ser observada em funcionamento, diante das práticas languageiras das forças sociais.

Feitas estas considerações iniciais, vamos conduzir a sequência desta escrita a partir de um questionamento que consideramos indispensável diante daquilo que pretendemos discutir nesta seção: de que maneira e por meio de que dispositivos a escola tem trabalhado como regulamentadora das práticas linguísticas?

Como bem demarcou Althusser (1999) em “*A propósito das relações de produção*”, a grande efetividade da escola enquanto um dos Aparelhos ideológicos dominantes na contemporaneidade está ligada ao fato de que desde muito cedo ela ganha espaço na vida dos indivíduos. Do ponto de vista do ensino da língua materna, já na fase de alfabetização, nos primeiros anos escolares, os “pequenos aprendizes” têm contato com a língua de uma forma a que não estão habituados, experiência que causa um certo estranhamento, pois imaginam que a língua que estão por aprender é mesma que falam. Entretanto, segundo explicam, Souza e Payer (2014, p.50), no texto “*Processos de Identificação com a língua na alfabetização – uma relação contraditória*”, ao chegar na escola a criança defronta-se com a língua de formas fixas, “[...] representativa de um padrão nacional, que ela passa a aprender [...]” e que se apresenta diferente daquela que trazida de casa, isto é, a língua familiar ou materna⁹⁰. Temos, nesse processo, um primeiro silenciamento, já que os alunos precisam “esquecer”, ou melhor, silenciar a língua que trazem de casa, simbolicamente carregada de sentidos afetivos e históricos, em detrimento do código que lhes é ensinado na escola.

⁹⁰ Nesta construção usamos o termo materna para referência à língua que trazemos de casa, aprendida com os pais, com a família.

A inculcação de uma língua imaginária, homogênea, cujo ensino é voltado à descrição do código, segue durante todos os anos em que o indivíduo frequenta a escola. Evidentemente, que ao progredir de “série”, é cobrado do aluno um domínio maior da metalinguagem, o qual além de decorar regras, precisa proceder análises gramaticais descontextualizadas e, portanto, na maioria das vezes, sem fins práticos.

A título de ilustração dessas práticas, tomamos uma atividade proposta na coleção didática: *Português: Linguagens*, unidade 2, da autoria de Willian Cereja e Thereza Cochar Magalhães, publicada pela editora Saraiva em 2013 e indicada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Em específico, queremos nos referir ao modo como são apresentadas as atividades acerca da classe gramatical “Pronomes”, na seção “Exercícios” da página 101. Conforme podemos acompanhar na figura abaixo, as questões são organizadas a partir do poema de Ferreira Gullar “Cantiga para não Morrer”:

EXERCÍCIOS

O poema a seguir, de autoria de Ferreira Gullar, foi musicado pelo cantor Fagner. Leia-o e responda às questões de 1 a 3. E, se possível, ouça a canção, disponível na Internet.

Cantiga para não morrer

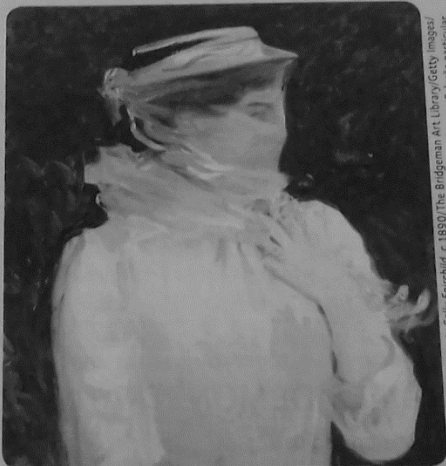
Quando você for se embora,
moça branca como a neve,
me leve.

Se acaso você não possa
me carregar pela mão,
menina branca de neve,
me leve no coração.

Se no coração não possa
por acaso me levar,
moça de sonho e de neve,
me leve no seu lembrar.

E se aí também não possa
por tanta coisa que leve
já viva em seu pensamento,
menina branca de neve,
me leve no esquecimento.

(Ferreira Gullar. *Melhores poemas*. 7. ed. Seleção de Alfredo Bosi. São Paulo: Global, 2004. p. 120.)



John Singer Sargent. *Sally Fane*. c. 1890. The Bridgeman Art Library/Getty Images. Coleção particular.

Figura 1: Poema "Cantiga para não morrer" (Fonte: *Português-Linguagens 2*, 2013, p. 101).

A partir do poema, os autores propõem três atividades, as quais apresentamos na figura a seguir:

<p>1. Qual pronome o eu lírico utiliza para se dirigir a sua amada? Como se classifica esse pronome? <i>Você</i>, pronome de tratamento com função de pronome pessoal do caso reto. Professor. Sugerimos retomar a discussão do boxe "Contraponto", na página 98.</p> <p>2. Em que pessoa estão os verbos e os outros pronomes utilizados pelo eu lírico para fazer referência à interlocutora? Esse uso segue a norma-padrão? Estão na 3ª pessoa, e esse uso segue a norma-padrão, pois, apesar de se referir à 2ª pessoa do discurso, o pronome <i>você</i> se conjuga com as formas da 3ª pessoa, como em <i>possa, leve</i>.</p>	<p>3. No poema, o eu lírico se dirige à mulher amada, procurando persuadi-la. Ele deseja estar com ela em qualquer circunstância: fisicamente, na lembrança ou no esquecimento.</p> <p>a) O que ele deseja?</p> <p>b) Por que a escolha gramatical dos pronomes contribui para que o eu lírico alcance seu objetivo? Ao se dirigir a sua interlocutora por meio do pronome <i>você</i>, o eu lírico confere maior intimidade ao discurso, pois, no português do Brasil, tal forma indica ausência de formalidade entre os interlocutores.</p>
--	---

Figura 2: Atividades relativas ao poema "Cantiga para não morrer" (Fonte: Português-Linguagens 2, 2013, p. 101)

Podemos constatar que todas as questões dão ênfase a reflexões centradas na metalinguagem, ou seja, usam da língua para analisar a própria língua e não para refletir sobre seu uso. A atividade 1 solicita que os estudantes encontrem qual é pronome em que o eu lírico se manifesta e qual sua classificação. É, portanto, uma reflexão que reside na atividade mecânica de encontrar e classificar, sem ao menos levar em conta o contexto do poema, bem como as formas de organização e construção desse gênero textual. O exercício 2 segue a mesma tendência, solicitando uma atividade que privilegia a categorização do léxico, isto é, identificação dos verbos e os pronomes e quais as suas classificações, como é possível constatar no enunciado "Em que pessoa estão os verbos e os pronomes usados pelo eu lírico para fazer referência à interlocutora?". Ainda nessa questão há uma pergunta que questiona se o uso dessas duas classes gramaticais no poema estaria de acordo com a norma-padrão da língua Portuguesa, como se os sentidos do texto fossem comprometidos se houvesse discordância com a gramática prescritiva. Na atividade 3, letra "a", não há uma referência direta à gramática, o que ocorre é uma reflexão sobre os sentidos do texto, embora bastante insipiente, haja vista que ao perguntar o que o eu lírico deseja ao se dirigir à mulher amada, a resposta é quase que automática: ele deseja estar com ela sob qualquer circunstância. Já o exercício "b" pede de que forma a escolha dos pronomes influencia para que o eu lírico alcance seu objetivo, novamente tomando o texto como pretexto para o ensino da gramática, eximindo-se de uma reflexão importante que poderia permitir que os alunos entendessem que, conforme a escolha dos pronomes, o eu lírico pode alcançar maior ou menor grau de proximidade em relação a sua amada. Isso pode ser usado para refletir

o uso dessa classe gramatical no dia a dia, inclusive fazendo uma “ponte” com a variação linguística situacional, convocando os estudantes para pensarem que os pronomes contribuem para determinar o grau de formalidade de um discurso. De maneira geral, os autores usam do poema de Ferreira Gullar apenas como estratégia para o ensino da gramática e não como uma atividade que permitirá que os alunos reflitam acerca da língua em uso. Em outras palavras, são exercícios que trabalham o ensino da gramática como um fim em si mesmo.

Ao analisarem as concepções acerca da língua pelo viés do objetivismo abstrato em “*Marxismo e Filosofia da Linguagem*”, Bakhtin/Volochínov (2014) afirmam que olhar a língua diante dessa perspectiva é tomá-la como um produto acabado, enquanto um sistema de formas que remetem a uma norma e, portanto, que não serve para compreender e explicar os fatos linguísticos enquanto fatos vivos e em evolução. Os autores ressaltam ainda que, do ponto de vista prático da língua, a consciência linguística do locutor e do receptor não têm relação alguma com o sistema abstrato de formas normativas, pois o importante são os conjuntos de contextos possíveis de uso de cada forma particular. Dessa forma, explicam que:

Para o falante nativo, a palavra não se apresenta como um item de dicionário, mas como parte das mais diversas enunciações dos locutores A, B, ou C de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática linguística. [...] Assim, a língua, para a consciência dos indivíduos que a falam, de maneira alguma se apresenta como um sistema de formas normativas. (Bakhtin/Volochínov, 2014, p. 98-99).

Diante disso, o que se mostra valioso e justificável é olhar para a língua viva, em funcionamento, já que a decodificação não se dá pelo domínio da sua forma, mas por sua compreensão diante de cada contexto nos diferentes processos de comunicação, ou seja, nas relações entre o modo de usar a língua e os contextos de vivência daqueles que a usam. Assim, é preciso entender que o que determina o sentido das palavras não é a conformidade da forma com a norma, mas sim as diferentes significações que uma forma carrega ao participar de contextos comunicacionais distintos. Isso, porque a

forma linguística permanece a mesma nos diferentes contextos, o que muda é a situação em que está sendo empregada e isto determina o sentido.

É justamente por isso que o ensino da língua Portuguesa que preza pela sistematização da língua, com atividades voltadas à descrição se mostra distante do universo dos alunos. A grande preocupação dessa perspectiva, que infelizmente ainda norteia grande parte das aulas de língua materna, é mostrar a língua a partir das normas, de formas que devem ser seguidas, estando centrada na concepção do “certo” e do “errado”, mas distante das condições reais de uso da língua, o que torna a aprendizagem abstrata e contribui imensamente para um imaginário de língua homogênea, já que fica distante da sala de aula a variedade linguística daqueles que não têm conhecimento formal e, portanto, a realidade heteroglóssica da língua em sua relação indissociável com a realidade social.

Para podermos compreender a realidade do ensino da língua materna na escola, isto é, as concepções de língua que embasam o ensino da língua materna e as práticas que sustentam tais concepções, nos serviremos de fragmentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais(PCNs)⁹¹. Os PCNs são um conjunto de documentos norteadores do ensino básico no Brasil, ou seja, dos níveis Fundamental e Médio e abrangem tanto a rede pública quanto a privada.

Os Parâmetros Curriculares que orientam o ensino de Língua Portuguesa para o Ensino Médio (EM) foram formulados em 1999, a partir de áreas do conhecimento, sendo que a disciplina de Língua Portuguesa integra o volume das Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Diante dessa organização dos PCNs para o EM, no qual as Linguagens estão agrupadas aos Códigos e às suas Tecnologias num mesmo eixo ou área, alguns questionamentos já podem ser feitos: Qual a inovação que se estabelece, tendo em vista que, se tomarmos os estudos acerca da língua, desde a perspectiva do Estruturalismo, as gramáticas sempre foram os instrumentos tecnológicos que servem como base dos saberes metalinguísticos sobre a

⁹¹ Os Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental podem ser consultados a partir do seguinte endereço: < <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12657:parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>>. Já os PCNs para o Ensino Médio podem ser consultados em <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-26500221>>.

língua? Quais são as relações que se apresentam da língua tomada enquanto um código e as tecnologias como formas de processamento desse código? As tecnologias podem suplantar as reflexões sobre o funcionamento empírico da língua? Em que medidas as gramáticas, enquanto instrumentos tecnológicos, permitem compreender o funcionamento da língua?

Se observarmos a área das Linguagens, na qual estaria a língua materna, e olharmos para o termo completar usado para denominar o eixo “suas Tecnologias”, veremos que se estabelece a relação entre língua e gramática, portanto não há inovação, há uma substituição do objeto língua pela tecnologia, pela dominância da tecnologia, ou seja, uma inversão da realidade. Assim, se as relações entre língua e tecnologia não se restringem ao domínio da gramática, ao tratar desse contexto, seria necessário definir o termo “Tecnologias”, haja vista que há outros meios ou canais a partir dos quais se pode tratar o funcionamento da língua, como a partir dos diferentes veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, redes sociais), na língua do cotidiano, nas formas de expressão populares (feiras, teatros de ruas, circos), entre outros.

Em 2008, quase dez anos depois de publicados dos PCNs para o EM, foram organizados os Parâmetros Curriculares para o Terceiro e Quarto ciclos do Ensino Fundamental, isto é, de 5ª a 8ª série⁹². Ao examinarmos o texto que norteia o ensino de Língua Portuguesa nesse documento, temos a seguinte concepção de língua:

[...] língua é um sistema de signos específico, histórico e social, que possibilita a homens e mulheres significar o mundo e a sociedade. Aprender a língua é aprender não somente palavras e saber combiná-las em expressões complexas, mas apreender pragmaticamente seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas entendem e interpretam a realidade e a si mesmas. (PCNs, 1998, p.20)

Conforme podemos constatar a partir do fragmento, de maneira geral, a ideia de língua é expressa com características de ser o meio social a partir do qual os homens significam o meio em que vivem. Além disso, o trecho dá

⁹² Atualmente o Ensino Fundamental é de 9 anos, assim, o correto é de 5º ao 9º ano. Esta mudança foi sancionada por meio da lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, a qual está disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>.

atenção ao aprendizado da língua a partir de uma ótica fundamentada em pressupostos de natureza pragmática, ou seja, das práticas sociais, por meio de situações reais em que a língua, diante de diferentes nuances ideológicas, determinadas pelos diferentes contextos de comunicação, tem distintos significados culturais, os quais permitem que as pessoas signifiquem no e o mundo.

Embora grande parte das concepções expressas neste recorte venham ao encontro daquilo que Bakhtin/Volochínov (2014) tratam em “*Marxismo e Filosofia da Linguagem*”, principalmente quando afirmam que é pela interação verbal que se constitui a realidade fundamental da língua⁹³. Ao referirem a língua enquanto um sistema de signos, os PCNs retomam concepções que remontam ao Estruturalismo, isto é, ao conceito de língua trabalhado por Ferdinand de Saussure em “*Curso de Língua Geral*”, uma vez que para uma visão sócio-histórica da língua não há mais como tratá-la como um sistema, pois ela é um elemento vivo. Desse modo, ao analisarmos o entendimento de língua adotado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, observamos que se por um lado há a ideia de que o ensino-aprendizagem da língua deve acontecer a partir das práticas sociais, de outro temos um conceito de língua enquanto sistema de signos, ou seja, arraigado ao ponto de vista estrutural, e também reduzido a uma visão pragmática.

Outro ponto que queremos discutir é a respeito de como é recomendada aos professores a prática de produção textual e da gramática no Terceiro e Quarto ciclos do Ensino Fundamental, cujo trecho destacamos a seguir:

⁹³ É importante dizer que não podemos confundir os estudos da pragmática com os estudos sócio-históricos. Em Bakhtin, a questão fundamenta-se numa perspectiva sócio-histórica, embora no Brasil os estudos tendam a confundir a pragmática com os estudos sócio-históricos.

Na perspectiva de uma didática voltada para a produção e interpretação de textos, a atividade metalingüística deve ser instrumento de apoio para a discussão dos aspectos da língua que o professor seleciona e ordena no curso do ensino-aprendizagem. Assim, não se justifica tratar o ensino gramatical desarticulado das práticas de linguagem. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano uma prática pedagógica que vai da metalíngua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de terminologia. Em função disso, discute-se se há ou não necessidade de ensinar gramática. [...] A preocupação não é reconstruir com os alunos o quadro descritivo constante dos manuais de gramática escolar (por exemplo, o estudo ordenado das classes de palavras com suas múltiplas subdivisões, a construção de paradigmas morfológicos, como as conjugações verbais estudadas de um fôlego em todas as suas formas temporais e modais, ou de pontos de gramática, como todas as regras de concordância, com suas exceções reconhecidas). (PCNs, 1998, p.28-29).

No fragmento em questão, temos a orientação de que as atividades de cunho descritivo da língua, isto é, aquelas de cunho metalingüístico, não devem ser o centro do ensino da língua materna, devendo, apenas, ser elementos de apoio às atividades propostas pelo professor. O trecho também questiona a necessidade de ensinar ou não gramática. Entretanto, é importante assinalar que a verdadeira discussão não deve se dar em torno desse questionamento, mas sim, acerca de aspectos como o tipo de gramática a ser ensinada para sair do ensino mecanicista, e de que forma a gramática pode responder às diferentes realidades sociais vivenciadas pelas classes excluídas, como é caso dos catadores de materiais recicláveis.

É preciso que se entenda, que além das gramáticas normativas, existem outros tipos de gramáticas que podem funcionar no ensino da língua, como por exemplo gramáticas funcionalistas, históricas, textuais, nas quais é possível se refletir acerca da língua sem colocar a norma em uma posição hegemônica. Portanto, a dicotomia “ensinar ou não gramática?”, presente neste fragmento dos PCNs, é reducionista e não deve ser o centro das discussões, visto que a verdadeira reflexão deve se dar em torno da realidade social brasileira, a partir das relações de tensão entre a gramática e os usos da língua.

A fim de ilustrar um outro problema, este de ordem conceitual, que entendemos estar presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais, trazemos na sequência recortes do documento dos Parâmetros para o Ensino Médio, nos

quais interessa-nos analisar, em especial, qual é o entendimento dos termos dialógica e dialógico diante da concepção de língua adotada em passagens em que os autores refletem que a língua deve ser entendida como linguagem que permite que os sujeitos signifiquem no e o mundo:

O diagnóstico sensato daquilo que o aluno sabe e do que não sabe deverá ser o princípio das ações, entretanto as finalidades devem visar a uma saber linguístico amplo, tendo a comunicação como base das ações. Comunicação aqui entendida como um processo de construção de significados em que o sujeito interage socialmente, usando a língua como instrumento que o define como pessoa entre as pessoas. A língua compreendida como linguagem que constrói e “desconstrói” significados sociais. A língua situada no emaranhado das relações humanas, nas quais o aluno está presente e mergulhado. Não a língua divorciada do contexto social vivido. **Sendo ela dialógica por princípio**, não há como separá-la de sua própria natureza, mesmo em situação escolar. [...]

As sistematizações podem ser recorrentes a outros textos, como as classificações da gramática normativa ou das estéticas, produtos intertextuais atualizados. Na prática da avaliação desses produtos podem surgir adesões, contradições e até novas formas de classificação. É o denominado aprender a aprender, ou mais, aprender a escolher, sustentar as escolhas, no processo de verbalização, em que processos cognitivos são ativados, **no jogo dialógico do “eu” e do “outro”**. [...]

Os conteúdos tradicionais foram incorporados por uma perspectiva maior, que é **a linguagem, entendida como um espaço dialógico, em que os locutores se comunicam**. [...]. (PCNs, 1999, p. 17-21, grifos nossos).

Os trechos acima colocam em destaque um entendimento genérico para os termos “dialógica” e “dialógico”, reduzindo seus significados apenas enquanto referentes ao diálogo face a face entre interlocutores, ou seja, sem pensar na natureza interdiscursiva da linguagem, que é a base para a concepção de dialogismo cunhada por Mikhail Bakhtin e seu Círculo⁹⁴.

Nos estudos de Bakhtin e do Círculo de Bakhtin, o dialogismo ganha lugar de destaque para a compreensão do fenômeno da linguagem numa ligação intrínseca com o diálogo. Cabe destacar, que o entendimento para diálogo em “*Marxismo e Filosofia da Linguagem*” de Bakhtin/Volochínov (2014),

⁹⁴ O termo Círculo refere-se ao grupo de filósofos e cientistas russos, liderados por Mikhail Bakhtin, sobretudo nas décadas 20 e 30 do século XX, que se dedicaram a estudar Filosofia da Linguagem e a Sociolinguística Soviética. Além de Bakhtin, também integravam o grupo Valentin N. Volochínov, Lev. Jakubinskij, Pável N. Medviédev, Matvei I. Kaga, Liev. V. Pumpiánski, Ivan I. Sollertínski, Maria Lúdina, K. Váguinov, Borís Zubákin e I. Kanaev.

ultrapassa as noções estritas do termo, ou seja, a presença face a face dos interlocutores, mas ganha um sentido mais amplo, que engloba toda a comunicação verbal de qualquer tipo. Isso, significa que o diálogo realiza-se pela linguagem em qualquer forma de discurso, tanto exterior, na relação com o outro, como do interior da consciência, ou a partir de textos escritos, haja vista que um livro, por exemplo, é um ato de fala impresso que também representa um elemento da comunicação verbal, pois se constitui em um objeto no qual há discussões ativas sob a forma de diálogo e, ainda, porque é escrito para ser apreendido de forma ativa por quem lê.

Portanto, a concepção de dialogia deve ser entendida a partir do diálogo entre discursos⁹⁵, enquanto condição fundante do dizer, e não no diálogo do ponto de vista de interlocutores face a face em que há a troca de turnos, conforme genericamente apresentando nos PCNs. As relações dialógicas, segundo assinala Bakhtin (2008, p.57) em “*Problemas da poética de Dostoiévski*”, ultrapassam as réplicas do diálogo empírico entre os sujeitos, “[...] são um fenômeno quase universal, que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância. (BAKHTIN, 2008, p. 57). O dialogismo é, enquanto constitutivo da linguagem e de todo o tipo de discurso, o resultado de um embate de vozes, que não se caracteriza pela existência física do interlocutor, mas que está presente tanto nos monólogos da literatura, dos quais Bakhtin (2008) usou como exemplo os romances de Dostoiévski⁹⁶, nos monólogos interiores, nos quais travamos um diálogo com nossa consciência social, bem como em qualquer outro tipo de discurso.

Assim, ao examinarmos o texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, foi possível perceber que há problemas conceituais de diferentes ordens no documento. Iniciando pela própria nomenclatura da área em que estão as diretrizes para o ensino da língua materna no Ensino Médio, denominada “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias”. Embora o termo “Tecnologias” seja

⁹⁵ Bakhtin (2008, p.181) postula como discurso “[...] a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto da lingüística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso.”

⁹⁶ Segundo Bakhtin (2008), os monólogos de Dostoiévski podem ser considerados dialógicos porque neles a voz do autor não se sobressai à voz dos personagens, ou seja, não há um discurso definitivo e único do autor, mas sim, um cruzamento de vozes, pois o “eu” e o “tu” do autor e dos personagens se opõem procurando se reconhecer em si mesmos internamente.

empregado como uma espécie de inovação nos PCNs, observamos que, como já pontuado neste estudo a partir de Auroux (1992) em “*A revolução tecnológica da gramatização*”, a primeira relação que nos surge é com a gramática, enquanto uma das tecnologias constitutivas dos pilares do saber metalinguístico sobre a língua. Para que o “engano” se desfaça é importante que, ao apresentar os eixos dos Parâmetros, o termo “Tecnologias” seja explicado, levando em consideração o fato de que os estudos dos meios para descrever a língua não se sobrepõem à compreensão e a natureza do funcionamento da língua. Além disso, as reflexões apontaram para o fato de que mesmo que a concepção de língua adotada no documento pretenda aproximar-se daquilo que propõem Bakhtin/Volochínov, ao se referirem à língua enquanto um sistema de signos, os Parâmetros ainda remontam concepções de língua de correntes estruturalista. Há que se pontuar também que a dicotomia “ensinar ou não gramática”, que por vezes é discutida no texto, se mostra reducionista e não deve ser o centro da discussão. Por fim, a análise de fragmentos dos PCNs nos permitiu ainda perceber um engodo que há em torno do termo “dialógico”, o qual, repetidas vezes, é empregado para referência ao diálogo face a face, ficando, portanto, distante das questões materialistas da linguagem estudadas por Bakhtin e seu Círculo.

Parece-nos que as reflexões realizadas até este ponto, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais, são uma primeira resposta ao questionamento feito no início desta seção e nos apontam para uma outra questão importante: “ Qual o papel real da escola em relação ao ensino de língua Portuguesa na dialética entre conhecimento teórico e as experiências que advêm do campo prático?”

Na tentativa de apontar caminhos para esse questionamento entendemos que é importante observar que há outros dispositivos e práticas que influenciam o ensino da língua materna além dos instrumentos linguísticos como gramáticas, dicionários e livros, como por exemplo o próprio fazer docente. O que queremos dizer é que a concepção de língua adotada pelo professor tem uma relação direta com a aceção de língua que será ensinada aos alunos.

2.1.2 O discurso pedagógico: efeito de neutralidade e contenção da polissemia⁹⁷

Como dito, as gramáticas, dicionários e livros didáticos são instrumentos linguísticos que sustentam teoricamente uma concepção de língua para o ensino da língua materna nas escolas. Entretanto, conforme já desenvolvido neste capítulo, a partir das reflexões de Althusser (1999), é preciso considerar que além de dispositivos, há também práticas que fazem com que o Aparelho ideológico Escolar trabalhe na direção de reforçar as diferenças sociais e segregar ainda mais aqueles que estão localizados às margens da sociedade. Entendemos que entre essas práticas está o fazer docente, que se materializa a partir do discurso pedagógico, haja vista que tão importante quanto o que se ensina é como se ensina. Em outras palavras, tomando mais especificamente o ensino de língua materna, o que queremos dizer é que, o mesmo professor que pode ser a figura inspiradora para seus alunos, encorajando-os a pensarem a partir de uma perspectiva que toma a língua como heterogênea e fluida, também pode ser aquele que tolhe seus alunos e mantém seu discurso em torno de uma acepção de língua homogênea e, portanto, distante da realidade que os sujeitos usam no cotidiano de suas vidas.

É interessante observar que nas entrevistas realizadas, as referências que os catadores fazem à formação escolar estão ligadas com o abandono da escola pela necessidade de trabalho ou escolhas feitas por eles mesmos, independente de qualquer reflexão crítica sobre determinadas práticas de exclusão das quais foram alvo. Os recortes que seguem são as repostas ao questionamento “Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?”, os quais ilustram nossas observações feitas acima:

⁹⁷ A expressão “contenção da polissemia” faz referência ao texto de Orlandi “*Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena*”, publicado nos Cadernos de Estudos Linguísticos, em 1983. Na obra “*A Linguagem e seu funcionamento*”, publicada pela primeira vez em 1983, Orlandi também faz referência ao termo “contenção da polissemia”.

R6 - *“Estudei até a 5ª série. Um pouco da 6ª série. Eu parei porque a gente morava pra fora, era difícil até pra ti estudar num colégio de noite. Deus u livre, a mãe não deixava né. E eu precisava trabalhar, porque daí era só eu e a minha mãe, porque a minha irmã tinha vindo já pra Cruz Alta. Ela casou e veio pra cá. Eu morava em Júlio de Castilhos.”* (Catador 1, maio de 2018)

R7 - *“Estudei até a 8ª série. Daí parei por causa dos horário daqui, porque daí não fecha. Também daí eu não tenho tempo pras criança né.”* (Catador 2, maio de 2018)

R8 - *“Fui até a 4ª. Eu tinha que ajuda meus irmão. E uma também, eu aprendia um pouco e depois não aprendia mais, daí parei.”* (Catador 3, maio de 2018)

A respeito do papel da escola e de suas práticas pedagógicas voltadas para as classes mais despossuídas, Bourdieu e Passeron (2008) afirmam em *“A Reprodução”*, que toda a ação pedagógica (AP) é uma violência simbólica enquanto imposição, a partir de um poder arbitrário, de um arbitrário cultural. O poder simbólico, ou seja, enquanto efeito de força do trabalho das ideologias não possui uma materialidade transparente como o poder da força física. A AP se dá numa dimensão de força que se exerce de forma não-transparente. Segundo os autores, numa formação social determinada, o trabalho pedagógico pelo qual se realiza AP tem sempre como função manter a ordem, garantindo, dessa forma, a reprodução da estrutura das relações de força entre os grupos ou as classes, “[...] na medida em que tende, seja pela inculcação, seja pela exclusão, a impor aos membros dos grupos ou classes dominados o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante [...]” (BOURDIEU, PASSERON, 2008, p. 62-63).

Ao referir acerca do discurso pedagógico (DP), Orlandi (2006), em *“A linguagem e o seu funcionamento”*⁹⁸, ressalta que, ao contrário daquilo que aparenta, ele não é neutro, se configura como um discurso autoritário, haja vista que não há reversibilidade entre professor e aluno. De acordo com a autora, o professor se apropria do discurso científico a partir da metalinguagem e, ao aluno, resta repetir essa metalinguagem, numa relação assimétrica, na qual o docente sabe e o aluno não sabe. É importante pontuar então que entre

⁹⁸ A primeira edição da obra foi publicada em 1983, pela editora Brasiliense.

“[...] a imagem ideal do aluno (o que não sabe) e a imagem ideal do professor (o que tem a posse do saber que é legitimado pela esfera do sistema de ensino) há uma distância fartamente preenchida pela ideologia.” (ORLANDI, 2006, p. 22).

No contexto da Educação da contemporaneidade, embora tenham ocorrido mudanças na educação e no sistema escolar, ainda se conserva um ensino em que o professor segue como o ícone do saber e aquele que detém o conhecimento. É justamente o que Massmann (2013) propõe em seu texto “*Ontem, Hoje e amanhã: ainda a questão do ensino...*”, no qual reflete acerca das práticas pedagógicas do passado e na atualidade, tomando como paradigma o esquema proposto por Orlandi (2006, p.16), ilustrado abaixo, em que analisa o jogo imaginário do percurso dos conteúdos pedagógicos:

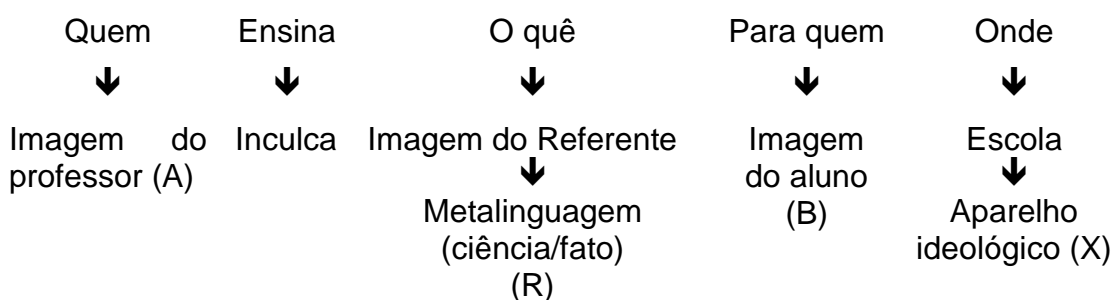


Figura 3: *Jogo Imaginário do percurso dos conteúdos pedagógicos* (Fonte: Orlandi, 2006, p.16).

A ilustração proposta por Orlandi (2006) pode ser tomada a partir da seguinte situação: o professor, representado na imagem por “A”, ensina algo, um conteúdo, representado pela letra “R”, para o aluno, representado por “B”, no Aparelho ideológico de Estado que é a Escola, representada por “X”. Nossa percepção é de que não é simplesmente o conhecimento que deve estar em lugar de destaque, mas as condições em que o conhecimentos precisam ser produzidos para que possam empiricamente ser ensinados. Conforme Massmann (2013), as práticas dos professores ainda circundam o discurso autoritário, o qual tem o docente como centro, ou seja, o sujeito que detém o conhecimento, bem como o poder no espaço escolar. Dito de outra forma, o professor “[...] assume uma posição autoritária que, historicamente, se constitui

pela relação Escola e a sociedade e esta, por sua vez, reproduz um pressuposto desigualitário [...]”. (MASSMANN, 2013, p. 162).

O panorama que observamos por meio daquilo que nos trazem os autores acerca da Educação de modo geral, também pode ser tomado para o ensino da língua materna. O professor de língua Portuguesa ainda é visto como aquele que detém o saber sobre a língua e o dever de ensinar sobre o certo e o errado, haja vista que é herdeiro de uma relação que valoriza mais a gramática e não as relações subjetivas envolvidas no ensino. Se perde neste modelo de prática pedagógica, que se articula pelo discurso autoritário do professor, a perspectiva de um ensino que toma a língua como heterogênea, que olha para as diferentes formas de falar, de dizer, de significar, pois na medida em que numa sala de aula o professor ainda está em uma “posição acima” dos alunos, num ambiente em que não há reversibilidade, não há abertura para a reflexão. Isso, nem para pensar sobre a língua, nem para discussões acerca de qualquer outro componente curricular.

Em “*A Reprodução*”, Bourdieu e Passeron (2008) referendam o discurso do professor como ente plenamente legítimo da cultura dominante, que age no sentido de reforçar a ideia de que em um universo escolar o ideal é “falar como um livro”. Diante das tarefas pedagógicas, os autores afirmam que “De todas as obrigações professorais, a transmissão pela fala letrada é a única que ressoa como imperativo incondicional [...]”. (BOURDIEU, PASSERON, 2008, p. 154). Em outras palavras, o corpo professoral tem papel assegurado como um legitimador da cultura dominante e o faz por meio da linguagem, isto é, do discurso professoral, o qual lhe confere autoridade estatutária a partir da manipulação erudita das palavras. Assim, a ação pedagógica, além de reconhecer a distância entre as competências linguísticas de professores e alunos, assinala, de maneira silenciosa, como é característico no trabalho do Aparelho ideológico Escolar, o conhecimento das condições sociais de produção e reprodução dessa distância, dissimulando sua função objetiva de assegurar as relações de estratificação social e cultural através das escolhas lexicais, das decisões pedagógicas e posturas impostas.

Por se organizar em torno da polarização da reprodução, segundo afirma Orlandi (1983), no texto “*Algumas considerações discursivas sobre a Educação Indígena*”, o discurso autoritário se configura por privilegiar

diferentes formulações, mas que desaguam nos mesmos sentidos, ou seja, o discurso professoral é o do mesmo. E, isso, “[...] está refletido, de alguma forma, na concepção de linguagem que temos, na forma dos estudos de linguagem, nos moldes de análise propostos, etc.” (ORLANDI, 1983, p. 126).

É importante pontuar que, ao se articular diante da repetição, o discurso pedagógico privilegia a ausência do significado, já que, ao contrário dos vários sentidos possíveis que podem emergir de um determinado objeto, o que temos é a prevalência do mesmo. No discurso pedagógico, a polissemia é contida e, como não há reversibilidade, isto é, não é dada a palavra aos alunos e o que vale é apenas a voz do agente único que tem o poder legitimado de dizer, o professor, o sentido se coloca em apenas uma via, aquela da fala professoral.

Para pensar sobre isso, podemos tomar o exemplo de uma aula de língua Portuguesa em que o professor trabalha uma atividade de leitura, situação na qual espera-se que haja espaço para a interpretação, para instalação do diferente, já que precisamos considerar que cada aluno é um sujeito único que se inscreve em uma determinada realidade social e, portanto, dotado de experiências próprias dessa realidade. Desse modo, não há como ignorar que as interpretações sobre a realidade sejam distintas. Entretanto, como o discurso pedagógico tende a abafar a “polissemia”, o professor tende a conduzir a discussão para o mesmo, ou seja, para os sentidos já previstos e que se repetem, indo, assim, de encontro à definição de texto cunhada por Orlandi (2003) em “*A leitura e os leitores*”, o qual pode ser entendido como um conjunto de unidades significativas que se modificam de leitor para leitor por meio da historicidade. Cabe destacar, que a concepção de texto que não abre espaço para a interpretação é alienante e práticas desse tipo remetem para o esvaziamento das próprias relações que estão implicadas num trabalho de leitura, pois, como já dito, o discurso professoral tende a sufocar a “polissemia”, ignorando o contexto histórico-social que permite que possamos compreender como um texto produz sentidos.

Esse tipo de prática pode ser confirmada através de experiências de leitura em que o professor, servindo-se de livros didáticos, levanta questões sobre os textos. Nessas situações, conforme assinala Barros (2016, p. 148) em seu texto “*A língua portuguesa na escola: imposição e silenciamento*”, “[...] é negado ao aluno o espaço para reflexão sobre o que foi lido em sala de aula,

provocando o silenciamento de sentidos.” Isso, porque cada questionamento feito pelo professor já vem com uma resposta predeterminada, amparada pela autoridade legitimada daquele que fala do lugar da escola. Assim, haja vista que os sentidos são contidos, a sala de aula não é um espaço que permite reflexões, mas, ao contrário, se constitui em um lugar em que a produção de sentido é monossêmica.

Para que possamos pensar em novas possibilidades na sala de aula é preciso que o discurso professoral com funcionamento autoritário passe para o funcionamento polêmico, ou seja, o professor precisa, ao construir seu texto ou discurso, se expor a efeitos de sentidos possíveis, deixando espaço para que o sujeito-ouvinte (o aluno) exista, permitindo, desse modo, a instalação da dúvida, da contradição. Essa postura implica que a sala de aula seja um espaço de questionamento, da dúvida, do trabalho com a contradição, para que haja o rompimento dos dizeres sedimentados. Para Orlandi (2006, p.27), em “*A linguagem e o seu funcionamento*”, é, justamente, a “polissemia” [...] essa força na linguagem que desloca o mesmo, o garantido, o sedimentado. Essa é a tensão básica do discurso, tensão entre o texto e o contexto histórico-social [...]” É ela, portanto, que garante que os sentidos não fiquem presos à ilusão de um sentido único, institucionalizado.

Convém ressaltar que, nesse contexto de tensionamento, no qual se conflitam a reprodução e a diferença, não há uma fala dominante, que se sobressai como no discurso autoritário, já que conforme Orlandi (2006), há um compromisso do sujeito com o processo histórico-social, com as diferentes realidades em que o outro se inscreve. Dentro dessa perspectiva, o sentido é efeito do modo como a linguagem é compreendida a partir de seus contextos sócio-históricos. Logo, se o Aparelho ideológico Escolar impõe certos pressupostos, determinadas definições e suas conclusões, “ [...] é preciso interferir na constituição dos sentidos assim construídos.” (ORLANDI, 2006, p. 32).

Mas como promover essa interferência? A exemplo daquilo que nos traz Orlandi (2006), diríamos que uma forma de interferir no caráter autoritário do discurso pedagógico, seria questionando as condições de produção. Dito de outra forma, é questionar o caráter monossêmico, o efeito de verdade, de assertividade que caracteriza o funcionamento desse tipo de discurso.

Conforme a autora (p.32), os “[...] implícitos prendem os interlocutores no espaço instituído.”, ou seja, as ideias predeterminadas que não deixam espaço para que aconteça a articulação entre o texto e o contexto histórico-social. E, como pontua Orlandi (2006, p.25), “O estudo da linguagem não pode [...] estar apartado da sociedade que o produz.”

Nesse sentido, interferir no caráter autoritário do discurso pedagógico, do ponto de vista do professor, é dar a oportunidade para que o aluno questione, para que se instale a dúvida, para que aconteça a articulação entre o discurso do texto e o contexto histórico-social do leitor. Somente assim, a prática docente saíra daquilo que é predeterminado e se abrirá para a “polissemia”, isto é, para os vários sentidos que podem emergir diante da subjetividade do sujeito aluno e das relações históricas e sociais de um determinado texto. Do contrário, se o discurso pedagógico seguir articulado pelo perfil autoritário, sem que haja o tensionamento entre a reprodução e a transformação, a sala de aula continuará como um espaço em que se privilegia a ausência do significado, no qual se supervaloriza o poder do sujeito professor e o modo como ele se articula, em detrimento da possibilidade de que o aluno possa ser um protagonista dentro das atividades de práticas leituras.

3 O CONTEXTO SOCIAL DE EMERGÊNCIA DO SUJEITO CATADOR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Catador de Lixo (O reciclador do mundo)⁹⁹
Atitude S/A

Cata papelão
Latinha, sujeira, cata lixo, cata lixo, emoção
A vida que escapa da mão
A vida é um pedaço no chão

Teu dia termina e o meu não tem fim
Teu lixo desprezo é dinheiro pra mim
Eu vejo a cidade os olhos de lixo
Nem prédios nem prata só cacos de vidro

[...]

Não sei quem eu sou
Se é que vou ser
Se é homem-urubu
Mulher guabiru

Você não me viu mas eu vejo você!!!
[...]

3.1 Do lixeiro ao catador de materiais recicláveis: as condições de emergência desse sujeito

O trabalho com a catação, separação e venda de materiais recicláveis tem sido alternativa de sobrevivência para um grande contingente de pessoas em todo o Brasil. A existência de pessoas que perambulam pelas ruas, remexendo aquilo que é depositado na porta das casas ou dispensado em lixeiras, *containers* ou propriamente que disputam com os animais, é recorrente.

No Brasil, segundo dados do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)¹⁰⁰, publicado em 2012, existem cerca de 400 a 600 mil catadores de

⁹⁹ A música “Catador de Lixo” é de autoria de Guerreiro Silva / Julio Maciel / Raoni.

¹⁰⁰ O Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) está sendo revisado desde janeiro de 2017, com prazo para conclusão de 20 meses. A íntegra do documento vigente desde 2012 está disponível no seguinte endereço:

<http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf/e183f0e7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657>. O PNRS integra a Política Nacional de Resíduos Sólidos,

materiais recicláveis organizados em cooperativas e associações. Há também um contingente que ainda trabalha na informalidade, cujo número é desconhecido. O Brasil gera 180 mil toneladas de resíduos por dia, das quais 58 mil toneladas são de materiais recicláveis. São considerados como materiais recicláveis pelo PNRs: alumínio, aço, papel, papelão, plástico e vidro.

Segundo registra Pinhel (2013) em “*Do lixo à cidadania*”, a atuação dos catadores em sua luta pela sobrevivência não está ligada, no seu princípio, à limpeza das cidades como são entendidos na atualidade¹⁰¹. Ao contrário, quando a catação passou a ser alternativa de trabalho, ainda no século XIX, os catadores eram controlados e combatidos por buscarem de forma desordenada os seus materiais, quase sempre revirando o lixo depositado nas calçadas e *contêineres*, comprometendo, dessa forma, a limpeza das cidades. O autor ressalta que no início do século XX, com o incremento da indústria gráfica, quando uma grande quantidade de papel, seja das sobras dos materiais impressos ou pelo descarte daquilo que não tinha mais validade, passou a ser dispensado para a reciclagem é que houve um aumento do contingente de pessoas que passaram a buscar o sustento na catação. Entretanto, não é somente da catação de papel que esses sujeitos buscaram a sobrevivência, mas também de outros materiais como sucatas¹⁰² e plásticos, haja vista que o Brasil, nas últimas décadas, mudou o tipo e a quantidade de resíduos sólidos produzidos.

O surgimento dos catadores tem relação direta com as questões que envolvem o consumismo, que tomou forma como um dos principais determinantes do crescimento de produção dos resíduos. Outro fator que

que integra a Política Nacional do Meio Ambiente e instituída pela Lei nº 12.035/2010, que alterou a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

¹⁰¹ Segundo o Ministério do Meio Ambiente, desde 2010, o catador de materiais recicláveis é considerado um dos agentes essenciais na cadeia produtiva da reciclagem e no cuidado com o meio ambiente. Essas prerrogativas estão previstas no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Cabe registrar também que, desde 2002, a catação de materiais recicláveis foi reconhecida como ofício registrado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, a partir do qual possui o código 5192-05 na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Mesmo que do ponto de vista desses documentos os catadores sejam reconhecidos, eles ainda seguem na informalidade diante dos direitos trabalhistas, pois não recebem amparo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), muitos menos de uma legislação específica para a profissão. (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Catadores de Materiais Recicláveis*. Brasília, 2010. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

¹⁰² É a denominação dada a artefatos metálicos, fora de uso, que podem ser refundidos e entregues à indústria.

incidiu no aparecimento desse ofício é que a catação se apresentou como uma alternativa de trabalho para aqueles que, em virtude de diferentes motivos, como privação econômica, despreparo técnico e baixa escolaridade num mundo marcado pelo compasso tecnológico e digital, acabaram encontrando na rua um espaço de trabalho que garantia do sustento.

Para pensar acerca da questão do consumismo, enquanto um dos fatores que é apontado como um propulsor do aumento de materiais recicláveis e, desse modo, diretamente ligado ao ofício da catação, podemos trazer Arendt (2001), que na obra “*A condição humana*”, ao analisar o mundo pós-Segunda Guerra Mundial, afirma que as horas vagas do *animal laborans*¹⁰³ são gastas na produção e no consumo. Do ponto de vista do consumidor, em uma sociedade capitalista que valoriza o consumo imediato e o descarte dos materiais consumidos, é preciso pensar que a sociedade se torna insaciável, de tal modo que as coisas de que os sujeitos necessitam não correspondem às reais necessidades, havendo, portanto, um acúmulo de produção e de descarte.

Assim, uma sociedade que produz em excesso também descarta em excesso, surgindo necessidade de mão-de-obra para trabalhar com os dejetos. Nesse no contexto que se apresenta, cada vez mais os homens renovam seus desejos o tempo todo e consomem incansavelmente objetos supérfluos e, como já pontuado, é preciso encontrar soluções para regular o desequilíbrio da sociedade, e o trabalho de reciclagem é uma saída.

Tomando essa conjuntura de uma sociedade de consumidores, podemos trazer também as contribuições de Bauman (2008), que na obra “*Vida para consumo*”, afirma que vivemos em um ambiente líquido-moderno, o qual é inoportuno ao planejamento, ao investimento e ao armazenamento de longo prazo. É um panorama em que a grande parte dos bens perde seu “brilho” e “atração” em um curto espaço de tempo e o destino é o depósito de lixo, às vezes, até antes mesmo de terem sido usados ou “desfrutados”. O modelo de “vida agorista”, conforme refere o autor, torna a pressa imperativa,

¹⁰³ Arendt (2007) define *animal laborans* como aquele que se esforça para produzir objetos (principalmente para o trabalho) que possam ser consumidos e assimilados. Esses objetos são necessários ao corpo, porém têm um ciclo de vida curto, têm pouca durabilidade. O termo foi usado pela autora inicialmente no texto “*Ideologia do terror*” (1953), posteriormente também foi registrado na segunda edição da obra “*As origens do Totalitarismo*” (1958) e em “*A condição humana*” (1958).

desaguando na necessidade de descartar e substituir. Como nos traz Bauman (2007, p. 111) em “*Vida Líquida*”, os consumidores passam a não se incomodar em destinar as coisas ao lixo e, assim, “[...] a sociedade de consumo não é nada além de uma sociedade do excesso e da fartura – e portanto da redundância e do lixo farto.”

Diante desse estilo de vida consumista, o lixo tornou-se então um dos maiores desafios da contemporaneidade, ao mesmo tempo em que surge como uma alternativa de renda para uma parcela da população que acabou encontrando na rua, na maioria das vezes, sem as condições mínimas de trabalho, uma oportunidade de renda na catação, separação e venda dos materiais, frutos da insaciabilidade do homem.

Acerca deste contexto, Pinhel (2013) nos chama atenção para o fato de que as histórias de vida desses homens, mulheres e crianças¹⁰⁴, eram e são marcadas, geralmente, pela violência, pelo sofrimento e pelo preconceito. Outra questão que precisa ser pontuada é quanto a exploração dos catadores pelos comerciantes intermediários, também conhecidos como “atravessadores”, para quem esses sujeitos acabavam repassando os materiais catados por preços bem inferiores aos praticados no mercado.

Segundo nos aponta Pinhel (2013), a partir da década de 1990, esse panorama de exploração começou a ser modificado, haja vista que passaram a ser realizadas campanhas de coleta seletiva em razão de políticas e ações para o gerenciamento de resíduos, apoiadas por governos, organizações não governamentais, instituições sociais e incubadoras, o que acabou fortalecendo o ofício da catação e fomentou o surgimento de cooperativas e associações de catadores, melhorando, substancialmente, as condições de trabalho desses sujeitos. O autor explica que, embora o conceito de cooperativa e associação possa ser confundido, essas organizações têm diferenças na natureza dos processos. Conforme Pinhel (2013, p. 20), as associações, que é o modo como estão organizados os sujeitos desta pesquisa, “[...] têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, a representação política e a defesa de interesses de classe [...]”, já as cooperativas “[...] têm finalidade

¹⁰⁴ Segundo dado do Unicef, no Brasil, em 2001, havia mais de 45 mil crianças trabalhando com lixo e pelo menos 25 mil catadores nos lixões, sendo que 22% com menos de 14 anos de idade.

essencialmente econômica, com o objetivo de viabilizar o negócio produtivo de seus cooperados junto ao mercado.”

Feito esse percurso, no qual assinalamos as condições de emergência do ofício da catação, passaremos, na seção seguinte, a pontuar acerca das associações em que estão organizados os sujeitos desta pesquisa na cidade de Cruz Alta - RS.

3.2 O projeto “Profissão Catador: entre o viver e sobreviver do lixo”¹⁰⁵

A realidade ilustrada pelo grupo Atitude S/A na música “Catador de Lixo” (O reciclador do mundo), que nos serviu de epígrafe deste capítulo, não é restrita apenas aos ambientes das grandes cidades. Em médios e pequenos centros, como é o caso de Cruz Alta – RS, essa conjuntura também se apresenta, e a catação tem sido a alternativa de sustento para um contingente importante de pessoas.

Num primeiro momento, cabe pontuar, que as associações, das quais fazem parte os investigados desta tese, foram estruturadas por meio de um projeto denominado “Profissão Catador: entre o viver e o sobreviver do lixo”. A iniciativa nasceu em 2006, a partir de Projetos de Extensão (Pibex)¹⁰⁶ da Universidade de Cruz Alta (Unicruz) em Cruz Alta, os quais visavam construir alternativas para a organização de uma coleta seletiva solidária na cidade com a parceria da Administração Municipal.

Em 2011, o Projeto foi contemplado no Programa “Petrobras Desenvolvimento e Cidadania”, e passou a proporcionar aos catadores formação política, capacitação para o trabalho, acompanhamento do processo auto-organizativo e participação em campanhas de educação ambiental. A partir disso, o “Profissão Catador” passou a contar com uma sede própria para a organização dos catadores, denominada Cencor¹⁰⁷. Além disso, nesse período, cada uma das quatro associações organizadas, no Bairro dos Funcionários, no Bairro Planalto, no Bairro Acelino Flores e no Bairro

¹⁰⁵ As informações referentes ao “Profissão Catador” foram obtidas por meio de contato com assessoria de Comunicação e com base em pesquisas junto ao site do Projeto, cujo endereço eletrônico é <www.profissaocatador.com>.

¹⁰⁶ Entre os Projetos de Extensão podemos citar o Agetrec - Autogestão para Geração de Trabalho e Renda com Catadores de Materiais Recicláveis.

¹⁰⁷ A sigla refere-se à Central Regional de Comercialização de Recicláveis.

Primavera¹⁰⁸, passou a ter a presença diária de monitores do Projeto. Na época, o Projeto atendia cerca de 150 famílias.

No ano de 2014, o “Profissão Catador” foi ampliado para outros três municípios da região Noroeste do RS: Júlio de Castilhos, Tupanciretã e Salto do Jacuí. Com a denominação de “Profissão Catador II”, desta vez o Projeto passou a ser financiado pelo Programa “Petrobras Socioambiental”. Já em 2016, passaram a ser atendidos os catadores de outros dois municípios, Ibirubá e Não-Me-Toque. Nessas cidades, assim como acontece com as associações consolidadas em Cruz Alta, há um trabalho do Projeto que vai além das questões ligadas à catação e mediação para a negociação dos materiais, estendendo-se a atividades de formação política e para o trabalho, acompanhamento do processo auto-organizativo e o protagonismo nas ações de educação ambiental.

Atualmente, o projeto “Profissão Catador” é coordenado pela Incubadora e Aceleradora Tecnológica de Negócios Sociais da Universidade de Cruz Alta (Inatecsocial)¹⁰⁹ e atende, nos seis municípios em que atua, mais de 235 catadores e cerca de 705 pessoas, incluindo o grupo familiar.

3.2.1 A organização do trabalho nas Associações de Cruz Alta

Embora na atualidade o projeto “Profissão Catador: entre o viver e sobreviver do lixo” seja desenvolvido em seis municípios da Região Noroeste do Estado, nosso foco nesta pesquisa está voltado aos catadores que integram as três associações do município de Cruz Alta (Bairro dos Funcionários, Planalto, Acelino Flores, Primavera). A escolha desse grupo específico para a pesquisa está alicerçada, academicamente, no fato de que esses sujeitos já foram investigados na dissertação de mestrado¹¹⁰, defendida em 2014 no

¹⁰⁸ As associações têm o nome dos bairros em que estão organizadas, sendo denominadas, respectivamente, Associação dos Catadores do Bairro dos Funcionários, e Associação dos Catadores do Bairro Planalto, Associação dos Catadores do Bairro Acelino Flores e Associação dos Catadores do Bairro Primavera.

¹⁰⁹ O endereço eletrônico da Inatecsocial é <www.inatecsocial.com>.

¹¹⁰ Neste estudo analisamos as marcas linguísticas depreendidas no discurso do catador que apontavam para a (re)emergência desse sujeito, que, num primeiro momento, andava isoladamente pelas ruas em busca de sustento e de uma situação digna de vida, e que, a partir do momento em que passou a integrar o projeto “Profissão Catador”, se vê em um novo contexto. A referência da dissertação é: PASINATTO, R. O poder simbólico do lixo: a

Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Entretanto, antes disso, como voluntária e no exercício profissional jornalístico, tivemos oportunidade de acompanhar o dia a dia dos catadores, inclusive com a produção de um documentário.

As associações de Cruz Alta estão localizadas em pontos estratégicos da cidade, contando com uma estrutura básica para que os catadores trabalhem, o que inclui um galpão com média de 100m², esteira para separação do material, prensa, enfardadeira, balança, banheiro, sala de reuniões e/ou escritório, e espaços para que sejam guardados os materiais catados e selecionados.

Cada associado organiza sua rotina. Geralmente, nos primeiros dias úteis da semana, a grande maioria aproveita para catar material na rua. Cada catador tem uma zona que pode percorrer em busca de material, conforme a associação a qual está ligado. Nos demais dias da semana o trabalho é desenvolvido nas sedes das associações, sendo que o associado usa a estrutura e maquinários do galpão para separar e enfardar o material. Feitas essas etapas, cada um pesa seu material para que no momento da venda às empresas recicladoras, receba conforme a quantidade de material que tenha catado.

Para facilitar o transporte do material selecionado até as recicladoras¹¹¹, o Projeto conta com dois caminhões. Em média, são vendidos cerca de 8 a 9 toneladas de materiais recicláveis a cada 15 dias.

Diariamente, cada uma das associações recebe a visita dos monitores do Projeto, responsáveis por acompanhar a rotina produtiva dos associados e acompanhar o trabalho. A negociação do material fica sob responsabilidade da Incubadora e Aceleradora Tecnológica de Negócios Sociais da Universidade de Cruz Alta (Inatecsocial), que coordena o “Profissão Catador”. Após a venda, os valores são passados aos associados, seguindo o registro de material catado. É importante assinalar, do ponto de vista deste estudo, que o fato de delegarem à Inatecsocial a negociação e venda do material catado, demonstra uma transferência de poder do produto de trabalho dos catadores. E, isso,

(re)emergência do sujeito excluído pelo urbano. 2014. 168 f. *Dissertação* (Mestrado em Letras). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2015.

¹¹¹ O material catado em Cruz Alta normalmente é negociado com uma empresa de Soledade-RS.

acaba por tornar-se o objeto de nossas reflexões acerca da relação dos catadores com as instituições e da língua nas relações de trabalho.

3.3 A constituição de um *corpus* na Análise de Discurso

Como já dito, o aporte teórico e metodológico para a investigação que estamos propondo está amparado na Análise de Discurso de linha francesa, doravante AD. Conforme afirma Pêcheux (2008), em “*O discurso: estrutura ou acontecimento?*”, toda sequência de enunciados é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço, onde dizemos que há abertura para o simbólico, que trabalha a AD.

Na medida em que a AD vem sendo praticada no Brasil, podemos dizer que as materialidades têm sido cada vez mais ampliadas, o que requer um aprofundamento cada vez maior sobre as formas de constituição dos *corpora*. Portanto, o universo de investigação da Análise de Discurso se diversificou desde seu início na França, na década de 1960. Hoje, há uma diversidade ímpar de materialidades em que vem sendo usada como dispositivo de interpretação, das mais diferentes manifestações de textos, de coletas orais, imagéticas e digitais.

Conforme refere Orlandi (2001c), em “*Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*”, a AD elabora seu dispositivo aliando questões de deriva, de deslize, do efeito metafórico, à ordem da língua. Convém destacar que a língua que aqui queremos referir não é aquela reduzida ao significante abstrato, mas afetada pela história. Assim, o dispositivo é “[...] capaz de deslocar a posição do analista, trabalhando a opacidade da linguagem, a sua não-evidência, e, com isso, relativizando (mediando) a relação do sujeito com a interpretação.” (ORLANDI, 2001c, p. 85). Diante dessa conjuntura, o trabalho do analista então é compreender como um determinado texto (seja escrito ou falado) produz sentidos através de seu funcionamento.

Para pensar nessa questão também podemos recorrer a outra obra de Orlandi (2001a), “*Análise de Discurso- Princípios e Procedimentos*”, na qual a autora ressalta que o que se espera do dispositivo é que ele permita ao analista o atravessamento da transparência da linguagem, sob mediação

teórica permanente, constituindo um movimento “pendular” de idas e vindas entre a teoria e o *corpus*. Sobre o *corpus*, é importante trazer presente que a autora considera a sua constituição como um dos primeiros pontos que o analista deve considerar, haja vista que “[...] decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas.” (ORLANDI, 2001a, p. 63). É importante dizer que a constituição do *corpus*, bem como a organização do arquivo já se constituem, na perspectiva da Análise de Discurso, em gestos de leitura. Isso, porque escolher a materialidade e organizá-la já são os primeiros gestos de interpretação do analista.

Nesse contexto, é necessário esclarecer que um *corpus* discursivo, de acordo com o que afirma Courtine (2014)¹¹², em *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, se constitui em um conjunto de sequências discursivas e está estruturado conforme um plano definido, levando em conta um certo estado das condições de produção (CP).

Há também uma outra questão que precisa ser dita, relacionada ao nosso entendimento quanto à definição de CP, que acompanha a noção proposta por Courtine. Entretanto, convém lembrar que, inicialmente, essa noção é abordada por Pêcheux (1990) no texto “*Análise Automática do Discurso (AAD-69)*”. Mais tarde, em “*A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975)*”, Pêcheux e Fuchs (1990, p. 171) tratam novamente a respeito deste conceito, admitindo que no texto de 1969 existiam questões ambíguas no que tange às condições de produção, devido ao fato de que o termo “[...] designava ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito e a “situação” no sentido concreto e empírico do termo [...]”. Na nova proposta, os autores trouxeram a teoria não-subjetiva da constituição do sujeito na condição concreta de enunciador. Assim, as condições de produção passaram a ser tomadas por Pêcheux e Fuchs (1990, p.182) seja como “[...] determinações que caracterizam um processo discursivo [...]”, seja como as “[...] características múltiplas de uma situação concreta [...]” que conduz à “produção” de um discurso.

¹¹² Estamos usando a versão deste texto em sua tradução para o português. O texto foi publicado originalmente em 1981, em Paris, sob o título “*Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours: à propôs du discours communiste adressé aux chrétiens*”, na Revista Langages.

Chegamos então à concepção de condições de produção na qual Courtine (2014, p. 51, grifos do autor) repensa a noção esboçada por Pêcheux, a fim de rever seus limites e pondera que “[...] a noção de CP do discurso apresenta um conteúdo ao mesmo tempo empírico e heterogêneo. Queremos acrescentar que esse conteúdo é igualmente *instável*.” Ainda sobre essa noção, nas palavras do autor, é importante trazer que “Os planos histórico, psicossociológico e linguístico, aos quais as CP remetem, são justapostos sem que nenhuma hierarquia nem ordem de determinação sejam explicitamente indicadas.” (COURTINE, 2014, p. 51).

É, segundo Courtine (2014), a definição das condições de produção do discurso que agem, naquilo que concerne às sequências discursivas que vão compor o *corpus*, funcionando como uma espécie de filtro na extração ou isolamento de sequências discursivas (Sds) determinadas, a partir de um campo discursivo de referência, diante do universo de discursos que poderiam ser objeto de análise. A partir dessa delimitação, são recortadas as Sds, definidas pelo autor (2014, p. 55) como “[...] sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase [...]”

Conforme o autor, as sequências discursivas devem responder a exigências de “exaustividade, de representatividade e de homogeneidade”¹¹³, as quais estão ligadas diretamente aos objetivos de pesquisa. Courtine (2014) ressalta que a exaustividade corresponde ao fato de que o analista não deve deixar de lado nenhum fato discursivo do *corpus*; a exigência de representatividade é do âmbito daquilo que vamos chamar de não generalização, ou seja, que analista não deve tomar como regra um fato constatado uma vez no *corpus*; já quanto à homogeneidade¹¹⁴, o autor atenta para o fato de que é um conceito difícil de utilizar, haja vista que o estudo dos contrastes discursivos exclui a homogeneidade. Essa dificuldade é explicada por Courtine (2014, p. 56, grifos do autor), devido ao fato de que a constituição do corpus discursivo em AD, se dá “[...] na condição de um postulado muito importante de **homogeneidade ou de coerência discursiva**, mesmo nos

¹¹³ Courtine toma as três exigências dos estudos de Gardin & Marcellesi (1974), cuja referência é: GARDIN, B. MARCELLESI, J. B. *Introduction à la sociolinguistique*. Paris: Larousse, coll, Langue et langage, 1974.

¹¹⁴ A discussão quanto à dificuldade de utilizar o conceito de homogeneidade é trazida dos estudos de Gardin & Marcellesi (1974).

tratamentos contrastivos, [...]”. E, isso representa um obstáculo diante da perspectiva desenvolvida em Análise de Discurso.

No caminho percorrido para explicar o plano de estruturação de um *corpus* em AD, Courtine (2014) introduz ainda a noção de forma do *corpus*, organizada pelo estudioso em torno da combinação de algumas dimensões, entre as quais está o tipo de arquivo do qual são recortadas as Sds (se pré-existente ou experimental). O autor explica que os *corpora* de arquivo são “[...] constituídos a partir de materiais preexistentes, como aqueles com os quais, por exemplo, os historiadores são confrontados [...]”. Já “[...] os **corpora** experimentais são constituídos de seqüências discursivas produzidas em situação experimental como respostas a uma questão, a uma instrução, à produção de um curto resumo de texto [...]”. (COURTINE, 2014, p. 77, grifos do autor).

Em vista de que o arquivo desta pesquisa será constituído por meio de entrevistas, ou seja, os catadores serão interpelados a partir de questões norteadoras, se trata de um *corpus* experimental. Em outras palavras, não há um arquivo pronto e, são justamente as respostas desses sujeitos aos questionamentos formulados de acordo com nossos objetivos de pesquisa, que construirão o arquivo, do qual serão recortadas as seqüências discursivas para análise.

Faz-se pertinente mencionar que quando tratamos da noção de arquivo, tal qual Pêcheux (1982) abordou em “*Ler o arquivo hoje*”, estamos diante da divisão social do trabalho da leitura e, ainda, que a composição do arquivo em Análise de Discurso pressupõe a heterogeneidade. Para o autor o arquivo se trata de “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão.” (PÊCHEUX, 1982, p. 57). Convém também pontuar que diante da perspectiva pecheutiana a constituição do arquivo está ligada a gestos de leitura, que se abrem para diferentes formas de ler/interpretar, sempre ultrapassando a superfície linguística para buscar os sentidos no funcionamento do discurso.

De qualquer forma, para o fechamento desta seção, precisamos destacar que o arquivo pede, desde sempre, interpretação/gestos de leitura, os quais iniciam já na organização do mesmo, bem como nas idas e vindas do

analista durante as análises, independente da forma da materialidade discursiva que estejamos investigando.

3.3.1 Sobre a constituição do *corpus* de pesquisa

Como já anunciado, nosso *corpus* discursivo é experimental e será constituído de questões norteadoras feitas a 12 catadores de materiais recicláveis do Projeto “Profissão Catador: entre o viver e sobreviver do lixo”¹¹⁵, cujo roteiro está no Anexo II. O caráter experimental desta pesquisa se apresenta por dois motivos. Primeiro, pelo fato de que construímos o arquivo para o recorte das sequências discursivas, isto é, não partimos de um arquivo pronto, como por exemplo, documentos históricos, textos já publicados, tivemos, antes de mais nada, que pensar, diante de nosso objetivo de pesquisa, como organizar questionamentos norteadores que possibilitassem a constituição do arquivo. Num segundo momento, este estudo também se apresenta como experimental, haja vista que não existem evidências de outras pesquisas em torno das relações dos catadores de materiais recicláveis com o modo como produzem e com o imaginário que eles têm de si em relação à língua.

Entendemos que olhar as questões de imaginário de língua desses sujeitos nos remete também a pensar nas relações de produção. Isso, porque o sujeito é chamado a existência pela linguagem e, como já assinalamos em nosso capítulo inicial, a relação entre o homem e o trabalho é mediada pela linguagem, independente do tipo de trabalho que se realiza. Nessa conjuntura, conforme Marx e Engels (2001) ressaltam em “*A ideologia alemã*”, é a partir da língua que a consciência, enquanto produto social resultado da relação do homem com os objetos materiais e os meios de produção da sociedade, existe para a sociedade. E, no mesmo sentido, tomando a ótica de Bakhtin/Volochínov (2014) em “*Marxismo e Filosofia da Linguagem*”, para os quais a palavra (signo), aqui entendida como representativa da língua, é a forma mais pura e sensível de relação social e se constitui como materialidade

¹¹⁵ Embora o Projeto atenda a catadores de outros municípios, nosso foco da pesquisa são os sujeitos que integram as associações do projeto “Profissão Catador: entre o viver e sobreviver do lixo” da cidade de Cruz Alta – RS.

de que se serve a superestrutura para naturalizar e legitimar os ordenamentos sociais, econômicos e políticos.

Feitas essas considerações, passamos a pontuar como e com que objetivos elaboramos cada uma das questões norteadoras que serviram para constituição do nosso arquivo:

- O contato inicial com os sujeitos desta pesquisa se deu com um momento que denominamos “Fala de si”, a partir do qual além de estreitar laços para o prosseguimento do trabalho, foi possível observar acerca das formações imaginárias sobre a identidade dos sujeitos catadores, sabendo sobre sua vida, sua história, suas expectativas. Muitos dos sujeitos investigados, pela falta de outras oportunidades de escuta, trouxeram neste momento de “começo de conversa” histórias de vida que passam pelo abandono, pelo envolvimento com drogas, pela necessidade de (sobre)viver. Vamos então às questões norteadoras:

Os quatro primeiros questionamentos norteadores abordam as relações de produção dos sujeitos catadores de materiais recicláveis. Vamos a eles:

- “1) O que representa uma associação para você?”

A partir dessa pergunta queremos observar qual é o conceito e que sentidos estão envolvidos em relação a uma associação do ponto de vista dos catadores.

- “2) Qual o sentido de se filiar a uma associação?”

O objetivo deste questionamento é verificar como a consciência de classe emerge na vida desses trabalhadores. A filiação a uma associação seria evitar a exploração econômica, funcionando como uma autodefesa do grupo como classe?

- “3) Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?”

A partir desse questionamento queremos é observar no discurso dos catadores presença/atravessamento da equipe gestora do Projeto Profissão Catador/Inatecsocial no modo como estão organizados e de como realizam o trabalho nas associações.

- “4) Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?”

Essa questão norteadora tem como foco pensar acerca do atravessamento da equipe da Inatecsocial/Projeto Profissão Catador/ na negociação dos materiais catados pela associação, haja vista que, inicialmente,

não eram os catadores que gerenciavam a venda dos materiais e, somente após um tempo, esses sujeitos assumiram a autogestão do seu trabalho.

Nos questionamentos finais (5, 6 e 7), que passaremos a descrever na sequência, queremos pensar acerca do imaginário dos sujeitos catadores diante de sua escolarização e dos modos como se apropriam da língua:

- “5) Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?”

Essa questão norteadora nos servirá para entender que tipo de relação os sujeitos catadores têm/tiveram com a escola. Dito de outro modo, pretendemos verificar se a saída da escola foi por vontade própria, isto é, eles evadiram, ou se foi necessário parar de frequentar devido a aspectos de ordem de trabalho, distância, entre outros. Aqui, convém pontuar que

- “6) Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?”

O objetivo dessa pergunta é que os catadores se coloquem como falantes da língua, ou seja, que discursivizem sobre como se veem enquanto usuários da língua Portuguesa e por quais motivos se consideram ou não bons falantes.

“7) Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?”

A última questão norteadora nos servirá para pensar acerca da relação dos catadores com o dizer e com as formas de silenciamento, já que muitas vezes o espaço de fala deu lugar ao silêncio.

É, então, a partir das respostas dos catadores de materiais recicláveis a essas questões norteadoras que foi constituído nosso *corpus* discursivo. Cada um dos sujeitos foi questionado individualmente e as respostas gravadas. Posteriormente, houve a transcrição, como é possível acompanhar no Anexo III.

Dessa forma, como dito na abertura desta seção, a constituição do arquivo, de tipo experimental, conforme proposto por Courtine (2014), foi realizada a partir de entrevistas a 12 (doze) catadores, sendo 4 (quatro) de cada uma das associações, isto é, no Bairro dos Funcionários, Planalto, Acelino Flores e Primavera. As respostas às perguntas foram gravadas, transcritas e, finalmente, selecionadas as 33 (trinta e três) sequências

discursivas de referência, cujas análises integrarão as próximas seções deste estudo.

3.4 As falas de si: projeções imaginárias do sujeito catador no discurso

Falar de si é, antes de mais nada, “olhar para dentro”. É uma ação que envolve escuta e interpretação ao mesmo tempo. É dizer de si, da personalidade, de gostos, afazeres. É dizer do outro a partir de si. É dizer do mundo, do trabalho, das experiências. É um movimento de retorno ao “eu” que se projeta no discurso, mas também é a construção de si, do outro e, sobretudo, da realidade. Na Análise de Discurso, dizemos que falar de si, assim como em qualquer discurso, envolve aquilo que Pêcheux (1990) chamou, no texto “*Análise Automática do Discurso (AAD-69)*”, de formações imaginárias, as quais se consolidam a partir de experiências vividas pelos sujeitos, nas correlações de forças entre as classes, nas relações de poder no seio das instituições. É a partir da concepção de formação imaginária¹¹⁶ de Pêcheux (1990), a qual se sustenta em determinadas formas de representação do sujeito, em um determinado contexto histórico-social, que queremos pensar sobre a identidade dos catadores de materiais recicláveis.

Segundo Pêcheux (1990), as formações imaginárias são responsáveis por projetar os lugares sociais do sujeito no discurso, ou seja, dizem respeito ao sujeito e suas relações sociais. É a partir de tais projeções que seus discursos adquirem sentidos.

Portanto, é através do modo como as formações imaginárias inscrevem-se no discurso que podemos observar o lugar que os catadores de materiais recicláveis atribuem a *si* e ao *outro*, isto é, a imagem que fazem do lugar que ocupam e do lugar do outro. Podemos ilustrar as projeções imaginárias com questões como “quem sou para lhe falar assim”, “quem é ele para que eu lhe fale assim”, “quem sou eu para que me fale assim” e “quem é ele para que me fale assim”.

A fim de estabelecer o ponto de contato entre a teoria e a prática, esta seção se ocupará de movimentos analíticos das partes iniciais de nossas

¹¹⁶ O esquema de representação das formações imaginárias está posto no Capítulo 1, na seção 1.5.2, intitulada “A Língua na Análise de Discurso”

interações e diálogos com os catadores, as quais desencadearam relatos dos mesmos sobre suas vivências, dificuldades, formas de autorrepresentação que, como já dissemos anteriormente, denominamos “Fala de si”¹¹⁷. São tais relatos que nos permitirão analisar os discursos e o modo como as formações imaginárias agem sobre a identidade desses sujeitos.

Conforme já pontuamos no primeiro capítulo¹¹⁸, para efeito das análises, tomamos como Formação Discursiva de Referência (FDr) a Formação Discursiva do Catador (FDC), cuja forma-sujeito está relacionada à historicidade do ofício da catação, que remete a um sujeito discriminado, marginalizado, analfabeto.

É importante dizer que a condição de heterogeneidade da FD é determinada pela circulação de saberes de classe, tais como: profissionais, sindicais, políticos e linguísticos. No entanto, os dizeres de sujeitos que têm como fonte de sobrevivência o fato de catar materiais recicláveis, nos permitem observar que estes têm relações diferentes tanto com o trabalho de catação quanto com a língua. Convém também pontuar que trataremos os recortes selecionados do *corpus* discursivo como sequências discursivas de referência¹¹⁹ (Sdr), uma vez que estão compreendidas na FD de Referência, através dos relatos feitos pelos catadores.

Ao serem convidados a falarem sobre si, grande parte dos catadores que fizeram parte da interlocução realizada por nós, além de contar sobre sua relação com o trabalho da catação, questão central deste estudo, também relatou sobre o lado afetivo, seu círculo familiar, seus relacionamentos.

A partir das escutas, foi possível observar que esses sujeitos se relacionam de formas diferentes com fato de trabalharem na catação de materiais recicláveis. Em outras palavras, o que queremos dizer é, que há aqueles que pretendem permanecer nesse trabalho somente até ter oportunidade em outro ramo, portanto veem a catação apenas como um “quebra-galho”; mas há, também, os que têm a catação como uma profissão

¹¹⁷ Estão localizadas no Anexo III, na parte inicial de cada uma das 12 entrevistas.

¹¹⁸ Mais especificamente na seção “1.7.1 Formas de subjetivação e identificação do sujeito a partir de M. Pêcheux”.

¹¹⁹ As sequências discursivas de referência (Sdr) são tomadas da Formação Discursiva de Referência (FDr), denominada Formação Discursiva do Catador. O termo sequência discursiva de referência, assim como FDr é tomado de Courtine (2014), na obra “Análise do discurso político: o discurso endereçado aos cristãos”.

“desde de sempre”, ou seja, suas histórias de vida se “entrelaçam” com o ofício de “catar” e, portanto, estes viram no Projeto Profissão Catador uma oportunidade de fortalecimento da atividade.

A primeira sequência discursiva de referência (Sdr) para a análise foi recortada do item “Fala de Si”, a partir da interlocução com o Catador 4¹²⁰. Se trata de uma mulher de 69 anos, mãe de três filhos, um deles falecido por problemas de saúde ligados ao uso excessivo de álcool. Mesmo com a idade avançada, relata que segue trabalhando, pois está “criando” quatro netos, filhos de sua filha mais nova. Antes de trabalhar com materiais recicláveis, a catadora era empregada doméstica, mas o trabalho foi ficando escasso e precisou procurar outra forma de sustentar a família. Foi, então, que resolveu aceitar ao convite de uma amiga para ingressar no Projeto Profissão Catador e começou a trabalhar com materiais recicláveis. Vamos à Sdr1:

Sdr1: “ [...] **antes de cata eu trabalhava como empregada doméstica.**[...] **Eu parei de trabalha assim nas casa, né, daí ela me convidou.** [...] **Desde isso eu comecei a ser da associação. Daí um tempo eu saí, daí voltei pra esse galpão aqui. Aqui faz uns três anos que eu tô.**”

(Catador 4, maio de 2018, grifos nossos)

A partir da Sdr1, podemos observar que o envolvimento desse sujeito com a catação de materiais recicláveis deu-se a partir do momento em que não teve mais oportunidade de atuar como empregada doméstica, precisando encontrar outra forma de renda. Assim, não temos um sujeito que se reconhece como catador, pois sua história de vida não está ligada ao ofício da catação, apenas viu neste trabalho uma forma de buscar momentaneamente o sustento para as netos, já que “*parou de trabalhar nas casas*”. O mesmo ocorre com o fato de passar a integrar a associação de catadores, haja vista que quando diz “*eu comecei a ser da associação*”, ignora as condições de pertencer a uma associação, ligadas à defesa dos interesses do grupo de catadores. Entretanto, “associar-se” deveria corresponder à ideia de fortalecimento da classe dos catadores e luta por melhores condições de trabalho e renda.

¹²⁰ Conforme já dito em momentos anteriores, os nomes foram suprimidos como forma de preservar a identidade dos pesquisados, optando-se por identificação por meio de numeração de 1 a 12.

Além disso, retomando o fragmento “*antes de cata eu trabalha como empregada doméstica*”, observamos que este nos aponta, para o fato de que o sujeito em questão tinha outra profissão, sendo o trabalho de catadora uma decorrência da falta de oportunidades no mercado de trabalho, pois a catadora não reconhece a catação como opção sua, assim como considera o trabalho de empregada doméstica. Do contrário, por exemplo, se considerasse os dois ofícios como ocupações da mesma escala de importância, a formulação poderia ser “*agora eu trabalho como catadora, mas eu já trabalhei como empregada doméstica*”.

Nesse sentido, entendemos que esse sujeito não seria totalmente representativo da Formação Discursiva de Referência do Catador, pois não se reconhece como catador por opção, seu relato nos aponta para este fato. No entanto, inclui-se nesta Fd, assumindo a Posição-Sujeito que chamaremos de Circunstancial (PSCir). Essa tomada de posição ocorre, justamente, porque uma Fd é constitutivamente heterogênea, podendo comportar em seu interior diferentes posições-sujeito.

Segundo o relato do sujeito em questão, uma mulher de 69 anos, ela está em busca de trabalho, qualquer que seja, poderia ser faxineira, balconista, mas devido a fatores como faixa etária avançada e baixa escolaridade, se viu “obrigada” a recorrer à catação. Dizeres como “*Daí um tempo eu sai*” e “*daí voltei*”, asseveram nosso entendimento de que o sujeito de Sdr1 apenas “está como catadora” neste momento, pois quando surgiram outras oportunidades de trabalho, deixou a catação e passou a trabalhar em outro ramo.

Não há, por parte desse sujeito, um comprometimento com a associação, enquanto entidade de classe. O que parece ocorrer é a conveniência de participar da associação e ser uma catadora quando não existem outras oportunidades de trabalho, como empregada doméstica, por exemplo. Portanto, a partir desse recorte, podemos perceber que o sujeito em questão passou a relacionar-se com os catadores porque começou a trabalhar com eles, mas não se reconhece como um trabalhador do ramo, na medida em que esta não foi sua opção de escolha.

É possível pensar aqui tanto em questões de identidade quanto de pertencimento, já que, segundo Bauman (2005) afirma na obra “*Identidade*”, esses conceitos não são sólidos como uma rocha, nem garantidos para toda a

vida, são negociáveis e revogáveis. Isso, porque pela concepção do autor, as decisões do indivíduo, isto é, os caminhos que percorre e a maneira como age, são pontos decisivos tanto para a identidade quanto para o pertencimento do sujeito.

O catador da sequência discursiva de referência 2 (Sdr2) é um jovem de 21 anos, casado, sem filhos e que frequentou até a 7ª série. Relata que morava em um centro urbano maior, a cidade de Florianópolis, onde trabalhava em uma rede de *fast-food*, entretanto, perdeu o emprego e retornou a Cruz Alta, cidade natal, na qual passou a trabalhar como catador.

Sdr 2: “Eu sou filho da “Catadora X¹²¹” que trabalha aqui, daí eu tava em Floripa, daí vim de Floripa pra cá, daí não consegui arruma um serviço, daí eu vim pra cá. É eu não tinha o que fazê, não tinha serviço, não tinha nada, daí eu vim aqui. Lá em Floripa eu trabalhava no Bob’s, mas aqui não deu pra arruma serviço assim.”

(Catador 6, maio de 2018, grifos nossos)

No excerto acima, novamente temos um sujeito que teve de recorrer à catação por falta de oportunidades de trabalho em outros ramos. Isso significa que a catação não foi uma opção do jovem, mas sim, a única oportunidade de trabalho que se apresentou. Conforme pode-se observar no enunciado que abre a Sdr, cuja formulação é “*Eu sou filho da “Catadora X” que trabalha aqui*”, o sujeito se reconhece como catador, a partir da interpelação pela via do trabalho da progenitora, produzida pelo domínio da memória.

Pensar em memória em Análise de Discurso é, desde sempre, colocar em contato a linguagem com a história. Courtine (2014), em “*Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*”, afirma que um domínio de memória diz respeito a uma rede de formulações a partir das quais pode-se observar os efeitos de memória de um enunciado em um discurso. Esses efeitos podem representar uma lembrança, uma redefinição, bem como um esquecimento ou uma ruptura com algo já-dito. No caso do sujeito da Sdr2,

¹²¹ O nome foi ocultado em respeito ao entrevistado, passando a denominar-se como “Catadora X”.

pelo efeito da memória, ele se reconhece como catador a partir do modo como vê a mãe ser interpelada pela profissão de catadora.

Ao relatar “*não consegui arruma um serviço, daí eu vim pra cá. É eu não tinha o que fazê, não tinha serviço, não tinha nada, daí eu vim aqui.*”, o sujeito demarca no seu discurso a pouca ou nenhuma expressão que o ofício da catação tem no mundo do trabalho, haja vista que não o considera como um “*serviço*”.

Essas pistas linguísticas nos apontam para um catador que considera a catação como um “*bico*”, para o qual recorrem aqueles que não têm “*o que fazê*”, isto é, nada para trabalhar. Assim, o “*catar*” é, segundo o dizer desse sujeito, uma atividade que fica aquém daquela de atendente na rede de *fast-food*, como observa-se em “*Lá em Floripa eu trabalhava no Bob’s, mas aqui não deu pra arruma serviço assim.*”. Ou seja, “*catar*” e ser “*atendente de lanchonete*” são ocupações que têm escalas de importância bastante diferentes, provavelmente, devido ao fato do imaginário do sujeito acerca do próprio reconhecimento da sociedade em relação às profissões.

Outro ponto que pode-se destacar na sequência discursiva é a presença de dêiticos de lugar, que marcam no discurso do jovem dois locais como se remetessem a tempos diferentes’, ou seja, enquanto “*lá*”, corresponde a cidade de Florianópolis, lugar e época em que o sujeito estava em uma condição de atendente de lanchonete, portanto que tinha um “*serviço*”, “*cá*” e “*aqui*” remetem a Cruz Alta, o lugar de poucas oportunidades em que não teve outra opção se não *catar*. Cabe pontuar que, embora se tratem de suas cidades com tamanho e contingente populacionais bem diferentes, logo com discrepâncias em termos de ofertas de trabalho, o sujeito em questão situa-se em um contingente de pessoas que possuem pouca ou nenhuma escolarização, já que cursou apenas até a 7ª série, e que não possui preparo para trabalhos que exigem maiores complexidades. Dessa forma, a catação acabou por apresentar-se como a única oportunidade, pois não coube ao jovem optar por um ou outro trabalho.

Portanto, diremos que o sujeito da Sdr2, assume a Posição-sujeito Circunstancial (PSCir), justamente porque, assim como o da Sdr1, a catação não foi uma escolha, apresentando-se como um “*bico*” ou “*quebra-galho*” enquanto não houver outras oportunidades de trabalho.

Convém, entretanto, ressaltar que, diferente do cenário que temos em Sdr1, o sujeito da Sdr2 relaciona-se em um grau diferente com essa posição-sujeito, haja vista que além da falta de outras opções de trabalho, principal circunstância enumerada na Sdr1, esse catador recorre à catação, segundo já pontuado acima, também porque esse é o trabalho de sua progenitora. E, aqui, mesmo que de forma inconsciente, houve um processo de interpelação.

A Sdr3 é recortada da interlocução com uma catadora de 19 anos, que mora com os pais e um irmão, tem ensino médio completo e que passou a trabalhar na catação por influência da família.

Sdr 3: ***“Eu comecei trabalha aqui porque meu irmão trabalhava aqui e eu largava, largava currículo e não conseguia emprego. Ninguém tinha nada. Daí quando eu terminei o colégio meu irmão disse que ia me trazer pra cá, porque aqui pelo menos eu tinha um dinheirinho e ia trabalha e não ia fica em casa como eu ficava antes”.***

(Catador 10, maio de 2018, grifos nossos)

Na Sdr3, a ida desse sujeito para a catação se dá pela repetição de um modelo familiar, uma vez que a catadora, em nenhum momento escolheu essa atividade. A “opção” se deu pela influência do irmão e, obviamente, pela falta de oportunidades, já que relata ter apresentado o currículo em diversos locais, mas não foi contratada. Soma-se a isso a necessidade econômica, como é possível verificar na formulação *“porque aqui pelo menos eu tinha um dinheirinho e ia trabalha e não ia fica em casa como eu ficava antes.”*

A interpelação do sujeito como catador acontece de forma reprodutiva e circunstancial, na medida que a jovem não fez uma escolha, entretanto teve que começar a catar porque *“largava currículo e não conseguia emprego.”*. Dito de outro modo, ao mesmo tempo em que a catação é uma espécie de “herança” de família, também é reflexo da circunstância que se apresentou, pois embora tenha ensino médio completo, não foi possível, provavelmente pela falta de preparo para o mercado de trabalho, encontrar colocação em outro ramo. A enunciação *“Ninguém tinha nada.”*, na tentativa de explicar o porquê teve de recorrer à catação, assevera nosso entendimento de que trata-

se de um sujeito que assume uma posição de sujeito circunstancial - PSCir, haja vista que, certamente, no momento em que surgir uma oportunidade em outra área, a jovem migrará.

Ainda acerca da materialidade dessa Sdr, também nos chama atenção o uso dos sintagmas “*trabalha / trabalhava*” e “*emprego*”. Em específico, porque é possível observar que quando o sujeito se refere ao ofício da catação há relação “*comecei trabalha aqui porque meu irmão **trabalhava***” e “*ia **trabalha** e não ia fica em casa*”. Já quando o sujeito enuncia sobre suas várias tentativas fracassadas de ingressar em outro ramo, a designação escolhida para referir-se a outras atividades as quais concorreu é “*emprego*”, que pode ser ilustrada por “*eu largava, largava currículo e não conseguia **emprego***”. Dessa forma, essas pistas apontam para o fato de que a jovem considera a catação um trabalho, reforçando a ideia de uso da força física, de trabalhar, de labutar, como é a ação diária do catador, que precisa sair à rua para catar, fazendo percursos extensos, carregar peso, manusear objetos descartados de toda ordem, enquanto o emprego não necessariamente envolveria esforço físico intenso, como ser secretária, balconista, entre outros.

Se as sequências analisadas até aqui nos apontam para um sujeito, cujo ingresso na atividade da catação é favorecido apenas pelas circunstâncias, ou seja, até encontrar uma outra alternativa de trabalho ou retornar à atividade que realizava antes, no prosseguimento desta seção vamos focar nossas análises em formulações nas quais acompanhamos outras tomadas de posição dos sujeitos dentro da Formação Discursiva do Catador (FDC), ilustrando a heterogeneidade enquanto constitutiva da Fd.

Veremos que, da mesma forma que há aqueles que “estão” como catadores, mas não pretendem ficar, há aqueles que têm suas histórias de vida entrelaçadas com o ofício da catação.

A Sdr 4 é um recorte da interlocução com uma mulher de 60 anos, mãe de quatro filhos e que está ajudando a criar os netos. Como a maioria dos sujeitos desta pesquisa, também precisou interromper a trajetória escolar para trabalhar, frequentando até a 4ª série. Vamos a ela:

Sdr4: “Eu comecei lá no início e vim vindo. Então a primeira associação eu trabalhei. Depois quando tava todo aquele, comê que eu vou te dize, quando tava tudo pronto pra começa trabalha que lá na ACCA¹²², lá nos Funcionários¹²³. Ali foi a primeira associação que e trabalhei. Então a gente ia cata de carrinho. A gente saia às 4 e meia da manhã, aquilo era uma coisa muito bonita, muito linda, porque foi aquele começo. Era sofrido bastante, porque tinha gente já velha, né. Que nem eu que precisava daquele trabalho ali pra sobreviver. A gente foi muito, muito, muito mal tratado pela sociedade, né.”

(Catador 1, maio de 2018, grifos nossos)

Nesta sequência discursiva, temos um sujeito que se reconhece como catador, cuja história de vida e de trabalho está relacionada à catação e à organização da primeira associação em Cruz Alta. Isso pode ser verificado em “*Eu comecei lá no início e vim vindo. Então a primeira associação eu trabalhei.*”

No início da primeira associação de catadores na cidade, o trabalho era ainda mais difícil, já que além de ser um período de mobilização dos catadores enquanto classe, o movimento encontrou uma forte resistência da comunidade em relação ao trabalho desses sujeitos, pois eram conhecidos por deixarem desorganizadas as lixeiras, contêineres e calçadas onde era depositado o lixo, bem como por “atrapalharem” o trânsito da cidade. Isso, pode ser ilustrado pela seguinte formulação: “*A gente foi muito, muito, muito mal tratado pela sociedade, né.*” Enunciações como essa remetem à representação imaginária do sujeito catador sobre sua profissão no interior da Formação Discursiva do Catador (FDC), a qual, justamente está relacionada à historicidade do ofício da catação, remontando a um sujeito discriminado e marginalizado pela sociedade.

Entretanto, mesmo com as dificuldades relatadas, percebe-se no dizer da catadora uma espécie de “encantamento” ao relatar como era o começo de cada dia de trabalho nos primórdios da associação: “*A gente saia às 4 e meia da manhã, aquilo era uma coisa muito bonita, muito linda, porque foi aquele começo. Era sofrido bastante*”. É, portanto, um catador que resiste às contrariedades, pois, ao contrário das sequências analisadas anteriormente,

¹²² Associação dos Catadores de Cruz Alta, primeira associação de catadores de materiais recicláveis de Cruz Alta.

¹²³ Bairro dos Funcionários.

não recorre à catação porque perdeu o emprego ou para complementar renda. É um sujeito que assume a Posição-sujeito Catador (PSC), independente das circunstâncias.

No excerto, percebe-se que o uso dos sintagmas “*trabalhei*”, “*trabalha*” e “*trabalho*”, adquire sentido, de modo diferente da Sdr3, onde o sujeito trata este tipo de trabalho não como escolha. Aqui, esses termos, além de relacionados ao esforço físico para realizar uma atividade e à necessidade para sobrevivência, têm relação com a satisfação pessoal e com o reconhecimento de que catar é um ofício que faz parte da história de vida do sujeito, um emprego, como outro qualquer.

Também verifica-se o uso do termo “a *gente*”, o qual remete a uma consciência de coletividade, ou seja, do “nós” enquanto grupo de catadores. Isso, pode ser verificado em afirmações como “*a gente ia cata de carrinho.*”, “*A gente saia às 4 e meia da manhã*” e “*A gente foi muito, muito, muito mal tratado*”. Essas enunciações encaminham para um sujeito que fala do coletivo, até mesmo quando fala do preconceito que sofreu da sociedade, como é o caso do último fragmento, que se enxerga como membro da associação, Embora ainda insipiente e, provavelmente, sem uma formação política, entendemos que o fato de o sujeito enxergar-se como parte de um grupo e não pensar do ponto de vista da individualidade, é o primeiro passo para caracterizar o despertar da consciência de classe para esse sujeito.

Podemos aproximar essa condição daquilo que Marx (1996a/1996b), em “O Capital”, chama de consciência “para si”¹²⁴, ou seja, quando o sujeito adquire consciência para emergência de classe, bem como toma ciência dos antagonismos de classe. É a apropriação da realidade. Em vista disso, entendemos que, mesmo em uma condição embrionária, a consciência de coletivo dessa catadora, é um primeiro passo para a superação da alienação, pois, ao fazer parte da associação, ela começou a perceber que seus problemas eram comuns aos outros, isto é, o “eu” deu espaço ao “nós”.

A Sdr5 é um recorte feito a partir da interlocução com o catador 5. Trata-se de uma mulher de 31 anos, casada, mãe de três filhos, que estudou até a 3ª série, mas não completou. A catadora relata que o marido é pedreiro,

¹²⁴ A questão da consciência “de si” e “para si” também é tratada por Marx e Engels na obra “*A ideologia alemã*” e, por Marx, em “*Manuscritos Econômico-Filosóficos*”.

entretanto está com problemas de saúde e, portanto, coube a ela ser o “arrimo” da família.

Sdr5: *“Eu tenho marido [...]. Daí sou só eu que trabalho na catação, ele trabalha como pedreiro [...] eu fui largando aos pouquinho, fiquei só com uma casa pra faxina, só que daí deu esse problema de saúde no meu marido [...]. **Daí eu procurei as gurias e voltei. Quando aparece também faço as faxina, porque fico só eu pra sustenta a casa, né, trabalhando aqui no galpão.**”*

(Catador 5, maio de 2018, grifos nossos)

O sujeito de Sdr5 é uma mulher que sempre trabalhou na catação, porém, como o marido era pedreiro e obtinha uma boa renda, acabou, por alguns períodos, desligando-se da atividade, permanecendo apenas com faxinas em algumas residências para complementar os “ganhos” do casal. Com o problema de saúde do marido, a situação foi se complicando e ela teve de sustentar a família sozinha. Por isso, retornou à catação e continua recorrendo às faxinas para complementar a renda, conforme verifica-se em *“Daí eu procurei as gurias e voltei. Quando aparece também faço as faxina, porque fico só eu pra sustenta a casa”*.

Diferente da situação expressa pela catadora da Sdr1, a qual recorreu à catação porque perdeu o emprego como empregada doméstica, portanto só foi catar devido a uma circunstância, a catadora da Sdr5 se relaciona de modo distinto com o ofício da catação, assumindo Posição-sujeito Catador (PSC). Dito de outro modo, ao contrário do que observa-se na Sdr1, o sujeito de Sdr5 sempre teve como principal forma de renda a catação, sendo a faxina apenas uma atividade de complementação ao sustento da família.

Situação semelhante à catadora da Sdr5, acompanhamos na interlocução ao sujeito da Sdr 6. Trata-se de uma mulher de 50 anos, mãe de três filhos, com escolaridade até a 5ª série incompleta, cujo marido também está desempregado e passa por problemas de saúde, cabendo a ela, portanto, sustentar à família.

Sdr6: *“Meu esposo é doente, não pode trabalha, tá com desgaste no osso da perna. Até hoje ele tá em Ibirubá, num tipo de curandor, sabe? E vamo vê quando ele vim. Faz mais de ano que ele não pode trabalha. **Eu trabalho aqui na reciclagem porque a gente não encontra outro tipo de serviço.** Eu era lá do outro galpão, do Jardim Primavera, faz dois mês que eu tô aqui. **Antes eu tava no outro galpão.** Mas eu nunca tinha trabalhado de catadora, eu **fiquei averiguando os colega, fui me informando, daí perguntei como que fazia pra entra na associação. Daí eles me ensinaram a ir na Unicruz e fazê o cadastro. Fui, esperei um bom tempo, daí me chamaram.**”*

(Catador 9, maio de 2018, grifos nossos)

Em um primeiro momento da interlocução, o sujeito dessa sequência discursiva relata que está na catação porque não encontrou outra oportunidade de trabalho, conforme afirma em *“Eu trabalho aqui na reciclagem porque a gente não encontra outro tipo de serviço.”* Porém, na sequência, informa que já trabalhou em outro galpão de associação de catadores e que observava os “colegas”, inclusive buscando informações de como fazer para associar-se, o que verifica-se no seguinte fragmento: *“Antes eu tava no outro galpão. [...] eu fiquei averiguando os colega, fui me informando, daí perguntei como que fazia pra entra na associação.”* Além de ter esperado um tempo para poder cadastrar-se e trabalhar como catadora, como é possível observar a partir de *“Daí eles me ensinaram a ir na Unicruz e fazê o cadastro. Fui, esperei um bom tempo, daí me chamaram.”*

O relato nos mostra que trata-se de um processo de identificação constituído diante das circunstâncias vividas. O sujeito passa a reconhecer-se com os demais catadores por conviver com eles “em outro galpão”

Assim, mesmo que durante sua vida esse sujeito tenha trocado de associação, sua identidade de catador e associado emerge no discurso. Trata-se, portanto, de um sujeito que assume Posição-sujeito Catador (PSC). Evidentemente, que o modo como esse sujeito se relaciona com a catação e com a associação, não está no mesmo grau que acompanhamos no sujeito da SDr4.

A Sdr7 foi recortada de uma interlocução com um homem de 45 anos, que mora com a esposa e três filhos, sendo um com 19, outro com 15 e o mais novo com 12 anos de idade. As chances de frequentar a escola formal foram

poucas, pois o catador tem a 5ª série incompleta. Ele relata que, além dele, sua companheira também trabalha como catadora na mesma associação. Passemos à Sdr:

Sdr7: “[...] *minha esposa trabalha aqui comigo. Eu, antes de vir pro projeto, já trabalhava já com a carroça. Faz uns 25 anos que eu trabalho na rua catando. Daí na associação eu tô faz uns três ano.*”
(Catador 11, maio de 2018, grifos nossos)

Como podemos constatar a partir desse excerto, para esse sujeito, a catação não é vista como um “quebra-galho” ou “bico” e, nem para sua esposa, já que o casal trabalha junto. Temos, nessa Sdr, assim como nas interlocuções com os catadores de Sdr2 e Sdr3, a presença da família na catação. O ponto que difere é o aspecto que nesta Sdr é o casal que trabalha catando, logo, isso significa que a parcela mais importante da renda da família provém dos materiais recicláveis, pois, dos três filhos, apenas um é maior de idade e pode trabalhar. Outro ponto que pode-se observar é o fato do homem ter sua história de vida e de trabalho entrelaçadas à catação, pois o catador relata que “*Faz uns 25 anos que eu trabalho na rua catando.*”

Esse sujeito não só está como catador, mas também se reconhece como catador e associado, haja vista que enuncia que “*antes de vir pro projeto, já trabalhava já com a carroça.*”. Esse fragmento também indica o entendimento do catador de que é importante participar da associação de catadores. Isso, porque, embora já estivesse trabalhando sozinho na catação há 25 anos, portanto habituado ao trabalho individual, preferiu associar-se e atuar em grupo.

É importante destacar o alcance social do Projeto “Profissão Catador”, pois além da visibilidade que deu ao trabalho dos catadores de Cruz Alta, conscientizando a comunidade e oferecendo formação política a esses sujeitos, talvez, um dos motivos que tenha contribuído para essa decisão de integrar a associação, é o fato de “fugir” da exploração dos comerciantes intermediários de materiais recicláveis. Aqueles catadores que ainda preferem trabalhar sozinhos acabam tendo que vender o material que catam aos “atravessadores” e, por consequência, são explorados porque recebem um valor bem menor aos

praticados no mercado. Já aqueles que participam do Projeto, têm a possibilidade de transportar o material até as empresas recicladoras, haja vista que as associações têm dois caminhões próprios para esse fim. Soma-se a isso, o fato de que na coletividade, a quantidade de materiais catados é bem maior, possibilitando que os catadores tenham mais força de negociar o valor pelo seu trabalho, inclusive, podendo escolher para qual empresa vão vender.

Ao falar, o sujeito de Sdr7 assume de modo consciente a Posição-sujeito Catador (PSC), pois, como já assinalado, sua história de vida está relacionada à catação de materiais recicláveis, o que faz com que ele se reconheça como catador. É um sujeito que se relaciona com a catação como trabalho, portanto não há contradição entre o sujeito da enunciação e o sujeito da Formação Discursiva, uma vez que já trabalhava no ofício antes. Desse modo, ele busca a Associação porque ser carroceiro, ou seja, um catador isolado, não lhe permite sobreviver.

Considerando as Sdrs analisadas nesta seção, verifica-se que os sujeitos têm relações heterogêneas com o trabalho de catação, a partir das quais assumem posições bastante distintas, a Posição-sujeito Circunstancial (PSCir) em que os sujeitos não se reconhecem como catadores senão pela necessidade de sobreviver e a Posição-sujeito Catador (PSC), na qual o trabalho com materiais recicláveis e a migração do trabalho individual para o coletivo faz parte da história de vida dos sujeitos.

São justamente essas diferentes formas do sujeito relacionar-se com os saberes que circulam na FDC, que permitem compreendermos a própria condição de heterogeneidade da formação discursiva.

Nas interlocuções das Sdrs 1, 2 e 3, nas quais o catador enuncia em PSCir, observou-se que os sujeitos, de maneira geral, recorreram ao trabalho com os materiais recicláveis apenas por um determinado momento, com a possibilidade de “abandonarem”, caso surjam outras oportunidades de renda. São sujeitos que enxergam a catação como um “bico” e que tiveram de começar a catar pelas circunstâncias que se apresentaram. Em virtude disso, entendemos que a forma com que esses sujeitos se relacionam com a catação, apenas por interesse momentâneo e sem levar em conta as questões que envolvem a coletividade das associações enquanto entidades de classe, implica uma não identificação do sujeito da enunciação e do sujeito universal

da FDC. Dizemos isso, porque compreendemos que o fato de “encararem” a catação apenas como um “quebra-galho” retoma, embora de maneira indireta, às circunstâncias históricas do trabalho com materiais recicláveis do século XIX¹²⁵, época em que os catadores eram controlados e combatidos pela sociedade.

Por outro lado, nas Sdrs 4, 5, 6 e 7, nas quais o sujeito fala em PSC, nota-se uma forma diferente de relação com a atividade, haja vista que a catação está ligada não apenas com o trabalho, mas, também, com a história de vida desses sujeitos. Grande parte deles, antes mesmo da constituição das Associações, já trabalhava como catador. Entende-se que o fato de permanecerem como catadores durante toda a vida, primeiro como carroceiros na atividade isolada e, depois, como associados, é também uma forma de resistência à sociedade, contrapondo-se ao imaginário de exclusão e segregação social.

Também cabe pontuar acerca das interlocuções em que o sujeito assume PSC, que a relação com a catação e com os saberes de classe varia em diferentes graus. Podemos ilustrar essa variação tomando as Sdrs 4 e 5. Na Sdr4, o sujeito, no caso uma mulher, além reconhecer-se como catadora e ter toda a história de vida ligada ao trabalho com materiais recicláveis, já demonstra, mesmo que de maneira embrionária, a partir da coletividade, uma consciência de classe. Já na Sdr5, mesmo que se reconheça como catadora, houve períodos em que se distanciou da atividade, inclusive trabalhando como faxineira, embora essa não fosse sua atividade principal. Além disso, outro ponto que evidencia a variação que apontamos, é o fato desse sujeito não fazer referência à associação, apenas ao aspecto de “sair e voltar” da catação, o que demonstra que não há um entendimento desse sujeito nem acerca da coletividade e, muito menos, da associação enquanto entidade de classe.

Para efeito de fechamento desta seção, é importante assinalar que refletir acerca das formações imaginárias concretizadas através das “falas de

¹²⁵ Segundo Pinhel (2013) aborda em “*Do lixo à cidadania*”, quando a catação passou a ser alternativa de trabalho, ainda no século XIX, os catadores eram controlados e combatidos por buscarem de forma desordenada os seus materiais, quase sempre revirando o lixo depositado nas calçadas e *contêineres*, comprometendo, dessa forma, a limpeza das cidades. Somente no XX, foi que a atividade mudou de caráter como resultado do incremento da indústria gráfica, mas sobretudo, mas também de outros materiais como sucatas e plásticos, haja vista que o Brasil, mudou o tipo e a quantidade de resíduos sólidos produzidos.

si”, enquanto um relato sobre as oportunidades e escolhas dos entrevistados, nos permitiu pensar sobre a identidade desses sujeitos como catadores. Convém ressaltar que as tomadas de posição estão fortemente ligadas aos resultados das escolhas desses sujeitos, que podem não ser totalmente conscientes. Em outras palavras, a forma com que eles se relacionam com a catação é determinante para a percepção, mais ou menos consciente, da condição desse sujeito como catador.

3.5 Olhares sobre as relações de produção dos catadores de materiais recicláveis

Como dito no item 3.3.1 deste trabalho, no qual abordamos a constituição do *corpus* de pesquisa, neste estudo, os sujeitos pesquisados foram interpelados por um questionamento inicial, bem como por 7 (sete) questões norteadoras. Assim, as duas próximas subseções, ou seja, 3.5.1 e 3.5.2, compreendem as análises das sequências discursivas recortadas a partir das respostas dos catadores aos quatro primeiros questionamentos do Roteiro de Pesquisa e têm como objetivo observar as relações de produção desses sujeitos, olhando para os sentidos que emergem a partir de aspectos como o entendimento de associação, os motivos de filiação à entidade de classe, a organização das associações e negociação dos materiais recicláveis.

3.5.1 Associar-se: o embrião para despertar a consciência de classe?

Sob a ótica marxista, as pessoas ocupam lugares distintos na estrutura social. Dito de outro modo, a sociedade moderna é estratificada em classes sociais, numa divisão que se dá entre aqueles que detêm os meios de produção, ou seja, os detentores dos bens de produção, e aqueles que vendem a sua força de trabalho, os operários, trabalhadores braçais, manuais, técnicos, etc.

Embora essa definição da relação entre os meios de produção e a exploração da força de trabalho possa parecer simples, é preciso que se registre que não é. São conceitos complexos, porém bastante importantes para que, na sequência desta seção, possamos investigar as relações de produção

dos catadores de materiais recicláveis do Projeto “Profissão Catador”, que são o foco desta escrita. Em específico, olharemos para os sentidos envolvidos acerca do entendimento e participação desses sujeitos nas associações.

O modo de produção, na ótica de Marx (2008)¹²⁶, na obra “*Contribuição à crítica da economia política*”, condiciona não só o desenvolvimento da vida social dos homens, mas também as dimensões política, intelectual, ideológica, etc. Segundo o autor, na produção social da própria sua existência, “[...] os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.” (MARX, 2008, p.47). É justamente a totalidade dessas relações de produção que constitui a estrutura econômica da sociedade.

Na sociedade burguesa, na qual há um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos, as mercadorias têm um valor de uso e um valor de troca. Os valores de uso são, de modo imediato, meios de existência. De acordo com Marx (2008, p. 53), “[...] esses meios de existência são produtos da vida social, resultado da força vital gasta pelo homem, de trabalho objetivado.” Já os valores de troca são criados pelo trabalho geral-abstrato. Assim, para que o trabalho crie valor de troca, diante dessa perspectiva, é preciso que esteja determinado socialmente. Em outras palavras, é preciso que tenha valor reconhecido pela sociedade.

Diante dessa conjuntura, vale parar e perguntar: se o trabalho vale pelo reconhecimento social, “quanto vale” o trabalho dos catadores de materiais recicláveis?

Nossa intenção não é responder a esse questionamento, mas, apenas, refletir acerca desse contexto em que estão os sujeitos de nossa pesquisa, os quais, até o século passado, no âmbito histórico geral¹²⁷, eram marginalizados pela sociedade. Essa realidade não era diferente com os catadores de materiais recicláveis na cidade de Cruz Alta que, mesmo depois da criação do projeto “Profissão Catador”, o qual veio trabalhar entre tantos aspectos a

¹²⁶ Destaca-se que originalmente esta obra foi publicada sob o título “*Zur Kritik der Politischen Oekonomie*”, no ano de 1908.

¹²⁷ Segundo assinala Pinhel (2013), em “*Do lixo à cidadania*”, cujas discussões já realizamos na seção “3.1 Do lixeiro ao catador de materiais recicláveis: as condições de emergência desse sujeito”.

sensibilização da comunidade, ainda sofrem discriminação pelo trabalho que realizam. Sobre isso, é preciso assinalar que entendemos que a falta de reconhecimento social não se dá apenas pela forma como trabalham¹²⁸, mas, sobretudo, com o que trabalham, isto é, rejeitos, detritos, objetos descartados pelo outro, “lixo”, cujos valores de uso na sociedade são inexpressivos em termos de valor de uso para quem descarta

Nos termos de Marx, há de se esclarecer que a materialização entre o valor de uso e o valor de troca dão origem àquilo que chamamos de mercadoria, cujo processo de produção se dá pela soma do processo de trabalho e do processo de formação de valor. Para o autor, então, a passagem do trabalho real para o trabalho que cria o valor de troca, ou seja, trabalho remunerado e com valor social determinado, se dá pela divisão do trabalho.

O modo de produção capitalista subjaz, desde sempre, contradições entre os detentores dos meios de produção e o proletariado, haja vista que a partir desse modelo, cuja Revolução Industrial representou a consolidação, houve a concentração de trabalhadores nos mesmos espaços, submetidos a regimes de trabalho assalariado.

Conforme as palavras de Marx (1985), registradas em “*Miséria da Filosofia*”¹²⁹, a dominação do capital criou uma massa em situação comum e interesses comuns, que já se constitui em uma classe “em si”, porém não é “para si”. A passagem da consciência de classe “em si” para a emergência de uma consciência de classe “para si” só acontece a partir da luta de classes, quando a massa se reúne e os interesses defendidos tornam-se interesses de classe.

De acordo com o que assinala o filósofo marxista Mészáros (2008), na obra “*Filosofia, ideologia e ciência social*”, a questão da consciência em Marx é inseparável do reconhecimento do interesse de classe e tem como base a posição social das diferentes classes na estrutura da sociedade. Para ilustrar essa afirmação, Mészáros recorre a uma passagem de Marx na obra “*O capital*

¹²⁸ A partir do Projeto, do qual fazem parte a maioria dos catadores de Cruz Alta, esses sujeitos tiveram suas rotinas produtivas organizadas, tanto no que tange à área de atuação quanto ao horário e formas corretas de recolher o material, evitando, assim, complicações em relação ao trânsito urbano e a acidentes de trabalho.

¹²⁹ Para fins deste estudo estamos utilizando a versão da obra em língua Portuguesa. Destaca-se que as primeiras publicações da obra aconteceram, respectivamente, em Paris (França) e em Bruxelas (Bélgica), no ano de 1847.

– *tomo I*¹³⁰, na qual o autor menciona que seria mais fácil a Igreja Anglicana da Inglaterra perdoar um “ataque” a 38 dos seus 39 artigos de fé do que perdoar a um “ataque” de 1/39 da sua renda.

Dessa forma, percebe-se que a questão da propriedade, isto é, da renda, está sobreposta a qualquer outro aspecto, até mesmo revelando-se acima de princípios básicos de existência das instituições, como é o caso dos artigos da Igreja Anglicana, que fundamentam a fé da Instituição.

A constituição de uma classe na nossa pesquisa a dominada, se dá, efetivamente, segundo afirmam Marx e Engels (2001) em “*A ideologia alemã*”, quando os sujeitos tomam consciência da realidade na qual estão envolvidos, ou seja, da sua condição de explorados e, a partir disso, passam a “lutar” contra a classe dominante. Essa luta que defende os interesses de classe é política, em virtude da consciência que os sujeitos adquirem sobre seus lugares sociais nas relações de produção; justamente por isso, os autores apontam que ao chegar a esse momento o sujeito já alcançou a consciência de classe “para si”, pois já é capaz de expressar suas reivindicações enquanto coletividade.

Convém pontuar, que a mudança de consciência de classe “em si” para consciência “para si” não é algo mecânico, isto é, não está ligada automaticamente à subordinação econômica dos sujeitos no processo produtivo, pois alguns fatores, como a acumulação do capital, a partir da proliferação das indústrias e a exploração e a existência da aglomeração dos trabalhadores do período pós Revolução Industrial, são determinantes para a emergência de um novo contexto.

Dizemos isso, tomando por base as observações de Marx e Engels (2001), os quais consideram que entre os camponeses seria mais difícil de desenvolver a consciência de classe do que entre os operários de “chão de fábrica”, pois entre estes, há condições que fomentam o desenvolvimento dos interesses de classe. Enquanto os camponeses produzem de forma mais isolada e alienada. É justamente esse o contexto embrionário para a organização desses sujeitos em entidades como sindicatos e associações.

¹³⁰ A menção de Marx a esta passagem está registrada na página 131. (MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996a).

Há, portanto, diferenças entre a situação objetiva de uma classe, ou seja, a condição de classe, e a consciência subjetiva dessa situação, a consciência de classe. A emergência da consciência de classe se dá pelo conhecimento e apropriação da realidade do sujeito em relação ao seu papel no processo de produção, pela luta política, pelo engajamento acerca dos interesses da coletividade.

Diante do exposto e, retomando a situação dos investigados nesta pesquisa, é preciso assinalar então que, o fato de os catadores de materiais recicláveis estarem organizados em associações, ainda que ofereça condições para o despertar da consciência de classe “para si”, não é garantia de que esses sujeitos tenham chegado a essa tomada de consciência. Eis porque nossas questões, a partir da análise das sequências discursivas recortadas das falas dos catadores, buscam investigar se a condição de classe desses sujeitos é percebida e vivenciada como consciência de classe.

As sequências discursivas que serão analisadas a seguir são recortes das interlocuções diante dos questionamentos 1 e 2, que integram o roteiro das entrevistas¹³¹. A partir da pergunta “*O que representa uma associação para você?*” (1), queremos observar qual é a importância de associar-se a uma entidade de classe e que sentidos estão envolvidos em relação a uma associação do ponto de vista dos catadores. Já com o segundo questionamento, cuja formulação é “*Qual o sentido de se filiar a uma associação?*”, pretendemos verificar como a consciência de classe emerge na vida desses trabalhadores.

No primeiro grupo de sequências discursivas de referência, trabalharemos com recortes selecionados nas respostas dos catadores à questão 1. Para efeito de retomada¹³², cabe, aqui, destacar que segundo Pinhel (2013) registra em “*Do lixo à cidadania*”, uma associação de catadores, diferente de uma cooperativa, que visa apenas viabilizar a questão produtiva de seus cooperados junto ao mercado, tem como objetivo promover a assistência social, educacional, cultural, bem como a representação política e a defesa de

¹³¹ Localizado no Anexo 1 deste estudo.

¹³² Já pontuamos, a partir de Pinhel (2013), acerca dos objetivos de uma associação no Capítulo 3, na seção “3.1 *Do lixeiro ao catador de materiais recicláveis: as condições de emergência desse sujeito*”.

interesses de classe dos catadores. Observada a especificidade, vamos às sequências discursivas recortadas:

Sdr8: “*Uma **união** né! Uma **união**. Pra mim representa assim oh: se o catador não for **unido** ele **não vai chegar a lugar nenhum**, por isto as associações a gente **sempre** tem **reunião** e daí a gente **sempre** fala sobre a **união**, porque pra nós é **muito importante** ser **unidos** né. Em tudo nós somos **unidos**, graças a Deus e esse galpão aqui nós somos **muito unido**.”*

(Catador 1, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr9: “*Uma **associação** é uma **família**. A gente **trabalha tudo unido**. Se um precisa o outro **ajuda**. Quando um tá doente o outro **ajuda**. Se tu tá **sozinho**, tu vai **sozinho**, mas tu **não tem ninguém**. Tu fica **sozinha** e assim **não**, aqui é que **nem uma família**, porque eu **aprendi muita coisa depois que eu vim pra cá**.”*

(Catador 3, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr10: “*É **trabalha em conjunto**. A gente sabe da **necessidade** da gente, mas vale mais, mas o que mais vale parece que a gente **convive mais aqui do que em casa**. É uma **família**. É a **segunda família** da gente.”*

(Catador 5, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr11: “*Como te disse, eu **faz 25 anos que sô catador**. **Faz três que tô na associação**. **Aqui a gente tem uma melhoria na condição do trabalho**. **Pra nós, aqui dentro da associação nós temos mais vantagem** do que se tivesse trabalhando **sozinho com a carroça**.”*

(Catador 11, maio de 2018, grifos nossos)

Na Sdr8, verifica-se que o sujeito atrela ao substantivo associação a estar junto dos outros, à coletividade. Há, nessa sequência discursiva, a repetição dos termos “união” e suas variações “unido” e “unidos”. Se tomarmos o substantivo “união”¹³³ em um dicionário, teremos o verbete definido como “1. ato ou efeito de unir-se; 2. junção, ligação, adesão; 3. contato, justaposição; 4. pacto, aliança, liga; 5. reunião de forças, de vontades, etc.”.

¹³³ A definição está disponível no Novo Dicionário Aurélio Eletrônico da Língua Portuguesa (2012).

Como ilustração do uso de “*união*” na fala desse catador, podemos tomar as seguintes formulações: “*Uma **união** né! Uma **união***” e “*a gente sempre tem reunião e daí a gente sempre fala sobre a **união***”. Já os sintagmas adjetivo “*unido*” ou “*unidos*”, estão presentes em enunciados como “*se o catador não for **unido** ele não vai chegar a lugar nenhum*”, “*porque pra nós é **muito importante** ser **unidos** né.*”, “*Em tudo nós somos **unidos***” e “*esse galpão aqui nós somos **muito unido***”.

Em Análise de Discurso, pensar em repetição é acionar a memória discursiva que, nos termos de Pêcheux (1999), no texto “*O papel da memória*”, representa a existência de um jogo de forças entre o repetível, a estabilidade e a (re)significação. De acordo com Orlandi (2001a), na obra “*Análise de Discurso: princípios e procedimentos*”, nos discursos, há um jogo entre paráfrase e polissemia, isto é, entre o mesmo e o diferente, entre o aquilo que já foi dito e o que há para se dizer, a partir do qual os sujeitos e os sentidos se movimentam e significam. Dito de outro modo, nem sempre a repetição de uma palavra representa a retomada daquele sentido instalado anteriormente. Repetir também pode representar a atualização dos sentidos ou a abertura para um novo.

No caso da Sdr8, entendemos que as sucessivas repetições das palavras “*união*” e de “*unido*” e “*unidos*” têm o objetivo de sustentar a ideia de grupo, de coletividade, a partir da estabilização dos sentidos. No discurso desse catador, esses termos aparecem sempre em oposição a ideias que remetem a estar e trabalhar “*sozinho*”, como pode-se observar em “*se o catador não for **unido** ele **não vai chegar a lugar nenhum***”, ou seja, a “*união*” possibilita que esse sujeito avance, “*chegue a algum lugar*”, já “*sozinho*” “*não vai chegar a lugar nenhum*”. Dessa forma, verifica-se que são formulações que retomam os mesmos sentidos, reafirmando dizeres acerca do princípio que, segundo a fala desse sujeito, norteia as relações nessa associação, a “*união*”. Inclusive, para asseverar a relevância da “*união*” no seu entendimento do que é uma associação, observa-se o emprego do advérbio de intensidade “*muito*” em dois momentos, no enunciado “***muito importante** ser **unidos***” e no final da sequência discursiva, em “*somos **muito unido***”.

Nota-se, também, que o catador emprega o advérbio de tempo “*sempre*”, no sentido de indicar a regularidade tanto das reuniões, a exemplo

do enunciado “**sempre** tem reunião”, quanto da necessidade de falar sobre “união”, com “**sempre** fala sobre a união”. Ainda nessa Sdr, corrobora para a ideia de união, mesmo que de maneira secundária, a expressão típica da oralidade, que indetermina o sujeito, “a gente”, a qual é um indicativo de coletivo, substituindo o pronome “nós”, que também aparece na passagem como forma de invocar a ideia de grupo.

Dessa forma, quando fala acerca do seu entendimento do papel que cumpre uma associação, o sujeito da Sdr8 relaciona a entidade ao substantivo “união”, organizando sua fala em torno de enunciados que convergem para o sentido de coletivo, de grupo.

Entretanto, apesar de dar destaque à coletividade, dizendo que o grupo de catadores é “unido em tudo” e que a “união é muito importante”, percebe-se que esse sujeito não relaciona de modo consciente esse princípio à representação política e à defesa dos interesses de classe. Assim, o que temos é um catador que está ligado à associação mais pela representação simbólico do poder de um coletivo, ou seja, configurando a condição de “classe em si” do que pela consciência “para si”.

Na Sdr 9, observa-se que o catador liga o termo “associação” à “família”, como nas formulações “Uma associação é uma **família**” e “aqui é que nem uma **família**”. Se tomarmos o verbete família¹³⁴ em um dicionário, teremos o seu significado ligado a conjunto ou grupo de pessoas que possuem grau de parentesco entre si e vivem na mesma casa formando um lar e, cujas relações, são pautadas por afeto, harmonia, proteção e apoio. Assim, definir a associação como uma “família”, implica na emergência de sentidos ligados à afetividade, os quais podem ser importantes diante do imaginário desse catador para delinear a entidade a qual participa. Porém **a noção de família não é condição necessária** para a existência de uma associação, que está alicerçada na união de interesses para o fortalecimento e a representatividade política de uma classe de trabalhadores.

Ao definir uma “associação”, o Catador 3 também relaciona a entidade a um lugar em que “*não está sozinho*”, conforme é possível acompanhar nas passagens “Se tu tá **sozinho**, tu vai **sozinho**, mas tu não tem ninguém. Tu fica

¹³⁴ A definição está disponível no Novo Dicionário Aurélio Eletrônico da Língua Portuguesa (2012).

sozinha e assim não". Em nossa ótica, a repetição de "sozinho" e "sozinha" trabalha para configurar a identidade do catador, pois ao usar esses termos o sujeito quer reportar à situação na qual encontrava-se antes de integrar a associação, quando trabalhava como catador autônomo e, por conseguinte, "sozinho".

Ao mesmo tempo em que a associação é um lugar no qual o catador afirma "não estar sozinho", também caracteriza-se como um espaço de cooperação e ajuda mútua, a exemplo do que é possível verificar nas formulações "Se um precisa o outro **ajuda**" e "Quando um tá doente o outro **ajuda**". Essas enunciações recuperam a ideia de grupo e, da mesma forma, remontam à presença do "outro", daquele que "ajuda" independente da situação que gera a necessidade, inclusive questões ligadas à saúde.

Também nos chama atenção na Sdr9, a presença do sintagma verbal "aprender", cujo emprego pode ser ilustrado pelo seguinte fragmento: "*porque eu **aprendi** muita coisa depois que eu vim pra cá.*" Ao trazer para sua fala o termo "*aprendi*", o catador, mesmo que inconscientemente, faz uma comparação entre antes e depois de seu ingresso na associação, pois ressalta que "*depois que eu vim pra cá aprendi muita coisa*". Dessa forma, além de ser um lugar em que pode contar com a "*ajuda*" dos outros catadores, a associação oferece acesso a novos conhecimentos, implicando oportunidades de formação, nos mais diversos âmbitos, como cultural, ambiental, de autogestão.

Portanto, ao dizer acerca do entendimento em relação ao seu lugar na Associação, percebe-se que o Catador 3 mobiliza, em sua maioria, sentidos ligados à afetividade. Prova disso, é que compara a Associação à família, entidade que envolve a união de indivíduos a partir de relações pautadas no carinho, respeito, proteção e solidariedade. Trata-se de um sujeito cujo imaginário de associação corresponde à condição de solidariedade, ou seja, é um catador que está reunido aos demais por um processo de identificação, que foi "colocado" na companhia do outro, porém que ainda não despertou para a consciência de classe.

Na Sdr10, que retomamos a seguir: "*É trabalha em **conjunto**. A gente sabe da necessidade da gente, mas vale mais, mas o que mais vale parece que a gente convive mais aqui do que em casa. É uma **família**. É a segunda*

família da gente”, mesmo que o catador 5 inicie a fala relacionando a associação ao “*trabalho conjunto*”, ou seja, tente manter seu discurso pelo viés do trabalho, da união de forças, sua compreensão sobre a associação recai em torno do sintagma nominal “*família*”. Em outras palavras, o que queremos dizer é que, mesmo que ele tenha se reunido aos demais por questões ligadas ao trabalho e, reconheça que numa associação é preciso trabalhar em “*conjunto*”, o que acaba sendo preponderante para a sua definição de “associação” são os sentidos afetivos. Novamente temos a ênfase em torno de um lugar de carência que a associação preenche para os catadores.

Podemos verificar isso quando o sujeito afirma que embora saiba da necessidade de estar ali, isto é, dos fatores financeiros, admite que o mais significativo é o fato de estar reunido aos demais catadores, de constituírem uma “*família*”, o que pode ser ilustrado por “*mas o que mais vale parece que a gente convive mais aqui do que em casa. É uma família. É a segunda família da gente.*”

A repetição do substantivo “*família*” funciona como uma forma desse catador ratificar que o seu entendimento para o termo associação implica sentidos ligados ao amor, apoio, ao companheirismo. Da mesma forma que observou-se na Sdr9, aqui, a repetibilidade desse termo representa a retomada de um sentido instalado anteriormente, isto é, no enunciado “*É a segunda família da gente*”, temos a mesma rede de sentidos que se instala na enunciação anterior, quando o catador afirma “*É uma família*”.

Ainda considerando a passagem “*É a segunda família da gente*”, também pode-se dizer que o catador constrói uma espécie de comparação com a família “de casa”, aquela constituída diante de laços de parentesco. Isso, porque, mesmo de maneira inconsciente, o uso do numeral “*segunda*” nos faz retomar a “primeira”, ou seja, aquela organizada em torno de pai, mãe, irmãos.

Assim, a exemplo daquilo que verificou-se na Sdr9, o imaginário do catador da Sdr10 acerca de uma associação está alicerçado diante de saberes que remontam a questões afetivas, que convergem para o mesmo sentido daqueles laços que esse sujeito tem com aqueles com quem divide o lar. É, portanto, um sujeito que não reconhece a associação enquanto uma entidade profissional de classe, provavelmente pela ausência de formação política, ratificando a premissa marxista de que o fato de unir os sujeitos pelas

semelhanças de trabalho não é suficiente para que a consciência de classe desperte nos trabalhadores.

Na Sdr11, conforme segue: *“Como te disse, eu faz 25 anos que sô catador. Faz três que tô na associação. Aqui a gente tem uma melhoria na condição do trabalho. Pra nós, aqui dentro da associação nós temos mais vantagem do que se tivesse trabalhando sozinho com a carroça”*, percebe-se, que para este catador, uma associação está relacionada ao lugar que possibilitou a melhoria *“nas condições do trabalho”*, a partir da união com outros catadores.

No início da sequência discursiva, o catador reitera que a sua história enquanto trabalhador tem relação com a catação de materiais recicláveis, como observa-se em *“Como te disse, eu faz 25 anos que sô catador”*. A partir disso, o sujeito organiza sua fala em torno dos aspectos positivos desde o momento em que passou a fazer parte da associação, o que pode ser ilustrado com *“Faz três (anos) que tô na associação. Aqui a gente tem uma melhoria na condição do trabalho”*. Como é possível verificar, essas afirmações apresentam o fato do catador passar a integrar a entidade de classe como uma espécie de “divisor de águas” no seu trabalho. Inclusive, o uso do dêitico de lugar *“aqui”*, que remete a estar dentro da associação, ou seja, na condição de associado, paradoxalmente, nos faz pensar no *“lá”*, isto é, fora da associação, *“antes”* de ser associado, na condição de autônomo, quando as condições de trabalho eram precárias. Dessa forma, podemos dizer que esse dêitico não assinala somente o lugar, mas aponta para uma nova realidade na vida deste sujeito, na qual teve *“melhoria na condição do trabalho”*.

Em específico, a passagem *“Aqui a gente tem uma melhoria na condição do trabalho”*, nos faz pensar que esse catador entende que estar associado dá oportunidade para que possa, a partir da coletividade, buscar melhores condições de trabalho. O enunciado permite entender que temos a emergência de sentidos que apontam, mesmo que de maneira bastante embrionária, para um sujeito que começa a despertar para a consciência de classe *“de si”* e *“para si”*. Dito de outro modo, esse dizer nos encaminha para a percepção de que esse catador já *“entendeu”* que a sua condição de associado possibilita concorrer por melhores condições de trabalho, buscando, portanto, suprir para si, através do coletivo, interesses da sua classe.

A mesma rede de sentidos, organizada em torno das vantagens de estar associado, também pode ser notada no enunciado que fecha a Sdr 11, “*Pra nós, aqui dentro da associação nós temos mais vantagem do que se tivesse trabalhando sozinho com a carroça*”. Na repetição do pronome “nós”, o catador expressa a noção de grupo, de coletividade. Já o dêitico “aqui”, remonta ao sintagma “associação”, reforçando a ideia de que como associado tem “mais vantagem”, ao contrário do que teria “se tivesse trabalhando sozinho”, conforme sua posição. Desse modo, o dêitico “aqui”, ao mesmo tempo em que se refere à associação, também está relacionado às formas através das quais os catadores se identificam como tal através da associação, remontando à ideia de coletividade.

Possivelmente, ao dizer das “vantagens” que tem como associado, o catador refere-se não apenas à melhoria das condições de trabalho do ponto de vista operacional, como um local adequado para separar, enfardar e acondicionar o material recolhido, e acesso a equipamentos de proteção individual (EPI), mas, também, às oportunidades de formação¹³⁵, bem como à ampliação da renda e diminuição da exploração em relação ao seu trabalho, pois, dentro da associação, este catador passou a ter possibilidade de negociar diretamente com as empresas beneficiadoras de materiais recicláveis, logo, sem a presença de “atravessadores”.

Portanto, ao analisarmos a Sdr11, verifica-se que o conceito de associação para esse catador, implica dizeres que apontam para um espaço que possibilitou a melhoria das condições de trabalho. Trata-se de um sujeito que já “assimilou” que uma associação vai além dos sentidos afetivos, pois o fato de estar reunido em um grupo, de trabalhar na coletividade, foi preponderante para que mudanças ocorressem no seu trabalho. Inclusive, mesmo que não diga de maneira explícita, observa-se que ao referir que já é catador há 25 anos, destacando que está na associação há três, quer ressaltar que este período tem sido diferente, um tempo de “*melhoria na condição do*

¹³⁵ A partir do ingresso nas associações do projeto “Profissão Catador”, os catadores têm a oportunidade de participar de oficinas sobre a separação dos materiais recicláveis, como forma de atuarem na conscientização na comunidade; têm atividades de sensibilização sobre a autogestão; bem como têm acesso a oportunidades de alfabetização.

trabalho” e de “*mais vantagem do que se tivesse trabalhando sozinho*”, segundo ele se expressa.

A fim de sintetizar e comparar as concepções sobre associação e os sentidos envolvidos nas falas dos catadores que filiaram-se a essa entidade, propomos o seguinte quadro-síntese:

Quadro 2: Quadro-síntese comparativo de conceitos, sentidos e saberes acerca de “Associação”

Conceito de “Associação” a partir de Pinhel (2013)	Sequência discursiva/ catador	Sentidos e saberes mobilizados pelo catador sobre “Associação”
- Espaço para a promoção de assistência social, educacional, cultural, a representação política e a defesa de interesses de classe.	Sdr8 - Catador 1	- espaço de coletividade, - pela união é possível chegar a algum lugar; - é importante estar unido aos demais para todas as ocasiões;
	Sdr9 - Catador 3	- trabalho unido; - lugar em que não se está sozinho; - espaço de apoio incondicional, em que um precisa e o outro ajuda; - lugar de aprender muita coisa;
	Sdr10 - Catador 5	- um lugar de trabalho conjunto; é um espaço familiar; - lugar de afetividade, assim como em casa; - é a segunda família;
	Sdr11 - Catador 11	- na associação há condições de trabalho melhores do que como trabalhador autônomo; - ser associado traz vantagens;

Fonte: A autora.

A partir do quadro-síntese, observa-se que, tomando como referência metadiscursiva o conceito de Pinhel (2013), para quem uma associação é o espaço que tem como finalidade, a partir da união de trabalhadores, promover a assistência social, a formação educacional, cultural, bem como fomentar a representação política e a defesa de interesses de classe, a concepção do Catador 11 (Sdr11) é a que mais mobiliza saberes relacionados à definição do autor. Isso, porque esse sujeito fala que na associação conseguiu melhorar suas condições de trabalho e que estar associado é uma condição que oferece vantagens.

É preciso ressaltar que, os catadores das Sdrs 8, 9 e 10, relacionam as suas definições de associação com dizeres que remetem a união e à coletividade no trabalho, aspectos que de modo indireto têm ligação com as concepções de Pinhel (2013), já que para ele, uma associação se dá a partir da união de trabalhadores. Entretanto, nessas três sequências discursivas, há saberes que não são pontuados pelo autor, mas que ocupam dimensões de alta relevância no entendimento de uma associação desses sujeitos: o principal deles consiste em relacionar a associação a um espaço de apoio e onde se cultiva o afeto. No conceito desses catadores, a associação ganha caráter de uma família, espaço no qual não se está só e em que se recebe o apoio incondicional para todos os momentos. Uma condição inimaginada quando iniciamos este estudo, mas que precisa ser levada em conta em nossas análises, haja vista que é bastante marcante nas respostas dos catadores e que pode estar ligada ao contexto em que esses sujeitos inseridos quando não estão trabalhando. O que queremos dizer é que, talvez, por não terem um núcleo familiar estruturado, no qual poderiam buscar carinho e apoio, esses sujeitos acabam transferindo esses anseios para as associações. Assim, antes do lugar de trabalho, a associação é o local em que os catadores buscam suprir suas carências afetivas e, por isso, esse espaço passa a ser idealizado como uma família.

Desse modo, as análises evidenciaram que se compararmos a concepção de Pinhel (2013) com as falas dos catadores, veremos que a definição de associação do autor, a qual tomamos como referência metadiscursiva, não corresponde aos saberes preponderantes nas sequências discursivas analisadas. Os sentidos dominantes no dizer desses sujeitos apontam para associação enquanto um espaço familiar, de apoio mútuo, de companheirismo e, portanto, de saberes que desaguam na afetividade.

Considerando, a partir de agora, o questionamento 2 do Roteiro de Questões Norteadoras¹³⁶, cuja formulação é “*Qual o sentido de se filiar a uma associação?*”, queremos verificar como a consciência de classe emerge na vida desses trabalhadores catadores de materiais recicláveis. Para isso, selecionamos as seguintes sequências discursivas de referência:

¹³⁶ Anexo II.

Sdr12: *“Porque assim, no caso eu assim, não sei se vou responder aquilo que tu pergunto certo. Então assim oh, eu, só eu, não podia, eu não ia pode, vinha o material ali, só eu não podia fazê a triagem toda, só eu ia carrega o caminhão? Eu não ia pode. Né! Então a união que se diz, as colegas são todas. Então pra nós faz a triagem, vende e então recebe o nosso dinheiro né.”*

(Catador 1, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr13: *“Muita coisa. Sabe, a gente viaja, tem as viagem da associação, dos catador. Eu já fui pra Porto Alegre por causa da associação e daí a gente aprende muita coisa. A gente aprende a convive, a gente aprende a respeita e tu aprende também com as outra associação que tem, com as outra cooperativa também. Então eu acho muito melhor, porque o que tu não sabe o outro de ensina e já sozinho isso não acontece e daí cada vez tu aprende mais.”*

(Catador 3, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr14: *“Eu gosto né, porque daí a gente se distraí né. Tem os problema. Daí a gente vem pra aqui e a gente compartilha se que. Daí os colega levanta a gente. Se a gente tá triste. Eu gosto né. E trabalha, um renda que a gente vai leva pra casa.”*

(Catador 5, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr15: *“Eu pra mim é um lugar que eu posso trabalha direto, chova ou não. Vento, sol, isso aí, porque pra fora já não daria se chove aqui todo dia dá pra trabalha. Quando eu catava sozinho era só dia de tempo bom, não tinha onde deixa o material.”*

(Catador 11, maio de 2018, grifos nossos)

Na Sdr12, ao falar acerca do motivo de filiar-se a uma associação, percebe-se que, no início de sua fala, ao enunciar *“Porque assim, no caso eu assim, não sei se vou responder aquilo que tu pergunto certo”*, o catador revela certo receio de não responder corretamente àquilo que perguntamos¹³⁷, colocando em dúvida a sua própria capacidade de atender às expectativas do questionamento que fizemos. Isso, acontece a partir do imaginário social de

¹³⁷ É importante lembrar que todas as interlocuções com os catadores foram realizadas por nós (a pesquisadora) nos galpões que funcionam como sede das associações de catadores, portanto eles não foram deslocados de seus locais de trabalho para a pesquisa. Além disso, a grande maioria dos sujeitos investigados já havia tido contato conosco em outras ocasiões, isso facilitou para que sentissem mais “confortáveis” para responder às interlocuções da pesquisa.

exclusão constituído acerca do lugar empírico que este sujeito ocupa. Dito de outro modo, a imagem constituída deste catador acerca do seu lugar-social, corresponde a alguém marginalizado, sem expressão, sem conhecimento e, é justamente isso, que faz com que ele duvide da sua própria capacidade de responder ao questionamento que fizemos. Nos termos de Pêcheux (1990), no texto *“Análise Automática do Discurso (AAD-69)”*, em todos os processos discursivos, dos quais a língua é a base, há formações imaginárias que se determinam pelas condições de produção do discurso e que dizem respeito à imagem que os sujeitos fazem do seu lugar empírico e do lugar do outro.

A ressalva *“não sei se vou responder aquilo que tu pergunto certo”* também funciona, para este sujeito, como uma maneira de antecipar e desculpar-se por possíveis “erros” que venha cometer durante sua fala. É, como se nos dissesse: “Eu vou responder à pergunta, não sei se está certo. Se não estiver, desconsidera”.

Nesta Sdr, a partir do excerto *“só eu, não podia, eu não ia podê, vinha o material ali, só eu não podia fazê a triagem toda, só eu ia carrega o caminhão? Eu não ia podê. Né”*, o sujeito remete a filiação à questão da união do ponto de vista prático, isto é, referindo-se ao fato de que não é possível fazer todo o trabalho sozinho. Nesse caso, a recorrência das expressões *“só eu, não podia”*, *“eu não ia podê”*, *“só eu não podia fazê”*, *“só eu”* e *“Eu não ia podê”* retoma a mesma rede de sentidos, corroborando para ideia da importância do trabalho em grupo. Essa repetição, portanto, remete à ideia da necessidade do outro, da impotência para realizar o trabalho sem o outro, e também à dureza do trabalho que requer muitos braços. Estes obstáculos, entretanto, vêm fortalecer o senso do coletivo.

É justamente a ideia de coletividade que emerge a partir da passagem *“Então a união que se diz, as colegas são todas. Então pra nós faz a triagem, vende e então recebe o nosso dinheiro né”*. O uso do próprio substantivo “união” e do sintagma nominal “as colegas” são duas das marcas que convergem para sentidos que apontam para o senso de coletivo. Além disso, a presença dos pronomes “todas”, “nós” e “nosso” também implicam ideia de grupo, no entanto têm referentes diferentes. O pronome indefinido “todas” e o pronome indicativo de primeira pessoa do plural “nós” referem-se, às catadoras, àquelas que estão unidas para a execução do trabalho. Já o

pronome possessivo “nosso” no enunciado “nosso dinheiro”, faz referência ao produto que o grupo obtêm com a venda do material reciclável. A partir dessa pista, o sujeito quer assinalar que da mesma forma que o trabalho é realizado em grupo, o resultado, ou seja, a renda obtida, também é fruto do coletivo. Ainda sobre este excerto, verifica-se que ao mencionar os processos de triagem e venda, o catador remete para uma aprendizagem feita na associação, embora não explicita isso conceitualmente.

Dessa forma, observa-se que o sujeito da Sdr12 já reconheceu que trabalhar unido aos colegas catadores, isto é, em grupo, é a solução para conquistar melhores resultados, da mesma forma que admite que sozinho não teria condições de executar todo o trabalho e, nem teria como coletar a quantidade necessária para preencher uma carga de caminhão. Embora a “união” do grupo seja um princípio importante para a consolidação da associação, não é suficiente para que a consciência de classe emerja nesse catador, pois, segundo afirmam Marx e Engels (2001), o sujeito precisa de uma tomada de consciência crítica da sua realidade e da realidade dos outros. Em vista disso, a consciência de classe “para si” se dá, efetivamente, quando o sujeito já é capaz de expressar e defender suas reivindicações enquanto classe, bem como quando há protagonismo político.

Ao falar sobre o sentido de filiar-se à entidade de classe, na Sdr 13, cuja formulação retomamos a seguir: *“Muita coisa. Sabe, a gente viaja, tem as viage da associação, dos catador. Eu já fui pra Porto Alegre por causa da associação e daí a gente aprende muita coisa. A gente aprende a convive, a gente aprende a respeita e tu aprende também com as outra associação que tem, com as outra cooperativa também. Então eu acho muito melhor, porque o que tu não sabe o outro de ensina e já sozinho isso não acontece e daí cada vez tu aprende mais.”*, o Catador 3, por meio da repetição do verbo “aprender”, destaca as oportunidades que tem como associado. Em **(a)** *“a gente viaja, tem as viage da associação, dos catador [...] daí a gente **aprende** muita coisa”*, o termo “*aprende*” está relacionado a conhecer como trabalham outras associações no Estado. Portanto, aqui, os sentidos estão ligados a novos conhecimentos adquiridos através da associação sobre o trabalho. Já na passagem **(b)** *“A gente **aprende** a convive, a gente **aprende** a respeita”*, verifica-se que “*aprende*” não remete a saberes relacionados ao “conhecer”,

mas, sim, implica aspectos que correspondem a comportamentos sociais e regras que devem ser observadas no dia a dia com outros catadores do grupo.

Considerando os exemplos a e b, é possível concluir que o funcionamento discursivo de “aprender” é polissêmico, pois a repetição do termo nos dois enunciados remete para sentidos diferentes: em “a”, o verbo “aprender” tem relação com a aprendizagem sobre o trabalho, em “b”, para questões de ordem social, de convivência. Conforme Orlandi (2001a), sujeitos e os sentidos se movimentam, assim, nem sempre, a repetição representa a sustentação de um mesmo campo do saber, às vezes, como é caso do verbo “aprender” na Sdr13, a reincidência está ligada à (re)significação, ou seja, a um novo sentido.

Do mesmo modo, se compararmos os enunciados “a” e “b” à concepção de associação para Pinhel (2013), veremos que no excerto “a”, a rede de sentidos que é acionada a partir do verbo “aprender”, remontando a conhecimentos sobre o trabalho, tem relação direta com a definição inicial do pesquisador, sobretudo quando ressalta a entidade de classe como espaço que tem entre os seus objetivos a promoção educacional e cultural. Por outro lado, se confrontarmos o conceito do autor aos sentidos que emergem a partir de “aprender” na passagem “b”, na qual o verbo assume caráter de aprendizado no âmbito de parâmetros de comportamento para a convivência no dia a dia, observaremos que a definição de Pinhel não contempla esta questão, a qual ganha suma importância no entendimento deste catador. Sobre isso, é importante ponderar que, o fato de fazer parte de uma associação traz situações ainda não vivenciadas pelos catadores em todos os aspectos, isto é, são mudanças que vão muito além de questões ligadas ao trabalho do ponto de vista prático, envolvendo as relações pessoais, a convivência e o desafio de estabelecer um clima propício para o desenvolvimento das atividades, o que é bastante novo para a grande maioria dos catadores, haja vista que sempre trabalharam sozinhos.

Ao final da Sdr13, através da afirmação “*Então eu acho muito melhor, porque o que tu não sabe o outro te ensina e já sozinho isso não acontece e daí cada vez tu **aprende** mais*”, o catador ratifica a associação enquanto um espaço de “aprendizagem coletiva”. Em específico, a partir da passagem “o

que tu não **sabe** o outro te **ensina**”, o sujeito coloca a associação como um lugar de troca de conhecimento e enfatiza que isso só é possível porque está em grupo, pela presença do outro, logo, inalcançável se estivesse trabalhando como autônomo, “sozinho”. De certo modo, essas marcas apontam também para um catador que valoriza os saberes dos colegas e que vê na associação a possibilidade de “cada vez aprender mais”.

Dessa forma, para este catador, os significados de filiar-se à associação estão relacionados às possibilidades de aprendizagem, as quais só estão sendo possíveis porque faz parte dessa entidade de classe. Como visto, no discurso deste sujeito, o “aprender” está relacionado a dois campos de sentidos diferentes, um primeiro, ligado a saberes concernentes ao conhecimento para o trabalho e formação educacional¹³⁸ e, um outro, que corresponde a comportamentos sociais e regras que intervêm nas relações pessoais diárias nas associações.

Cabe reiterar que, as análises mostraram que tomando como referência metadiscursiva o conceito de Pinhel (2013) para associação, as definições do autor estão aquém daquelas que encontramos no discurso do sujeito nesta Sdr. Isso, porque como já dito, os catadores enxergam a associação como um espaço que propicia bem mais do que o acesso a novos conhecimentos educacionais e aplicáveis ao trabalho, mas saberes para a vida, os quais têm ligação direta com o fortalecimento das relações entre esses sujeitos.

Assim, considerando a resposta deste catador ao questionamento “Qual o sentido de se filiar a uma associação?”, não é possível reconhecer elementos que nos apontem para efetiva consciência de classe do sujeito, pois ele ainda não toma como um objetivo de filiar-se à associação a luta pelos interesses de classe. Mesmo que o sujeito assinale em seu discurso que é importante ser associado porque tem a oportunidade de aprender, é indispensável que entenda que uma associação tem fins que se sobrepõem a isso. Dito de outro modo, é um catador que, nos termos de Marx (1985), tem consciência “de si”, ou seja, que se identifica como associado, porém que não reconhece a relação entre a associação e a luta de classes. O sujeito não tem percepção que estar

¹³⁸ Apenas a título de ilustração de oportunidades de formação oferecidas aos catadores do projeto “Profissão Catador”, podemos citar o subprojeto “Educação Formal às famílias do Projeto Profissão Catador: organizando saberes para uma educação cidadã”. No Anexo IV, disponibilizamos uma reportagem que aborda essa iniciativa.

na coletividade, junto àqueles que têm a mesma situação, logo que enfrentam os mesmos desafios e problemas, representa mais que uma oportunidade de aprender, é uma maneira de fortalecimento da sua classe e, por consequência, é o caminho para lutar por melhores condições e mais valorização do seu trabalho.

No entanto, mesmo que a consciência de classe “para si” não tenha emergido neste sujeito, é importante dizer que em seu imaginário de excluído, o fato dele reconhecer a necessidade de filiar-se à associação representa um grande passo diante de uma sociedade como a brasileira, altamente excludente. O que queremos dizer é que quando decidiu estar no coletivo, unido aos outros catadores, significa que este sujeito percebeu que fazer parte da associação é melhor do que as circunstâncias do trabalho individual e, que de alguma forma, isso o torna mais forte diante e não deixa de ser uma forma de resistir à conjuntura da sociedade em que vivemos.

Passamos, agora, à análise da Sdr14, a qual tem a seguinte formulação: *“Eu gosto né, porque daí a gente se distraí né. Tem os problema. Daí a gente vem pra aqui e a gente compartilha se que. Daí os colega levanta a gente. Se a gente tá triste. Eu gosto né. E trabalha, um renda que a gente vai leva pra casa.”* Ao abordar aos motivos de filiar-se a uma associação, o Catador 5 diz gostar desse espaço porque é um lugar em que é possível desconectar-se dos problemas do dia a dia e receber o apoio dos colegas de trabalho. Podemos ilustrar nossa constatação, a partir de passagens como *“a gente se **distraí**”* e, se *“**tem os problema**”*, *“daí a gente vem pra aqui e **a gente compartilha**”*. Além do mais, prossegue o sujeito, *“**se a gente tá triste**”*, *“**os colega levanta a gente**”*.

Esses excertos nos permitem dizer que os sentidos a que esse sujeito relaciona o fato de ser associado, estão ligados a ter um local onde é possível se distrair, “fugir” dos problemas que se apresentam na vida “lá fora”. Ou, melhor dizendo, o sentido da associação passa a incorporar-se à subjetividade emocional da catadora, pois esse espaço é o lugar em que ela supre as carências emocionais. Convém pontuar que, embora não mencione, recuperando o histórico a partir daquilo que revelou durante à resposta ao item

“*Fala de Si*”¹³⁹, possivelmente, os problemas referidos na sequência discursiva, são de ordem da saúde do marido, que está impossibilitado de caminhar devido a complicações na coluna, restando a ela ser o arrimo da família.

Mesmo que do ponto de vista prático, para esta catadora, a questão da renda seja o aspecto preponderante neste momento, pois está tendo de custear a família sozinha, percebe-se que ao dizer dos motivos de filiar-se à associação, a questão do trabalho para obter renda é lembrada somente ao final da Sdr, assumindo uma ordem secundária de importância. Dizemos isso, porque como já assinalado, primeiro o sujeito caracteriza a associação como um espaço de acolhimento e ajuda mútua e, posteriormente, como o lugar de “trabalho” e que possibilita “*uma renda que a gente vai leva pra casa*”.

Considerando como ponto de referência a definição de Pinhel (2013) para associação, veremos que assim como na Sdr13, a concepção do autor está aquém dos sentidos que emergem no dizer deste catador. Aqui, o sujeito relaciona os motivos de filiar-se à associação ao amparo para as carências emocionais, provavelmente, porque não tem outro espaço em que receba apoio e possa dividir os problemas pessoais. Embora esses sentidos não estejam previstos no conceito do pesquisador, é mister observar que, diante da conjuntura deste catador, eles são de extrema importância para que ele tenha “forças” de prosseguir no trabalho, mas, sobretudo na vida.

Dessa forma, a partir análise da Sdr14, não é possível dizer que neste sujeito, a partir das definições de Marx (1985), há emergência da consciência de classe “para si”, pois os motivos de filiar-se ficam focados em questões subjetivas e os interesses de classe, passam despercebidos. Entretanto, entendemos que é indispensável dizer que os sentidos que emergem diante da realidade deste sujeito, são importantes para que ele tome consciência “de si”, ou seja, do seu contexto, o que envolve não somente a realidade do trabalho, mas a realidade da vida. E, na vida deste catador, conforme as análises indicam, há questões que se revelaram mais urgentes do que o próprio trabalho.

Ao dizer sobre o sentido de filiar-se à associação, na Sdr15, que retomamos a seguir: “*Eu pra mim é um lugar que eu posso trabalha direto,*

¹³⁹ Disponível no Anexo III desta pesquisa.

chova ou não. Vento, sol, isso aí, porque pra fora já não daria se chove aqui todo dia dá pra trabalha. Quando eu catava sozinho era só dia de tempo bom, não tinha onde deixa o material.”, o Catador 11 menciona questões ligadas às facilidades em relação ao local adequado para o trabalho. Destaca que na condição de associado pode usufruir do galpão da sede da Associação, contando com a proteção nos dias em que não há condições climáticas favoráveis para catar materiais na rua. Podemos exemplificar isso com os seguintes fragmentos: “**um lugar que eu posso trabalha direto, chova ou não**”, “**vento, sol**” e “**porque pra fora já não daria se chove aqui todo dia dá pra trabalha**”. A partir dessas enunciações, percebe-se que o sujeito projeta em seu discurso a satisfação em poder estabelecer uma rotina de trabalho diária, independente do clima.

O catador também ressalta sobre os pontos positivos quanto à logística, pois na associação tem onde guardar aquilo que cata, bem como os materiais já separados e prontos para a comercialização, pois conforme o próprio catador, quando “**catava sozinho [...] não tinha onde deixa o material**”.

Assim, observa-se que ao se pronunciar acerca dos motivos de filiar-se à associação, este sujeito pontua somente aspectos que estão ligados ao trabalho no sentido operacional, logo, questões como a importância de ser associado para o fortalecimento da classe e para luta dos interesses de sua classe, o que, nos termos de Marx (1985), indicaria a consciência de classe “para si”, não são mencionados. Apesar disso, cabe ressaltar que, diante da conjuntura em que este sujeito trabalhava, como catador autônomo, explorado pelos compradores intermediários e dependendo das condições climáticas para que pudesse concorrer à renda, ele já obteve grande progresso na sua vida laboral, pois percebeu que as chances de mudar tudo isso estavam em filiar-se à associação e, hoje, faz questão de evidenciar isso em seu discurso.

Confrontando o discurso deste catador às finalidades de uma associação do ponto de vista de Pinhel (2013), observa-se que, diretamente, ele não aborda a melhoria das condições de trabalho como um dos objetivos de uma associação, entretanto, acredita-se que é uma condição intrínseca ou, ao menos, que se torna muito mais fácil de acontecer quando os sujeitos que têm os mesmos problemas/anseios estão reunidos. De qualquer forma, temos que trazer presente que, inicialmente, quando o projeto “Profissão Catador” foi

idealizado, em 2011, conforme os documentos de detalhamento do Projeto¹⁴⁰, entre os seus objetivos (objetivos 2 e 5) estão, justamente, a melhoria da infraestrutura das associações e das condições de trabalho e vida dos catadores.

Mesmo considerando que a partir das análises das Sdrs 12, 13, 14 e 15 não podemos dizer que há emergência de consciência de classe nesses sujeitos, propomos, abaixo, uma quadro-síntese para organizar e comparar que sentidos os catadores dessas enunciações mobilizam ao falar sobre os motivos de filiar-se à associação:

Quadro 3: Quadro-síntese de saberes relacionados à filiação à Associação de Catadores

Saberes e sentidos que apontam para a consciência de classe Marx (1985) / Marx e Engels (2001)	Sequência discursiva / catador	Saberes e sentidos mobilizados pelos catadores ao falarem sobre os motivos da filiação
<ul style="list-style-type: none"> - consciência de classe “para si”; - união para defesa dos interesses de classe; - luta contra a dominação do capital; - tomada de consciência crítica da realidade; - união para o fortalecimento da atividade; - melhoria das condições de trabalho; 	Sdr12 – Catador 1	<ul style="list-style-type: none"> - sozinho não é possível fazer todo o trabalho; - união de todos os colegas para poder fazer a triagem, vender e receber o dinheiro;
	Sdr13 – Catador 3	<ul style="list-style-type: none"> - viagens para conhecer outras associações; - associação é um lugar de aprender muita coisa, pois “se tu não sabe o outro ensina”; - associação é lugar de aprender a conviver e a respeitar;
	Sdr14 – Catador 5	<ul style="list-style-type: none"> - associação é um lugar de distração; - associação é um lugar de dividir os problemas com os colegas; - associação é um lugar em que não se fica triste; - associação é o lugar de onde a gente tira a renda;
	Sdr15 – Catador 11	<ul style="list-style-type: none"> - estar filiado possibilita que o catador tenha um lugar para trabalhar, independente das condições climáticas; - se continuasse catando sozinho não poderia trabalhar todo dia; - se não estivesse associado não teria onde deixar o material;

Fonte: A autora.

¹⁴⁰ Conforme Anexo V. Este detalhamento traz as ações e objetivos do Projeto tanto no município de Cruz Alta, no qual a iniciativa nasceu – Profissão Catador I, como também nas demais cidades da região que receberam o Profissão Catador II.

O quadro-síntese acima nos mostra que o Catador 1 (Sdr12) relaciona os sentidos de filiar-se à associação de catadores à noção de necessidade do outro para que o trabalho seja realizado, pois se vê impotente e sem condições de fazer todas as atividades de catar, separar e preparar os materiais para a venda sozinho. E, isso, vem fortalecer o senso de coletividade entre os associados. Já conforme o Catador 3 (Sdr13), estar filiado corresponde à possibilidade de aprender, que, no discurso deste sujeito, tem relação a dois campos de saberes diferentes, um que refere-se a conhecimentos relacionados ao trabalho e de formação educacional e, o outro, ligado a comportamentos sociais e regras que interferem nas relações pessoais entre os catadores no dia a dia das associações. Para o Catador 5 (Sdr14), a filiação está vinculada, sobretudo, a ter um lugar em que é possível se distrair e encontrar o apoio dos colegas para os problemas pessoais, isto é, para a dureza da vida. Por último, o Catador 11 (Sdr15), destaca que os motivos de filiar-se à associação estão ligados a ter um local adequado para trabalhar, independente das condições do clima, bem como um espaço para acondicionar o material pronto para a venda.

Diante disso, comparando os saberes e sentidos (terceira coluna) que os catadores relacionam aos motivos de filiação àqueles que deveriam emergir se houvesse consciência de classe (primeira coluna), com base em Marx (1985) e Marx e Engels (2001), não é possível notar, nos sujeitos dessas sequências discursivas, a emergência da consciência de classe “para si”. Eles não relacionam a associação à luta pelos interesses coletivos de sua classe. Nas palavras de Marx e Engels (2001), a emergência da consciência de classe se dá, primeiro pelo conhecimento e apropriação da realidade do sujeito em relação à condição de explorado no processo de produção e, posteriormente, se materializa no seu engajamento para lutar pelos interesses da coletividade. Cabe retomar, que esse processo não é automático. Ou melhor, o simples fato de unir os catadores em associação, embora seja um passo importante e fomenta a questão do trabalho em grupo, não é suficiente para despertar a consciência crítica que levará à consciência de classe. Prova disso são as próprias respostas dos catadores à questão 1¹⁴¹. Mesmo que em sua maioria eles tenham relacionado suas representações de associação à união e à

¹⁴¹ “O que representa uma associação para você?”

coletividade, esses saberes não são suficientes para despertar a consciência de classe nesses sujeitos. É preciso mais do que isso. É necessário que a associação se torne um espaço de fomento para o protagonismo.

Por outro lado, queremos reiterar que apesar de não ser possível observar saberes que apontem para a consciência de classe desses catadores, eles deram um grande passo quando decidiram buscar as associações, reforçando sua identidade de grupo, o que não deixa de ser uma forma de contrapor aos imaginários de exclusão constituídos acerca deles na sociedade. Além disso, a decisão de integrar a associação demonstra que esses sujeitos já perceberam o quanto a presença dos outros é importante para que possam dar conta do trabalho, bem como para que tenham a oportunidade de melhores condições laborais. Por fim, outro aspecto que corrobora para nosso entendimento de que esses catadores deram importantes passos a partir da filiação, é o fato de que sair da condição de autônomo e passar a ser associado, é uma situação que se apresenta inteiramente desafiadora para eles, pois precisaram adaptar-se a uma nova configuração organizacional de trabalho, já que antes não eram habituados a dividir tarefas.

Para efeito de fechamento deste segmento, ainda é importante pontuar que, ao compararmos as oito sequências discursivas desta seção à definição de Pinhel (2013) para associação, verifica-se que, na maioria dos recortes, a concepção do autor está aquém daquilo que foi apontado pelos catadores. Isso, porque trata-se de um conceito metadiscursivo, que não toma o contexto específico dos sujeitos desta pesquisa, para os quais uma associação ganha *status* de lugar em que se cultivam valores de afetividade, apoio mútuo, bem como onde é possível dividir os problemas pessoais, as angústias e as tristezas da vida sofrida que a grande maioria leva no dia a dia fora dos galpões. São, portanto, definições que reforçam as associações como espaços de coletividade e que acionam redes de sentidos que extravasam o âmbito do trabalho, ganhando importância para a vida dos catadores de maneira geral.

3.5.2 A heterogeneidade constitutiva da Formação Discursiva do Catador: atravessamento de saberes e a presença da Incubadora Social do discurso dos catadores¹⁴²

As teorias materialistas do discurso tomam a heterogeneidade como constitutiva do discurso. Em outras palavras, um discurso abriga sempre outros discursos e, é atravessado e constituído por eles. Consoante àquilo que já pontuamos anteriormente¹⁴³ e amparados em Pêcheux (1995) na obra “*Semântica e Discurso*”, é possível afirmar que uma formação discursiva (FD) abriga multiplicidade de saberes, e os sujeitos vão estabelecer certas relações que podem ser de dúvida, de questionamento e de contestação com esses saberes de “discursos outros” que circulam dentro de uma determinada FD.

No caso deste estudo, temos como Formação Discursiva de Referência (FDr), como já assinalado em outros momentos, a Formação Discursiva do Catador (FDC). Nela, há circulação de saberes tanto relacionados à historicidade do ofício da catação, que remetem a um sujeito discriminado, marginalizado, analfabeto, quanto saberes relativos a um sujeito que, ao integrar o Projeto “Profissão Catador”, passa a ter contato com saberes do associativismo, de organização, de autogestão, de formação política.

Tomando por base essas considerações iniciais e pensando sempre no atravessamento de “discursos outros” para a constituição de todo o discurso, nesta seção, nos ocuparemos em investigar a presença de saberes relacionados à Incubadora e Aceleradora Tecnológica de Negócios Sociais (Inatecsocial) e de sua equipe gestora a partir do discurso dos catadores de materiais recicláveis.

Antes de passarmos às discussões, convém reiterar¹⁴⁴ que o projeto “Profissão Catador”, que foi responsável por fomentar e criar as associações de catadores em Cruz Alta, é coordenado pela Inatecsocial. A Incubadora Social atua como um agente facilitador no apoio de grupos de empreendimentos sociais, interessados em solidificar sua atividade. Também promove a geração

¹⁴² Observa-se que a escolha de sequências discursivas dos mesmos catadores não é proposital. Tal escolha deve-se ao de elas oferecem o maior potencial para análise conforme os objetivos desta seção.

¹⁴³ Tratamos desta questão na seção “1.7.1 Formas de subjetivação e identificação do sujeito a partir de M. Pêcheux”.

¹⁴⁴ Já pontuamos essa questão na seção “3.2 O projeto “Profissão Catador: entre o viver e sobreviver do lixo”.

de trabalho e renda, e contribui para a consolidação desses empreendimentos, buscando alcançar autonomia e independência dos mesmos. Segundo registrado nos documentos e canais oficiais de divulgação, a Inatecsocial tem a seguinte finalidade¹⁴⁵:

[...] promover a incubação e aceleração de negócios sociais, segundo os princípios da economia solidária e da economia criativa, da região de abrangência da Universidade de Cruz Alta, o ambiente da Incubadora busca a integração com os Centros Acadêmicos, incentivando a extensão universitária e a pesquisa científica.

E, como objetivos¹⁴⁶:

- I – Fomentar empreendimentos para desenvolver projetos através da extensão Universitária;
- II – Implantar a política de negociação, criação, gestão e controle de projetos de negócios sociais em processo de formação e/ou aceleração;
- III – Acompanhar a implantação e o desenvolvimento de projetos contratados e/ou conveniados;
- IV – Promover a aproximação entre a academia, negócios sociais, economia solidária, economia criativa e associativismo;
- V – Provocar discussões técnico-científicas sobre a sustentabilidade, voltadas às demandas da sociedade;
- VI – Contribuir para o cumprimento da função social da universidade;
- VII – Manter intercâmbio com universidades e ITCP'S.

Feitas essas ponderações, destaca-se que as sequências discursivas que serão analisadas são fruto das seguintes interlocuções que integram o roteiro de questões norteadoras¹⁴⁷: “*Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?*”¹⁴⁸ e “*Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?*”¹⁴⁹.

A partir do primeiro questionamento, queremos observar, no discurso dos catadores, a presença e ou atravessamento de saberes ligados à Inatecsocial e, conseqüentemente, à equipe do “Profissão Catador”, no modo como estão organizados e de como realizam o trabalho nas associações. Já o foco da questão 2 é pensar acerca do atravessamento da equipe

¹⁴⁵ As informações que seguem estão disponíveis no site oficial da Inatecsocial, <www.inatecsocial.com.br>, na aba “Sobre nós”.

¹⁴⁶ *Idem*.

¹⁴⁷ Disponível no Anexo II.

¹⁴⁸ Referente à questão 3 do Roteiro de Questões Norteadoras, disponível no Anexo II.

¹⁴⁹ Referente à questão 4 do Roteiro de Questões Norteadoras, disponível no Anexo II.

Inatecsocial/Profissão Catador na negociação dos materiais catados pela associação. Sobre isso, é importante pontuar que, inicialmente, não eram os catadores que gerenciavam a venda dos materiais e, somente após atividades de formação, esses sujeitos assumiram a autogestão do seu trabalho¹⁵⁰.

Passamos às sequências discursivas de referência recortadas a partir do questionamento: “*Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?*”:

Sdr16: “*Assim, até ontem a gente teve reunião. [...] Então assim oh, vêm as pessoas da incubadora conversa com a gente, discuti o que tá errado, o que a gente acha que vai te que muda, pra nos apresenta as coisa boa que eles conquistaram lá. Então daí eles vêm por pra nós né. Então ontem teve reunião com os fardadores, daí veio a Tamara¹⁵¹ né, ela veio. Sabe assim, que se trabalha com bastante gente, às vezes fica meia pesada a coisa, porque um pensa de um jeito e outro de outra, mas não há o que a Tamara não ajeite. Se ela vê tem alguma coisa que não tá dando certo, ela vem e conversa e tudo fica bem.*”

(Catador 1, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr17: “*É bom, porque eles auxiliam a gente. Tem as menina, a assistente social, se tu precisa de alguma coisa, comé que eu posso dizer, se tu tem problema com álcool, droga, bebida, eles de auxiliam sabe. Eles ajudam e é tranquilo eu me dou bem com eles, a gente conversa bem com eles.*”

(Catador 3, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr18: *A gente trabalha bem. Quando a gente tem alguma dúvida a gente procura eles. A gente pergunta, a gente conversa. Tenta resolve entre a gente e se não dá a gente chama eles¹⁵² e então é resolvido.*”

(Catador 7, maio de 2018, grifos nossos)

Na Sdr 16, ao abordar acerca da relação com a equipe da Inatecsocial/Profissão Catador, o Catador 1 coloca em destaque a presença e atuação da equipe na resolução de problemas relacionados ao trabalho e na mediação de conflitos internos entre os associados, acionando sentidos que

¹⁵⁰ Conforme o relato dos pesquisados, a mudança ocorreu, proporcionalmente, em fins de 2017 e início de 2018.

¹⁵¹ Monitora da Inatecsocial/Projeto Profissão Catador.

¹⁵² Referência aos monitores do Projeto.

apontam para atuação desse “ente” como um agente organizador da associação.

A passagem “*vêm as pessoas da incubadora conversa com a gente, discuti o que tá errado, o que a gente acha que vai te que muda*” remete à atuação da equipe no sentido de organizar a rotina produtiva para que o trabalho ocorra da melhor maneira. Em específico, o fragmento “*o que a gente acha que vai te que muda*” aponta para o fato de que os catadores são chamados a debater e resolver os problemas de trabalho junto com a equipe da Inatecsocial/Profissão Catador. Do mesmo modo, a presença do verbo “discutir” também encaminha para que tenhamos essa percepção. A mesma rede de sentidos é acionada em “*Se ela¹⁵³ vê que tem alguma coisa que não tá dando certo, ela vem e conversa e tudo fica bem*”, entretanto, aqui, a referência diz respeito a um membro da equipe em específico, a Tamara¹⁵⁴.

Já o fragmento “[...] às vezes *fica meia pesada a coisa, porque um pensa de um jeito e outro de outra, mas não há o que a Tamara¹⁵⁵ não ajeite*”, remonta à presença da monitora da Inatecsocial/Profissão Catador na resolução de impasses relacionados a opiniões divergentes entre os catadores. Segundo o próprio sujeito do discurso, às vezes, algumas discussões acabam gerando um clima “*meio pesado*” entre os associados, mas que acaba sendo amenizado/resolvido pela Tamara, conforme é possível observar em “*não há o que a Tamara não ajeite*”.

De acordo com o catador, a vinda da equipe da Inatecsocial/Projeto Profissão Catador até a sede da associação não se dá apenas para resolver problemas e conflitos entre os associados, mas, também, para comunicar conquistas, como é possível perceber em “*pra nos apresenta as coisa boa que eles conquistaram lá. Então daí eles vêm por pra nós né*”. Há, aqui, alguns pontos que nos chamam atenção. O primeiro deles é em relação à divisão de papéis demarcada a partir de “*eles*” e “*nós*”. Ou, melhor dizendo, enquanto “*eles*” remete à equipe da Inatecsocial/Projeto Profissão Catador, o “*nós*” está relacionado aos catadores. Também merece atenção o uso do dêitico de lugar “*lá*”, pois entendemos que ele explicita um distanciamento entre

¹⁵³ A Tamara, monitora da Inatecsocial/Projeto Profissão Catador.

¹⁵⁴ Monitora da Inatecsocial/Projeto Profissão Catador.

¹⁵⁵ *Idem*.

o grupo de catadores/associação e a equipe da Inatecsocial/Projeto Profissão Catador. Em outras palavras, ao admitir que existe o “lá”, utilizado no sentido de referir ao local onde fica a sede da Inatecsocial/Projeto Profissão Catador, o sujeito, indiretamente, convoca um “aqui” que remete ao espaço da associação. Da mesma forma, quando se reporta à equipe por meio do substantivo “*pessoas da incubadora*”, no início da sequência discursiva, também nos parece corroborar para o efeito de distanciamento.

Assim, ao discursivizar acerca da sua relação com a equipe da Inatecsocial/Projeto Profissão Catador, percebe-se que o Catador 1 dá ênfase à presença dos gestores da incubadora nos momentos em que precisa melhorar ou modificar aspectos práticos de trabalho ou para mediar conflitos de opiniões entre os associados. Já o atravessamento de saberes relacionados à Incubadora Social se apresenta, embora não de maneira explícita, no momento em que o sujeito do discurso aborda as questões que envolvem o acompanhamento do trabalho na associação, propondo “conversas” e “mudanças na rotina produtiva quando necessário”, pois, como mencionamos no início desta seção, está entre as finalidades da Inatecsocial, o apoio aos grupos de empreendimentos sociais, o que inclui, possivelmente, a organização do trabalho.

Na Sdr17, cuja formulação é: “*É bom, porque eles auxiliam a gente. Tem as menina, a assistente social, se tu precisa de alguma coisa, comé que eu posso dizer, se tu tem problema com álcool, droga, bebida, eles de auxiliam sabe. Eles ajudam e é tranquilo eu me dou bem com eles, a gente conversa bem com eles.*”, ao fazer referência sobre sua relação com a Inatecsocial/Profissão Catador, o Catador 3 caracteriza os profissionais por prestarem serviços humanitários e acompanhar os problemas sociais, explicitando que a equipe “*auxilia*” e “*ajuda*” na resolução de questões como alcoolismo e uso de drogas.

Aqui, a percepção desse sujeito acerca dessa relação fica centrada na presença da equipe para buscar a solução ou alternativas para os “dramas” pessoais dos catadores, como verifica-se em “*Tem as menina, a assistente social se tu precisa de alguma coisa, [...] se tu tem problema com álcool, droga, bebida, eles auxiliam, sabe*”. Os enunciados “*se tu precisa de alguma coisa*” e “*se tu tem problema com álcool, droga, bebida*” nos remetem a

questões que não têm relação direta com o trabalho propriamente dito, mas que se tornam importantes porque esses sujeitos, na falta de apoio da família e ausência de programas públicos que atendam e tratem dessas demandas, acabam confiando essa função à associação. Convém pontuar, que os problemas expostos pelo catador são bastante frequentes entre os trabalhadores deste setor em Cruz Alta, principalmente pela falta de estrutura familiar e por influência dos locais em que residem, nos quais há altos índices de violência, poucas oportunidades de trabalho e quase nenhuma alternativa de formação, fatores que acabam favorecendo a “entrada” desses sujeitos no alcoolismo e na drogadição. Assim, antes de um local de trabalho, as associações, pela presença constante da equipe Inatecsocial/Profissão Catador, acabam configurando-se como os únicos espaços em que esses sujeitos são ouvidos e recebem atenção.

Verifica-se, que o discurso do sujeito na Sdr17, está sustentado diante dos verbos “*auxilium*” e “*ajudam*”, cujos funcionamentos discursivos, pelo efeito de paráfrase, implicam a mesma rede de sentidos. Melhor dizendo, ao falar acerca da relação com a Inatecsocial/Profissão Catador na Associação, o catador organiza seu relato a partir de verbos que acionam a presença e o trabalho da equipe no sentido de buscar soluções para os problemas pessoais com álcool, droga, bebida.

Nesse sentido, ao abordar a sua relação com a Inatecsocial/Profissão Catador, percebe-se que não há, de maneira direta, o atravessamento de saberes ligados aos princípios, finalidades e objetivos da Incubadora Social no discurso deste sujeito, a não ser que levemos em conta a questão do apoio, que deveria estar ligado à promoção para a geração de trabalho e renda e fomento da autogestão da atividade nas associações, mas que ganha outra nuance no relato deste catador: apoio para resolver problemas pessoais. Como foi possível observar, o Catador 3 tem a equipe do projeto “Profissão Catador” como um “canal de escuta” e suporte no sentido de buscar soluções para as questões pessoais, haja vista que a associação acaba se apresentando como o único espaço em que esse sujeito é acolhido, justamente devido à inexistência de iniciativas do poder público para atender a essa população. É preciso considerar que, para um sujeito que busca literalmente viver, já que o alcoolismo e o uso de drogas podem levar à morte, questões como a

autogestão e a melhoria da renda e do trabalho passam a ser secundárias, possivelmente até mesmo para equipe do Projeto que se vê “obrigada” a ser mais do que um agente de organização do trabalho e de fomento da autogestão.

Na Sdr18, que retomamos a seguir: “*É bom, porque eles auxiliam a gente. Tem as menina, a assistente social, se tu precisa de alguma coisa, comé que eu posso dizer, se tu tem problema com álcool, droga, bebida, eles de auxiliam sabe. Eles ajudam e é tranquilo eu me dou bem com eles, a gente conversa bem com eles.*”, observa-se que o sujeito, ao abordar sua relação com a Inatecsocial/Profissão Catador, orienta seu dizer em torno do trabalho, como exposto na primeira enunciação, na qual ele resume “**a gente trabalha bem**”.

O sujeito relaciona o “*trabalhar bem*” com o fato de que a equipe é acessível para esclarecer dúvidas e que todo o processo é feito a partir de “*conversa*”. Ao pontuar isso, nota-se que esse catador se coloca em uma situação de igualdade com a equipe da Inatecsocial/Profissão Catador, pois só é possível conversar com quem se está à vontade para falar. O discurso também revela que há princípios de autogestão entre os associados, porque o sujeito afirma que o grupo tenta resolver os problemas internamente e, apenas no caso de não conseguir, “**a gente chama eles**”, ou melhor, a equipe do Projeto é procurada.

Percebe-se, nesta sequência discursiva, a repetição da marca da oralidade “*a gente*”, que indetermina o sujeito e, neste caso, não é usada pelo catador para “convocar” os mesmos referentes. Por exemplo, na formulação “**A gente trabalha bem**”, a expressão é inclusiva, isto é, refere-se a um grupo maior, do qual fazem parte os catadores e a equipe da Inatecsocial/Profissão Catador. O mesmo ocorre no fragmento “**a gente conversa**”, usado pelo sujeito para referir o que acontece depois que qualquer catador do grupo faz um questionamento à equipe. Já nas passagens “*Quando a gente tem alguma dúvida a gente procura eles*” e “*Tenta resolve entre a gente e se não dá a gente chama eles*”, essa marca é restritiva, pois é empregada apenas como referência ao grupo de catadores.

De maneira geral, ao falar sobre a relação com a equipe Inatecsocial/Profissão Catador, este sujeito foca seu discurso nas questões de

trabalho. Há pistas, que mesmo de forma indireta, apontam para o atravessamento de saberes ligados à finalidade, princípios e aos objetivos da Inatecsocial. Por exemplo, quando salienta que busca a ajuda da equipe para tirar dúvidas, no sentido de melhorar o trabalho, no dizer desse sujeito ressoam saberes ligados aos princípios de atuação da Incubadora como apoio e suporte de empreendimentos sociais. Já no momento em que revela que antes de buscar o auxílio externo tenta resolver os problemas e tirar as dúvidas internamente, percebe-se que esse catador, pela ordem do inconsciente, aciona uma rede de sentidos que remete à autogestão, à auto-organização, que estão entre as finalidades da Inatecsocial. Em outras palavras, de maneira geral, isso mostra que o grupo já tem certa autonomia e maturidade para dialogar e administrar o trabalho.

Se tomarmos as SDr 16 e 18, veremos que o cruzamento de saberes da Inatecsocial se dá de maneira mais marcante, pois foi possível observar que os catadores têm a equipe da Incubadora Social/Profissão Catador como uma referência de apoio e acompanhamento para o trabalho, influenciando diretamente no modo de organização desses sujeitos.

Já na Sdr17, isso é diferente, pois o sujeito vê a presença da equipe na associação como uma forma de buscar soluções para os problemas pessoais, tais como o alcoolismo e as drogas, já que não têm acesso a quase nenhuma forma de “escuta oficial” e nem a Programas de Prevenção contra o Alcoolismo e Drogas. No caso deste catador, entendemos que há o atravessamento de saberes relacionados a outros campos, por exemplo, aquele que remonta à historicidade do ofício da catação, acionando, dessa forma, sentidos ligados a sujeitos marginalizados, em condições de rua, expostos à violência, em vulnerabilidade social.

As análises dessas três Sdrs vêm comprovar que a heterogeneidade é constitutiva de todos os discursos e, por conseguinte, da FD em que os sujeitos estão inscritos. No caso da Formação Discursiva de Referência neste estudo, a Formação Discursiva do Catador (FDC), essa multiplicidade de saberes pode ser exemplificada tanto por aqueles relacionados à historicidade do ofício da catação, que remetem a um sujeito discriminado, marginalizado, analfabeto, quanto por aqueles relativos ao associativismo e à autogestão, com os quais os catadores passam a ter contato quando ingressam no Projeto “Profissão

Catador”. E, os sujeitos vão estabelecer certas relações com esses saberes que são materializadas no discurso.

A seguir, nos dedicaremos à análise das sequências discursivas de referência recortadas das respostas dos catadores ao seguinte questionamento: “*Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?*”¹⁵⁶.

Nosso foco, a partir desta questão, é pensar sobre o atravessamento da equipe Inatecsocial/Profissão Catador na negociação dos materiais catados pela associação. Embora já tenhamos pontuado no início da seção, é pertinente retomar que, num primeiro momento, logo que as associações foram organizadas, os catadores não eram responsáveis por gerenciar a comercialização dos materiais. Isso só passou a ser feito por eles, gradativamente, a partir do segundo semestre de 2017, após atividades de formação acerca da autogestão. Desse ponto em diante, o único envolvimento da equipe Inatecsocial/Profissão Catador na etapa de comercialização passou a ser o fornecimento da nota fiscal, pois as associações não têm Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e, a cada carregamento do caminhão, precisam fornecer os dados da pesagem do material para que seja emitida a documentação do transporte e venda dos reciclados. Eventualmente, quando as associações querem trocar de empresa compradora, devido aos preços praticados, a equipe intervém no sentido de intermediar o contato com outros compradores. Passamos às Sdrs:

¹⁵⁶ Referente à questão 4 do Roteiro de Questões Norteadoras, disponível no Anexo II.

Sdr19: “Agora a gente é que tá fazendo a negociação. No caso assim, comé que eles fazem: saí de lá a folha, comé que eu falo, a folha, quantos quilos que deu. Uma comparação assim, **a gente enfarda e pesa e manda o peso pra eles¹⁵⁷ fazerem a nota do peso, daí eles mandam aquele papel do peso que tem pra o Paulo¹⁵⁸ poder vir.** Daí então é assim, eles pedem: quantos quilos tem aí gurias? Daí a gente manda pra eles e elas avisam o Paulo de quanto tem. Sim, **eles tão sempre nos ajudando. Daí a questão do preço agora é com a gente.** Porque assim, **quando a gente não tá, assim não tamo contente com os preço do Paulo daí a gente chama eles. Daí a gente chama e daí eles acham outro comprador.** Até ontem na reunião a gente falou até pra Tamara, a gente não tá contente com os preço do Paulo.”

(Catador 1, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr20: “Sim, eu acompanho. A negociação é feita pelo nosso presidente da associação. Daí uma comparação, vai o peso lá pro Centro, porque a gente precisa de uma nota, daí o pessoal lá da Incubadora manda a nota, porque **a associação ainda não tem como tirar aquela nota.** E daí a gente passa pra eles e eles mandam a nota. **Se por um acaso a gente não tiver contente com o comprador daí eles ajudam a acha outro.**”

(Catador 3, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr21: “Agora é feita aqui com nós. Mais ainda tem exploração, não é bem, bem como a gente queria. A gente ainda tá vendendo pro atravessador, não tamo vendendo direto pra fábrica e eles¹⁵⁹ dão umas enroladas, eles passam a perna um pouco na gente. [...]. Ele chega aqui fala uma coisa, chega lá o material é outra bem diferente. Aqui é uma coisa, lá é bem diferente. Ele tá nos enganando. Ele que sinceridade, mais. Ele não dá tá dando sinceridade pra nós. **Ele exige demais coisas que ele não exigia,** só que ele não está cumprindo o que ele promete pra nós. **Eu tô bem disadiseita com ele.** Não é o pessoal do Projeto, é o pessoal que compra os material.”

(Catador 7, maio de 2018, grifos nossos)

Tomando a Sdr19, verifica-se que ao ser questionado sobre como é feita a negociação do material reciclável, temos um catador que assumiu a gerência sob seu trabalho. Isso é evidenciado quando afirma “Agora **a gente é que tá fazendo a negociação**”. Tal enunciação nos remete a um sujeito que não apenas trabalha, isto é, cata, separa e enfarda, mas, também, que conhece e

¹⁵⁷ Referência ao pessoal da Incubadora Social.

¹⁵⁸ É o proprietário da empresa que compra os materiais catados.

¹⁵⁹ Os representantes da empresa que os materiais são vendidos.

participa do processo de negociação e venda dos materiais dos materiais catados. O advérbio de tempo “*agora*” é uma pista que nos indica que nem sempre foi assim, isto é, houve mudanças e, são justamente elas, que o catador quer evidenciar com a afirmação. No momento em que refere o tempo presente, ou seja, “*agora*”, paradoxalmente, também remete a uma comparação com o passado, quando a negociação não era feita pelos catadores.

Nesta Sdr, há outros momentos nos quais o catador assinala a autonomia em relação ao trabalho. Um exemplo é quando diz “*Daí a questão do preço agora é com a gente*”, cuja formulação é bastante próxima do enunciado que abre a Sdr e aciona a mesma rede de sentidos, remontando a um sujeito que gerencia seu trabalho e toma as decisões em igualdade de condições com os outros associados.

Embora este catador tenha assumido a negociação dos materiais, o que nos remete à autonomia no processo, há pistas que apontam para o fato de que a autogestão não é absoluta, haja vista que ele revela ainda precisar da ajuda da equipe Inatecsocial/Profissão Catador em alguns processos, como verifica-se em “*a gente enfarda e pesa e manda o peso pra eles fazerem a nota do peso, daí eles mandam aquele papel do peso que tem pra o Paulo poder vir*”. Nesse excerto, o pronome pessoal “*eles*” faz referência à equipe da Inatecsocial/Profissão Catador, cujo trabalho administrativo é feito na sede da incubadora¹⁶⁰. É para lá que as associações enviam o peso do material que será vendido, para que seja confeccionada a nota fiscal e, posteriormente, o comprador da carga é “acionado”, no caso o “*Paulo*”, representante da empresa recicladora, previamente definida pelos associados. Aqui, a relação “*a gente*” versus “*eles*” aponta também para uma dinâmica que remete à divisão do trabalho entre os profissionais da Inatecsocial e os catadores.

As questões apontadas acima, que mostram um sujeito que ainda não é autônomo em todas as fases do seu trabalho, também podem ser verificadas na passagem a seguir: “[...] *quando a gente não tá [...] contente com os preço do Paulo daí a gente chama eles [...] daí eles acham outro comprador*”, na qual é possível entender a importância da equipe da Inatecsocial no espaços

¹⁶⁰ Localizada na Avenida Presidente Vargas 1297 – Cruz Alta.

de negociação dos materiais. Aqui, ao narrar acerca da situação em que o grupo quer trocar de comprador em função dos preços praticados, novamente o catador usa o pronome “eles” para referir à equipe da Incubadora Social e “a gente” como referência ao grupo de catadores. Observa-se, ainda, que a presença constante da equipe na associação é ratificada pelo próprio sujeito quando usa o advérbio de tempo “sempre” no enunciado “eles tão **sempre nos ajudando**”.

Dessa forma, percebe-se que ao assinalar que são os associados que estão fazendo a negociação dos materiais recicláveis, o discurso do Catador 1 aponta para saberes ligados à autonomia e independência dos mesmos, aspectos que estão entre os princípios, finalidades e objetivos da Incubadora Social. A partir dessa fala, o sujeito quer explicitar que gerencia seu trabalho, ao menos nos aspectos principais que envolvem a venda dos materiais, como por exemplo tratar do preço com o comprador. Em outras palavras, ele negocia “quando vale o seu trabalho” e, inclusive, pode demonstrar insatisfação quando não recebe por ele o que acha justo, como verifica-se em “*Até ontem na reunião [...] a gente não tá contente com os preço do Paulo*”. Convém pontuar que, possivelmente, a partir desse descontentamento exposto pelo catador acerca dos preços que estão sendo pagos pela empresa recicladora representada pelo Paulo, a parceria da equipe da Inatecsocial se mostra fundamental para que sejam encontrados novos compradores.

É importante retomar que, embora as análises tenham revelado que o sujeito já gerencie, junto aos demais associados, a venda dos materiais recicláveis, ele ainda é dependente em alguns processos da equipe da Incubadora Social/Profissão Catador. Isso é explícito em momentos como a confecção da nota fiscal, algo que acontece todas as vezes que as associações comercializam o material, e na busca de novos compradores, dependência que é esporádica, já que ocorre quando o grupo decide trocar de empresa recicladora.

Portanto, assim como existe o atravessamento de saberes da Incubadora Social, há também a presença dos agentes da Inatecsocial no momento de negociação e, justamente por isso, que entendemos que não se trata de um modelo de autogestão, haja vista que os catadores ainda são dependentes da ajuda externa em situações que envolvem a comercialização

do material reciclável. Mesmo assim, é preciso reconhecer que os catadores já deram um grande passo se compararmos à situação que vivenciavam antes das associações, quando não tinham poder de barganhar preços, pois revendiam seus materiais aos atravessadores, os quais intermediavam os processos de venda/compra entre eles e as empresas recicladoras.

Na Sdr20, cuja formulação é *“Sim, eu acompanho. A negociação é feita pelo nosso presidente da associação. Daí uma comparação, vai o peso lá pro Centro, porque a gente precisa de uma nota, daí o pessoal lá da Incubadora manda a nota, porque a associação ainda não tem como tirar aquela nota. E daí a gente passa pra eles e eles mandam a nota. Se por um acaso a gente não tiver contente com o comprador daí eles ajudam a achar outro.”*, a descrição do catador sobre como acontece a negociação dos materiais recicláveis não é diferente do que foi relatado na sequência discursiva anterior. Quando perguntado se ele sabe como é feita a negociação do material que cata, responde que *“sim, eu acompanho”*. A única diferença que se apresenta é o fato do catador nominar a presença do presidente da associação como o responsável por negociar o material, como verifica-se em *“A negociação é feita pelo nosso presidente da associação”*. O *“presidente”*, conforme descrito por esse sujeito, representa uma liderança dos catadores, assumindo a responsabilidade de estar à frente da negociação. No modelo autogestionário, não existe a figura do patrão, mas, há, geralmente, a figura de um líder ou de conselho gestor, o que não impede que todos os associados participem das decisões administrativas de forma direta e coletiva. É pertinente assinalar que, embora existam princípios ligados à autogestão nesta Sdr, esses sujeitos ainda não atingiram este patamar por não terem preparo administrativo para este modelo de gestão.

Ao discursivizar acerca do processo de negociação, o catador descreve a mesma metodologia apontada pelo Catador 1, explicando que *“vai o peso lá pro **Centro**, porque a gente precisa de uma nota, daí o **pessoal lá da Incubadora** manda a nota, porque a associação ainda não tem como tirar aquela nota”*, tais colocações reiteram que o modelo de autogestão não está estabelecido, assim como a exemplo da sequência discursiva anterior. Aqui, nesta Sdr, a referência à Inatecsocial é feita de duas maneiras, primeiro como indicativo de local, partir do *“Centro”* e, segundo, como *“pessoal da*

incubadora". Em relação a isso, observa-se que ao se referir ao local em que funciona a sede da Incubadora Social e do Projeto "Profissão Catador" como "*Centro*", este catador paradoxalmente aciona a sua localização, como aquele que está na periferia. Além disso, esses termos também evidenciam um sujeito que necessita da ajuda para as questões administrativas, pois ainda depende da Inatecsocial para a comercialização do material reciclável.

A respeito deste excerto, também chama atenção que ao descrever o auxílio da Incubadora na emissão da nota fiscal, justificando que "*a associação ainda não tem como tirar aquela nota*", o sujeito usa o advérbio de tempo "*ainda*", o que nos remete à conclusão de que isso é uma questão de tempo. Em outras palavras, o sujeito espera que em breve a Associação tenha condições de emitir a documentação necessária para a venda dos materiais catados pelos associados, sem a necessidade de acionar a Incubadora Social para isso, o que pode representar mais um passo em relação à implementação do modelo de autogestão.

Nota-se, ao final da Sdr, que ao dizer que "*Se por um acaso a gente não tiver contente com o comprador daí eles ajudam a achar outro*", o catador afirma que a presença da equipe neste processo de buscar um novo comprador é uma ajuda necessária para as associações. Por outro lado, percebe-se que essa intervenção acontece somente se o grupo "*não tiver contente com o comprador*", ou seja, antes de pedir que seja contatado a uma nova empresa, os associados dialogam e, somente após isso, é que a Incubadora é procurada para "*ajudar a achar outro*" comprador. Desse modo, ao relatar acerca de como ocorre a negociação, observa-se que assim como na Sdr20, quando pontua a possibilidade de mudar de comprador e barganhar os valores caso o grupo de catadores não esteja satisfeito com os preços praticados, há o atravessamento de práticas e saberes relacionados à autogestão.

Portanto, ainda há a presença da equipe da Inatecsocial/Profissão Catador no dia a dia de trabalho das associações, pois, por enquanto, como dito acima, os catadores precisam da ajuda da Incubadora, principalmente no que tange a questões de cunho administrativo e comercial, como a emissão de notas e a busca de novas empresas recicladoras para a compra dos recicláveis. Porém, não podemos ignorar que, embora essa dependência ainda

exista, o catador já se encontra em uma situação bastante diversa àquela vivida anteriormente, quando trabalhava como autônomo, sendo explorado por compradores intermediários e não havia possibilidade de mostrar insatisfação com o preço praticado, sob pena de ficar sem comprador e, conseqüentemente, sem renda.

Na Sdr21, a qual retomamos a seguir: *“Agora é feita aqui com nós. Mais ainda tem exploração, não é bem, bem como a gente queria. A gente ainda tá vendendo pro atravessador, não tamo vendendo direto pra fábrica e eles¹⁶¹ dão umas enroladas, eles passam a perna um pouco na gente. [...] Ele chega aqui fala uma coisa, chega lá o material é outra bem diferente. Aqui é uma coisa, lá é bem diferente. Ele tá nos enganando. Ele que sinceridade, mais. Ele não dá tá dando sinceridade pra nós. Ele exige demais coisas que ele não exigia, só que ele não está cumprindo o que ele promete pra nós. Eu tô bem disadiseita com ele. Não é o pessoal do Projeto, é o pessoal que compra os material.”*, o catador, assim como ressaltaram os sujeitos das Sdrs 19 e 20, diz saber que a negociação *“Agora é feita aqui com nós”*, evidenciando que o grupo assumiu esse processo. Entretanto, identificamos que este sujeito demonstra descontentamento com o comprador dos materiais recicláveis sob três aspectos: o preço, o modo como os materiais são negociados e as exigências na triagem do material. Inclusive, faz questão de registrar explicitamente a sua insatisfação, *“Eu tô bem disadiseita com ele. Não é o pessoal do Projeto, é o pessoal que compra os material.”*

Em relação à discordância nos preços praticados pelo comprador, aspecto que também foi apontado pelo Catador 1 (Sdr19), podemos tomar como ilustração as seguintes passagens: *“ainda tem exploração, não é bem, bem como a gente queria”* e *“A gente ainda tá vendendo pro atravessador, não tamo vendendo direto pra fábrica”*. Sobre essa questão, convém lembrar que são 4 associações de catadores ligadas ao projeto “Profissão Catador” em Cruz Alta e as negociações são feitas individualmente por cada grupo. Portanto, os valores pagos a uma associação podem não coincidir com os pagos às outras, haja vista que os compradores não são os mesmos e as

¹⁶¹ Os representantes da empresa que os materiais são vendidos.

associações são livres para negociar com as empresas que julgarem melhores dentre as indicadas pela Incubadora Social/Profissão Catador.

A respeito desses fragmentos, recortados da sequência discursiva de referência, pode-se ressaltar também o advérbio de tempo “*ainda*”, o qual, em nosso entendimento, é uma pista que assevera a insatisfação do catador pelos valores recebidos. É como se ele dissesse: “mesmo com todos os esforços, com a associação, com a união dos catadores, ainda estamos recebendo um valor que não é justo”.

Como já assinalado, verifica-se que o descontentamento deste catador não está relacionado apenas ao valor pago pelo material reciclável, mas, também, pela forma como tem acontecido a negociação, basta observar que relata sentir-se enganado pelo comprador. Nossa constatação pode ser exemplificada por excertos como “*eles dão umas enroladas, eles passam a perna um pouco na gente*”, “*Ele chega aqui fala uma coisa, chega lá o material é outra bem diferente*”, “*Aqui é uma coisa, lá é bem diferente*” e *Ele tá nos enganando.*” Sobre essas passagens, é importante dizer que os pronomes “*ele*” e “*eles*” têm o mesmo referente, ou seja, o comprador, o qual, segundo este sujeito, não mantém o mesmo discurso quando está na associação para coletar o material, representada pelo dêitico “*aqui*” e quando os materiais chegam “*lá*”, isto é, na empresa recicladora.

Outro ponto que o catador demonstra insatisfação é quanto às exigências do comprador em relação aos materiais, as quais, aliás, vêm aumentando, “*Ele exige demais coisas que ele não exigia*”. Aqui, o sujeito refere-se à triagem dos recicláveis, pois, no geral, o processo consiste em separá-los em quatro grandes grupos: metais, vidros, papéis e plásticos. A reclamação está relacionada, possivelmente, ao fato do comprador exigir que eles sejam separados em subgrupos, conforme as características - papel separado do papelão, recipientes de plástico pets¹⁶² separados dos copos plásticos, entre outras especificidades.

Dessa forma, o sujeito Sdr21 afirma saber que a negociação dos materiais recicláveis agora é um processo que acontece na associação, porém, não descreve como ele ocorre e apenas menciona que sua insatisfação não

¹⁶² Garrafas de plásticos de água mineral, refrigerante.

está relacionada à equipe Inatecsocial/Profissão Catador, isto é, com “o pessoal do Projeto”. O foco do discurso está centrado em demonstrar o desagrado com o comprador, invocado por substantivos como “atravessador” e “exploração”, os quais remetem a saberes ligados à realidade que os catadores enfrentavam antes da existência do projeto “Profissão Catador”, quando os compradores intermediários, conhecidos como atravessadores, praticavam preços bem abaixo do mercado pelo quilo dos materiais recicláveis, logo, num contexto que remete à exploração. Com a criação das associações, a expectativa seria alterar esse panorama, pois como foram adquiridos caminhões pelo Projeto, o material é, ou ao menos deveria, ser entregue direto nas empresas recicladoras. Entretanto, como o próprio catador revela, na associação em que trabalha eles ainda passam por esse problema.

Considerando as Sdrs 19, 20 e 21, é possível observar que todos os catadores conhecem, ou, ao menos sabem como ocorre, a negociação dos materiais recicláveis. Há, nessas sequências discursivas, o atravessamento de saberes difundidos pela Incubadora Social, bem como a presença efetiva da equipe em alguns momentos da negociação dos materiais. Esses saberes e práticas são constitutivos da heterogeneidade da Formação Discursiva do Catador, na qual nossos sujeitos pesquisados estão inscritos.

Quanto aos saberes que retomam a princípios, finalidades e objetivos da Inatecsocial, podemos ressaltar a busca pela autogestão, sobretudo, nas Sdrs 19 e 20, nas quais, os catadores explicam que o grupo assumiu em parte a negociação dos materiais, passando a tratar diretamente com os compradores. Isso quer dizer que eles não realizam mais somente o trabalho braçal de catar, separar e enfardar os materiais, porque já são capazes de discutir sobre “o valor do seu trabalho”. Saberes ligados à autogestão também são evidenciados no modo como os grupos se organizam internamente, pois as decisões são tomadas no âmbito coletivo e todos têm os mesmos direitos e responsabilidades.

Como dito, além do atravessamento de saberes, há oportunidades em que a equipe da Incubadora/Projeto Profissão Catador participa diretamente do trabalho nas associações, por exemplo, quando fornece a nota fiscal para a comercialização dos materiais recicláveis e ao indicar novas opções de compradores. Cabe pontuar que, embora essa participação possa não

representar uma grande intervenção da Inatecsocial diante do trabalho dos catadores como um todo, ela é bastante significativa, pois aponta que as associações ainda são dependentes da equipe da Incubadora em processos cruciais para que possamos considerar que o modelo de autogestão esteja plenamente estabelecido. Assim, mesmo que existam princípios ligados à autogestão nessas Sdrs, esses sujeitos ainda não atingiram o modelo autogestionário, o que implicaria na transformação das relações de produção de maneira integral, incluindo não necessitar de ajuda externa para organizar as questões administrativas e comerciais das associações.

No caso da Sdr21, ao ser questionado sobre como ocorre a negociação dos materiais, o Catador 7 usa a oportunidade de falar como uma forma de externalizar sua insatisfação não só com os valores pagos, mas com práticas e exigências do comprador. O relato feito por este sujeito aciona uma rede de sentidos que encontra ancoragem no contexto desses catadores antes do Projeto, quando eram explorados pelos compradores intermediários e não havia a possibilidade de buscar novos caminhos. Por outro lado, podemos pensar que essa fala do catador, a qual acaba assumindo certo tom de denúncia, só pode ser feita porque ele está na condição de associado, na qual sente-se seguro para opinar. Do contrário, se estivesse como catador autônomo, trabalhando sozinho, provavelmente, ao verbalizar tal insatisfação, sofreria retaliação do comprador, ficando sem ter a quem vender os materiais catados.

Antes de fecharmos esta seção, não podemos nos furtar de dizer que, ainda que as análises tenham revelado que autonomia desses sujeitos em relação à negociação não é plena e que muitos reconheçam a equipe da Intatecsocial/Profissão Catador como canal de escuta para os problemas pessoais, bem como mediadora de conflitos, ter assumido grande parte do processo de negociação dos materiais catados representa um passo importante, não só para o trabalho, mas para a vida desses sujeitos no caminho da autonomia. Entretanto, segundo nossa ótica, ainda são necessários investimentos que consideramos indispensáveis à emancipação dos catadores de materiais recicláveis, tais como a oferta de cursos que permitam a inserção de maneira plena no processo de autogestão.

3.6 A escolarização e os modos de apropriação da língua

As próximas seções referem-se às análises das sequências discursivas recortadas das respostas dos catadores às três últimas perguntas do roteiro de pesquisa. A finalidade das reflexões é olhar para o imaginário desses sujeitos diante de sua escolarização e dos modos como se apropriam da língua. Para isso, as questões norteadoras investigam aspectos como o percurso dos catadores na educação formal, o modo como se relacionam com a língua Portuguesa, a relação entre imaginário de língua e a interdição do discurso desses sujeitos.

3.6.1 Um (des)encontro com a escola: histórias de abandono e “insucesso” na educação formal

De maneira geral, a maioria dos catadores interpelados em nossa pesquisa têm curtas passagens pela escola formal. Embora não estejamos trabalhando com números, apenas a título de ilustração, dos 12 catadores entrevistados, apenas um está na escola, frequentando o Ensino Médio noturno. E, outro, revelou ter concluído recentemente o Ensino Médio.

Dessa forma, as referências que grande parte desses sujeitos fazem em relação à formação escolar têm relação com o abandono da escola. Essas ponderações preliminares já foram feitas em nossa seção “2.1.2 O discurso pedagógico: efeito de neutralidade e contenção da polissemia”, quando, para ilustrar o êxodo dos bancos escolares por parte dos catadores, trouxemos pequenos recortes das respostas à questão que servirá como ponto de partida para as análises desta seção, que é a seguinte: “*Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?*”.

Nosso objetivo, ao incluirmos essa questão no Roteiro, foi justamente entender o tipo de relação que esses sujeitos têm ou tiveram com a escola, verificando, no caso daqueles que abandonaram a educação formal, os motivos que os levaram a tal distanciamento. Preliminarmente, como dito na seção “2.2.1”, temos hipóteses, a partir de uma breve leitura das respostas à

questão, que o abandono aconteceu por dois motivos aparentes, pela necessidade de trabalhar ou por escolhas feitas por eles mesmos.

Aqui, além de analisarmos mais detalhadamente as causas da saída desses sujeitos da escola, também queremos verificar, se ao falarem sobre a evasão escolar, é possível observar práticas pedagógicas de exclusão que possam ter contribuído para esse processo de interrupção dos estudos, haja vista que, retomando o que ressaltam Bourdieu e Passeron (2008) em “*A Reprodução*”, em toda a ação pedagógica (AP) para as classes mais despossuídas há violência simbólica, que se dá pela imposição, a partir de um poder “arbitrário” cultural. Nessa conjuntura, convém reiterar que o poder simbólico, enquanto efeito do trabalho das ideologias, passa despercebido, pois não tem uma materialidade transparente como o poder da força física, mas, da mesma forma, trabalha no sentido de manter a ordem, garantindo, dessa forma, a reprodução da estrutura das relações de força entre os grupos ou as classes.

Passamos às seqüências discursivas recortadas:

Sdr22: “*Estudei até a 5ª série. Um pouco da 6ª série. **Eu parei porque a gente morava pra fora, era difícil até pra ti estuda num colégio de noite. [...] E eu precisava trabalha, porque daí era só eu e a minha mãe, porque a minha irmã tinha vindo já pra Cruz Alta. Ela casou e veio pra cá. Eu morava em Júlio de Castilhos. Então eu tive que trabalha muito cedo. Tive que ajuda no sustento da casa, porque a mãe era doente e daí não deu pra estuda. Mas eu queria te estudado.***”

(Catador 1, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr23: “*Eu fiz até o 3º ano e daí depois não estudei mais. Eu morava na Campanha. Daí eu **parei porque que tive começa trabalha**. Nós perdeu toda as terra que tinha lá na Campanha daí nós fiquemo **trabalhando de empregado dos colono**. Daí depois nós tivemos uma proposta pra i pra Pedras Altas, pra lá de Bajé, aí nós fomo pra lá. Depois disso, nós viemo embora de lá. Viemo pra Júlio de Castilho. **Eu fui pra casa de uma comadre da mãe e fiquei trabalhando pra ela. Eu levantava às 3 hora da manhã, tirava leite e ainda levava pra cidade pra vende.***”

(Catador 4, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr24: “*Ah, eu estudei. Fui até a 7ª. Daí parei de i. **Parecia que não tava bom, daí parei. Ma me arrependo agora, me arrependo muito,***

porque hoje eu preciso e não tenho estudo. Ah, eu não tenho tempo pra volta. A gente chega cansado.”

(Catador 6, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr25: *“Eu estudei até a 7ª série. Depois eu parei, voltei e desisti de novo por causa dos filhos. E agora os filhos cresceram e eu não fui mais volta estuda. [risos]. **Eu mesmo. Por falta de interesse próprio.** Porque a gente querendo estuda não importa. **Fui eu mesma.”***

(Catador 7, maio de 2018, grifos nossos)

Na Sdr22, ao responder ao questionamento “*Você teve a oportunidade estudar?*”, o Catador 1 menciona que estudou “*até a 5ª série. Um pouco da 6ª série*”. Ao explicar os motivos do breve percurso escolar afirma que “***precisava trabalhar***”, pois a irmã mais velha casou-se e passou a residir em outra cidade, no caso Cruz Alta, e prossegue, “*era só eu e a minha mãe*” e, por isso, “***tive que ajuda no sustento da casa porque a mãe era doente***” e “*não deu pra estuda*”.

Além de revelar a necessidade de trabalhar como principal motivo pelo abandono da escola, este sujeito justifica o êxodo escolar também por motivos de falta de condições de deslocamento, pois morava no interior e, como precisava ajudar em casa, teria de estudar de noite, o que dificultava o acesso aos estudos. Tal constatação pode ser ilustrada a partir do seguinte excerto: “*porque a gente morava pra fora, era difícil até pra ti estuda num colégio de noite*”. Entretanto, observa-se que até hoje o catador lamenta não ter conseguido estudar, inclusive faz questão de registrar sua insatisfação pelo pouco tempo na escola ao final da sequência discursiva: “*Mas eu queria te estudado.*”

Nesse sentido, observando a Sdr 22, verifica-se que o sujeito fundamenta o abandono escolar, principalmente, pela urgência de trabalhar em função de que passou a ser, ainda jovem, o arrimo de família, já que a mãe era doente e a irmã precisou sair de casa. O contato com a ensino formal foi interrompido pelas contingências que se apresentaram na vida deste catador, frutos de dificuldades ligadas ao âmbito econômico, pois precisou fazer uma escolha quase sem muitas alternativas, haja vista que teve que deixar a escola para atender a uma questão de primeira urgência para vida, o sustento do grupo familiar. O que queremos dizer é que na verdade não se tratou de uma

escolha, mas, sim, de atender a uma necessidade primordial, relacionada, por exemplo, a ter “comida na mesa”, ou seja, para suprir necessidades básicas.

O trabalho também é a justificativa usada pelo catador da Sdr23 para explicar o abandono à escola. Para facilitar, a seguir, trazemos a íntegra da SDr: *“Eu fiz até o 3º ano e daí depois não estudei mais. Eu morava na Campanha. Daí eu parei porque tive que começa trabalhar. Nós perdeu toda as terra que tinha lá na Campanha daí nós ficuemo trabalhando de empregado dos colono. Daí depois nós tivemo uma proposta pra i pra Pedras Altas, pra lá de Bajé, aí nós fomo pra lá. Depois disso, nós viemo embora de lá. Viemo pra Júlio de Castilho. Eu fui pra casa de uma comadre da mãe e fiquei trabalhando pra ela. Eu levantava às 3 hora da manhã, tirava leite e ainda levava pra cidade pra vende.”*

Conforme este sujeito, que diz ter estudado até o 3º ano do primário, a família perdeu as terras que tinha na Campanha e, então, ele precisou parar os estudos para ajudar no sustento da família, como nos mostra o fragmento **“eu parei porque tive que começa trabalhar.”** A seguir, trazemos a passagem que acreditamos marcar a saída definitiva deste sujeito da escola: *“Nós perdeu toda as terra que tinha lá na Campanha daí **nós ficuemo trabalhando de empregado dos colono**”*. Tomando esse fragmento, então temos o catador e sua família, isto é, *“os empregados”*, e os donos das terras para quem passaram a trabalhar, ou seja, *“os colonos”*. Se consultarmos um dicionário, veremos que o sentido que o sintagma nominal *“colono¹⁶³”* recebe é indivíduo que emigra para povoar e explorar a terra estrangeira. Cabe lembrar que, no Rio Grande do Sul, a colonização deu-se quase que efetivamente por europeus, vindos, notadamente, de alguns países como Alemanha, Espanha, Itália e Portugal. Assim, a referência de colono está ligada a descendentes dessas etnias. A conjuntura descrita por este catador, nos leva a pressupor que desde cedo ele foi a força de trabalho explorada que veio fortalecer aos interesses de outros, no caso, agricultores descendentes de europeus que eram donos das maiores áreas de terras na região da Campanha.

¹⁶³ Nos referimos à definição do Novo Dicionário Aurélio Eletrônico da Língua Portuguesa (2012), no qual “colono” é conceituado da seguinte maneira: *“Membro de uma colônia vindo para o Brasil com o fim de trabalhar na lavoura; trabalhador agrícola ou pequeno proprietário rural, especialmente quando imigrante ou descendente deste”*.

Além de uma história marcada pela dureza de ter que “deixar” as terras da família para trabalhar para outros com mais posses, na esperança de melhorar as condições de vida, o catador relata que teve de partir para outra localidade: “*nóis tivemos uma proposta pra i pra Pedras Altas, pra lá de Bajé, aí nós fomo pra lá*”. Depois de um tempo trabalhando nas proximidades de Bagé, conforme este sujeito, a família viu, novamente, a necessidade de mudança, desta vez para Júlio de Castilhos. A passagem a seguir, ilustra, mais uma vez, as circunstâncias duras de vida pelas quais o Catador 4 teve que passar após chegar ao novo lugar: “*Viemo pra Júlio de Castilho*”. ***Eu fui pra casa de uma comadre da mãe e fiquei trabalhando pra ela***. Junto às dificuldades de ter que separar-se da família, momento que, provavelmente, foi de muita tristeza, também relata a jornada de trabalho que passou a exercer quando foi morar com “*uma comadre da mãe*”. De acordo com ele, ***“eu levantava às 3 hora da manhã, tirava leite e ainda levava pra cidade pra vende”***.

Portanto, aqui, na Sdr23, a necessidade e o trabalho árduo também são citados como motivos pelo qual ocorreu o distanciamento deste sujeito da escola. Neste caso, as circunstâncias são mais adversas, pois precisamos levar em conta que junto à necessidade de trabalhar, figuraram as mudanças constantes de endereço, as quais, possivelmente, também contribuíram para que o sujeito abandonasse a educação formal.

Na Sdr24, a qual retomamos a seguir: “*Ah, eu estudei. Fui até a 7ª. Daí parei de i. Parecia que não tava bom, daí parei. Ma me arrependo agora, me arrependo muito, porque hoje eu preciso e não tenho estudo. Ah, eu não tenho tempo pra volta. A gente chega cansado.*”, o catador afirma que saiu da escola por vontade própria, depois de ter frequentando até a 7ª série. É importante dizer que a ideia de que deixou a escola por vontade própria se dá pelo efeito da ilusão que se apresenta pelo trabalho da ideologia.

A justificativa deste catador nos deixa pensativos ao ponto de querer entender o porquê não estava satisfeito com a escola. Embora ele não deixe claros os motivos do abandono, apenas diga que foi por vontade própria, não há como deixar de ventilar que uma das possíveis causas poderiam ser as práticas pedagógicas desenvolvidas no educandário, as quais, muitas vezes,

por não abordarem a realidade do aluno, acabam desestimulando os estudantes e contribuindo no sentido de que esses sujeitos se distanciem do ambiente escolar. As reflexões de Bourdieu e Passeron (2008) são importantes para pensarmos sobre essa questão, pois, segundo os autores, a escola cumpre, de maneira disfarçada, através das suas ações pedagógicas, nas quais a ideologia dominante está materializada, as funções de reproduzir a cultura e a estrutura de classes, tarefas que são imprescindíveis na sociedade capitalista em que vivemos.

Por outro lado, também é preciso considerar que a imaturidade deste sujeito naquele momento, também possa ter contribuído para essa decisão da qual ele afirma estar arrependido, conforme o trecho que segue: “*Ma me arrependo agora, me arrependo muito, porque hoje eu preciso e não tenho estudo.*” Aqui, além de explicitar o seu arrependimento pela decisão impensada, o catador ressalta a importância dos estudos para que tivesse condições de aproveitar as oportunidades que estão se apresentando e que poderiam ter possibilitado outro caminho a ele, pois declara “*hoje eu preciso e não tenho estudo*”. Em outras palavras, o sujeito acredita que se tivesse estudado teria possibilidades de ascensão profissional, entretanto, não vincula a continuidade dos estudos a novas aprendizagens.

Da mesma maneira que ressalta ter errado ao abandonar a escola, este sujeito também justifica o porquê não volta a estudar, explicando que “*não tenho tempo pra volta. A gente chega cansado.*” Verifica-se, a partir dessa passagem, que há outras coisas que ganham ordem de importância na sua vida, inclusive o próprio trabalho como catador de materiais recicláveis, do qual afirma chegar em casa exausto.

Desse modo, nesta Sdr, o êxodo escolar se deu por decisão do próprio catador, ainda que não explicita os motivos pelos quais entendia que a escola “*não estava boa*”. Como dito, não é possível afirmar, apenas apontar possibilidades que, junto à imaturidade deste sujeito para tomar decisões, já que deveria ter entre 12 e 13 anos¹⁶⁴, podem ter contribuído para a saída prematura do ensino formal, dentre as quais podemos citar as práticas pedagógicas escolares.

¹⁶⁴ No sistema de ensino atual a 7ª série corresponde ao 8º ano, com base nisso fizemos a ponderação da possível idade do catador naquela época.

Na Sdr25, a qual retomamos a seguir: “*Eu estudei até a 7ª série. Depois eu parei, voltei e desisti de novo por causa dos filhos. E agora os filhos cresceram e eu não fui mais volta estuda. [risos]. Eu mesmo. Por falta de interesse próprio. Porque a gente querendo estuda não importa. Fui eu mesma*”, os motivos apresentados pelo catador para o abandono da escola não ficam distantes daqueles que foram mencionados na Sdr24. Aqui, inclusive, o sujeito faz questão de afirmar e ratificar que ter parado de estudar na 7ª série foi uma escolha sua, conforme podemos verificar no seguinte excerto: “*Eu mesmo. **Por falta de interesse próprio. Porque a gente querendo estuda não importa. Fui eu mesma.***”

É possível perceber, a partir da fala inicial deste catador, que sua trajetória é marcada desistências e retornos à escola. Tal percepção pode ser ilustrada pela passagem “*Eu estudei até a 7ª série. Depois eu parei, voltei e desisti de novo.*” O último distanciamento, que pelo visto foi definitivo, aconteceu “*por causa dos filhos*”, haja vista que trata-se de uma catadora e, “tradicionalmente”, na estrutura familiar, cabe às mulheres, sobretudo para aquelas de baixa renda, tomar conta dos filhos. Porém, mesmo apresentando essa razão em sua fala, o próprio sujeito parece não estar convencido de que este tenha sido o verdadeiro motivo, haja vista que afirma em tom de riso “*E agora os filhos cresceram e eu não fui mais*”. Ou seja, se os filhos fossem a causa de ter deixado de estudar, hoje, após eles crescerem, ela poderia voltar à escola, mas não o faz e admite a falta de interesse. Dessa forma, nos parece que há uma ideia incompleta da importância da escolaridade.

Assim, nesta Sdr, o sujeito também justifica o abandono da escola como uma vontade própria, embora relate que sua relação com a educação formal foi marcada por idas e vindas, ou seja, por algumas vezes parou, retornou, mas, ao final, acabou desistindo. Entretanto, não comenta se sua decisão final, de deixar definitivamente “os bancos escolares”, teve a contribuição de algum outro motivo, já que pela forma com que fala deixa implícito que os filhos não foram a verdadeira razão pela qual nunca mais teve contato com a escola.

Considerando as quatro sequências discursivas analisadas, verifica-se que nas Sdrs 22 e 23, a necessidade de trabalhar foi o principal motivo para o abandono da escola. Ainda que estes sujeitos manifestem como razão o trabalho, identificamos que há outras razões correlacionadas e que podem ter

contribuído para o distanciamento dos “bancos escolares”, por exemplo, a doença do membro da família que era responsável pelo sustento do grupo familiar, distância da escola, e as constantes mudanças de endereço em busca de condições melhores de vida.

Por outro lado, nas Sdrs 24 e 25, observa-se que os catadores explicam o abandono da escola como uma vontade própria, mas que também pode ter correlações com outras razões. Entre elas, podemos citar práticas pedagógicas escolares de exclusão, as quais podem ter desmotivado estes sujeitos, decisões impensadas devido à imaturidade e a própria incompreensão do valor da escolaridade para novas aprendizagens e capacitação.

3.6.2 Para além da norma: a língua do cotidiano enquanto constitutiva da identidade dos catadores de materiais recicláveis

A premissa de que a língua é constitutiva da identidade dos sujeitos não é uma ideia nova em nosso estudo, nem tampouco é fruto de nossas constatações. Já dissemos em outros momentos desta pesquisa, amparados nas reflexões de autores como Orlandi (2007a)¹⁶⁵ e Zandwais (2013)¹⁶⁶, que não há identidade sem língua, pois é pela ordem do simbólico que o sujeito se reconhece. Também é importante ratificar que, enquanto um sistema simbólico, a língua exerce funções políticas, sociais e culturais e funciona como um instrumento de dominação, pois age no sentido de assegurar a sobreposição de uma classe sobre as outras.

Para efeito de contextualização, queremos recuperar as palavras de Zandwais (2013) no texto “*Como caracterizar uma nação: entre os domínios históricos e discursivos*”, no qual afirma que os aspectos de etnia e de território contribuem de modos alternados para a construção de um imaginário social de povo e de nação, mas a língua nunca poderá ser deixada de lado, pois todo o Estado-nação necessita de uma unidade linguística e, é a partir desse elemento simbólico que os sujeitos identificam-se com a nação e entre si. Em outras palavras, a língua atribui “personalidade” a uma nação, constituindo-se

¹⁶⁵ O texto em questão é “*Teorias da linguagem e discurso do multilingüismo na contemporaneidade*”.

¹⁶⁶ Nos referimos ao artigo “*Como caracterizar uma nação: entre os domínios históricos e discursivos*”.

em um elemento que desagua na identidade dos sujeitos e, permitindo que eles se identifiquem com os demais. É preciso reiterar, que segundo nos chama atenção a autora, “[...] as línguas nacionais, tomadas como o objeto da unidade de um Estado-nação são línguas idealizadas[...].” (ZANDWAIS, 2013, p. 272). Isso, porque quando nos referimos à unidade, estamos deixando de olhar a língua enquanto um elemento vivo, que carrega acentos ideológicos e que varia de acordo com as situações históricas, culturais e sociais, refletindo as diferenças e desigualdades entre as classes e sujeitos.

Diante deste contexto, nos parece importante retomar a perspectiva de Gnerre (1998) na obra “*Linguagem, poder e discriminação*”, na qual assinala que a linguagem não é somente usada para efeitos de comunicação ou para veicular informações, ela também tem o papel de “comunicar” ao ouvinte o lugar social que o falante ocupa ou acredita que ocupa na sociedade em que está inserido. Podemos dizer que os indivíduos não falam apenas para serem ouvidos, mas, também, para alcançarem respeito e influenciarem, a partir de atos linguísticos, o ambiente em que estão. Dessa forma, não é precipitado dizermos que, assim como a linguagem é poder, ao mesmo tempo, também é símbolo de discriminação.

A língua é, portanto, um elemento que representa divisão. Essa constatação é feita por Guimarães (2002) na obra “*Semântica do Acontecimento*”, na qual o autor ressalta que a separação se dá a partir da relação que cada falante tem com a língua, a qual é regulada pela língua do Estado, enquanto uma língua “una”, ou seja, como um conjunto homogêneo e marcado por uma hierarquia de identidades. Ou melhor, “[...] esta divisão distribui desigualmente os falantes segundo os valores próprios dessa hierarquia.” e, segundo o autor “[...] a Escola é fundamental no modo de dividir os falantes e sua relação com a língua.” (GUIMARÃES, 2002, p. 21). Diante desse prisma, convém lembrar que o trabalho da Escola é amparado por instrumentos linguísticos como as gramáticas, os dicionários e os livros didáticos, os quais, junto com a ação pedagógica, atuam incessantemente na divisão da língua entre o “certo” e o “errado”.

Para ilustrar a questão da hierarquia no contexto da língua, Guimarães (2002) toma como exemplo os usos [muito] e [mutio] na oralidade. De acordo com o autor, não existe o mesmo direito de dizer para aquele que fala [muito] e

para o que diz [mutio], isto é, o direito à palavra é um para aquele que usa a primeira forma, que representa uma língua normatizada, gramatizada, e outro, para o que usa a segunda, que aponta para uma variação linguística característica de Cuiabá (MT). Esse exemplo, nos parece uma ilustração bastante esclarecedora de como o Aparelho ideológico Escolar, nos termos de Althusser (1992)¹⁶⁷, atua no sentido de cristalizar um imaginário de língua homogênea, ou seja, que não varia e, que por isso, constitui-se em um elemento idealizado, pois não reflete as situações reais de comunicação em diferentes contextos sociais, culturais e históricos.

Da mesma forma, podemos trazer as colocações do autor para pensarmos nos catadores de materiais recicláveis, os quais, por não dominarem a língua escolarizada, acabam reproduzindo nos seus dizeres esse processo de exclusão e segregação. Entretanto, é importante retomar que mesmo que a forma com que esses sujeitos utilizam a língua não reflita a norma culta, isso não representa a inexistência de uma identificação enquanto grupo por meio da língua que usam. Em outras palavras, embora tenhamos conhecimento que por força do poder simbólico que exercem algumas instituições, entre as quais está o próprio Aparelho ideológico Escolar, esses sujeitos não são respeitados e pouco ou quase nada reconhecidos por serem desaparelhados linguisticamente, isso não quer dizer que as formas como se comunicam sejam menos significativas do que aquelas usadas por quem domina a norma culta.

Feitas essas considerações, queremos dizer que os questionamentos motivadores desta seção são os seguintes: “*Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?*”, os quais correspondem à pergunta de número 6, no Roteiro de Questões Norteadoras¹⁶⁸. A partir dessas interpelações, nosso objetivo é que os catadores se coloquem como falantes da língua Portuguesa (LP), dizendo como se veem enquanto usuários da LP e por quais motivos se consideram ou não bons falantes. Ao tratarem acerca das suas relações com língua, eles também estarão discutindo sobre sua

¹⁶⁷ Nos referimos à obra: *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. 6. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

¹⁶⁸ Disponível no Anexo II.

identidade e, isso, permitirá refletirmos sobre suas formas de subjetivação. Passamos às Sdrs que serão analisadas:

Sdr26: “*Não, porque às veiz eu erro tudo. Vou dizê uma coisa e troco tudo, né. Por isso, que eu vo fala pra ti, assim, eu nem sei como começa a fala. Aqui, outro dia na reunião, eu não falo, todo mundo dizendo todos tem que fala, e eu fico quieta. Eu não falo, porque eu sô muito, comé que eu vo te de dizer. Na hora que vo fala eu gaguejo, né. Daí as palavra não sai. Fica aqui e não sai. Não adianta.*”

(Catador 4, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr27: “*Não, so burra. Desde que eu era mais pequena eu já não falava as coisa direito. Era as única matéria Português e Matemática que ia mal. E daí, às vezes, ainda eu falo errado, mas alguns dizem que é porque a mãe criou a gente não vindo pra cidade, a gente fico retirado, só pra fora. Não saia. Eu nasci e me criei lá na Abegay¹⁶⁹, nasci e me criei lá. A mãe não deixava a gente vim pro centro. E daí ficuemo lá. Daí tem muita coisa que eu não falo direito. So burra mesmo. Eu posso até tenta fala, mais não sai direitinho. Não sai.*”

(Catador 5, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr28: “*Um pouco. Não Muito. Sei lá, às vezes eu falo meio errado, todo mundo vê. Muita gente diz que é errado mas eu acho que o português é a gente que fala, não existe palavra certa. Eu acho isso.*”

(Catador 6, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr29: “*É, mais ou menos. Tenho a língua meio enrolada. É porque eu falo muito ligeiro. Começo enrola a língua. Às vezes eu erro, uma letra, alguma coisa. Ai a gente fala uma coisa, as pessoa dá risada, daí a gente sabe que erro.*”

(Catador 8, maio de 2018, grifos nossos)

Na Sdr26, ao ser questionado “*Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?*”, o Catador 4 sentencia: “**não**”. Para justificar o porquê não se reconhece como um bom falante da língua materna ele explica: “**porque às veiz eu erro tudo. Vou dizê uma coisa e troco tudo**”.

¹⁶⁹ Bairro da cidade de Cruz Alta que fica mais distante do centro. Concentra, em sua maioria, famílias de baixa renda.

A afirmação de que não se considera um bom usuário da língua porque fala errado repercute um sentimento de insucesso deste sujeito em relação ao uso da língua Portuguesa.

Percebe-se, nesta Sdr, que devido ao receio que este catador tem de ser julgado pelos erros ou desvios gramaticais, ele chega a duvidar de sua própria capacidade, dizendo que não sabe como começar a falar, conforme ilustra a passagem “*eu vo fala pra ti, assim, eu nem sei como começa a fala*”. Também observamos o temor de sofrer julgamento diante das oportunidades de fala no seguinte fragmento: “*Na hora que vo fala eu gaguejo, né. Daí as palavra não sai. Fica aqui e não sai. Não adianta.*” Aqui, é preciso pontuar que a gagueira não é algo casual, mas, sim, é uma resposta psíquica ao sentimento de impotência.

É justamente por não corresponder a esse paradigma da língua idealizada pela escola e sentir-se impotente diante disso, que este sujeito acaba se calando. Assim como nos mostra o excerto a seguir: “*Aqui, outro dia na reunião, eu não falo, todo mundo dizendo todos tem que fala, e eu fico quieta. Eu não falo*”. Para que possamos analisar este fragmento, é importante contextualizar que, normalmente, além dos catadores, a equipe da Inatecsocial/Profissão Catador também participa das reuniões, com o objetivo de organizar os trabalhos e acompanhar as discussões nas associações. Isso, significa que nos encontros há a presença de outras pessoas, como monitores e gestores da Inatecsocial/Profissão Catador, que embora sejam conhecidos dos catadores, pois visitam frequentemente os galpões, podem ter relação com os motivos pelos quais este prefere calar-se e silenciar num momento em que teria espaço de fala, mesmo estando entre os colegas de trabalho, com o grupo com quem se identifica. O que queremos dizer, é que, provavelmente, a decisão por não usar o espaço de fala durante a reunião deva estar ligada ao imaginário constituído pelo catador de que “não sabe falar” diante da presença da equipe do Projeto, pois como visto no início desta Sdr, ele não se considera um bom usuário da língua Portuguesa e, portanto, pelo receio de errar e ser julgado, acaba se calando.

De maneira geral, considerando toda a extensão da Sdr 26, observa-se que há a repetição das estruturas indicativas de negação, a partir das enunciações “*eu não falo*”, “*Daí as palavra não sai*” e “*Fica aqui e não sai*”.

Tais marcas também corroboram no sentido de sustentar, no discurso do catador, a ideia de que ele deixa de falar por medo de ser julgado em consequência de seu desaparecimento linguístico.

A situação de silenciamento relatada nesta sequência discursiva de referência nos remete à obra “*As formas de silêncio*”, de Orlandi (2007b), na qual a autora afirma que é possível caracterizar o silêncio de duas formas. Nesta análise, nos interessa aquela que está relacionada à política do silêncio¹⁷⁰, ou seja, quando dizeres são interditados, censurados, como aconteceu com o catador quando teve oportunidade de falar durante a reunião da associação e preferiu calar-se. Ou seja, ele mesmo parece ser o seu algoz, interditando sua fala. Embora ele estivesse em seu grupo de trabalho, local em que deveria sentir-se à vontade para falar, ele prefere permanecer em silêncio. Tal escolha, provavelmente, não significa que não tinha nada a dizer, mas que deixou de dizer por medo do julgamento. Aqui, não há como deixarmos de pontuar a atuação do Aparelho ideológico Escolar¹⁷¹, o qual, mesmo fora das delimitações territoriais da escola, segue trabalhando no sentido de dividir e hierarquizar os sujeitos conforme as suas relações com a língua escolarizada.

Portanto, ao colocar-se como usuário da língua Portuguesa, este sujeito expressa uma relação de estranhamento com a própria língua, haja vista que ele toma como parâmetro para não considerar-se um bom falante a distância do seu modo de falar com as normas linguísticas impostas pela escola. Devido a esse imaginário, que é cristalizado entre os sujeitos das classes mais despossuídas, pelo trabalho do Aparelho ideológico Escolar, que irrompe os muros da escola, este catador limita o seu saber sobre a língua ao paradigma do “certo” e do “errado”, isto é, à língua imaginária, que está presa às normas vernaculares e que não corresponde ao código linguístico do cotidiano.

Na Sdr27, a qual retomamos a seguir “*Não, so burra. Desde que eu era mais pequena eu já não falava as coisa direito. Era as única matéria Português e Matemática que ia mal. E daí, às vezes, ainda eu falo errado, mas alguns dizem que é porque a mãe criou a gente não vindo pra cidade, a gente fico retirado, só pra fora. Não saia. Eu nasci e me criei lá na Abegay, nasci e me*

¹⁷⁰ O outro tipo de silêncio nominado por Orlandi (2007b) é o silêncio fundador, ou seja, aquele que está nas palavras.

¹⁷¹ O termo vem de Althusser (1999), no texto “*A propósito das relações de produção*”.

criei lá. A mãe não deixava a gente vim pro centro. E daí fiquemo lá. Daí tem muita coisa que eu não falo direito. So burra mesmo. Eu posso até tenta fala, mais não sai direitinho. Não sai.”, o sujeito também afirma não ser um bom usuário da língua Portuguesa. Inclusive, tenta menosprezar-se usando uma referência pejorativa, “**Não, so burra**” e “**So burra mesmo**”. Esses enunciados nos permitem observar que o imaginário manifestado pela catadora acerca da sua relação com a língua, incide não apenas no aspecto do código linguístico, mas acaba influenciando na maneira como este sujeito se enxerga na vida de maneira geral. Infelizmente, essa referência pejorativa usada pela catadora é cristalizada pelo senso comum na sociedade para nominar àqueles que têm dificuldades de aprender algo, e os sujeitos acabam reproduzindo isso em seus discursos.

Da mesma forma que observou-se na Sdr26, aqui, nesta sequência discursiva de referência, também existe a repetição de estruturas que indicam negação, como “**Não, so burra**”, “**Eu já não falava mais as coisa direito**”, “**eu não falo direito**”, “**não sai direitinho, não sai**”. Novamente, essas construções nos apontam para um sujeito que teme os julgamentos porque imagina que não sabe falar, ou, ainda, que sente-se impotente por não dominar a língua escolarizada, em consequência do pouco contato que teve com a escola formal.

Para explicar o porquê não se considera uma boa usuária da língua, ela retoma sua história e justifica “*Desde que eu era mais pequena eu já não falava as coisa direito*”. Segundo ela, “*alguns dizem que é porque a mãe criou a gente não vindo pra cidade, a gente fico retirado, só pra fora. Não saia. Eu nasci e me criei lá na Abegay¹⁷², nasci e me criei lá*”. Aqui, observa-se que o sujeito remete o desempenho em relação à língua Portuguesa ao fato de ter residido, durante boa parte de sua vida, “*lá na Abegay*”, um dos bairros que fica mais distante do centro de Cruz Alta e, para se chegar até lá, é preciso atravessar a Rodovia RS-342. Embora faça parte do perímetro urbano da cidade, o bairro guarda “ares de interior”, mas padece por falta de infraestrutura básica, como saneamento, atendimento de saúde, poucas oportunidades de ensino, cultura e

¹⁷² Bairro da cidade de Cruz Alta que distante do centro. Concentra, em sua maioria, famílias de baixa renda. No passado, o local era conhecido como Charqueada. Tal denominação tem relação com o fato de que a área, durante muito tempo, abrigou colonizadores que destinavam aos escravos a cultura de abater bovinos e salgar a carne para evitar o perecimento.

trabalho. Devido a isso, a referência que a catadora faz ao local em que nasceu e cresceu, resulta em enunciados como “*a mãe criou a gente não vindo pra cidade*”, “*a gente fico retirado*” e “*só pra fora*”.

Essas passagens nos remetem a uma espécie de linha imaginária criada pelo sujeito que divide o Bairro Abegay e o Centro da cidade. Nosso entendimento pode ser comprovado pelo excerto “*A mãe não deixava a gente vim pro centro. E daí ficuemo lá. Daí tem muita coisa que eu não falo direito*”. Ao dizer isso, pela ordem do inconsciente, esta catadora reconhece a existência de dois códigos linguísticos, um que é usado no bairro em que vive, o qual ela diz que influenciou a não falar corretamente e, outro, que é falado no centro de Cruz Alta, o qual estaria relacionado às formas cultas do idioma. E, muito mais do que isso, ela reconhece a divisão de classes, na qual há aqueles que dominam as relações econômicas e sociais e, por isso, se sobrepõem aos outros. E, a língua, se mostra como um desses elementos que assinala e assevera a estratificação social. Isso, porque conforme Gnerre (1998), uma variedade lingüística “vale” aquilo que “valem” na sociedade os seus falantes, ou seja, reflete o poder e a autoridade que os indivíduos têm nas relações econômicas e sociais.

A partir da Sdr 27, é possível verificar que o lugar marginal que a catadora ocupa não é somente em relação à língua, mas, de maneira geral, é consequência das próprias construções imaginárias que resultam das experiências vividas. Segundo Pêcheux (1990), em *Por uma análise automática do discurso*, o imaginário constituído pelos sujeitos a respeito do seu próprio lugar e do lugar do outro, numa dada formação social, acaba atendendo aos interesses da classe dominante. Em outras palavras, ao tratar sobre sua relação com a língua Portuguesa, classificando-se, pejorativamente, como “*burra*”, ela fala do lugar-social de desaparelhada linguisticamente, no qual imaginariamente se inscreve. E, ao fazer isso, acaba produzindo um discurso que corrobora para a reprodução da estratificação social.

Assim, observa-se que quando este sujeito justifica seu “insucesso” enquanto falante da língua Portuguesa devido ao fato de ter nascido em um bairro distante do centro da cidade, não existe apenas uma distância física entre dois pontos, ou seja, entre o bairro Abegay e o “centro”, há muito mais do

que o isso, existem sentidos que circulam e que apontam para um paradoxo de diferenças sociais e culturais arraigadas na geografia das cidades.

Na Sdr 28, a qual tem a seguinte formulação: “*Um pouco. Não Muito. Sei lá às vezes eu falo meio errado, todo mundo vê. Muita gente diz que é errado mas eu acho que o português é a gente que fala, não existe palavra certa. Eu acho isso.*”, nota-se, que ao falar sobre sua relação com a língua, este sujeito reflete de maneira diferente do que observou-se nas Sdrs 26 e 27, pois diz: “**Um pouco. Não Muito**”, ou seja, prefere relativizar. Não afirma que é um bom falante, mas também não declara uma condição de total insatisfação em relação ao domínio do código linguístico. Do decorrer da sequência, a repetição da regularidade “*eu acho*” também corrobora para essa ideia de relativização. Quanto aos motivos, ele justifica: “*Sei lá, às vezes eu falo meio errado*”. Aqui, ao usar o enunciado “*falo meio errado*”, o sujeito retoma o paradigma que concebe a língua como um sistema de formas e normas, cujo desafio é seguir à risca a estrutura para corresponder a um “ideal” de língua.

O ponto que nos chama atenção, no decorrer desta sequência discursiva, é o posicionamento do sujeito ao fazer a seguinte declaração: “*Muita gente diz que é errado, mas eu acho que o português é a gente que fala, não existe palavra certa. Eu acho isso.*” Essa passagem revela alguém que, embora conviva com os olhares prescritivos de “*muita gente*” em relação ao estigma do “certo” e o “errado” na língua, tem um entendimento que aponta para saberes que remontam à língua fluida, às formas de comunicação do dia a dia, pois ressalta que “*o português é a gente que fala*” e assevera “*não existe palavra certa*”.

A língua fluida, que entendemos ter relação com o imaginário que este catador projeta no discurso, é definida por Orlandi (1990) como aquela que está em movimento contínuo, na “boca do povo” na vida do cotidiano, ou seja, a partir das relações entre as pessoas em diferentes contextos. Isso representa tomar a língua do ponto de vista da *práxis*, ou, como Bakhtin/Volochínov (2014) postulam em “*Marxismo e Filosofia da Linguagem*”, olhar para a língua viva, entendendo-a enquanto um conjunto que reflete os valores e as relações de poder da sociedade em que está inscrita, o que implica considerar a diversidade dos falantes e de situações.

Dessa forma, ao afirmar que “o português é a gente que fala”, entendemos que este catador, pela ordem do inconsciente, aciona uma rede de sentidos que convergem para a aproximação que propusemos entre os conceitos materialistas de língua fluida e língua viva. Dito de outro modo, a concepção deste sujeito é a de que a língua Portuguesa é do povo. Portanto, não está imobilizada nas redes dos sistemas e das fórmulas, e as pessoas estão “autorizadas” a usá-la mesmo que as suas práticas languageiras não correspondam à norma culta.

Nessa conjuntura, considerando esta Sdr, precisamos reiterar que ainda que este sujeito não se considere um exímio usuário da língua Portuguesa, isso não significa que as formas com que se comunica sejam menos dotadas de sentidos do que aquelas dos grupos que dominam o vernáculo padrão. Dizemos isso, porque os sentidos estão no funcionamento discursivo da língua, e cada grupo ou estrato social cria as suas próprias formas linguísticas para a comunicação, igualmente repletas de sentidos e que permitem que os sujeitos se subjetivem diante das circunstâncias vividas e dos lugares sociais e históricos a partir dos quais se reconhecem.

Passamos à análise Sdr29, cuja formulação é: “*É, mais ou menos. Tenho a língua meio enrolada. É porque eu falo muito ligeiro. Começo enrola a língua. Às vezes eu erro, uma letra, alguma coisa. Ai a gente fala uma coisa, as pessoa dá risada, daí a gente sabe que erro.*” Aqui, ao ser questionado se é um bom usuário da língua Portuguesa, o catador prefere relativizar a sua condição enquanto falante, pois enuncia “**É, mais ou menos**”. O sujeito justifica a hesitação em sua resposta com as seguintes enunciações: “*Tenho a língua meio enrolada*” e, além do mais, “*falo muito ligeiro*”. Isso, segundo ele, faz com que, às vezes, erre “*uma letra, alguma coisa*”.

Uma das passagens que nos chama atenção nesta Sdr, é quando catador explica como percebe que transgrediu a norma enquanto está falando: “*Ai a gente fala uma coisa, as pessoa dá risada, daí a gente sabe que erro.*” Verifica-se, a partir desse fragmento, que o sujeito não relata ter medo de falar por não dominar a norma culta, mas pelo constrangimento causado pela reação das outras pessoas. O que queremos dizer é que o imaginário de si como bom ou mau falante está relacionado a como os interlocutores reagirão após o seu dizer. Obviamente, que quando relata “*as pessoa dá risada*”, aqui,

o riso, não se dá por algo que é engraçado, mas aciona uma rede de sentidos que conduzem para a discriminação, para alguém que tornou-se motivo de deboche pelo modo como se comunica. É uma situação que ilustra o preconceito linguístico, isto é, que caracteriza, nos termos de Bourdieu (1989) em “*O poder simbólico*”, a violência simbólica, a qual não é exercida pela força física, mas por sistemas de dominação que se dão pela violência psicológica ou moral, cujo poder reside no fato de que a classe dominante impõe, invisivelmente, sua cultura aos dominados a partir de símbolos, a exemplo da língua.

Considerando a perspectiva linguístico-discursiva, Orlandi (2013) explica em “*Língua e conhecimento linguístico*”, que o preconceito tem uma natureza histórico-social e, é regido por relações de poder. A autora ressalta que os preconceitos e processos de exclusão de toda ordem são criados pela forma com que as diferenças são significadas em um imaginário social discricionário. No caso do preconceito em relação à língua, “[...] aquilo que é norma passa a ser um divisor que qualifica ou desqualifica os cidadãos, dando-lhes lugar ou excluindo-os da convivência social qualificada.” (ORLANDI, 2013, p. 225). Dito de outro modo, do ponto de vista superestrutural, a norma passa a ser um instrumento que “divide os corpos” em relação ao código linguístico. De um lado, estão aqueles que falam uma variedade mais prestigiada, ou seja, que dominam a língua escolarizada, os quais fazem parte de uma elite que detém tanto o capital cultural quanto econômico. Do outro, está a grande massa, desqualificada pelo modo como usa a língua Portuguesa, com formas de comunicação consideradas “erradas” ou “inferiores”, já que esses sujeitos são desaparelhados linguisticamente porque tiveram pouco ou nenhum contato com a educação formal.

Trazendo essa discussão para a situação em que se encontram os catadores de materiais recicláveis, observa-se que a língua falada por eles ou qualquer outro grupo desfavorecido econômica, social e culturalmente, os coloca em uma condição em que não têm representatividade em relação à língua falada pelos grupos hegemônicos e, também, não ocupam um lugar social de destaque, ou seja, o lugar de onde falam não tem expressão nem econômica, nem social e nem cultural.

Dessa forma, a Sdr 29 nos mostra um sujeito que prefere relativizar a sua condição enquanto falante da língua Portuguesa, já que ao ser perguntado se é ou não um bom usuário, responde “*É, mais ou menos.*”. Entretanto, no decorrer do recorte, percebe-se que ao falar acerca das suas experiências com a língua, relata uma situação em que é vítima de preconceito linguístico, embora, conscientemente, talvez não se dê conta que, por não dominar a norma culta, está sofrendo violência simbólica. O comportamento do interlocutor que ri quando o catador fala é responsável por dividir os corpos no espaço linguístico, haja vista que o riso funciona como um símbolo de desqualificação. Essa situação, em nosso ponto de vista, é tão ou mais agressiva do que se o interlocutor tivesse comentado sobre os desvios em relação à norma linguística, pois o riso mostra certa indiferença que resulta na ridicularização do falante.

O relato do catador nesta sequência discursiva também nos permite observar que a reação do interlocutor não configura uma situação esporádica, mas é algo vivenciado corriqueiramente por este sujeito em situações de comunicação fora da associação ou do grupo familiar. Dizemos isso, porque ele não relata um momento específico em que a sua forma de falar foi motivo de riso, mas, parece narrar algo que faz parte do seu dia a dia. Uma humilhação que, por se repetir tantas vezes, acaba, tristemente, quase sendo naturalizada por este sujeito. Tais constatações sustentam a ideia de que o preconceito linguístico traduz-se em um discurso que circula na sociedade e faz parte dos mecanismos que produzem uma separação entre os sujeitos, servindo aos interesses das hegemonias e atuando no sentido de reforçar as diferenças sociais que permitem que um grupo se sobressaia em relação a outros.

Tomando as sequências discursivas analisadas nesta seção, verifica-se que ao falarem sobre sua relação com a língua Portuguesa, os catadores das Sdrs 26 e 27, compartilham da mesma opinião, pois não se enxergam como bons usuários da língua. Tal percepção é sustentada nas duas sequências discursivas de referência pela repetição de estruturas que remetem à negação, nas quais, por vezes, o sujeito sinaliza implicitamente que deixou de falar por medo do julgamento de seus interlocutores, ou que não sabe falar em

consequência não ter frequentado a escola formal e, conseqüentemente, não dominar a língua escolarizada.

Em relação à Srd 26, ressalta-se que o sujeito justifica sua resposta concentrando seu “insucesso” enquanto usuário da língua, no fato de que erra algumas palavras. Além disso, é possível perceber que, às vezes, por não dominar a língua escolarizada, sente-se inseguro para falar e silencia, deixando de usar espaços de enunciação que são assegurados e importantes diante do modo como estão organizados os catadores nas associações. Na Sdr 27, acompanhamos um sujeito que ao explicar o porquê não considera-se um bom falante da língua Portuguesa, usa termos depreciativos, tenta menosprezar-se. Em nossa ótica, estes dizeres acabam manifestando um imaginário que não reflete somente sobre a relação deste catador com a língua, mas que diz sobre como ele se vê enquanto ser humano. O sujeito desta Sdr justifica o seu modo de falar, devido ao fato de morar distante do centro de Cruz Alta. Ao fazer isso, reconhece a existência de dois códigos linguísticos, um que é usado no bairro em que vive, na periferia da cidade, e outro, que estaria relacionado às formas cultas do idioma, falado na região central. Esse discurso assinala muito mais do que a variação linguística, ele simboliza a estratificação social e geográfica, nos mostra que não é mera coincidência o mesmo sujeito que teve pouco ou nenhuma acesso à escola formal, portanto que é desaparelhado linguisticamente, morar numa zona que é periférica, em que há carência dos serviços básicos.

Já nas Sdrs 28 e 29, verifica-se que ao falarem sobre suas relações com a língua Portuguesa, os sujeitos mantêm um discurso que relativiza as suas condições enquanto usuários da língua. Em outras palavras, não declaram uma total insatisfação, nem tampouco assumem uma posição em que se colocam como exímios falantes.

O catador da Sdr28 justifica sua resposta porque em algumas circunstâncias fala errado. Entretanto, o que nos chama atenção nesta sequência discursiva, é o fato do sujeito enunciar que entende que a língua Portuguesa é feita por cada pessoa. Tal discurso, em nossa ótica, funciona como se este catador dissesse que a “língua está na boca do povo”, nos remetendo ao viés materialista, que toma a língua partir da heterogeneidade, do seu funcionamento real e levando em consideração a heteroglossia dos

falantes. Na Sdr 29, o ponto que merece destaque é que ao dizer sobre sua relação com a língua Portuguesa, o sujeito relata ser motivo de riso pelo modo como fala. Essa situação materializa o preconceito linguístico. Além disso, ilustra como a violência simbólica se apresenta a partir do poder de sistemas simbólicos como a língua, a qual atua como um divisor que hierarquiza os falantes, numa conjuntura em que os desaparelhados linguisticamente são fadados a processos de discriminação e a posições marginalizadas na sociedade.

De maneira geral, precisamos dizer que, independente da relação que os sujeitos explicitam ter com a língua Portuguesa, os seus discursos são marcados pela força simbólica do Aparelho ideológico Escolar, que mesmo não sendo referenciado por esses catadores, está implicitamente presente e funcionando nos seus dizeres. Cumpre ressaltar que, na sociedade capitalista em que estamos inseridos, a escola tem uma função imprescindível no sentido de refletir a cultura dominante e de reproduzir a estrutura de classes.

Por outro lado, também precisamos pontuar que independente de dominarem a língua escolarizada ou não, as formas linguísticas que esses sujeitos usam, permitem que eles se subjetivem, se reconheçam entre si e enquanto grupo. A situação de desaparelhados linguisticamente não quer dizer que não tenham uma identidade, nem tampouco representa que o repertório de formas que utilizam para comunicação seja menos significativo do que o daqueles dominam o idioma culto. Do mesmo modo, embora a língua que falam não corresponda àquele artefato idealizado que confere unidade linguística a uma Nação, isso não representa que sejam “menos” cidadãos do que aqueles que dominam o vernáculo padrão.

Assim, mesmo que saibamos que, por força das instituições, os catadores sejam pouco respeitados e ocupem um lugar marginal em relação à língua, é importante que reconheçam que o distanciamento em relação ao domínio da norma culta não deve impedir que usem as oportunidades de fala, que muito mais do que comunicar, têm como função garantir espaços para que esses sujeitos signifiquem e deixem de ser um contingente de pessoas invisíveis na sociedade.

3.6.3 A voz silenciosa, mas os sentidos não cessam

A implantação da língua Portuguesa no Brasil é sinônimo de apagamento de muitas línguas e culturas. Aos poucos, a partir de medidas de cunho político, como leis e tratados, e/ou ações coercitivas, com o uso da força física, o idioma lusitano foi sendo imposto. Apenas a título de ilustração, retomando o que dissemos no Capítulo 1, mais especificamente na seção “1.6 Políticas linguísticas: a colonização, os nativos e a língua”, podemos citar, primeiro, a partir de 1500, o silenciamento das línguas e da cultura indígena. Mais tarde, houve também o apagamento de línguas africanas, trazidas pelos escravos que vieram junto com a coroa Portuguesa. Já no Regime presidencial, no Estado Novo, registramos a interdição da memória discursiva dos imigrantes europeus que se viram obrigados a falar a língua Portuguesa¹⁷³.

Depois das medidas que impuseram a todo custo a língua Portuguesa como o idioma oficial do país e, que ao longo dos tempos privilegiaram a construção de um imaginário de língua homogênea, portanto que não varia conforme as situações sociais, culturais e histórias, a língua continua sendo motivo que faz com que muitos silenciem. Hoje, não são mais os índios, os africanos e os imigrantes europeus que são calados em nome de uma unidade linguística, outros sofrem a interdição de suas formas de comunicação devido a um imaginário cristalizado na sociedade a partir do trabalho do Aparelho ideológico Escolar. O perfil desses sujeitos que sofrem violência simbólica porque o modo como se comunicam fica distante da língua culta, normalmente, está relacionado a quesitos como baixo poder aquisitivo, habitação em locais periféricos, condições de desemprego, ou de subemprego, e pouco ou nenhum contato com a educação formal. É nesta parcela, como já dissemos em outros momentos deste trabalho, que estão os investigados desta pesquisa, os catadores de materiais recicláveis.

¹⁷³ Apenas a título de esclarecimento, as questões pontuadas neste parágrafo têm como base o texto de Orlandi e Guimarães (2001), “*Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil*”, que serviu como uma das principais fontes na organização e escrita da seção “1.6 Políticas linguísticas: a colonização, os nativos e a língua”.

Nestes quase 10 anos¹⁷⁴ em que temos contato com esses sujeitos, durante o nosso exercício profissional como jornalista ou enquanto pesquisadora, não foram raras as oportunidades em que presenciamos ocasiões ou ouvimos relatos desses catadores, a respeito de circunstâncias em que não se sentiram à vontade para falar e preferiram renunciar a vez de fala, silenciando. Inclusive, nas sequências discursivas analisadas¹⁷⁵ até aqui, recortadas das respostas a outros questionamentos, já há relatos de situações em que o espaço de fala concedido aos catadores deu lugar ao silêncio.

A conjuntura exposta acima nos serviu de ponto provocador para formularmos a questão 7, que fecha nosso Roteiro¹⁷⁶ de Questões Norteadoras, a qual tem a seguinte formulação: “*Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?*”. Tal questionamento nos permitirá pensar sobre a relação dos catadores com o dizer e com as formas de silenciamento.

Antes de passarmos às Sdrs recortadas para a análise, queremos refletir sobre algumas questões acerca dos sentidos do silêncio pelo olhar na Análise de Discurso. Enquanto uma forma de linguagem em que não há presença do verbal, nem é possível se traduzir em palavras, o silêncio mobiliza sentidos e tem significância própria nos discursos. Segundo Orlandi (2007b) destaca na obra “*As formas do silêncio*”, nas relações entre linguagem, mundo e pensamento, o silêncio “[...] resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem e significa de outras e muitas maneiras.” (ORLANDI, 2007b, p. 37).

Orlandi (2007b) categoriza o silêncio a partir do modo como ele funciona na linguagem. Uma das formas seria o silêncio fundante, aquele que está nas palavras, que significa o não-dito, que funciona como uma espécie de recuo que permite que os sentidos existam. A outra categoria, a política do silêncio, coloca em jogo a dimensão política do silêncio e envolve um “não-dizer” ligado à história e à ideologia. Ela divide-se em silêncio constitutivo e

¹⁷⁴ Entre os anos 2010/2011, quando o Projeto “Profissão Catador: entre o viver e o sobreviver do lixo” começou a ser implantado pela Universidade de Cruz Alta em conjunto com a Prefeitura Municipal, no exercício das atividades como jornalista na Unicruz, já trabalhávamos com esses sujeitos. Mais tarde, durante o Mestrado no Programa de Pós-Graduação na Universidade de Passo Fundo, entre os anos de 2013/2014, os catadores passaram a ser nossos “objetos” de pesquisa acadêmica.

¹⁷⁵ Tomamos como exemplo a Sdr 26.

¹⁷⁶ Disponível no Anexo II.

silêncio local. Para fins deste estudo, nos interessa, sobretudo, o silêncio local, o qual está relacionado ao fazer calar, ao silenciar, ao censurar. Ou, melhor, deslocando o conceito, diante de nossa ótica, tem relação ao sujeito não estar ou não sentir-se “autorizado” a dizer em determinada conjuntura. Portanto, trata-se do silêncio produzido pela intervenção de relações de força no momento da enunciação.

De acordo com o que afirma Orlandi (2007b, p. 106), existem sentidos que não são censurados por uma autoridade de palavra, “[...] mas, que por processos complexos de nossa relação com o dizível e que tocam diretamente ao como se significa a história, nós não chegamos a formular e nem mesmo a reconhecer [...]”. Dito de outro modo, tomando a perspectiva dos catadores de materiais recicláveis, trata-se de um silêncio que não se dá pela censura “direta”, de modo consciente, isto é, alguém os proíbe de falar algo, mas que funciona no inconsciente desses sujeitos, fazendo com que renunciem à palavra porque não se julgam autorizados a “dizer” pelo medo do julgamento dos interlocutores em função do desaparelhamento linguístico.

Assim, neste caso, o censurar não diz respeito ao proibir, mas a certas antecipações dos catadores em relação àquilo que o dizer pode provocar, considerando sempre o interlocutor, bem como o objeto discursivo, isto é, do que se fala. Por exemplo, um desvio gramatical diante de um interlocutor que domina a língua escolarizada, poderia ser motivo de riso, de deboche, situação, aliás, que as sequências discursivas analisadas até aqui já evidenciaram.

Feitas essas considerações teóricas, passamos às sequências discursivas de referência, recortadas a partir do questionamento 7, o qual retomamos a seguir: “*Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?*”. Vamos às Sdrs:

Sdr30: “Sim, aqui mesmo. Eu lembro que foi quando a professora Enedina¹⁷⁷ veio então nós tinha o nosso presidente que é o Tiago né. [...] Daí um dia ele me deixou constrangida né, pediram pra alguém fala além dele e ele apontou pra mim. Daí ele me deixou constrangida né. [...] Porque tu imagina, veio pessoas importante aquele dia que tavam aí. Mais daí faziam pergunta pra mim, meu Deus eu não sabia responde. Daí foi isso então.”

(Catador 1, maio de 2018, grifos nossos)

¹⁷⁷ Uma das professoras coordenadoras do Projeto “Profissão Catador” e da Inatecsocial.

Sdr31: “Ah, teve uma vez lá na Unicruz porque lá eu tive vergonha, porque lá era as professora né. Tava ela e os alunos dela, daí foi eu e a [nome da colega catadora] fala pros aluno dela e eu não consegui e passei pra [nome da colega catadora] daí.”

(Catador 2, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr32: “Jah! Saiu meio enrolado, mas saiu né. Poucas palavra, poucas palavra só. Ficam tudo olhando pra gente, isso. Será que eu vo fala certo? Será que vo fala certo? Será que vo? Será que vão me entende o que eu tô falando?”

(Catador 7, maio de 2018, grifos nossos)

Sdr33: “Aham, muitas. Às vez a gente vai nos evento, daí eu fico com vergonha. Não sô muito de fica falando as coisa. Tem coisa que eu não sei explica. Daí eu sinto vergonha porque eu não sei explica, penso que as pessoa não vão entende as coisa, não sei explica. Daí eu já sô uma pessoa muito tímida pra conversa em público. Então, ainda mais quando é com bastante gente importante. Daí já não.”

(Catador 12, maio de 2018, grifos nossos)

Na Sdr30, a situação que silenciou o Catador 1 aconteceu durante uma reunião entre a equipe da Inatecsocial/Projeto Profissão Catador e os catadores, no galpão em que funciona a sede da Associação. Segundo o relato do sujeito, entre os “visitantes” estava a coordenadora da Incubadora Social e professora da Unicruz, Enedina Teixeira, conforme podemos verificar no excerto “**Sim, aqui mesmo. Eu lembro que foi quando a professora Enedina¹⁷⁸ veio**”. Aqui, nos chama atenção que o fato não ocorreu durante um evento ou uma situação externa à Associação, mas, sim, dentro do local de trabalho do catador, portanto, onde se supõe que ele estaria à vontade para falar. Porém, nota-se que a situação envolvia a coordenadora da Incubadora e do Projeto, o que representa uma “plateia mais seletiva”, tanto do ponto de vista de hierarquia, já que é a representante institucional de todas as associações do “Profissão Catador”, quanto do ponto de escolarização, pois trata-se de uma professora universitária.

¹⁷⁸ Uma das professoras coordenadoras do Projeto “Profissão Catador” e da Inatecsocial.

A fim de complementar as condições de produção desta sequência discursiva de referência é importante dizer que as visitas da equipe gestora às associações acontecem periodicamente, com o objetivo de acompanhar “mais de perto” o desenvolvimento dos trabalhos nos galpões e ouvir os catadores. Como cada Associação conta com um líder, é ele quem fala em nome dos catadores, mas os demais associados também podem usar a palavra, se julgarem necessário. No caso da associação deste catador, o presidente é chamado Tiago e, foi justamente ele, o primeiro a falar na situação narrada. Entretanto, algo inesperado para o Catador 1 aconteceu, pois **“pediram pra alguém fala além dele [o Tiago] e ele apontou pra mim [Catador 1]. Daí ele [o Tiago] me deixou constrangida né”**. A partir dessa passagem, verifica-se que a indicação para a fala não era prevista pelo sujeito, ou seja, ele não estava preparado para falar. Tal exposição acabou gerando um constrangimento ao catador, que por não se sentir à vontade para usar o espaço que é institucionalmente do líder da associação, acabou se calando.

Para justificar o motivo de ter se calado, o sujeito antecipa **“Porque tu imagina, veio pessoas importante aquele dia que tavam aí”**. Acerca desse enunciado, queremos refletir sobre o fragmento **“veio pessoas importante aquele dia”**, o qual retoma a mesma rede de sentidos da passagem que abre a Sdr, quando o sujeito relata a presença da coordenadora da Inatecsocial/ Projeto Profissão Catador. Além disso, “internamente”, é bem possível que ele esteja se questionando: **“como eu vou falar para eles?”**. Isso, ocorre devido ao imaginário constituído pelo sujeito em relação a si e aos seus interlocutores. Ou, melhor dizendo, pelo inconsciente esse sujeito confronta o seu lugar social, isto é, de catador, cujo trabalho tem pouca expressividade e reconhecimento por parte da sociedade, de alguém que teve um pequeno contato com a escola e, por consequência, que é desaparelhado linguisticamente, com o lugar social daqueles que ele nomina de **“pessoas importante”**, ou seja, a equipe gestora, que é formada por professores universitários, sujeitos, cuja profissão tem reconhecimento da sociedade e que imaginariamente são “designados como os detentores do saber”, os quais pelo nível de ensino se supõe que tenham domínio do padrão culto da língua. Para pensar nisso, podemos recorrer às palavras de Gnerre (1998, p. 6) na obra **“Linguagem, poder e discriminação”**, o qual afirma que as “[...] regras sociais que governam a produção apropriada

dos atos de linguagem levam em conta as relações sociais entre o falante e o ouvinte.”

Em nosso ponto de vista, ao final da Sdr, quando este catador diz “[...] **faziam pergunta pra mim, meu Deus eu não sabia responde**”, a negativa “*eu não sabia responde*”, não está relacionada ao desconhecimento daquilo que era questionado pelos visitantes, mas, sim, ligada à insegurança em relação ao modo com que foi interpelado, sem que houvesse preparo, o que acabou deixando-o em uma situação de dupla inferioridade. Primeiro, devido ao funcionamento do imaginário em relação à língua ideal para usar naquela situação e, depois, pela circunstância em que foi colocado, isto é, ser chamado a falar sem que tivesse a chance de uma preparação prévia.

Assim, para que possamos entender a situação de silenciamento narrada na Sdr30, é preciso considerar o entrelaçamento de questões ligadas ao imaginário acerca da língua ideal a ser usada naquele espaço de fala, mas, também, as condições relacionadas ao lugar que o sujeito foi convidado a ocupar, bem como ao fato dele ter sido mobilizado em uma situação de improviso.

Dadas essas reflexões, antes de passarmos à próxima análise, precisamos fazer uma ressalva e chamar a atenção sobre o seguinte aspecto: ser “desafiado” a falar, situação que diretamente foi gerada pelo presidente que o indicou e, indiretamente, pela equipe da Inatecsocial, que solicitou que alguém falasse além do líder da Associação, configurou-se em uma ocasião extremamente constrangedora para este catador. Em nosso entendimento, eles não poderiam desafiar-lo a usar a palavra, pois por circunstâncias anteriores, ele já não se sentia à vontade para falar. Essa sensibilidade era esperada, sobretudo, da equipe gestora da Incubadora Social, que por conhecer todo o contexto externo que envolve as situações em que os catadores são chamados a usar espaços de fala, bem como por se tratarem de professores universitários, deveriam “colocar-se no lugar deste sujeito” que foi exposto sem a oportunidade de se preparar para o momento.

Na Sdr31, a qual retomamos a seguir: “*Ah, teve uma vez lá na Unicruz porque lá eu tive vergonha, porque lá era as professora né. [...] Tava ela e os alunos dela, daí foi eu e a [nome da colega catadora] fala pros aluno dela e eu não consegui e passei pra [nome da colega catadora] daí*”, a situação em que o

silêncio se instaurou no discurso desse catadora aconteceu fora da associação, numa sala de aula de uma instituição de ensino superior, quando ela e outra associada, nas atividades de divulgação do Projeto, foram convidadas a falar sobre a importância do trabalho como catadoras e acerca da forma correta de separação dos materiais recicláveis.

A título de contextualização, é importante esclarecer que o envolvimento dos associados em ações nas quais têm contato direto com a comunidade faz parte das estratégias do projeto “Profissão Catador”, como forma de conscientizar a população, mas, também, com a finalidade de que esses sujeitos se tornem protagonistas do processo de autogestão, e se sintam valorizados como seres humanos e profissionais a partir do ofício que realizam. Eis a passagem que ilustra a circunstância descrita: **“Ah, teve uma vez lá na Unicruz porque lá eu tive vergonha, porque lá era a professora né. [...] Daí nessa hora, perto dela, dos aluno. [...] eu não consegui e passei pra [nome da colega catadora] [...]”**

Percebe-se, que quando perguntado se havia alguma situação em que teve oportunidade de falar e se calou, ao mesmo tempo em que o sujeito responde ao questionamento da pesquisadora, declarando que foi “*lá na Unicruz*”, rapidamente se preocupa em explicar que ficou com “*vergonha, porque lá era a professora [...] perto dela, dos aluno*”. Aqui, representações imaginárias constituídas tanto acerca do local em que a situação acontece, ou seja, em uma universidade, bem como quem são os interlocutores, uma professora universitária e seus alunos, agem conjuntamente no inconsciente neste sujeito, ao ponto de fazer com que ele se cale e passe a palavra para outra associada.

Em específico sobre o enunciado “*uma vez lá na Unicruz*”, queremos assinalar que o fragmento não é somente um dêitico que indica o local em que aconteceu o fato narrado pelo catador. Ele representa mais do que isso, pois também remete à circunstância em que o sujeito se viu envolvido, na qual foi chamado a falar no espaço que institucionalmente é delimitado ao professor e, isso, sobretudo, em uma sala de aula de uma instituição de ensino superior. Um “lugar do saber”, no qual, imaginariamente, aqueles que não têm conhecimento científico comprovado, como um catador de materiais recicláveis

que não completou o Ensino Fundamental¹⁷⁹, portanto com saberes limitados sobre a língua escolarizada e outras áreas do conhecimento, não se sentem autorizados a falar.

Nossa observação é ratificada por Bourdieu (1983, p. 103), no texto “*O mercado linguístico*”, pois, segundo o autor, em situações de fala consideradas oficiais, isto é, que não beiram algo informal, a pessoa que terá acesso à palavra deve ser “autorizada”, isso, inclui, “[...] possuir títulos escolares, ter uma boa pronúncia [...]”. Conforme o pesquisador, as leis do mercado linguístico exercem um efeito bastante importante de censura sobre aqueles que só podem falar em situações de linguajar espontâneo, e são fadados ao silêncio nas situações consideradas oficiais, nas quais são travadas “lutas” políticas, sociais, e culturais.

Dessa forma, verifica-se que o sujeito da Sdr 31 foi “posto em silêncio” pelas relações de força tanto exercidas pelo espaço geográfico e pelo lugar que foi convidado a falar quanto pelo imaginário acerca de seus interlocutores. Convém pontuar que, embora o catador soubesse que teria espaço de fala, portanto diferente da situação que se apresentou ao catador da Sdr 30, em que ele foi chamado inesperadamente para usar a palavra, aqui, o fato de se tratar de uma situação dentro de uma universidade, provavelmente foi um dos motivadores da interdição desse sujeito.

Passamos à análise da Sdr32, cuja formulação é a seguinte: “*Jah! Saiu meio enrolado, mas saiu né. Poucas palavra, poucas palavra só. Ficam tudo olhando pra gente, isso. Será que eu vo fala certo? Será que vo fala certo? Será que vo? Será que vão me entende o que eu tô falando? Porque se tu falo errado tu percebe, tu já tem que pedi desculpa né, na hora, porque tu erro.*” Para elucidar as condições de produção desta sequência discursiva de referência, precisamos esclarecer que a situação narrada pelo sujeito aconteceu durante um evento de Ação Social realizado pela Prefeitura de Cruz Alta, na Praça Central da cidade, no qual os catadores foram convidados a fazer a divulgação do projeto “*Profissão Catador: entre o viver e sobreviver do lixo*”. Além de dar visibilidade às ações do Projeto, a atividade também envolvia repassar orientações à população sobre a separação dos materiais recicláveis.

¹⁷⁹ Conforme o Catador 2, durante a interlocução disponível no Anexo III.

Verifica-se, que ao ser perguntado se houve alguma ocasião em que foi convidado a falar e se calou, o primeiro posicionamento do catador foi dizer que “**Jah!**”. Entretanto, ao prosseguir a sua narração, observa-se um momento configurado pela escassez das palavras, mas não pelo silêncio total, como nos ilustra a passagem “**Saiu meio enrolado, mas saiu né. Poucas palavra, poucas palavra só.**” Aqui, mesmo o sujeito não tenha se calado por completo, entendemos que houve a interdição do dizer e, por consequência, a mudança do trajeto dos sentidos. Pistas linguísticas como o advérbio de intensidade “*poucas*” e o de exclusão “*só*”, corroboram para nossa afirmação, pois indicam que este sujeito não disse tudo o que queria e, acabou interditando seu dizer em função da preocupação de não corresponder, em termos do domínio da língua culta, àquilo que imaginava que os interlocutores esperavam dele. É justamente isso que nos aponta o excerto a seguir “**Será que eu vo fala certo? Será que vo fala certo? Será que vo? Será que vão me entende o que eu tô falando?**”. Tais enunciados em que o catador se questiona sobre a sua capacidade de falar corretamente e de ser entendido pelo interlocutor, além de evidenciarem o medo que ele tem de não atender às expectativas daqueles que o ouvem, também nos fazem pensar sobre dois aspectos que convergem para o mesmo campo, os quais pontuaremos a seguir.

O primeiro aspecto é que ao mostrar-se preocupado em falar corretamente, com interrogações como “*Será que eu vo fala certo? Será que vo fala certo? Será que vo?*”, o sujeito admite, pela ordem do inconsciente, que a língua é polarizada, ou seja, há dois polos opostos em relação à língua Portuguesa, o “certo” e o “errado”. Essa noção de que o código linguístico se resume ao padrão do “certo” e do “errado”, faz parte de um conjunto de dizeres já sedimentados no imaginário social e, conforme destaca Guimarães (2002), em “*Semântica do Acontecimento*”, é a escola o mecanismo que cumpre o papel decisivo no modo de dividir os falantes na sua relação com língua. Para o autor, estar identificado pela divisão da língua é ter autorização para dizer certas coisas, porém é estar desautorizado a falar outras, é “[...] poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros.” (GUIMARÃES, 2002, p. 21). Assim, a partir da relação que os sujeitos têm com a língua escolarizada eles são distribuídos hierarquicamente não somente no espaço linguístico, mas também no social. Por exemplo, se

pensarmos no catador, não é ao acaso que este sujeito, ao mesmo tempo em que ocupa um lugar marginal em relação ao domínio da língua culta, também faz parte do contingente que está nas classes sociais exploradas pelas dominantes.

O outro ponto que precisamos refletir está relacionado à dúvida exposta pelo catador a partir do fragmento “*Será que vão me entende o que eu tô falando?*”. Tal enunciado remete à ideia de que a compreensão dos interlocutores poderia ser prejudicada devido ao modo como o sujeito se comunica. É como se os desvios gramaticais que porventura viessem a acontecer durante sua fala, pudessem comprometer o entendimento daquilo que estava sendo dito. Entretanto, cabe retomar que segundo pontuam Bakhtin/Volochínov (2014) na obra “*Marxismo e Filosofia da Linguagem*”, o centro de gravidade da língua não está relacionado à conformidade com a norma da forma utilizada, isto é, a significação de uma palavra/forma está relacionada aos diferentes contextos em que ela pode participar, portanto a partir do funcionamento da língua na vida do cotidiano.

Desse modo, na Sdr32, a correlação de forças motivadas pela memória deste sujeito em relação ao lugar que ocupa de desaparelhado linguisticamente e as circunstâncias de fala em que foi colocado, fizeram com que ele interdite o seu dizer. Isso, por medo de ser julgado e de não corresponder às expectativas dos interlocutores em relação ao uso da língua naquela situação.

Passamos à última sequência discursiva que fará parte do momento analítico, a Sdr33, cuja formulação é a seguinte: “*Aham, muitas. Às vez a gente vai nos evento, daí eu fico com vergonha. Não sô muito de fica falando as coisa. Tem coisa que eu não sei explica. Daí eu sinto vergonha porque eu não sei explica, penso que as pessoa não vão entende as coisa, não sei explica. Daí eu já sô uma pessoa muito tímida pra conversa em público. Então, ainda mais quando é com bastante gente importante. Daí já não.*” As condições de produção desta Sdr também estão ligadas aos eventos de divulgação do projeto “Profissão Catador”, nos quais os catadores trabalham na conscientização da comunidade acerca da separação dos materiais recicláveis. Aqui, assim como na Sdr32, o sujeito não fala do silenciamento ligado a uma situação específica, mas de forma genérica, deixando transparecer que essa condição é comum no seu cotidiano, sempre que ele participa de eventos.

Dizemos isso, baseados nas palavras iniciais desta Sdr, as quais trazemos a seguir: **“Aham, muitas. Às vez a gente vai nos evento, daí eu fico com vergonha. Tem coisa que eu não sei explica.”** Aqui, novamente, nos parece que o sujeito tem receio de não atender as expectativas dos interlocutores e, por medo de errar palavras ou transgredir as regras gramaticais, fica envergonhado e acaba dizendo que há “coisas” que não sabe explicar, por isso prefere ficar em silêncio. Na verdade, não se trata de não saber explicar sobre seu trabalho, mas de imaginar que a partir do modo como fala não será possível que os interlocutores compreendam. A mesma rede de sentidos é acionada pelo enunciado que dá continuidade à Sdr33, cuja formulação é próxima ao fragmento anterior: **“Daí eu sinto vergonha porque eu não sei explica, penso que as pessoa não vão entende as coisa, não sei explica.”**

Também nos chama atenção que nas passagens citadas acima há a repetição de estruturas que indicam negação, a partir de enunciações como **“não sei explica”** e **“não vão entende”**, as quais sustentam o discurso do catador diante da perspectiva daquele que deixa de falar por medo de ser julgado em consequência da sua relação de distanciamento com a língua culta.

Conforme revela o catador, o constrangimento nos momentos de usar a palavra é ainda maior **“[...] quando é com bastante gente importante.”** Ou seja, neste caso, o imaginário constituído acerca do lugar social do interlocutor, torna as relações com a língua ainda mais tensas. Embora o sujeito não detalhe quem são a **“gente importante”** a que se refere, pelas situações já analisadas e, pensando nas entidades envolvidas no projeto “Profissão Catador” e na Incubadora Social, podemos pressupor que podem ser autoridades municipais executivas¹⁸⁰ e legislativas, membros da reitora da Unicruz, bem como do seu corpo docente, como e o caso da própria coordenadora da Inatecsocial, que é mencionada pelo catador da Sdr 30.

Desse modo, esta Sdr nos revelou que o dizer desse sujeito é silenciado sempre que ele é chamado a participar de eventos de divulgação do Projeto. Isso, porque julga que o modo como usa a língua é um obstáculo para a compreensão de seus interlocutores. O que faz figurar uma ideia de que os sentidos podem ser prejudicados se houver desvios gramaticais na sua fala, ao

¹⁸⁰ É importante lembrar que a Prefeitura é parceira da Universidade de Cruz Alta neste Projeto.

ponto de impedir que ele seja entendido. Porém, como sabemos, diante da perspectiva materialista de língua, os sentidos das palavras são determinados a partir dos contextos em que elas participam e diante de situações históricas, culturais e sociais e diferentes nuances ideológicas, podendo, inclusive, ser índice das relações de desigualdade entre as classes e os sujeitos.

Por fim, considerando as quatro Sdrs analisadas nesta seção, percebe-se que as situações de silenciamento foram motivadas em função do entrelaçamento de fatores como o imaginário de língua a ser usada nas ocasiões narradas pelos sujeitos, devido ao lugar de fala que os catadores foram chamados a ocupar, bem como por situações a que foram expostos. No caso da Sdr30, por exemplo, entre todos os fatores, o que se sobrepõe é o fato do sujeito ter sido surpreendido com o convite para usar a palavra. Desse modo, uma situação que fugiu do seu controle e para a qual não teve a menor chance de se preparar. Vale ressaltar que, embora nas demais Sdrs o convite para a fala não tenha sido surpresa, pois eram momentos de divulgação do projeto “Profissão Catador”, esses catadores acabaram silenciando, motivados, principalmente, pelo medo de não corresponderem às expectativas dos interlocutores.

Portanto, tais análises revelaram que são necessários investimentos por parte da equipe gestora da Inatecsocial/Profissão Catador, no sentido de preparar esses sujeitos para que eles se sintam qualificados para o exercício da palavra. Somente a partir disso, situações como as narradas nas Sdrs não representarão mais uma barreira para que eles se sintam motivados e mais seguros para usar os espaços de fala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar às considerações finais de um trabalho como este é, sem dúvida, um momento emblemático para qualquer pesquisador. Dizemos isso, porque acreditamos que além de um espaço em que são apresentadas as principais conclusões depreendidas após sucessivas páginas de escrita teórica e analítica, este momento representa também o fechamento de um ciclo de quatro anos, do qual, certamente, saímos mais amadurecidos teoricamente e mais engajados com as questões sociais.

Para que possamos entender a importância social desta Tese, precisamos, primeiramente, pontuar que, como não vivemos em uma ilha, todos produzimos resíduos diariamente e, desse modo, o lixo, seu destino e os envolvidos nesse processo de catação e separação, devem ser de interesse de todos. Em específico, a Ciência da Linguagem pode contribuir, diante de suas diferentes teorias, para que esses sujeitos que são segregados socialmente por diversos processos de exclusão e que têm uma rotina sofrida, de andar pelas ruas no frio, sob o sol forte, chuva, buscando entre lixeiras, *containers* e amontoados de sacolas dispensadas pelos outros, materiais recicláveis que têm valor comercial, possam ser “notados” efetivamente como sujeitos e deixem de representar uma massa “sem vez” e “sem voz”.

Estas são, sem dúvida, as grandes justificativas para investigações como a que realizamos, pois nossa pesquisa irrompe as delimitações territoriais da Universidade, olhando para infraestrutura, isto é, para as forças sociais que aqui, especialmente, estão representadas pelos catadores de materiais recicláveis. Ou seja, este trabalho aproxima a Academia da sociedade, procurando ler/ver o sujeito nos espaços em que habita.

Pontuadas as questões externas e internas que justificaram nossa investigação, antes de passarmos para a discussão daquilo que as análises nos apontaram, queremos retomar o percurso teórico que realizamos, com o intuito de recuperar os principais conceitos que sustentaram este estudo.

Desse modo, o Capítulo 1 nos permitiu pensar nas bases do Materialismo Histórico e Dialético e, a partir disso, entender que uma

investigação que está localizada neste campo teórico tem como propósito, ao menos, abrir margem à contradição e provocar discussões, dando voz às forças sociais. Assim, como dissemos acima, saindo dos limites físicos da Universidade e indo ao encontro da sociedade e dos sujeitos que nela estão. O arcabouço teórico constituído neste momento também possibilitou que pudéssemos refletir sobre concepções materialistas de língua, indispensáveis diante de um dos focos principais deste trabalho, analisar como o imaginário de língua é constitutivo da identidade dos catadores de materiais recicláveis. De Bakhtin/Volochínov (2014), depreendemos o conceito de língua viva, inscrita na ordem sócio-histórica e dotada de valores simbólicos e, cujos signos ideológicos, refletem e refratam realidades exteriores, confrontando índices de valor contraditórios. Ou, melhor dizendo, os signos, diante desta perspectiva, se tornam um objeto simbólico que permite compreender como funcionam as relações de produção e os valores que os significantes assumem. Já a partir de Pêcheux (1990, 1995), entendemos que a língua com que trabalha a Análise de Discurso está inscrita na história, e ao incorporar a história na memória funciona discursivamente. É o lugar material onde se realizam os efeitos de sentidos dos processos discursivos, nos quais, há formações imaginárias que dizem respeito às imagens dos interlocutores sobre os referentes a partir de determinados lugares sociais.

Este primeiro capítulo ainda foi importante no sentido de compreendermos que, historicamente, sempre houve ações do Estado na tentativa de criar uma homogeneidade linguística no Brasil. Isso aconteceu a partir da chegada dos portugueses às terras brasileiras, e prosseguiu no período da queda do Império e a implantação da República até o Estado Novo. Cabe destacar que, nem sempre para perseguir o ideário de língua homogênea, as ações foram apenas de cunho simbólico. Em muitas ocasiões, a força física também foi usada no sentido de silenciar “outras vozes” que pudessem representar uma ameaça a esse projeto. Nesse percurso, convém pontuar que, após a consolidação da língua Portuguesa como idioma oficial, os instrumentos linguísticos, como gramáticas e dicionários, passaram a ter um papel fundamental nos processos de normalização e imposição de uma língua homogênea, pois deram sustentação às práticas escolares do ensino de língua materna.

O Capítulo 2 nos possibilitou, sobretudo, entender o funcionamento da ideologia a partir das concepções de Althusser (1992, 1999). Segundo esse autor, nas formações sociais capitalistas contemporâneas, há um número grande de Aparelhos ideológicos de Estado, dentre os quais está o Aparelho escolar, o qual, junto à família, passou a ter um papel de dominância a partir do século XIX. Na contemporaneidade, é preciso que se diga que a forma com que a escola vem ensinando e avaliando os conhecimentos dos alunos acerca da língua materna está servindo para, entre tantas coisas, dividir os corpos no espaço entre aqueles que sabem e os que não sabem a língua. Isso se deve, em grande parte, porque o ensino é voltado à descrição estrutural da língua e aos saberes metalinguísticos sobre esta, privilegiando, os estudos formais. Cabe dizer que essas questões ressoam também fora dos limites da escola, ou seja, na sociedade, pois conforme as relações que estabelecem com a língua escolarizada, os sujeitos são divididos e hierarquizados, como é caso dos catadores de materiais recicláveis. Em outras palavras, mesmo distante do ambiente formal de ensino, a escola tem atuado no sentido de assinalar e reforçar os lugares de exclusão dos sujeitos que pertencem às classes sociais marginalizadas da sociedade. Assim, a língua é o meio que possibilita a concretização de práticas de violência simbólica, porque é nas formas de apropriação dela que o sujeito se inclui ou se exclui num contexto de estratificação.

Nosso Capítulo 3 voltou-se, inicialmente, à contextualização das condições de emergência dos catadores. Em especial, entre essas questões, queremos chamar atenção para a conjuntura em que estão envolvidos os investigados nesta pesquisa. Trata-se de sujeitos que integram as quatro Associações organizadas pelo projeto “Profissão Catador: entre o viver e sobreviver do lixo” na cidade de Cruz Alta – RS. O *corpus* discursivo foi constituído a partir de entrevistas a 12 (doze) catadores, as quais tiveram como ponto de partida um momento ao qual denominamos “*Fala de si*”, e prosseguiram com um roteiro estruturado por 7 (sete) questões norteadoras. Essas perguntas foram elaboradas tomando os objetivos gerais deste trabalho, isto é, investigar as relações de trabalho e o imaginário de língua na constituição dos sujeitos catadores de materiais recicláveis. As respostas às perguntas foram gravadas, transcritas, e selecionadas as 33 (trinta e três)

sequências discursivas de referência analisadas no corpo deste trabalho. Portanto, não partimos de um arquivo constituído de documentos já existentes, construímos o *corpus* a partir das entrevistas feitas aos catadores, por isso, seguindo os pressupostos de Courtine (2014), trabalhamos com um *corpus* experimental.

Feitas estas considerações, passamos, a pontuar os principais aspectos apreendidos a partir das análises das Sdrs, as quais fecham o terceiro capítulo desta Tese.

Nosso primeiro momento analítico, o qual chamamos “*As falas de si: projeções imaginárias do sujeito catador no discurso*”, constituiu-se no contato inicial com os sujeitos desta pesquisa, a partir do qual além de estreitar laços para o prosseguimento do trabalho, foi possível observar as formações imaginárias dominantes na constituição da identidade dos catadores, conhecendo sobre suas vidas, suas histórias e suas expectativas. Aqui, diante da falta de outras oportunidades de escuta, muitos dos entrevistados contaram sobre suas trajetórias de vida, cujos relatos, versaram sobre memórias que passam pelo abandono, pelo envolvimento com drogas e alcoolismo e, sobretudo, pela necessidade de buscar, a qualquer custo, renda para suprir as necessidades básicas do ser humano, como comida e higiene pessoal.

As análises das sequências discursivas de referência desta seção revelaram que, conforme a relação dos sujeitos com a catação, eles ocupam duas posições distintas. Aqueles que recorreram ao trabalho com os materiais recicláveis apenas por um determinado momento, isto é, que enxergam a catação como um “bico” e que tiveram de começar a catar pela ausência de outras oportunidades de trabalho, estão no lugar que denominamos posição-sujeito circunstancial (PSCir). Isso significa que sujeito da enunciação não está identificado com a formação discursiva em que está inscrito, a Formação Discursiva do Catador (FDC). É importante resgatar que na FDC há circulação de saberes tanto relacionados à historicidade do ofício da catação, que remetem a um sujeito discriminado, marginalizado, analfabeto, constituindo, em nosso entendimento, a forma-sujeito da FD, quanto saberes relativos a um sujeito que, ao integrar o Projeto “Profissão Catador”, passa a ter contato, mesmo que de forma superficial, com saberes do associativismo e com uma formação política.

Por outro lado, os sujeitos cuja catação está ligada não apenas com o trabalho, mas, também, com a história de vida, os quais já atuavam como catadores antes mesmo da organização das Associações pelo Projeto, ocupam a posição que denominamos de posição-sujeito catador (PSC). Aqui, há uma identificação do sujeito da enunciação com a FDC, haja vista que o trabalho com materiais recicláveis não é apenas uma situação circunstancial, ou seja, não funciona somente como um “quebra-galho” até que tenham a oportunidade de trabalhar em outra área.

A seção “*Olhares sobre as relações de produção dos catadores de materiais recicláveis*” foi dividida em dois momentos e teve como objetivo observar as relações de produção desses sujeitos.

Na subseção “*Associar-se: o embrião para despertar a consciência de classe?*”¹⁸¹ verificou-se que o simples fato de unir os catadores em associação, embora tenha representado um passo importante, pois fomentou a questão do trabalho em grupo, não foi suficiente para despertar a consciência crítica que poderia levar à consciência de classe. Ainda que em sua maioria eles tenham relacionado suas representações de associação à união e à coletividade, esses saberes não são suficientes para despertar a consciência de classe nesses sujeitos. É preciso que eles recebam formação política. Somente a partir disso, terão condições de perceber a associação não apenas como uma entidade que possibilita a melhoria da situação laboral, mas como espaço de protagonismo, de luta e resistência, sobretudo, contra a dominação do capital.

Já na subseção “*A heterogeneidade constitutiva da Formação Discursiva do Catador: atravessamento de saberes e a presença da Incubadora Social do discurso dos catadores*”¹⁸², as análises revelaram que além do atravessamento de saberes que remetem a princípios, finalidades e objetivos da Inatecsocial, como a busca pela autogestão, há, também, oportunidades em que a equipe da Incubadora/Projeto Profissão Catador participa diretamente do trabalho das associações, tais como: o fornecimento da nota fiscal para a comercialização dos materiais recicláveis e caso os associados sintam a necessidade de trocar

¹⁸¹ Fazem parte desta subseção recortes das repostas dos sujeitos às interlocuções 1 e 2: “O que representa uma associação para você?” e “Qual o sentido de se filiar a uma associação?”.

¹⁸² Integram este momento analítico sequências discursivas recortadas das interlocuções 3 e 4: “Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?” e “Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?”.

de empresa compradora. Ou, melhor dizendo, há uma relação de dependência, já que eles não têm autonomia em relação a todos os processos de trabalho.

De maneira geral, é preciso mencionar que, embora os saberes autogestionários circulem nas falas dos catadores nestas subseções, eles não atingiram o modelo de autogestão, o que implicaria a transformação das relações de produção como um todo, incluindo não necessitar de ajuda externa para organizar as questões administrativas e comerciais das associações. Em nossa ótica, ainda que esses sujeitos tenham assumido grande parte do processo de negociação dos materiais recicláveis, o que representa um passo importante para o caminho da autonomia tanto no trabalho quanto na vida, são necessários mais investimentos em formação administrativa para a emancipação dos catadores e concretização deste modelo de gestão.

A seção “*A escolarização e os modos de apropriação da língua*”, a qual organizamos em três subseções, teve como foco investigar aspectos ligados ao percurso dos catadores na educação formal; o modo como se relacionam com a língua Portuguesa; e, a relação entre um imaginário de língua e a interdição do discurso desses sujeitos. No item “*Um (des)encontro com a escola: histórias de abandono e “insucesso” na educação formal*”¹⁸³ verificou-se que dois fatores figuram entre os principais motivos para o abandono da escola: a necessidade de trabalhar para buscar o sustento do grupo familiar e a desistência por escolha dos próprios catadores. Convém pontuar que há outros aspectos que entendemos estar correlacionados com o êxodo escolar, como doença do elemento que era responsável pelo sustento do grupo familiar, distância da escola, e as constantes mudanças de endereço em busca de condições melhores de vida. Além disso, no caso daqueles que revelaram ter abandonado a escola por conta própria, acreditamos que, embora não seja possível afirmar, podemos ventilar razões correlacionadas com práticas pedagógicas escolares de exclusão, as quais podem ter desmotivado esses sujeitos, e a incompreensão do valor da escolaridade para novas aprendizagens e capacitação.

¹⁸³ As sequências discursivas de referências analisadas nesta subseção foram recortadas das respostas dos catadores ao questionamento 5, cuja formulação é “*Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?*”

A partir das análises das Sdrs da subseção “*Para além da norma: a língua do cotidiano enquanto constitutiva da identidade dos catadores de materiais recicláveis*”¹⁸⁴ foi possível depreender que a maioria dos entrevistados não se considera um bom usuário da língua Portuguesa. Entretanto, convém assinalar que, independente da relação que os sujeitos relataram ter com a língua materna, os seus discursos são marcados pela força simbólica do Aparelho ideológico Escolar, que mesmo não sendo referenciada por eles, está implicitamente presente e funcionando nos dizeres nos catadores. Isso, nos mostra que na sociedade capitalista em que vivemos, a escola, cujo funcionamento não está restrito aos limites físicos dos educandários, tem uma função imprescindível no sentido de refletir a cultura dominante e de reproduzir a estrutura de classes. Há, aqui, outra consideração a ser feita, a qual não podemos nos furtar. Queremos chamar atenção que o fato dos catadores não dominarem a língua escolarizada, não significa que o modo como se comunicam impeça que eles se subjetivem, se reconheçam entre si e enquanto grupo. Em outras palavras, o desaparelhamento linguístico desses sujeitos não quer dizer que a língua que falam não seja constitutiva de suas identidades, nem tampouco implica que o repertório de formas que utilizam para comunicação, seja menos significativo do que o daqueles que dominam a norma culta. Desse modo, embora saibamos que por força das instituições nossos investigados não sejam respeitados e ocupem um lugar marginal em relação ao modo como dominam a língua, é imprescindível que reconheçam que essas questões não devem ser limitadores para que usem os espaços de fala quando convidados a usar a palavra.

Por fim, a subseção que fecha nosso momento analítico, intitulada “*A voz silencia, mas os sentidos não cessam*”¹⁸⁵ evidenciou que, de maneira geral, o silenciamento e a interdição do dizer dos catadores têm relação com as circunstâncias a que são submetidos nos momentos em que são convidados a falar, principalmente, pelo medo de não corresponderem às expectativas dos interlocutores. Assim, para que eles se sintam motivados e mais seguros para

¹⁸⁴ As Sdrs analisadas neste item foram recortadas das repostas dos catadores à interlocução 6, que tem o seguinte questionamento: “*Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?*”,

¹⁸⁵ Nesta subseção estão as análises de sequências discursivas de referência recortadas das repostas dos catadores à última questão do roteiro, cuja formulação é a seguinte: “*Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?*”.

usar esses espaços, é urgente que esses sujeitos sejam qualificados para o exercício da palavra. Isso implica promover mais momentos de formação em que eles exercitem as habilidades de falar em público, bem como para que desenvolvam a autoconfiança ao ponto de sentirem-se preparados para responder a questionamentos de diferentes interlocutores.

Portanto, conforme levantado nas análises, o imaginário de língua dos catadores de materiais recicláveis do projeto “Profissão Catador: entre o viver e sobreviver do lixo” é um dos pontos determinantes tanto na construção da identidade destes sujeitos quanto das suas relações de trabalho. De fato, é preciso que sejam encontradas alternativas para que esses saberes sedimentados na sociedade sobre a língua não sejam capazes de silenciar e cercear as oportunidades de fala desses sujeitos. Cabe ressaltar que neste caso e, porque não dizer de muitos outros sujeitos segregados e excluídos social, cultural e economicamente, os espaços do dizer são instantes que vão além de oportunidades de fala, eles são momentos de resistência à sociedade que insiste em não “ouvir” a “voz” das forças sociais.

É importante pontuar que a questão da relação dos catadores com o trabalho não se define somente pelo imaginário de língua, há, como vimos, outros aspectos que se entrelaçam. É urgente que esses sujeitos tenham mais oportunidades de formação administrativa para que o modelo de autogestão funcione efetivamente. Além disso, precisam receber formação política, a qual oferecerá condições para que possam entender que as finalidades de uma associação vão além na união de forças para buscar melhores condições laborais.

Para efeito de fechamento deste trabalho, reiteramos que nossos percursos teórico e analítico se organizaram na contramão dos critérios que muitos pesquisadores elegem para seus estudos, haja vista que tomamos como objeto de pesquisa a infraestrutura, tentando, não somente dar visibilidade aos catadores de materiais recicláveis, mas, também, apontar aspectos que podem melhorar o modo como esses sujeitos são “preparados” nas associações. Queremos dizer que essas questões levantadas não ficarão restritas à Academia, haja vista que nosso próximo passo será dar retorno à coordenação da Inatecsocial/Projeto Profissão Catador e às associações, ação que fortalece ainda mais o caráter orgânico desta Tese.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. (1918). Aparelhos Ideológicos de Estado. *In: _____*. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 6. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

_____. A propósito das relações de produção. *In: _____*. **Sobre a Reprodução**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **Sobre a Reprodução**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BAJTÍN, M.; VOLOSHÍNOV, V. N. **Que es el lenguaje?** La Construcción de la enunciación. Mas allá de lo social. Un ensayo sobre la teoría freudiana. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1998, p. 11-41.

BAKHTIN, M. (Voloichínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e Estética**: A teoria do romance. Tradução Aurora Fornoni Bernardini, et.al. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 2002.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARROS, Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto. A língua portuguesa na escola: imposição e silenciamento. *In: TFOUNI, F. E. V.; STÜBE, A. D.; PAULON, C. P. (Org.)*. **Silêncio e Interdito**: discursos em movimento. São Carlos, SP: Pedro&João, 2016.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vcchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

_____. **Vida líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

BECKER, C. F. **A grammar of the German language**. London: Printer University of London, 1930.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In: _____. **Bíblia Sagrada**. Português. Tradução Centro Bíblico Católico. 60. ed. São Paulo: Ave Maria, 1988. p.1345 - 1443.

BLOCH, Ernst. A transformação do mundo. In: _____. **O Princípio Esperança**. Tradução Nélio Schneider V. I. São Paulo: Contraponto Editora, 2005, p. 246-282.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

_____. O mercado linguístico. In _____. **Questões de sociologia**. Tradução Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução Reynaldo Bairão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. **Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930**. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saude Publica. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=19402&tipo_norma=DEC&data=19301114&link=s. Acesso em: 2 abril 2017.

_____. **Decreto-lei n. 1.545, de 25 de agosto de 1939**. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 abril 2017.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Terceiros e quarto ciclo do ensino fundamental: Língua Portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____.Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias/Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnologias, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Catadores de Materiais Recicláveis**. Brasília, 2010. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biblioteca Digital. **Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará e Maranhão**. Lisboa, 1758. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1929>>. Acesso em: 31 março 2017.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel**. Dominus: São Paulo, 1963.

CARVALHO, Castelar de. **Para compreender Saussure**. Fundamentos e visão crítica. Petrópolis, RJ; 2003.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Anália C. **Português: linguagens**. 9.ed., v.2., São Paulo: Saraiva, 2013.

CÉSARIE, Aimé. **O Discurso sobre o colonialismo**. Tradução Noémia de Sousa. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

CHAGAS, Manuel Pinheiro. Literatura brasileira: José d'Alencar. In: CHAGAS, Manuel Pinheiro. **Novos ensaios críticos**. Porto: Casa da viúva Moré, 1867. p. 212-213.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COLOMBO, Cristovão. **Diários da Descoberta da América**. Tradução Milton Tersson, Porto Alegre: L&PM, 2010.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história**: o problema da mudança lingüística. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COURTINE, Jean-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução Cristina de Campos Velho, Didier Martin, Maria Lúcia Meregalli, [et al.]. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014.

DA COSTA, Fernando Braga. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2008.

DIAS, L. F. O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica. In: O RLANDI, E. P. (Org.). **Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional**. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 185-198.

DORNELES, E. Discurso sobre a língua e a constituição da língua da escola. In: SCHONS, C. R.; CAZARIN, E. A. **Língua, escola e mídia**: en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias (Org.). Passo Fundo-RS: Universidade de Passo Fundo, 2011, p. 34-47.

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. v. 2, São Paulo: Alfa-Omega, 1990, p. 281-336.

_____. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Obras escolhidas**. v. 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1990, p. 268-280.

_____, F. **A dialética da natureza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

O QUE DIZEM OS NÚMEROS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 12 de maio de 2016. Programa de Televisão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal->

nacional/noticia/2016/05/especialistas-mostram-o-que-dizem-os-numeros-sobre-economia-brasileira.html>. Acesso em: 01 de junho 2016.

FÁVERI, Marlene de. **Memória de uma (outra) guerra**. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. Florianópolis 2002. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio Eletrônico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Positivo Informática Ltda, 2012.

FIORIN, J. L. O acordo ortográfico: uma questão de política linguística. In: **Veredas**. n. 9. p. 7-19. Juiz de Fora – MG, set., 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo012.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

FOUCAULT, M. (1969). **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. Pontes, 2002.

FOULQUIÉ, P. **A dialética**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Tradução Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas - SP: Pontes, 2004.

GAEZER, V. **Construções imaginárias e memória discursiva de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul**. 2012, 319 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/55984/000858945.pdf?seque nce=1>>. Acesso em: 13 abril 2015.

GRAMSCI, A. Notas críticas sobre una tentativa de Ensayo Popular de Sociologia. In: Vv. Aa. **Gramsci y las Ciências Sociales**. Córdoba: Pasado y Presente, 1972.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil: A gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. **Língua e Cidadania**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Política de línguas na lingüística brasileira. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007, p. 63-82.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da. (Org.) **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio**. Tradução Paulo Meneses. v. I. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Princípios de Filosofia do direito**. Tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Clássicos).

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. **Cadernos de estudos linguísticos**. In: ORLANDI, E. P.; GERALDI, João Wanderley. (Org.). 19. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990. p. 43 – 64.

INCUBADORA E ACELERADORA TECNOLÓGICA DE NEGÓCIOS SOCIAIS – Inatecsocial. **Sobre nós**. 2016. Disponível em: <<https://www.inatecsocial.com/sobre-nos>>. Acesso em: 27 nov.2018.

JAKUBINSKIJ, L. **Sobre a fala dialogal**. Tradução Dóris de Arruda da Cunha, Suzana Leite Cortez. São Paulo: Parábola, 2015.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LÄHTEENMÄKI, M. Valentin Voloshinov: signos, ideologias e sentido. In: ZANDWAIS, A. (Org.). **História das ideias**: diálogos entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo, RS: UPF, 2012.

LENIN, V. I. **Cuadernos Filosóficos**. Buenos Aires: Estudio, 1974.

_____. As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo. In: _____. **Obras Escolhidas**. Tomo 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <<https://drive.google.com/folderview?id=0B5J1VZwLhbMRUpPVIhlcnk2T0E&usp=sharing&tid=0B5-J1VZwLhbMckN2ZmFhdGJOVzQ#list>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (Re)ler Pêcheux hoje. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. Tradução José Paulo Neto. São Paulo: Global, 1985.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996a.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro II. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996b.

_____. **Manuscrítos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Manifesto Comunista**. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASSMANN, Débora. "Ontem, Hoje e amanhã: ainda a questão do ensino...". In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. (Org.). **Análise de Discurso em Perspectiva**: Teoria, método e análise. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. Tradução Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 20008.

ORLANDI, Eni P. Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Lingüística Indígena e Responsabilidade Social. n. 4, 1983, p. 123-136. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636640/4359>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. **Terra à vista**: o discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP:Unicamp, 1990.

_____. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001a.

_____. Apresentação. In: _____ (Org.). **História das Idéias Lingüísticas**: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001b, p. 7-20.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 3 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2001c.

_____. Identidade lingüística escolar. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Lingua(gem) e identidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

_____. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **A leitura e os leitores**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: As formas do discurso. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2006.

_____. Teorias da linguagem e discurso do multilingüismo na contemporaneidade. In: _____ (Org.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007a, p. 53-62.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007b.

_____. Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, SP, v. 4, dez. 2012. ISSN 2447-0686. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636640>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. Lexicografia discursiva. In: ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das ideias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 101-119.

ORLANDI, E. P. GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção lingüística: A gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Construção do Saber Metralingüístico e Constituição da Língua Nacional**. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 21-38.

_____. (Orgs.) **Institucionalização dos Estudos da Linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PASINATTO, R. **O poder simbólico do lixo: a (re)emergência do sujeito excluído pelo urbano**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2015.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma Introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Tradução Bethânia S. Mariani et al. Campinas, SP: Unicamp, 1990, p.163-179.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma Introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Tradução Bethânia S. Mariani et al. Campinas, SP: Unicamp, 1990, p.61-162.

_____. Ler o arquivo hoje [1982]. In: ORLANDI, E. (Org.) [et al.]. **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1994. p. 55-66.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni P. Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1995.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Tradução Eni P. Orlandi. São Paulo: Pontes, 2008.

PINHEL, J. R. O catador de materiais recicláveis. In: _____ (org.). **Do lixo à cidadania**. Guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013, p.16-30. Disponível em: <<http://recicloteca.org.br/blog/index.php/2013/09/10/do-lixo-a-cidadania-guia-para-formacao-de-cooperativas-de-catadores-de-materiais-reciclaveis/>>. Acesso: 01 mar. 2018.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Decreto-Lei n 1.545 de 25 de agosto de 1939**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.htm>>.

RIBEIRO, Julio. **Grammatica Portuguesa**. São Paulo: Teixeira & Irmãos Editores, 1885. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26054>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. A Procellaria: 17 de Abril de 1887. In: **Cartas Sertanejas; Procellarias**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP., 2007, p. 85-94.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2003.

SOUZA, C. M. V. N.; PAYER, M. O. Processos de identificação com a língua na alfabetização. Uma relação contraditória. In: Schons, Carme Regina; Cazarin, Ana Ercília. (Orgs.). **Língua, Escola e Mídia**. En(tre)laçando Teorias, Conceitos e Metodologias. 2.ed. Passo Fundo, RS: EDUPF, 2014, v. 1, p. 48-70.

TRIVIÑOS, N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VOLOSHÍNOV, V (1929). **Marxism and the Philosophy os Language**. Translate by Ladislav Matejka & Irwin R. Tituniz. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1973.

ZANDWAIS, A. Linguagem e ensino: saberes linguísticos e literários dominantes em compêndios escolares. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 19-38, 2003a.

_____. A forma-sujeito e suas modalidades de subjetivação. **1º Seminário de Estudos Em Análise do Discurso**. Porto Alegre: Ed. do Instituto de Letras da UFRGS, v. 1., 2003b, p. 1-15.

_____. **Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso**. Série Cogitare. v. 8. Santa Maria, RS: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009. 50 p.

_____. Subjetividade, sentido e linguagem: desconstruindo o mito da homogeneidade da língua. In: ZANDWAIS, A. (Org.). **História das ideias: diálogos entre linguagem, cultura e história**. Passo Fundo, RS: UPF, 2012a, p. 175-191.

_____. Ler o Acontecimento. Memória Nacional e Construção Identitária no Estado Novo: formas de significar o sujeito imigrante através de dispositivos jurídico-políticos. In: SANTOS, Sonia Sueli Berti dos. (Org.). **Teorias e Práticas de Leitura: olhares e percepções**. 1. ed. v. 1. São Paulo: Terracota, 2012b, p. 49-67.

_____. Reconfigurando a Noção de Formação Discursiva: deslocamentos produzidos a partir de um contraponto. **Revista Leitura** - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, n. 50, v.2, p. 41-59, 2012c.

_____. Como caracterizar uma nação: entre domínios históricos e discursivos. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (Org.). **Análise de Discurso em Perspectiva**. Teoria, método e análise. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2013.

_____. Contribuições de teorias de vertente marxista para os estudos da linguagem. **Conexão Letras**: Revista do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. vol. 9, n. 12. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014, p. 51-74. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/55121>>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. O Sistema da Língua, o Diálogo e o Discurso. **Conexão Letras**. v. 16, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. p. 95-107.

ANEXOS

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM LETRAS

LINHA DE PESQUISA:

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Doutoranda Rubiamara Pasinato

ORIENTAÇÃO: Dra. Ana Zandwais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada (o) Senhor(a):

Você está sendo convidada (o) para participar, de forma totalmente voluntária, da minha pesquisa de doutorado, intitulada " O IMAGINÁRIO DE LÍNGUA NA CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E NAS SUAS RELAÇÕES DE TRABALHO". Nela você deverá responder a algumas perguntas oralmente. As respostas serão gravadas, e posteriormente, passarão por transcrição.

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Além disso, coloco-me à sua disposição para esclarecer suas dúvidas com relação ao desenvolvimento da pesquisa.

Você tem direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Ouça, por gentileza, as informações abaixo e fique à vontade para pedir esclarecimentos:

1 Objetivos do estudo: Objetivo geral: - investigar o imaginário de língua dos catadores de materiais recicláveis nas relações de trabalho. **Objetivos específicos:** refletir sobre como a relação dos catadores com a escola é determinante para a relação com a língua; investigar a respeito da representação de língua nos processos de subjetivação dos catadores de materiais recicláveis; observar a movimentação do sujeito catador, a partir da tomada de posições, quando discursiviza sobre sua relação com a língua no processo de constituição da identidade.

2 Participantes da pesquisa: Catadores de materiais recicláveis que integram o Projeto "Profissão Catador: entre o viver e o sobreviver do lixo", na cidade de Cruz Alta –RS;

3 Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá na resposta oral às perguntas.

4 Benefícios: esta pesquisa se mostra importante no âmbito social, tendo em vista que não vivemos em uma ilha, todos produzimos resíduos diariamente. Em específico, a Ciência da Linguagem pode contribuir, diante de suas diferentes teorias, para que esses sujeitos que são segregados socialmente por diversos processos de exclusão e que têm uma rotina sofrida, de andar pelas ruas no frio, sob o sol forte, chuva, buscando entre lixeiras, containers e amontoados de sacolas dispensadas pelos outros, materiais recicláveis que possam ser revendidos, possam ser “notados” efetivamente como sujeitos e deixem de representar uma massa “sem vez” e “sem voz”.

5 Riscos: As respostas fornecidas não representam qualquer risco de ordem psicológica para você. Caso não queira responder a alguma questão, você poderá fazê-lo, sem constrangimento.

6 Sigilo: As informações fornecidas por você serão confidenciais e de conhecimento apenas da equipe pesquisadora responsável. Isso significa que os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados.

Desde já, agradecemos a sua colaboração.

Dúvidas:

Rubiamara Pasinato (pesquisadora): telefone de contato: (54) 99610108; e-mail: rpasinato@hotmail.com.

Ana Zandwais (orientadora): e-mail zand@ufrgs.br.

Atenciosamente,

Rubiamara Pasinato
Doutoranda/Pesquisadora
PPG Letras UFRGS

ANEXO II**ROTEIRO DE QUESTÕES NORTEADORAS FEITAS AOS CATADORES DO PROJETO “PROFISSÃO CATADOR”****- PARA COMEÇO DE CONVERSA: “A FALA DE SI”**

Fale um pouco sobre você (Sobre sua história, como chegou até o Projeto):

- QUESTIONAMENTOS:

- 1) O que representa uma associação para você?
- 2) Qual o sentido de se filiar a uma associação?
- 3) Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?
- 4) Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?
- 5) Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?
- 6) Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?
- 7) Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?

ANEXO III

ENTREVISTAS

CATADOR 1

Idade: 60 anos.

Sexo: feminino.

Escolaridade: Frequentou até 4º ano, mas não concluiu.

Núcleo familiar: Tem 4 filhos e ajuda a cuidar dos netos.

- PARA COMEÇO DE CONVERSA: A FALA DE SI”

Fale um pouco sobre você (Sobre sua história, como chegou até o Projeto):

“Assim, eu tô no projeto desde o início, né. As nossas reunião saiam aqui nos apartamento, né. Tinha uma salinha ali e a gente se reunia. Então um chamava o outro e eu vou dize assim pra você a professora Enedina¹⁸⁶ é nossa, comé que eu vou de dizer, é nossa, assim, ela é tudo pra gente, porque foi ela que teve a ideia de fazê esse projeto, né. Foi busca pessoas que podia nos ajuda, porque hoje nós temo esse galpão aqui. Ela foi busca ajuda com os outro. Se não fosse então a professora Enedina, junto com a professora Rosali¹⁸⁷ e junto com professora Isadora¹⁸⁸, né. Então se não fosse elas a gente não teria esse prazer. Eu comecei lá no início e vim vindo. Então a primeira associação eu trabalhei. Depois quando tava todo aquele, comé que eu vou te dize, quando tava tudo pronto pra começa trabalha que lá na ACCA¹⁸⁹, lá nos Funcionários¹⁹⁰. Ali foi a primeira associação que e trabalhei. Então a gente ia cata de carrinho. A gente saia às 4 e meia da manhã, aquilo era uma coisa muito bonita, muito linda, porque foi aquele começo. Era sofrido bastante, porque tinha gente já velha, né. Que nem eu que precisava daquele trabalho ali pra sobreviver. A gente foi muito, muito, muito mal tratado pela sociedade, né. Então chamavam a gente: Ah! O que que quer com esse lixeiro aí? Por que vocês não vão achar outra coisa pra faze, o que que querem, né? E a gente não tinha nem o direito de dizer nada pra aquela pessoa. Mas com o tempo foi vindo coisas boa, a gente vendeu nossa primeira carga, depois veio o caminhão e assim em diante.”

- QUESTIONAMENTOS:

¹⁸⁶ Referência a uma das coordenadoras do Projeto e professora da Unicruz.

¹⁸⁷ Referência a uma das coordenadoras do Projeto e professora da Unicruz.

¹⁸⁸ Referência a uma das coordenadoras do Projeto e professora da Unicruz.

¹⁸⁹ Associação dos Catadores de Cruz Alta, primeira associação de catadores de materiais recicláveis de Cruz Alta.

¹⁹⁰ Bairro dos Funcionários.

1) O que representa uma associação para você?

“Uma união né! Uma união. Pra mim representa assim oh: se o catador não for unido ele não vai chegar a lugar nenhum, por isto as associações a gente sempre tem reunião e daí a gente sempre fala sobre a união, porque pra nós é muito importante ser unidos né. Em tudo nós somos unidos, graças a Deus e esse galpão aqui nós somos muito unido. E você pode até perguntar para a Tamara¹⁹¹ Rocha, a qual eu prezo muito, à Lídia¹⁹² também que nós aqui sempre fomos bem unido.”

2) Qual o sentido ou por que se filiar a uma associação?

“Porque assim, no caso eu assim, não sei se vou responder aquilo que tu pergunto certo. Então assim oh, eu, só eu, não podia, eu não ia pode, vinha o material ali, só eu não podia fazer a triagem toda, só eu ia carregar o caminhão? Eu não ia pode. Né! Então a união que se diz, as colegas são todas. Então pra nós faz a triagem, vende e então recebe o nosso dinheiro né.”

3) Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?

“Assim, até ontem a gente teve reunião. Porque a gente não trabalha aqui dentro do galpão só, como tem os enfardadores, aqueles de fora. Então assim oh, vêm as pessoas da incubadora conversa com a gente, discute o que que tá errado, o que que a gente acha que vai te que, pra nos apresenta as coisas boas que eles conquistaram lá. Então daí eles vêm pra nós né. Então ontem teve reunião com os fardadores, daí veio a Tamara né, ela veio. Sabe assim, que se trabalha com bastante gente, às vezes fica meio pesada a coisa, porque um pensa de um jeito e outro de outra, mas não há o que a Tamara não ajeste. Se ela vê tem alguma coisa que não tá dando certo, ela vem e conversa e tudo fica bem.”

4) Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?

“Assim, oh. Agora a gente é que tá fazendo a negociação. No caso assim, comé que eles fazem: saí de lá a folha, comé que eu falo, a folha, quantos quilos que deu. Uma comparação assim, a gente enfarda e pesa e manda o peso pra eles¹⁹³ fazerem a nota do peso, daí eles mandam aquele papel do peso que tem pra o Paulo¹⁹⁴ poder vir. Daí então é assim, eles pedem: quantos quilos tem aí gurias? Daí a gente manda pra eles e elas avisam o Paulo de quanto tem. Sim, eles são sempre nos ajudando. Daí a questão do preço agora é com a gente. Porque assim, quando a gente não tá, assim não tá contente com os preços do Paulo daí a gente chama eles. Daí a gente chama e daí eles acham outro comprador. Até ontem na reunião a gente falou até pra Tamara, a gente não tá contente com os preços do Paulo. É muita exigência né da parte dele. Muitas coisas que não tem precisão, muitas coisas que ele podia comprar da gente ele não compra né. E aí então ela vai ajudar. Eles vão ver outro comprador pra nós.”

¹⁹¹ Monitora da Inatecsocial/Projeto Profissão Social.

¹⁹² Assistente Social da Inatecsocial/Projeto Profissão Social.

¹⁹³ Referência ao pessoal da Incubadora Social.

¹⁹⁴ É o proprietário da empresa que compra os materiais catados.

5) Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?

“ Sim, eu estudei. Estudei até a 5ª série. Um pouco da 6ª série. Eu parei porque a gente morava pra fora, era difícil até pra ti estudar num colégio de noite. Deus u livre, a mãe não deixava né. E eu precisava trabalhar, porque daí era só eu e a minha mãe, porque a minha irmã tinha vindo já pra Cruz Alta. Ela casou e veio pra cá. Eu morava em Júlio de Castilhos. Então eu tive que trabalhar muito cedo. Tive que ajudar no sustento da casa, porque a mãe era doente e daí não deu pra estudar. Mas eu queria te estudar.”

6) Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?

“Não! Não cheguei lá ainda. Tem a nossa professora, a gente ama muito ela que ela vem aí. Até hoje era o dia que ela ia vim, mas ela tá com o pai dela doente né. Ela vem dá aula pra nós, porque tem muitos né, que nem tem a minha irmã que é coitadinha, ela aprendeu muito pouco, foi até o 2º ano, depois não foi mais. No caso agora é a segunda série. Daí tinha tantas coisa que eu queria sim. Eu fico constrangida, porque tu me faz uma pergunta e eu não sei como te responde.”

7) Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?

“ Sim, aqui mesmo. Eu lembro que foi quando a professora Enedina¹⁹⁵ veio, então nós tinha o nosso presidente que é o Tiago né. Agora graças a Deus ele é empregado da Unicruz né. Tá muito bem né. Daí a gente brincava muito. Daí um dia ele me deixou constrangida né, pediram pra alguém falar além dele e ele apontou pra mim. Daí ele me deixou constrangida né. Eu sei que ele quis brincar. Porque tu imagina, veio pessoas importante aquele dia que tavam aí. Mais daí faziam pergunta pra mim, meu Deus eu não sabia responde. Daí foi isso então.”

¹⁹⁵ Uma das professoras coordenadoras do Projeto “Profissão Catador” e da Inatecsocial.

CATADOR 2

Idade: 28 anos

Sexo: feminino.

Escolaridade: Ensino Fundamental completo.

Núcleo familiar: casada, tem dois filhos.

- PARA COMEÇO DE CONVERSA: “A FALA DE SI”

Fale um pouco sobre você (Sobre sua história, como chegou até o Projeto):

“Eu me escrevi, porque eu ouvi fala muito, né. Daí pra não fica em casa eu decidi fazê parte da associação. Daí tô aqui desde 2016. Eu tenho dois filho, até o meu marido já trabalho aqui na associação também. Só que daí era pouco, daí ele foi chamado pra trabalha numa firma, daí ele foi. Daí então a gente se vira com o que ele ganha na firma e aquilo que eu consigo fazê aqui na reciclagem.”

- QUESTIONAMENTOS

1) O que representa uma associação para você?

“Representa tudo né. Éh, eu não sei qual é o sentido que tu que dizer. Tipo assim de amizade. Aqui é muito bom, interessante, a gente como, eu nunca imaginei lida né com coisa de reciclado. Então aqui a gente aprende, que às vezes tem gente que fala “credo como que tu pode trabalha com lixo, que é o que falam né?” Então aqui, aqui a gente aprende como não é o que os de fora fala, que a gente vê que não é tudo aquilo que eles fala. Então aqui todos são amigos de todos. Se tu fizer alguma coisa de errado, eles falam, não é de grita na frente dos outro. Eles chama a gente e fala em particular. Daí eles dizem não é desse jeito, tu tem que mudar nisso, naquilo. E é muito bom.”

2) Qual o sentido de se filiar a uma associação?

“ Importante, porque é através daqui que eu pude me tornar uma pessoa melhor. Porque assim, eu era uma guria muito nojenta sabe. Daí foi aqui que eu aprendi a ser diferente.”

3) Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?

“ Como eu me relaciono com eles? É só coisa mesmo de serviço só. Daí eu tô de responsável por passa os peso, de fala das doações. Daí a Tamara me liga e eu passo pra ela. Daí ela me passo se tem reunião, se alguém vai vim visita nós. É só isso daí.”

4) Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?

“ É nós que fizemo agora. Daí eles¹⁹⁶ lá do centro só participam se tem algum problema e para avisa o Paulo¹⁹⁷ que tem material pra buscar.”

¹⁹⁶ Referindo aos funcionários do Projeto que estão na sede da Inatecsocial, no centro da cidade de Cruz Alta.

¹⁹⁷ É o proprietário da empresa que compra os materiais catados.

5) Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?

“Uhum. Estudei até a 8ª série. Daí parei por causa dos horário daqui, porque daí não fecha. Também daí eu não tenho tempo pras criança né.”

6) Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?

“ Mais ou menos. Porque eu só sei falar “tipo isso, tipo assim”. E daí tem até nossa professora que me corrige que eu tenho que parar com isso daí. Mas é uma coisa que quando vejo eu falo.”

7) Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?

“ Até que nisso aí não. Quando nós fomo chamado nas escola assim, tinha uma coisa que eu falava e tinha outras coisa que eu não conseguia fala daí eu passava pro meu colega. (Interrupção e pergunta da pesquisadora, mas você lembra de uma ocasião especial?) Ah, teve uma vez lá na Unicruz porque lá eu tive vergonha, porque lá era as professora né. Comé que é o nome delas? A professoora? Daí nessa hora, perto dela, dos aluno. Tava ela e os alunos dela, daí foi eu e a [nome da colega catadora] fala pros aluno dela e eu não consegui e passei pra [nome da colega catadora] daí. A [nome da colega catadora] que mostrou como era o nosso trabalho aqui.”

CATADOR 3

Idade: 52 anos.

Sexo: feminino.

Escolaridade: Frequentou até a 4ª série, mas não completou.

Núcleo familiar: casada, tem 4 filhos.

- PARA COMEÇO DE CONVERSA: “A FALA DE SI”

Fale um pouco sobre você (Sobre sua história, como chegou até o Projeto):

“Eu sô casada, assim eu não sô casada no papel, mas tenho um companheiro. Só que eu não tenho filho com ele. Tenho quatro, mas com outro, daí. Tenho três guri e uma menina. Daí eu também ajudo a cria uma neta, né. A mãe dela arrumo companheiro e ela não se acerto, daí eu tô criando desde os sete ano. Faz nove ano que ela tá comigo. São todos casado os meus filho. Daí o projeto, assim: de primeiro eu trabalhava sozinha na rua, com a minha carretinha, porque eu tinha uma criança, mas não era casada, daí eu tinha que trabalha pra pode dá as coisa pra ele, principalmente a comida, leite, coisarada. Daí primeiro eu arrumei um cavalo, daí não me acertei. Daí vendi. Depois, comprei uma carretinha. Uma senhora me disse: tu que eu te vendo, eu não vo mais cata. Daí eu fui catando e fui lá nos Funcionários. Daí um dia eu passei lá frente dos Funcionários¹⁹⁸ daí tinha uma colega minha. Daí eu perguntei, comé que vocês trabalha aí? Aí ela me disse é tudo tranquilo. Tu já sabe como que é, tu já trabalha na rua. Tu cata, separa o material. Aí eu pedi não tem vaga? E minha amiga disse que ia abri uma porque ela ia saí. Tal dia tu vem aqui, que eu vo sai e te apresento as colega. E daí foi assim, faz uns três anos. Daí eu fiquei no lugar dela e de lá eu vim pra cá¹⁹⁹, porque aqui fica mais perto. Faz uns 2 anos e pouco anos que eu cato nessa região aqui.”

- QUESTIONAMENTOS:

1) O que representa uma associação para você?

“ Uma associação é uma família. A gente trabalha tudo unido. Se um precisa o outro ajuda. Quando um tá doente o outro ajuda. Se tu tá sozinho, tu vai sozinho, mas tu não tem ninguém. Tu fica sozinha e assim não, aqui é que nem uma família, porque eu aprendi muita coisa depois que eu vim pra cá.”

2) Qual o sentido de se filiar a uma associação?

“Muita coisa. Sabe, a gente viaja, tem as viagem da associação, dos catador. Eu já fui pra Porto Alegre por causa da associação e daí a gente aprende muita coisa. A gente aprende a conviver, a gente aprende a respeitar e tu aprende também com as outra associação que tem, com as outra cooperativa também.

¹⁹⁸ Referência à Associação dos Catadores do Bairro dos Funcionários.

¹⁹⁹ Referência à Associação dos Catadores do Bairro Primavera.

Então eu acho muito melhor, porque o que tu não sabe o outro de ensina e já sozinho isso não acontece e daí cada vez tu aprende mais.”

3) Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?

“É bom, porque eles auxiliam a gente. Tem as menina, a assistente social, se tu precisa de alguma coisa, comé que eu posso dizer, se tu tem problema com álcool, droga, bebida, eles de auxiliam sabe. Eles ajudam e é tranquilo eu me dou bem com eles, a gente conversa bem com eles.”

4) Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?

“Sim, eu acompanho. A negociação é feita pelo nosso presidente da associação. Daí uma comparação, vai o peso lá pro Centro, porque a gente precisa de uma nota, daí o pessoal lá da Incubadora manda a nota, porque a associação ainda não tem como tirar aquela nota. E daí a gente passa pra eles e eles mandam a nota. Se por um acaso a gente não tiver contente com o comprador daí eles ajudam a acha outro.”

5) Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?

“Eu tive, mas não consegue continua. Fui até a 4^a. Eu tinha que ajuda meus irmão. E uma também, eu aprendia um pouco e depois não aprendia mais, daí parei. Eu estudava no interior de Ibirubá. Daí eu até tive vontade de voltar. Mais daí tu arruma marido e estudar de noite, daí. Daí eu não fui mais estudar. Mais as guria tão perguntando, de repente elas vão volta, daí quem sabe a gente volta também. Uma puxa a outra.”

6) Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?

“Não sei, acho que dá pra improvisar um pouco. Tem muita coisa que a gente não sabe, eu engulo umas letrinha às vezes. Mais até acho que eu falo mais ou menos, mas o resto acho que vai.”

7) Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?

“Não, agora eu sempre vou. É que nem eu disse, os colega fica empurrando um pro outro então eu vou. Daí o material, que nem outro dia fomo eu e o meu colega [nome do catador], que trabalha com o caminhão. Daí eu disse, eu sei que é tranquilo [nome do catador], porque tu fala bastante, quando eu vi eu tava falando junto com ele. Ele disse, tu viu [nome da catadora], não tem segredo e só fala do nosso trabalho.”

CATADOR 4

Idade: 69 anos.

Sexo: feminino.

Escolaridade: 3ª série incompleta.

Núcleo familiar: solteira, 2 filhos.

- PARA COMEÇO DE CONVERSA: “A FALA DE SI”

Fale um pouco sobre você (Sobre sua história, como chegou até o Projeto):

“Eu, eu tinha dois filho. O mais velho faleceu. Ele teve cirrose, bebia demais, né. Daí deu pneumonia, daí deu, comé que é, comé que eu vo dizê, uma coisa assim que não tinha volta, o dotor tento, tento, mas não conseguiu. E Deus decerto não quis, Deus queria levar ele, decerto. E uma filha, daí da filha tenho quatro neto e eu que crio eles. É uma luta, né. Eu sempre trabalhei. Daí como catadora é desde o outro galpão eu já tava junto. Mas daí antes de cata eu trabalha como empregada doméstica. Mas eu vim para no projeto porque muitos amigo, daí a minha irmã ia nas reunião e daí ela me convidou, né. Eu parei de trabalha assim nas casa, né, daí ela me convidou. Fui na reunião e gostei, né. Desde isso eu comecei a ser da associação. Daí um tempo eu saí, daí voltei pra esse galpão aqui. Aqui faz uns três anos que eu tô.”

- QUESTIONAMENTOS:

1) O que representa uma associação para você?

“ É importante porque assim, vamos dizer do lixo, o material do lixo serve pra nós te um pouquinho a mais de renda pra gente sobrevive e é uma coisa que eu gosto.”

2) Qual o sentido de se filiar a uma associação?

“ Ah, aqui é uma família. Se eu tô aqui dentro, tristeza, amargura, fica tudo lá fora. Saio daqui, daí é uma barra, porque quando eu saio daqui é eu e meus netos. Então o projeto é pra gente, porque muitas pessoa que tão aqui é porque precisam mesmo né. Porque às vezes não tem o pão pra bota na mesa pros filho pequeno ou pro neto.”

3) Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?

“ Maravilha! Eu não tenho queixa. Eu, Deus u livre, a Lídia²⁰⁰ é tudo pra nós. A Tamara²⁰¹ tamém. Não tenho porque me queixa. Só uma coisa, que não é culpa delas, é que a gente ganha muito poquinho, muito poquinho. O que a gente ganha aqui não dá pra paga a água ´a luz, porque a luz é caro e a água também, mais a gente sem água e luz não pode fica. Mais, é muito bom aqui, as risada com as guria, o que eu preciso elas me ajuda.”

4) Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?

“Sei, sim. A gente tria, faz a separação das coisa. A gente classifica né, tudo o que é material bom a gente bota no fardo, o que não é a gente bota no bag de lixo pra quando vem o caminhão do lixo leva embora. Daí as coisa boa a gente

²⁰⁰ Monitora do Projeto que tem contato direto com as associações.

²⁰¹ Monitora do Projeto que tem contato direto com as associações.

enfarda daí vem o comprador busca. O seu Paulo²⁰², ele é uma pessoa muito legal. Volte e meia ele vem aqui.”

5) Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?

“Eu fiz até o 3º ano e daí depois não estudei mais. Eu morava na Campanha. Daí eu parei porque tive que começa trabalha. Nós perdeu toda as terra que tinha lá na Campanha daí nós fiquemo trabalhando de empregado dos colono. Daí depois nós tivemo uma proposta pra i pra Pedras Altas, pra lá de Bajé, aí nós fomo pra lá. Depois disso, nós viemo embora de lá. Viemo pra Júlio de Castilho. Eu fui pra casa de uma comadre da mãe e fiquei trabalhando pra ela. Eu levantava às 3 hora da manhã, tirava leite e ainda levava pra cidade pra vende.”

6) Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?

“Não, porque às veiz eu erro tudo. Vou dizê uma coisa e troco tudo, né. Por isso, que eu vo fala pra ti, assim, eu nem sei como começa a fala. Aqui, outro dia na reunião, eu não falo, todo mundo dizendo todos tem que fala, e eu fixo quieta. Eu não falo, porque eu sô muito, comé que eu vo te de dizer. Na hora que vo fala eu gaguejo, né. Daí as palavra não sai. Fica aqui e não sai. Não adianta.”

7) Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?

“Eu me lembro. Foi quando nós fumo sorteado pras casinha. Daí eu fui filmada. O rapaz conversando comigo e ele tava gravando. Daí eu conversando e fui dize o nome do projeto e errei tudo. Eu falei poucas palavra e errei. E ele disse, tu não vai fala mais dona [nome da catadora]? Aquele povaréu, aquilo começo, me deu tontura. Daí fiquei quieta.”

²⁰² É o proprietário da empresa que compra os materiais catados.

CATADOR 5

Idade: 31 anos.

Sexo: feminino.

Escolaridade: 3ª série incompleta.

Núcleo familiar: casada, tem três filhos.

- PARA COMEÇO DE CONVERSA: “A FALA DE SI”

Fale um pouco sobre você (Sobre sua história, como chegou até o Projeto):

“Eu tenho marido, né, companheiro. Já faz uns anos, né. Temo três filho, tudo guri. Daí sou só eu que trabalho na catação, ele trabalha como pedreiro, é. Mas daí assim, eu já trabalhava catando, mas daí deu um problema de família né, de saúde, daí faz seis meses que meu marido tá desempregado, por problema de doença, de coluna. Ele não tá caminhando, né. É demorado esses encaminhamento, tudo pelo SUS. Daí tá lá, esperando e eu faz dois meses que eu tô aqui, eu disse, eu vo volta, porque eu fazendo faxina as criança ficava muito atirada assim. Eles iam pro colégio, vinham e tinham que espera a mãe chega, ficavam muito sozinho. Daí então eu fui largando aos pouquinho, fiquei só com uma casa pra faxina, só que daí deu esse problema de saúde no meu marido, daí tive que procura outra coisa. Daí eu procurei as gurias e voltei. Quando aparece também faço as faxina, porque fico só eu pra sustenta a casa, né. trabalhando aqui no galpão”

- QUESTIONAMENTOS:

1) O que representa uma associação para você?

“ É trabalha em conjunto. A gente sabe da necessidade da gente, mas vale mais, mas o que mais vale parece que a gente convive mais aqui do que em casa. É uma família. É a segunda família da gente.”

2) Qual o sentido de se filiar a uma associação?

“Eu gosto né, porque daí a gente se distraí né. Tem os problema. Daí a gente vem pra aqui e a gente compartilha se que. Daí os colega levanta a gente. Se a gente tá triste. Eu gosto né. E trabalha, uma renda que a gente vai leva pra casa.”

3) Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?

“ É normal. É bom. Não tem problema nenhuma, né.”

4) Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?

“Sim, a separação sim. (pergunta da entrevistadora – mas e a negociação?). Sim, assim, elas antes, faziam pra nós, né, lá de cima. Mais daí elas já foram passando pra nós da associação. Porque tem que liga, fala com o Paulo, que é nosso comprador, diz que já tem carga, que pode vim busca. Daí ele vê se pode, daí nos temo que vê quanto quilo deu, manda lá pra cima pra mandarem a nota para o caminhão sai.”

5) Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?

“Sim. Estudei até o segundo grau. Só faltou um ano, daí eu parei porque o marido não deixou mais eu ir. Ele não deixou.”

6) Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?

“Não, só burra. Desde que eu era mais pequena eu já não falava as coisas direito. Era a única matéria Português e Matemática que ia mal. E daí, às vezes, ainda eu falo errado, mas alguns dizem que é porque a mãe criou a gente não vindo pra cidade, a gente ficou retirado, só pra fora. Não saía. Eu nasci e me criei lá na Abegay²⁰³, nasci e me criei lá. A mãe não deixava a gente vir pro centro. E daí ficamos lá. Daí tem muita coisa que eu não falo direito. Tô burra mesmo. Eu posso até tentar falar, mas não sei direitinho. [risos]. Não sei.”

7) Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?

“Não, eu fui. Já falei fora. Fui até com a Lídia²⁰⁴, numa escola. Tava só eu e eu tive que explicar. Também teve uma vez que nós fomos lá em Panambi e em Ibirubá, tava eu a Tamara e o Leo²⁰⁵. Não tem problema nenhum. Mas eu me sai, disseram que fui muito bem né. Dá um nervoso, mas na hora sai tudo bem daí.”

²⁰³ Bairro da cidade de Cruz Alta que fica mais distante do centro. Concentra, em sua maioria, famílias de baixa renda.

²⁰⁴ Monitora do Projeto que tem contato direto com as associações.

²⁰⁵ Monitores do Projeto que têm contato direto com as associações.

CATADOR 6

Idade: 21 anos.

Sexo: masculino.

Escolaridade: 7ª série.

Núcleo familiar: casado, sem filhos.

- PARA COMEÇO DE CONVERSA: “A FALA DE SI”

Fale um pouco sobre você (Sobre sua história, como chegou até o Projeto):

“Eu moro com a minha mulher, mas não tenho filho. Eu sou filho da (Nome de uma catadora do projeto) que trabalha aqui, daí eu tava em Floripa, daí vim de Floripa pra cá, daí não consegui arruma um serviço, daí eu vim pra cá. É eu não tinha o que fazê, não tinha serviço, não tinha nada, daí eu vim aqui. Lá em Floripa eu trabalhava no Bob’s, mas aqui não deu pra arruma serviço assim.”

- QUESTIONAMENTOS:

1) O que representa uma associação para você?

“ Ah, eu não sei te explica. Não vou sabe te explica.”

2) Qual o sentido de se filiar a uma associação?

“ Eu acho importante os catador. É um projeto bom, ajuda na limpeza da cidade né. É um projeto bom, mantem a cidade limpa né. (interrupção da entrevistadora – perguntando novamente, mas para você porque é importante estar em uma associação?). Pra mim é importante, pra mim pode me mante, porque não tenho outro emprego. Daí com o troquinho que ganho aqui me ajuda bastante. “

3) Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?

“ Eu sô muito novo ainda aqui. Tive pouco contato com o pessoal do centro.”

4) Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?

“ Eu ainda não deu um mês que tô aqui, então ainda não ajudei a carregar nenhum caminhão. Mas sei como qui é.”

5) Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?

“Ah, eu estudei. Fui até a 7ª. Daí parei de i. Parecia que não tava bom, daí parei. Ma me arrependo agora, me arrependo muito, porque hoje eu preciso e não tenho estudo. Ah, eu não tenho tempo pra volta. A gente chega cansado.”

6) Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?

“Um pouco. Não Muito. Sei lá às vezes eu falo meio errado, todo mundo vê. Muita gente diz que é errado mas eu acho que o português é a gente que fala, não existe palavra certa. Eu acho isso.”

7) Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?

“ Não, nunca tive. Ainda não me convidaram para fala alguma coisa do projeto.”

CATADOR 7

Idade: 41 anos.

Sexo: feminino.

Escolaridade: frequentou até a 7ª série.

Núcleo familiar: casada, tem cinco filhos.

- PARA COMEÇO DE CONVERSA: “A FALA DE SI”

Fale um pouco sobre você (Sobre sua história, como chegou até o Projeto):

“Assim, eu tenho cinco filhos. A mais velha tem 23, o outro tem 21, o outro tem 18, depois a menina de 12 e a mais nova tem 7. Daí eu tenho um companheiro, que é o pai desse filho de 7 anos. Daí assim, na verdade eu nunca sube. Eu morava lá na Vila Esperança, daí eu vim pra cá e conheci o Profissão Catador, mas eu não tava trabalhando no galpão eu trava trabalhando para o seu Marcos, que era atravessador. Daí foi quando eu vim mora pra cá, com esse companheiro que eu comecei a conhece o projeto, mas faz uns cinco ou seis anos que eu cato. Só que no projeto eu tô faz uns quatro ano. Eu vou e venho. Saio e volto.”

- QUESTIONAMENTOS:

1) O que representa uma associação para você?

“ Ah, uma associação são colegas. [risos]. Comé qui vou explicar? Uma associação é a gente trabalhar em união né, te amizade, companheirismo e, principalmente, no caso, confiança um com o outro.”

2) Qual o sentido de se filiar a uma associação?

“Antes eu trabalhava individual, pra mim né. Agora pra um coletivo né. Uma Associação. Não é só pra mim, é pra o meu colega. A gente é importante porque protege o meio ambiente né, tiremo um bom, porque aquilo pro pessoal lá fora é lixo pra nós é material, gera renda né. Acham que aquilo lá é lixo, mas pra nós é renda.”

3) Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?

“ A gente trabalha bem. Quando a gente tem alguma dúvida a gente procura eles. A gente pergunta, a gente conversa. Tenta resolve entre a gente e se não dá a gente chama eles²⁰⁶ e então é resolvido.”

4) Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?

“Agora é feita aqui com nós. Mais ainda tem exploração, não é bem, bem como a gente queria. A gente ainda tá vendendo pro atravessador, não tamo vendendo direto pra fábrica e eles²⁰⁷ dão umas enroladas, eles passam a perna um pouco na gente. Penso, planejo. Ele chega aqui fala uma coisa, chega lá o material é outra bem diferente. Aqui é uma coisa, lá é bem diferente. Ele tá nos

²⁰⁶ Referência aos monitores do Projeto.

²⁰⁷ Os representantes da empresa que os materiais são vendidos.

enganando. Ele que sinceridade, mais. Ele não dá tá dando sinceridade pra nós. Ele exige demais coisas que ele não exigia, só que ele não está cumprindo o que ele promete pra nós. Eu tô bem disadiseitada com ele. Não é o pessoal do Projeto, é o pessoal que compra os material.”

5) Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?

“ Eu estudei até a 7ª série. Depois eu parei, voltei e desisti de novo por causa dos filhos. E agora os filhos cresceram e eu não fui mais volta estuda. . [risos]. Eu mesmo. Por falta de interesse próprio. Porque a gente querendo estuda não importa. Fui eu mesma.”

6) Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?

“ Mais ou menos. Tem, às vezes a gente erra. Não é sempre que a gente acerta tudo que fala. Depois que erra para e pensa, podia fala aquilo e não falei, falei diferente.”

7) Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?

“Jah! Saiu meio enrolado, mas saiu né. Poucas palavra, poucas palavra só. Ficam tudo olhando pra gente, isso. Será que eu vo fala certo? Será que vo fala certo? Será que vo? Será que vão me entende o que eu tô falando?”

CATADOR 8

Idade: 19 anos.

Sexo: masculino.

Escolaridade: Ensino Médio incompleto (cursando).

Núcleo familiar: casado, sem filhos.

- PARA COMEÇO DE CONVERSA: "A FALA DE SI"

Fale um pouco sobre você (Sobre sua história, como chegou até o Projeto):

"Eu tenho uma companheira e a gente mora na casa da minha mãe. Eu vim pra cá porque uma amiga minha me falou que aqui tinha serviço, daí eu peguei vim. Faz uns três mês. Daí eu comecei cata quando eu vim pra cá, nunca tinha catado antes. Eu trabalhava em obra, com meu tio".

- QUESTIONAMENTOS:

1) O que representa uma associação para você?

"Ah, não sei não te dize."

2) Qual o sentido de se filiar a uma associação?

"Na verdade é bom ajuda os colega né. É bom trabalha em grupo, que daí a gente sabe melhor as coisa."

3) Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?

"Não, eu não fui ainda lá. Quando eles vem aqui é tudo tranquilo."

4) Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?

"Agora tô só assinando os papel. Eu sô novo aqui né. Eu sei que é o presidente, o pessoal aqui que negocia com o pessoal que compra."

5) Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?

"Sim, eu tô estudando. Tô indo né. Tô fazendo o Ensino Médio de noite. Eu nunca parei de estuda. Tô rodando, mais tô continuando."

6) Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?

"É, mais ou menos. Tenho a língua meio enrolada. É porque eu falo muito ligeiro. Começo enrola a língua. Às vezes eu erro, uma letra alguma coisa. Ai a gente fala uma coisa, as pessoa dá risada, daí a gente sabe que erro. Porque eu falo muito ligeiro ne, daí me dá um negócio na cabeça, daí nem eu não entendo

7) Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?

"Não, não me chamaram. Mas se me chamarem eu vo tenta fala.

CATADOR 9

Idade: 50 anos.

Sexo: feminino.

Escolaridade: frequentou até a 5ª série.

Núcleo familiar: casada, tem três filhos.

- PARA COMEÇO DE CONVERSA: “A FALA DE SI”

Fale um pouco sobre você (Sobre sua história, como chegou até o Projeto):

“Eu tenho três filho home, tudo de maior. O mais novo mora comigo, tem 20 ano. Tava no quartel, agora tá desempregado, tá procurando serviço. Meu esposo é doente, não pode trabalha, tá com desgaste no osso da perna. Até hoje ele tá em Ibirubá, num tipo de curador, sabe? E vamo vê quando ele vim. Faz mais de ano que ele não pode trabalha. Eu trabalho aqui na reciclagem porque a gente não encontra outro tipo de serviço. Eu era lá do outro galpão, do Jardim Primavera, faz dois mês que eu tô aqui. Antes eu tava no outro galpão. Mas eu nunca tinha trabalhado de catadora, eu fiquei averiguando os colega, fui me informando, daí perguntei como que fazia pra entra na associação. Daí eles me ensinaram a ir na Unicruz e fazê o cadastro. Fui, esperei um bom tempo, daí me chamaram. Daí faz um ano e oito mês que eu tô catando, fiquei um ano em cinco mês ali na outra associação e vai pra três mês que tô aqui.”

- QUESTIONAMENTOS:

1) O que representa uma associação para você?

“Olha, no meu ver, comé que vou explicar. Eu pra mim uma associação é a parceria que a gente tem aqui. A gente trabalha todos unido. A hora que todos vão pro serviço todo vão junto. E a hora que para todos para. A gente tem 10 minutos de manhã e 10 minuto de tarde, dai nessa hora a gente toma mate, come algum lanche que algum traz. Depois a gente volta. Pra mim é a parceria de todos. Não é ninguém escorado aqui. “

2) Qual o sentido de se filiar a uma associação?

“Sim, bah. Eu tatava desempregada fazia muito tempo. Pra mim foi uma garantia que eu posso contar. Chega o fima do mês eu tenho aquele dinheirinho pra minhas conta, pago água, pago luz. Tô pagando pelo INSS. É poco, é muito poco o que a gente ganha aqui. Mas é melhor poco do que nada.”

3) Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?

“A gente não tem muita ligação. É só quando a gente precisa, chama e eles vem aqui. Ou que Deus u livre tenha alguma queixa da gente, a gente pode i lá. Mas graça a Deus nunca foi preciso.”

4) Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?

“É através do nosso presidente aqui. Ele manda e amostra pra gente quanto deu de peso e daí a gente acompanha.”

5) Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?

“Eu parei na 5ª série. Não pude mais estudar. Por causa que eu tinha a mãe que era muito doente. Ela tinha artrite, artrose, osteoporose. Negócio de pressão. Eu mais parava no hospital do que em casa. Vai fazer agora 5 anos que minha mãe faleceu. Faz o que, uns 3 anos atrás eu voltei estudar, porque eu moro no fundo do Colégio, do Bandara²⁰⁸. Mas é que é assim óh, a gente não pode deixar a casa da gente sozinha, tu sabe como qui é aí, se deixa sozinha quando volta tá vazia. Mas muito que eu gostaria de volta, bah! Pelo menos completa o ensino né.”

6) Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?

“Mas, óia. Porque assim, o lugar que eu mais falo é aqui, porque em casa eu sô sozinha. Eu não tenho nem um marido, então não tenho com quem conversa. Mas eu acho que sim. Falo bem.”

7) Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?

“Sim, já fui. Nós fazia ali no outro galpão, tinha que ir falar do projeto nas escola. Em quase toda as escola nós fomos.”

²⁰⁸ Referência à Escola Estadual de Educação Básica Professora Maria Bandara Westphalen, localizada no Núcleo Habitacional Santa Bárbara.

CATADOR 10

Idade: 19 anos.

Sexo: feminino.

Escolaridade: Ensino Médio completo.

Núcleo familiar: mora com mãe, pai e um irmão.

- PARA COMEÇO DE CONVERSA: “A FALA DE SI”

Fale um pouco sobre você (Sobre sua história, como chegou até o Projeto):

“Eu, eu sou uma pessoa meia quieta. Não falo muito, procuro trabalha bastante. Fazê o que tem que fazê. Eu só tenho namorado, não tenho companheiro. Eu moro com minha mãe, meu pai e com meu irmão. Eu comecei trabalha aqui porque meu irmão trabalhava aqui e eu largava, largava currículo e não conseguia emprego. Ninguém tinha nada. Daí quando eu terminei o colégio meu irmão disse que ia me trazer pra cá, porque aqui pelo menos eu tinha um dinheirinho e ia trabalha e não ia fica em casa como eu ficava antes. Faz uns quatro mês que eu tô aqui.”

- QUESTIONAMENTOS:

1) O que representa uma associação para você?

“ Uma associação. É onde o grupo se une, vê os problema que tem, resolve, conversa, trabalha junto.”

2) Qual o sentido de se filiar a uma associação?

“Pra tipo a cidade não fica suja. Também se eu tivesse trabalhando sozinha não tinha muito sentido. Não teria uma grupo e não teria os colegas ajudando.”

3) Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?

“Quando eles vêm é tranquilo. A gente conversa e tudo.”

4) Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?

“ Sim, eu sei. Fica tudo anotado. “

5) Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?

“Termine o terceiro ano. Fiz todo o ensino médio.”

6) Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?

“ Sim, sou.”

7) Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?

“ Não, que eu me lembro não. Normal.”

CATADOR 11

Idade: 45 anos.

Sexo: masculino.

Escolaridade: 5ª série do Ensino Fundamental.

Núcleo familiar: mora com esposa e filhos.

- PARA COMEÇO DE CONVERSA: “A FALA DE SI”

Fale um pouco sobre você (Sobre sua história, como chegou até o Projeto):

“Eu tenho esposa, tenho três filhos. Um com 19, outro com 15 e outro com 12 anos. O que mais? Ah, minha esposa trabalha aqui comigo. Eu, antes de vir pro projeto, já trabalhava já com a carroça. Faz uns 25 anos que eu trabalho na rua catando. Daí na associação eu tô faz uns três ano.”

- QUESTIONAMENTOS:

1) O que representa uma associação para você?

“ Como te disse, eu faz 25 anos que sô catador. Faz três que tô na associação. Aqui a gente tem uma melhoria na condição do trabalho. Pra nós, aqui dentro da associação nós temos mais vantagem do que se tivesse trabalhando sozinho com a carroça. “

2) Qual o sentido de se filiar a uma associação?

“Eu pra mim é um lugar que eu posso trabalha direto, chova ou não. Vento, sol, isso aí, porque pra fora já não daria se chove aqui todo dia dá pra trabalha. Quando eu catava sozinho era só dia de tempo bom, não tinha onde deixa o material.”

3) Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?

“ Pra mim são um pessoal bom. Porque volte e meia eu tô falado com eles,. Tem muitas coisa aqui do projeto, por exemplo, que eu sô presidente aqui da associação e daí nos tivemo ano passado com a prefeitura fui que assinei o primeiro contrato.”

4) Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?

“ Sim, eu sei. A gente pesquisa os compradores. Nós aqui que lidemo com isso. Eles não se metem com isso.”

5) Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?

“Sim, eu estudei ate a 5ª série. Daí parei pra trabalha.”

6) Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?

“Muito pouco. Tem muitas palavra que eu me enrolo. Não sô muito de fala, sô meio retirado. Às vezes gaguejo no conversa, não expresso bem a palavra.”

7) Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?

“ Sobre isso daí não, até eu sempre falei. “

CATADOR 12

Idade: 38 anos

Sexo: feminino.

Escolaridade: 3ª série incompleta.

Núcleo familiar: mora com o marido e três filhos.

- PARA COMEÇO DE CONVERSA: “A FALA DE SI”

Fale um pouco sobre você (Sobre sua história, como chegou até o Projeto):

“Eu tenho três filhos e moro com meu companheiro. Os dois filho mais novo estudam, daí o outro já é de maior, daí não estuda mais. Eu, na verdade, vim para no projeto por falta de oportunidade. Eu já trabalhei fazendo faxina já, mas daí terminou daí eu vim pra cá. Daí faz uns dois ano que eu tô aqui na associação.”

- QUESTIONAMENTOS:

1) O que representa uma associação para você?

“É tipo de uma família que a gente tem né. Durante a semana a gente passa na associação e de fim de semana com as criança. É tipo duas família.”

2) Qual o sentido de se filiar a uma associação?

“Renda. A gente aprende com cada um que entra e sai. Com as pessoa que trabalha com nós. A gente aprende muita coisa aqui.”

3) Como acontece o diálogo entre você e o pessoal da incubadora?

“ Que eu saiba, por enquanto tudo bem. Pra mim tudo ok, nunca tive problema com o pessoal de lá. “

4) Você sabe como é feita a negociação do material que você cata?

“Não me envolvo muito nisso, mas eu sei como é feita a negociação. “

5) Você teve a oportunidade de frequentar a escola? Se sim, até que série ou ano estudou? Por quais motivos parou de estudar?

“ Não, estudei nem bem até a 3ª série. Na época eu era meio criança, não dei muita boa pros estudo e o meu pai era que nem cigano, eu não tinha como.”

6) Você é um bom falante da língua Portuguesa? Sim/Não? Por qual motivo?

“ Muito pouco, porque na correria da conversa a gente erra as palavra. Daí a gente sabe que erro porque tem os colega que corrige a gente, fala que não é assim, é de outro jeito. Os colega que sabe mais corrige nós. Aqui é tipo de uma lição de vida.”

7) Em alguma situação que você teve oportunidade de falar você já se calou? Como foi?

“Aham, muitas. Às vez a gente vai nos evento, daí eu fico com vergonha. Não so muito de fica falando as coisa. Tem coisa que eu não sei explica. Daí eu sinto vergonha porque eu não sei explica, penso que as pessoa não vão entende as coisa, não sei explica. Daí eu já so uma pessoa muito tímida pra conversa em público. Então, ainda mais quando é com bastante gente importante. Daí já não.”

ANEXO IV



Inatecsocial
@inatecsocial

Página inicial

- Avaliações
- Sobre
- Vídeos
- Fotos
- Publicações
- Comunidade
- Informações e anúncios

[Criar uma Página](#)

 Curtiu ▾  Seguindo ▾  Compartilhar ...

 **Inatecsocial**
17 h · 

O empoderamento pela linguagem com a valorização do contexto sociocultural

Utilizando o lema "A vida é feita de doce", a docente Ieda Linck, coordenadora do Projeto "Educação Formal às famílias do Projeto Profissão Catador: organizando saberes para uma educação cidadã" vinculado à Inatecsocial, realizou no dia 26 de outubro uma atividade diferente com o grupo de catadores da AREPRICA - Associação dos Recicladores do Bairro Primavera de Cruz Alta.

Ela está trabalhando diversos gêneros textuais, sendo a criação de receita um deles. Assim, além da escrita, da leitura e da criação de novos textos, foi realizada a troca de receitas, trabalhando ainda a interpretação de medidas. O momento foi oportuno para a aprendizagem da fabricação de bolachas para as famílias de forma cooperativa.

Fernanda Costa - Bolsista



ANEXO V



DETALHAMENTO DAS AÇÕES:

OBJETIVO 1

Organizar os catadores de Tupanciretã, Julio de Castilhos e Salto do Jacuí e avigorar a organização coletiva das associações já existentes em Cruz Alta.

AÇÕES

1.1 Realizar diagnóstico dos catadores nos novos municípios.

Será elaborado um instrumento (formulário) que será aplicado aos catadores dos municípios novos envolvidos no projeto. O propósito do diagnóstico é obter informações sobre a realidade da gestão dos resíduos nos municípios bem como da situação familiar e de trabalho dos catadores. A mobilização para aplicação dos formulários ocorrerá articuladamente e com apoio dos Departamentos e Secretarias de Assistência Social dos municípios.

O diagnóstico em cada um dos municípios novos será realizado nos quatro primeiros meses de execução do projeto. O diagnóstico servirá para estimar o numero real de catadores existentes nos municípios. O numero de formulários preenchidos em cada um dos municípios será o indicador de resultado desta ação que será evidenciada através do relatório de apresentação dos resultados do diagnóstico elaborado a partir das abordagens.

1.2. Estimular o trabalho associativo.

Nas associações já existentes será dado continuidade ao estímulo ao trabalho associativo através das capacitações previstas, do acompanhamento diário das atividades através de orientações quanto ao método de trabalho coletivo, envolvimento dos trabalhadores nas negociações e demonstração dos números relativos a produção e renda dos associados.

A realização desta ação será evidenciada através de relatórios de: participação elaborado a partir das fichas de associados, venda e partilha mensal das associações e venda em volume de material e financeiro. Também poderão ser evidenciados através das fotos e atas de reuniões realizadas com objetivo de tratar de assuntos relacionados ao trabalho associativo. A meta desta ação, especialmente para as novas associações é o aumento em 60%do volume comercializado.

1.3. Criar e implantar método de gestão e operação para as associações e para a rede.

Um profissional da área de administração coordenará o trabalho diário dos monitores de associações, dos catadores contratados (coordenadores de base) em cada uma das associações e realizará um trabalho articulado aos Assistentes Sociais. Este profissional será assessorado por um docente do Curso de Administração da UNICRUZ. Será criado um método de gestão e operação para cada uma das associações e também para a comercialização dos materiais por meio da rede.

O profissional será responsável também pela elaboração do plano de negócios e estabelecimento do método de trabalho que abrangerá os aspectos da produção e financeiro, para as associações, considerando que cada grupo tem os seus interesses e suas características próprias, incluindo forma de produção, horário de trabalho, atribuições de cada integrante na associação e partilha de resultados. O planejamento das associações contemplará o estabelecimento de estratégias, metas e indicadores para controle nas associações, bem como a prestação de contas e demonstração dos resultados em cada uma das associações.

A meta desta ação, especialmente para as associações é o aumento de 50% da renda dos trabalhadores até o término do projeto.

INDICADORES PERÍODO		EVIDÊNCIAS
1. Numero de catadores abordados em cada um dos três municípios.	Relatório de apresentação do diagnóstico elaborado a partir das abordagens	Mensalmente
2. Número de catadores trabalhando organizados em associações.	Relatório de participação elaborado a partir das fichas cadastrais de associados	Mensalmente
3. Numero de evasão dos catadores das associações.	Relatório de participação elaborado a partir das fichas de associados	Mensalmente
4. % aumento da renda	Relatório de venda e partilha mensal das associações	Mensalmente
5. % aumento do volume comercializado.	Relatório de venda em volume de material e financeiro	Mensalmente

OBJETIVO 2

Fortalecer a infraestrutura das associações existentes e das novas associações

ACÕES

2.1. Adquirir equipamentos.

Para os três municípios onde será iniciado o trabalho de organização dos catadores serão adquiridos equipamentos adequados e fundamentais para a realização das atividades de coleta, triagem e comercialização de materiais reciclados, tais como prensa, balança e picotadeira, conforme consta no orçamento do projeto.

Prensa Hidráulica e Balança de precisão para os municípios de Julio de Castilhos e Tupanciretã, caixa de ferramentas, mesa de separação, fragmentadora de papel industrial e big bags para os municípios de Cruz Alta, Tupanciretã, Salto do Jacuí e Julio de Castilhos; picotadora de médio porte para os municípios de Tupanciretã, Salto do Jacuí e Julio de Castilhos. Para as associações do município de Cruz Alta devido as mesmas já contarem com relativa infraestrutura serão adquiridos alguns equipamentos que ofereçam condições de aprimorar ainda mais os níveis de produção, tais como: mesas de triagem e picotadeira para grandes volumes de papéis, conforme consta no orçamento.

2.2. Adquirir veículos.

Serão adquiridos dois caminhões de médio porte para a realização da prestação de serviço pelas associações de catadores do município de Cruz Alta. Existe uma parceria importante com a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente deste município que sinalizou a possibilidade da contratação das associações se houverem as condições para que isso ocorra.

2.3. Construir e reformar galpões .

Para que os grupos apresentem condições efetivas para a realização do trabalho através do recurso financeiro serão construídos dois galpões em terrenos cedidos pelas prefeituras dos municípios de Tupanciretã e Júlio de Castilhos e reformado galpão cedido pelo município de Salto do Jacuí. Nestes locais ocorrerá a triagem, pesagem e beneficiamento dos materiais recicláveis para a comercialização com a indústria. As prefeituras destes municípios assinaram um documento se comprometendo com a doação dos terrenos, Conforme consta em anexo.

INDICADORES	EVIDENCIAS	PERÍODO
Número de associações contratadas para prestação de serviço de coleta serviço.	Lista e fotos de reuniões para negociações e documento de formalização de prestação de serviços	Semestralmente
7. Número de eventos e festividades com a participação dos catadores no recolhimento dos materiais recicláveis.	Lista e fotos de reuniões para negociações e documento de formalização de prestação de serviços	Semestralmente
8. Grau de satisfação do poder público e da comunidade quanto a	Depoimentos da comunidade e de agentes	Bimestralmente

prestação de serviço.

publicos

OBJETIVO 3

Promover a capacitação dos catadores.

AÇÕES:

3.1. Capacitar os catadores em gestão.

A capacitação será desenvolvida através de um módulo de 10 horas envolvendo a participação especialmente dos catadores das novas associações. Os catadores das associações antigas serão estimulados a participar das capacitações, no entanto a participação será obrigatória para aqueles que se inseriram às associações após a realização das capacitações ofertadas por ocasião do primeiro projeto, ou seja, que não participaram das mesmas. Este módulo será ministrado especialmente por professores da Universidade de Cruz Alta das áreas de Administração e Ciências Contábeis e pelos técnicos que trabalham no projeto. Haverá a participação dos catadores antigos no planejamento e desenvolvimento dos módulos através de orientações e relatos de experiências. Os catadores participantes serão certificados pela participação. Os locais de realização das capacitações serão definidos levando em consideração a facilidade de acesso e participação dos catadores.

Este módulo será desenvolvido uma vez em cada um dos municípios envolvidos no projeto. Pretende-se contar-se a com a participação de 80% dos catadores cadastrados nas associações novas e 80% dos novos catadores cadastrados das associações antigas de Cruz Alta.

No módulo de gestão serão abordados:

- planejamento,
- custos,
- organização do ambiente de trabalho,
- comercialização e viabilidade econômica.

3.2. Capacitar os catadores em produção.

A capacitação será desenvolvida através de um módulo de 10 horas envolvendo a participação especialmente dos catadores das novas associações. Os catadores das associações antigas serão estimulados a participar das capacitações, no entanto a participação será obrigatória para aqueles que se inseriram às associações após a realização das capacitações ofertadas por ocasião do primeiro projeto, ou seja, que não participaram das mesmas. Este módulo será ministrado especialmente por professores da Universidade de Cruz Alta das áreas de Administração e Engenharia da Produção e pelos técnicos que trabalham no projeto. Haverá a participação dos catadores antigos no planejamento e desenvolvimento dos módulos através de orientações e relatos de experiências. Os catadores participantes serão certificados pela participação. Os locais de realização das

capacitações serão definidos levando em consideração a facilidade de acesso e participação dos catadores.

Este módulo será desenvolvido uma vez em cada um dos municípios envolvidos no projeto. Pretende-se contar-se- a com a participação de 80% dos catadores cadastrados nas associações novas e 80% dos novos catadores cadastrados das associações antigas de Cruz Alta.

No módulo de produção serão abordados:

- os modos de produção,
- organização da produção,
- indicadores e avaliação da produtividade.
- aspectos relacionados a segurança no trabalho.

3.3. Capacitar os catadores em cidadania.

A capacitação será desenvolvida através de um módulo de 10 horas envolvendo a participação especialmente dos catadores das novas associações. Os catadores das associações antigas serão estimulados a participar das capacitações, no entanto a participação será obrigatória para aqueles que se inseriram às associações após a realização das capacitações ofertadas por ocasião do primeiro projeto, ou seja, que não participaram das mesmas. Este módulo será ministrado especialmente pelos Assistentes Sociais da Universidade de Cruz Alta. Haverá a participação dos catadores antigos no planejamento e desenvolvimento dos módulos através de orientações e relatos de experiências. Os catadores participantes serão certificados pela participação. Os locais de realização das capacitações serão definidos levando em consideração a facilidade de acesso e participação dos catadores.

Este módulo será desenvolvido uma vez em cada um dos municípios envolvidos no projeto. Pretende-se contar-se- a com a participação de 80% dos catadores cadastrados nas associações novas e 80% dos novos catadores cadastrados das associações antigas de Cruz Alta.

No módulo destinado a cidadania será abordada temas relacionados a:

- valorização do trabalhador,
- políticas públicas e sustentabilidade em todas as suas dimensões com ênfase na ambiental.

3.4. Capacitar os catadores para a prestação de serviços de coleta seletiva.

A capacitação será desenvolvida através de um módulo de 10 horas envolvendo a participação especialmente dos catadores das associações do município de Cruz Alta. Este módulo será ministrado por profissionais do projeto da Universidade de Cruz Alta. No planejamento e desenvolvimento dos módulos haverá a participação dos catadores. Os catadores serão certificados pela participação. Os locais de realização das capacitações serão definidos levando em consideração a facilidade de acesso e participação dos catadores.

Este módulo será desenvolvido vez em cada um dos municípios envolvidos no projeto. Pretende-se contar-se- a com a participação de 70% dos catadores cadastrados nas associações antigas de Cruz Alta.

Neste módulo serão abordados temas relacionados ao:

- manuseio e logística adequada para a execução do serviço pelos catadores associado,
- responsabilidades no trânsito.

INDICADORES	EVIDÊNCIAS	PERÍODO
9. Número de participantes em cada módulo de capacitação.	Fotos e listas de presenças das capacitações	Mensalmente
10. Número de associações atuando com base em seu plano de negócio e constituídas por catadores qualificados para exercer as suas atividades de trabalho e os seus direitos sociais.	Depoimento dos profissionais (área da administração) do projeto. Relatórios.	Mensalmente

OBJETIVO 4

Intensificar a sensibilização da população quanto a importância da reciclagem para a sustentabilidade.

ACÕES

4.1. Realizar campanhas educativas em escolas, empresas e nas residências.

A campanha educativa nas escolas será planejada e realizada conjuntamente com a Secretaria Municipal de Educação e Coordenadoria de Educação. Além de realizar atividades específicas nas escolas haverá participação da equipe em eventos e atividades realizados pelos referidos órgãos.

Nas empresas serão realizadas palestras de sensibilização acerca da importância sócio ambiental da separação adequada dos materiais e será proposta a parceria para doação dos materiais recicláveis para as associações, no caso das empresas que ainda não são parceiras.

Com relação as empresas parceiras, quando da verificação de problemas relacionados a não regularidade das doações dos materiais ou mistura de materiais será realizado alguma atividade de orientação (oficina, palestra ou distribuição de material impresso).

Para as residências será realizado um roteiro e cronograma de abordagem para as residências dos bairros da cidade com entrega de materiais educativos e orientações pelos próprios catadores.

Salienta-se que na campanha haverá o envolvimento dos próprios catadores e da equipe com sugestões. Serão criadas peças publicitárias e diversas ações, conforme consta no plano de comunicação tendo como base a experiência do primeiro projeto patrocinado pelo Petrobras – Desenvolvimento e Cidadania.

A meta é que a campanha contribua para aumentar em 60% o volume dos materiais coletados e 60% da quantidade dos materiais recebidos nas associações até o término do projeto

A meta desta ação é realizar uma atividade de sensibilização por mês em escolas e empresas no município de Cruz Alta e atingir 30 residências a cada dois meses.

Nos demais municípios a meta é realizar ou participar de uma atividade de sensibilização a cada 3 meses.

INDICADORES	EVIDENCIAS	PERÍODO
11. Número de atividades realizadas nas escolas e empresas	Relatório a partir dos termos de parceria, relatório de volume de doações, relatório e fotos das atividades de sensibilização.	Bimestralmente
12. Número de geradores parceiros		
13. Número de domicílios abordados.		
14. % de aumento do volume do material coletado.	Depoimento dos catadores. Registro documental.	Trimestralmente
15. Número de visitas recebidas para conhecer o projeto.	Relato da equipe técnica e números de acessos as redes sociais do projeto. Registro documental. Fotos.	Trimestralmente
16. % de aumento da quantidade dos materiais recebidos nas associações	Relatório de produção	Bimestralmente

OBJETIVO 5

Garantir a melhoria das condições de trabalho e de vida dos catadores.

ACÕES:

5.1. Monitorar os aspectos relacionados a segurança no trabalho.

Os catadores receberão EPIs adquiridos com recursos do projeto. Durante o período de execução do projeto será realizado no mínimo uma capacitação sobre a utilização destes equipamentos em cada uma das associações que será ministrada por profissional competente. Buscar-se-á estabelecer parceria com o Corpo de bombeiros dos municípios para que estes realizem alguma atividade de orientação.

O monitoramento ocorrerá especialmente através do incentivo constantemente pela equipe do projeto (monitores das associações e os catadores contratados (coordenadores de base)) que criarão um processo de notificações e ações de incentivo para aqueles trabalhadores que não estiverem utilizando os equipamentos.

A ação será evidenciada através de depoimentos dos profissionais Assistentes Sociais, monitores e ou coordenadores de base e fotos das atividades específicas de orientação acerca da segurança de trabalho.

5.2. Facilitar a inserção dos catadores na rede sócio assistencial municipal.

Este processo será conduzido pelos profissionais do Serviço Social que trabalharão articuladamente com a rede sócio- assistencial dos municípios, buscando orientar e encaminhar as famílias dos catadores para atendimento das demandas sociais que as mesmas apresentam tais como: cadastramento do bolsa família, atendimento na rede de saúde, acompanhamento de situações do judiciários ligadas a crianças e adolescentes vítimas de violência ou que cometeram ato infracional entre outras.

Estes profissionais serão responsáveis também pela formação política e de cidadania dos catadores associados. Estarão atentos e fomentando o cumprimento da legislação e políticas ligadas aos resíduos, bem como a identificação de demandas e organização de capacitações voltadas as estas.

INDICADORES	EVIDENCIAS	PERÍODO
17. Número de ocorrências de acidentes de trabalho.	Depoimentos dos profissionais Assistentes Sociais e Monitores. Registro documental.	Bimestralmente
18. Número e incidência de notificações quanto a não utilização de equipamentos de proteção individual.	Relato dos monitores de associações. Registro documental. Fotos.	Mensalmente
18. Número de encaminhamentos de catadores aos programas sociais	Relatório da equipe técnica. Relação de encaminhamentos. Registro documental. Fotos. Depoimentos dos catadores.	Trimestralmente

19. Número de famílias inseridos em programas sociais

20. Número de conflitos familiares e no ambiente de trabalho registrados. Relato

OBJETIVO 6

Constituir uma rede de comercialização regional.

ACÕES:

6.1. Formalizar cooperativa de comercialização de materiais recicláveis.

Serão realizadas atividades com os catadores participantes do projeto para expor a importância e os benefícios da cooperativa. Logo, serão tomadas todas as providências quanto a documentação para formalização da associação. Para esta etapa serão criados estatutos e regimentos com o envolvimento dos catadores.

6.2. Comercializar os resíduos coletivamente pelo melhor preço com carga fechada.

A comercialização dos materiais ocorrerá através da CENCOR que funcionará na sede do projeto e será administrada pelo profissional da área da administração contando sempre com a participação e envolvimento de catadores no processo. Através da CENCOR:

- serão contatadas as empresas de aquisição de materiais recicláveis
- ocorrerá a organização das vendas com controles de partilha junto com catadores
- haverá o controle dos custos, a organização e registros de todas as transações ocorridas.
- será realizada a comparação dos valores vendidos pela central e também no mercado local
- serão organizadas e controladas as viagens para venda de material. Um ou dois catadores sempre acompanharão o motorista nas viagens.

A realização desta ação será evidenciada especialmente através dos relatórios de acompanhamento da renda e venda elaborados pelo administrador e equipe.

A meta desta ação, especialmente para as novas associações é o aumento em 60% do volume comercializado e de 50% da renda dos trabalhadores até o término do projeto.

INDICADORES	EVIDÊNCIAS	PERÍODO
21. Número de vendas realizadas pela rede.	Relatório da equipe de acompanhamento da renda.	Mensalmente
22. Faturamento da rede.		
23. % de aumento da renda dos catadores.		



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

